

Luiz Bresser Pereira

Lucro, acumulação e crise

**A tendência declinante
da taxa de lucro reexaminada**

brasiliense
B
1986

Copyright © Luiz Bresser Pereira

Capa:

Moema Cavalcanti

Revisão:

J. Orzari Filho

Tereza C. Romeiro



Editora Brasiliense S.A.

R. General Jardim, 160

01223 — São Paulo — SP

Fone (011) 231-1422

Índice

Apresentação	9
Introdução	11

Primeira Parte

A TENDÊNCIA DECLINANTE DA TAXA DE LUCRO REEXAMINADA

Capítulo I	
A lei da taxa declinante de lucro	25
Capítulo II	
Composição orgânica do capital e salários	36
Capítulo III	
Os tipos de progresso técnico	43
Capítulo IV	
Progresso técnico e o teorema de Okishio	64

Segunda Parte

AS CONTRATENDÊNCIAS

Capítulo V	
As contratendências e o imperialismo	83
Capítulo VI	
Oligopolização e taxa de lucro	89
Capítulo VII	
A tendência à estatização	97

Terceira Parte

DESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: O PROCESSO HISTÓRICO

Capítulo VIII	
Uma teoria de longo prazo dos salários	115

Capítulo IX	
Modelo de desenvolvimento capitalista	132
Capítulo X	
Etapas de desenvolvimento capitalista	140
Capítulo XI	
Acumulação e capitalismo rentista	171
Quarte Parte	
CICLOS E CRISES	
Capítulo XII	
Ondas longas e ciclos econômicos	183
Capítulo XIII	
Acumulação e ciclo no capitalismo tecnoburocrá- tico	224
Resumo e conclusão	247
Apêndice	257
Obras citadas	267
Índice onomástico e remissivo	275

ÍNDICE DE QUADROS

I — Evolução da renda por habitante nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	260
II — Evolução da produtividade na indústria nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	260
III — Evolução da relação capital-trabalho nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	261
IV — Evolução dos salários reais nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	261
V — Evolução da composição orgânica do capital nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	262
VI — Evolução da composição orgânica do capital, da taxa de mais-valia e da taxa de lucros nos Estados Unidos	263
VII — Evolução da relação lucros sobre salários nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	262
VIII — Evolução da relação produto-capital nos Estados Unidos e Grã-Bretanha	264
IX — Proporção dos ordenados em relação à renda interna líquida na Grã-Bretanha	264
X — Salários e custo de vida na França	265
XI — Salários na Inglaterra desde 1275	265
XII — Distribuição da renda na Inglaterra desde 1870 .	266

ÍNDICE DE GRÁFICOS

I — Taxa de lucro e relação produto-capital	31
II — Reta de lucro-salário	59
III — Três tipos de progresso técnico	60
IV — Outros três tipos de progresso técnico	61
V — Taxa de salários, progresso técnico e taxa de lucro	67
VI — Taxas de salários e custo de reprodução da força de trabalho	126
VII — As principais tendências	144

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabelas

I — Exemplos de progresso técnico	57
II — Taxa de lucro e setores produtivos	101

Figuras

I — Modelo de desenvolvimento capitalista	134
---	-----

Apresentação

Esta é a versão final de um trabalho iniciado em 1970. A primeira versão era um pequeno ensaio onde havia uma intuição básica e uma série de imprecisões teóricas. Mantive essa versão guardada na gaveta. Em 1976 retomei o assunto, procurando estudá-lo mais sistematicamente. A contribuição de Yoshiaki Nakano, com quem estudei e discuti amplamente os temas aqui tratados, foi então fundamental. Iniciei também o levantamento de dados empíricos, alguns dos quais aparecem nas notas de rodapé e nos quadros em apêndice.

A segunda versão deste texto foi terminada no início de 1978 e discutida com meus colegas economistas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e do Rio de Janeiro (EPGE) e do CEBRAP em três seminários. Saliento, então, as contribuições de Paul Singer, José Arthur Giannotti, Robert Cajado Nicol, Guido Mantega e Raul Eckerman, além de Yoshiaki Nakano. Em função destes debates reformulei e ampliei este trabalho entre outubro de 1978 e abril de 1979.

Não estava, entretanto, ainda satisfatório, de forma que continuei a estudar os problemas, aprofundando agora especialmente a parte referente aos ciclos econômicos. No último semestre de 1982 e no primeiro de 1983 escrevi a versão final, que em seguida entrou em processo de datilografia. Nessa época Pérsio Arida leu cuidadosamente o texto e fez uma série de sugestões.

Em dezembro de 1984 apresentei este trabalho como tese de Livre Docência na área de Teoria do Desenvolvimento Econômico da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Embora já fosse professor titular da Fundação Getúlio Vargas, pareceu-me importante contar com este último fórum antes de publicar o livro. Foram membros da banca Paul Singer, Carlos Estevão Martins, Heinrich Rattner, Jorge Miglioli e Juarez Brandão Lopes. Durante o ano de 1985 e início de 1986 incorporei algumas sugestões dos membros da banca especialmente no Capítulo 10, escrevi o Sumário e Conclusão, e, com a ajuda inestimável de Fernando Maida Dall'Acqua, procedi a revisão final do texto. Devo-lhe, então, uma série de contribuições pontuais que ajudaram a tornar o livro mais claro e preciso.

Para elaboração deste livro contei com o apoio do Núcleo de Publicações e Pesquisas da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. O trabalho de datilografia foi realizado com notável competência por Maria Christina Dias Bandeira; o índice remissivo, por Édison de Freitas Filho e José Márcio Rego.

Agradeço a todos os que colaboraram para a realização deste livro. Entre eles não posso deixar de mencionar minha mulher Vera Cecília e meus filhos, dos quais roubei muitas horas de companhia e lazer. Contei sempre, porém, com o apoio de cada um deles.

Algumas pessoas ficaram surpresas por eu ter escolhido um tema teórico tão afastado dos problemas concretos e atuais do Brasil e da América Latina, como a teoria da tendência declinante da taxa de lucro, utilizada como base da análise do processo de acumulação a longo prazo e de crise nos países centrais. Só posso responder a elas que já passou o tempo em que os economistas brasileiros deviam limitar-se a análises dos problemas locais. Minha esperança é a de que as idéias aqui desenvolvidas sejam úteis para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento capitalista, da qual grande parte do mundo hoje participa, inclusive o Brasil.

Introdução

A compreensão do processo de acumulação de capital em uma perspectiva de longo prazo do sistema capitalista exige que estudemos o comportamento de algumas variáveis ou relações básicas, como a taxa de lucro, a taxa de salários, a forma de distribuição da renda, o progresso técnico, a produtividade do capital e a produtividade do trabalho.

O aumento da produtividade do trabalho, ou simplesmente da produtividade, corresponde aproximadamente ao aumento da produção por habitante. No contexto deste trabalho pode ser considerada a medida básica do desenvolvimento do sistema do capitalista, ou seja, do processo de reprodução ampliada do capital. Este aumento da produtividade depende, fundamentalmente, da taxa de acumulação de capital e do ritmo de progresso técnico. A acumulação de capital, por sua vez, depende, a longo prazo, da taxa de mais-valia e portanto da relação entre lucros e salários, e, a curto prazo, da taxa de lucro esperada pelos capitalistas.

A taxa de lucro, constitui-se, portanto, em uma variável estratégica dentro do sistema capitalista. Para ensaiarmos um modelo de desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista, devemos nos concentrar sobre o estudo dessa taxa e de suas tendências. Marx, como antes Smith e Ricardo, previu o declínio a longo prazo da taxa de lucro. Veremos neste trabalho que esse declínio provavelmente está ocorrendo, mas em

um prazo mais longo do que aquele implícito nas análises de Marx e por razões em parte diversas. O sistema capitalista tem revelado uma capacidade de sobreviver e de se adaptar que desafia seus críticos. Através da história ele tem passado por profundas transformações, sem perder, todavia, seu dinamismo. Sua capacidade de resistência foi muitas vezes subestimada, o que levou os críticos a muitos erros de análise não apenas econômica mas também política. No último quartel do século XX o capitalismo é ainda o modo de produção dominante nas formações sociais dos países centrais, embora as manifestações de um novo modo de produção sejam cada vez mais claras.

O modo de produção capitalista começa a tornar-se dominante nas formações sociais européias com a Revolução Comercial e o período da manufatura, através da acumulação primitiva. Assume plenamente suas características com a Revolução Industrial, que completa o que chamaremos de Revolução Capitalista. Em seguida temos a fase do Capitalismo Competitivo, com a generalização da mercadoria, o trabalho assalariado e a realização da mais-valia no mercado. É o momento do *laissez-faire* e do Estado Liberal. No fim do século XIX a segunda Revolução Industrial será o marco da emergência do Capitalismo Oligopolista e em seguida do Estado Regular. Na segunda metade deste século, a emergência de uma nova classe social e o crescimento das grandes organizações burocráticas públicas e privadas marcam o início do Capitalismo Oligopolista de Estado ou Capitalismo Tecnoburocrático, em que o papel do Estado e das grandes organizações burocráticas torna-se dominante.

Através destas quatro fases do desenvolvimento capitalista — Revolução Capitalista, Capitalismo Competitivo, Capitalismo Oligopolista e Capitalismo Tecnoburocrático —, o sistema renova-se sem perder suas características básicas. Desde a Revolução Comercial definem-se duas dessas características — o objetivo do lucro e a acumulação do capital, como meio principal de alcançar esse objetivo —, as quais, enquanto persistirem, permitirão que afirmemos a existência e permanência de um sistema capitalista. A Primeira Revolução Industrial acrescenta um outro meio básico de alcançar o lucro, além da acumulação de capital — o desenvolvimento tecnológico com o decorrente aumento da produtividade, que

se transforma em condição de sobrevivência das empresas capitalistas. A segunda Revolução Industrial, marcada pela eletricidade, o motor a explosão e a linha de montagem, caracteriza-se fundamentalmente por dar ao sistema capitalista o caráter monopolístico, com o domínio da economia por um número reduzido de empresas gigantes, controladas pelo capital financeiro e produzindo em massa produtos padronizados. O capitalismo, além de adotar como objetivo o lucro e de definir como meios básicos a acumulação de capital e o aumento de produtividade, ganhava uma quarta característica, que era ao mesmo tempo meio de objetivo final — o crescimento, a concentração de capital e de poder, através de grandes empresas monopolísticas ou oligopolísticas. Nos dias atuais, vem ocorrendo uma silenciosa Revolução Tecnoburocrática, através do crescimento do Estado, da burocratização das empresas e da aceleração do processo de desenvolvimento tecnológico, especialmente ao nível da indústria eletrônica. O desenvolvimento de computadores e de sistemas de informação e de administração cada vez mais avançados facilitam a burocratização de uma sociedade cada vez mais estatizada.

O que importa aqui constatar é o fato que o sistema capitalista, embora passando por profundas transformações, conserva seu dinamismo. Os países capitalistas desenvolvidos continuam em pleno desenvolvimento. Nos últimos trinta anos inclusive aumentaram fortemente sua taxa de crescimento média, quando comparada com a taxa secular de crescimento anterior à Segunda Guerra Mundial.¹ Podem passar por crises graves, como a depressão dos anos trinta, as duas grandes guerras mundiais e a crise atual, que já dura mais de dez anos; podem continuar sujeitos a recessões cíclicas, mas têm revelado uma permanente capacidade de crescimento. Esse crescimento, porém, não tem sido em absoluto automá-

¹ No período de 1800/1840 a 1929 as taxas de crescimento, na Inglaterra e nos Estados Unidos, são respectivamente de 1,35% e 1,30%. No pós-guerra estas taxas médias crescem respectivamente para 2,9% e 2,8% (ver Quadro I no Apêndice). Segundo os cálculos da CEPAL, as taxas de crescimento da renda por habitante que giravam em torno de 1,5% ao ano no século imediatamente anterior a 1950 (Reino Unido, 1,3% entre 1865 e 1950; França, 1,4% entre 1845 e 1950; Alemanha, 1,5% entre 1865 e 1952; Estados Unidos, 2,0% entre 1865 e 1950), no período 1950-1969 crescem para 3,5% em média (fonte: *Estudo Econômico para América Latina*, 1971, CEPAL, vol. I, Quadro 2).

tico, decorrente do livre jogo das forças no mercado, como queriam os economistas clássicos e neoclássicos. Pelo contrário, tem sido fruto de um contínuo e cada vez mais deliberado e consciente esforço do sistema para se adaptar às novas realidades tecnológicas, econômicas e políticas. A distribuição da renda tem permanecido praticamente a mesma dentro do sistema. Houve, contudo, um ligeiro progresso nesse setor, ao contrário da maior concentração de renda que alguns podiam prever. O sistema de privilégios sociais e de desigualdade de oportunidade poucas modificações importantes sofreu durante muito tempo, mas é indiscutível uma tendência recente no sentido de transformar a educação em um poderoso instrumento de mobilidade social.

Por outro lado, no campo econômico tem crescido enormemente o papel do Estado, seja no campo da assistência e da previdência social, seja no setor de planejamento econômico, que hoje vai se generalizando em todos os países capitalistas, seja através de intervenção direta do Estado na economia, criando grandes empresas públicas, seja finalmente através da realização de imensas despesas militares que permitam à economia dar vazão ao excedente econômico.

Todas essas tendências são manifestações desse grande esforço da adaptação do sistema capitalista. Este, para sobreviver, precisa estar sempre se modificando, fazendo concessões, cedendo aqui para ganhar um pouco mais acolá. E assim desmentir as previsões de seus críticos de que o fim do sistema capitalista está próximo. Seu problema fundamental é o de não deixar baixar a taxa de lucro. Para isto usará todos os recursos, desde aqueles embutidos na própria lógica do sistema, como a aceleração do progresso tecnológico, até aqueles em princípio considerados externos ao sistema, como, de um lado, a política fiscal e monetária keynesiana, as despesas militares, o planejamento econômico e o aumento do setor estatizado da economia, onde podem prevalecer taxas de retorno muito mais baixas, e de outro lado, a oligopolização dos mercados e a exploração imperialista da força de trabalho dos países periféricos, a qual se realiza tanto nos próprios países periféricos, através do comércio internacional e da ação das multinacionais, quanto nos países centrais pela utilização de mão-de-obra de imigrantes temporários.

Neste ensaio tentarei apresentar um modelo econômi-

co que nos permita compreender as coordenadas básicas do desenvolvimento capitalista e entender como esse processo de acumulação e crise conseguiu manter-se vivo e dinâmico até hoje. Trabalharei em um nível de abstração relativamente elevado, de forma a determinar apenas as características centrais de cada momento do processo de desenvolvimento capitalista. Tomarei como local de referência da análise a Inglaterra, onde ocorreu inicialmente a Revolução Industrial. Com alguns ajustamentos, entretanto, a análise pode ser também aplicada a outros países centrais, como os Estados Unidos, a França e mesmo a Alemanha. Nestes dois últimos países, em que ocorre uma revolução industrial tardia, o papel dos bancos de investimento e do Estado é muito mais importante, como demonstrou Gerschenkron.² No nível de generalização da análise, entretanto, estas diferenças não chegam a ser significativas.

Este trabalho parte da lei da tendência declinante da taxa de lucro formulada originalmente por Marx.³ Mais do que isto, este trabalho usa os conceitos e a metodologia de Marx, para analisar os fatos econômicos. Apresenta, portanto, uma visão marxista do processo de desenvolvimento capitalista. Mas não pretende ater-se a qualquer ortodoxia. Nenhum pensador analisou o modo capitalista de produção de forma tão profunda quanto Marx. Adotando o método do materialismo histórico e dialético, Marx fez-nos compreender de forma crítica a estrutura e a dinâmica contraditória do capital. Sua análise vigorosa e complexa lança uma extraordinária luz sobre os processos de criação, reprodução e circulação do capital. Entretanto para muitos suas idéias deixaram de ser mais uma contribuição, entre outras, para a compreensão do mundo em que vivemos, deixaram de se constituir em uma produção intelectual historicamente situada e sujeita a erros e acertos, para se transformar em um mito, em um símbolo de erro ou verdade absoluta, de bem ou de mal. Vencida a carapaça do mito, porém, a importância de Marx para a renovação do pensamento universal assume toda a sua gran-

² A. Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*, Praeger, 1965, Nova Iorque.

³ Esta teoria foi exposta por Marx em *O Capital*, Civilização Brasileira, 1974, Rio de Janeiro, Livro III, caps. XIII, XIV e XV.

deza. Cometeu erros como qualquer outro intelectual. Embora tenha sido o descobridor e o grande denunciador do fenômeno da ideologia, esteve ele próprio sempre profundamente comprometido do ponto de vista ideológico. Sua obra foi em alguns pontos superada, seja porque o mundo mudou de forma imprevisível em cem anos, seja porque, em alguns momentos, Marx não podia deixar de ter suas idéias científicas dominadas por seus objetivos políticos. Mas isto não impediu que ele se transformasse no mais significativo cientista social do século XIX. Neste trabalho, vamos partir do esquema analítico por ele concebido para analisar o desenvolvimento do sistema capitalista e suas relações com a taxa de lucro.

Em primeiro lugar, tentarei explicitar o modelo de Marx, discutindo as relações da tendência declinante da taxa de lucro não apenas com as variáveis da qual ela depende diretamente — a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital —, mas também com as variáveis da qual a taxa de lucro depende indiretamente no modelo de Marx: a composição técnica do capital, o progresso técnico e a taxa de salários. Em seguida discutirei as contra-tendências à tendência declinante da taxa de lucro. Além do papel representado pelo progresso técnico poupador de capital, que impede a elevação da composição orgânica do capital, examinarei também de um lado o processo de intervenção do Estado na economia, que tem o mesmo efeito ao excluir da área capitalista as atividades mais utilizadoras de capital constante e menos lucrativas, e de outro lado o imperialismo e a oligopolização, que tendem a transferir renda seja dos países periféricos seja do setor competitivo dos próprios países centrais para seu setor monopolista e dinâmico, onde se concentra o processo de acumulação de capital. Na terceira parte procurarei desenvolver um modelo a longo prazo de desenvolvimento do sistema capitalista, utilizando como elementos descritivos e explicativos as variáveis do modelo marxista. Finalmente, na quarta parte, abandonarei a abordagem de longo prazo e examinarei o caráter cíclico do processo de acumulação capitalista, distinguindo, então, as ondas longas dos ciclos econômicos, culminando com uma análise do processo de acumulação no capitalismo contemporâneo.

2

Antes de iniciarmos a análise, devemos, entretanto, fazer uma ressalva metodológica. Discutiremos o problema do desenvolvimento capitalista, da tendência declinante da taxa de lucro, dos salários, do progresso técnico, e dos ciclos econômicos diretamente em termos de preço e não em termos de valor.

Há diversas razões para isto, a começar pela própria forma de conceituar e medir, progresso técnico, que é um fator essencial em toda a análise. Definimos neste trabalho o progresso técnico como sendo igual ao aumento da produtividade, que, por sua vez, é identificada ao aumento da renda por trabalhador. É claro que a renda por trabalhador pode crescer por outros motivos, especialmente devido a variações nos preços relativos, mas no âmbito da presente análise podemos ignorar esse fato.

O aumento da produtividade a rigor deve ser definido pela diminuição da quantidade de trabalho direto e indireto incorporada em um bem. Deve, portanto, ser entendido como igual à redução do valor do bem e, em conseqüência, igual à redução de seu preço. Pode também ser definido pelo aumento da quantidade básica de bens produzidos por um trabalhador em um dado número de horas. Estas medidas, entretanto, em termos de valor não permitem agregação. Para agregar, somos obrigados a definir a produtividade como produção ou renda por trabalhador. Ora, para utilizarmos esse conceito, devemos optar pela mensuração das variáveis em termos de preço ao invés de valor-trabalho, já que, em termos de valor, a renda, Y , é diretamente proporcional à quantidade de horas trabalhadas, L . Parece-nos, portanto, mais adequado, quando trabalhamos como agregados macroeconômicos. O problema das variações de valor fica, assim, embutido no comportamento dos preços.⁴

⁴ A utilização do valor-trabalho, quando pensamos em termos agregados econômicos, tende a causar distorções, na medida em que, dadas as relações capital-trabalho diversas e uma taxa de lucro constante entre as empresas e setores industriais, os preços não correspondem diretamente à quantidade de trabalho incorporado. A transformação de valores em preços não resolve o problema. Joan Robinson assinala o fato, mostrando que freqüentemente o emprego do valor-trabalho

É preciso assinalar que não há qualquer violência ao pensamento de Marx quando utilizamos as variáveis em termos de preço e não em termos de valor. Em primeiro lugar não significa que estejamos recusando validade à teoria do valor trabalho. Esta teoria é essencial para que possamos compreender a estrutura do sistema capitalista. As relações de produção capitalistas perdem sentido se não formos capazes de compreendê-las à luz dos conceitos de mercadoria e de valor. Mas isto não significa que seja necessário sempre trabalhar com as variáveis em termos de valor. Se Marx preocupou-se, no Livro III, em desenvolver uma teoria da transformação dos valores em preços, é porque ele sabia que, para o economista, era essencial a variável preço. Para o filósofo, o cientista político, ou o sociólogo, a colocação do problema em termos de valor é suficiente, já que preocupam-se com a trama das relações sociais e com a natureza do modo capitalista de produção. Já para o economista, a situação é diversa. As decisões dos agentes econômicos são feitas em termos de preços e não de valor. É, assim, necessário ir além da operacionalização do conceito valor-trabalho. É preciso transformá-lo em preços.⁵ Verificar como esse preço funciona para regular o funcionamento da atividade econômica, ao mesmo tempo em que é regulado pela noção básica de valor. E utilizar os preços de forma a ultrapassar a análise microeconômica e realizar também a análise macroeconômica.

não é operacional. Quando os preços não correspondem exatamente aos valores, é o cálculo em termos monetários que se torna operacional, porque as decisões dos empresários que controlam os investimentos e a distribuição da renda são influenciadas pelos preços e não pelos valores. E acrescenta: "O conceito de valor certamente ajudou Marx a chegar a sua interpretação da história, da política e da economia; mas podemos utilizá-lo sem ficar perdidos no fio de seu raciocínio". ("La teoria del valore lavoro", em *Monthly Review*, ed. italiana, ano 11, n.º 91, 1978, pp. 26-7.

⁵ A transformação do valor-trabalho em preços envolve duas etapas. A primeira é a transformação do valor-trabalho em preços de produção, o que é conhecido na literatura como "o problema da transformação". A segunda é a transformação de preços de mercado, que está fora do âmbito mais específico da teoria de valor de Marx. Na Parte I deste trabalho, onde a discussão valor/preço é relevante, nós estaremos, portanto, usando o conceito de preços de produção. Quando a mensuração das variáveis for necessária, nós estaremos, assim, usando os preços de mercado como variáveis *proxy* para os preços de produção.

Ao discutirmos a tendência declinante da taxa de lucro, trabalhamos com variáveis macroeconômicas. A renda é uma variável macroeconômica. Se a medíssemos em termos de valor, teríamos que medi-la em termos de horas trabalhadas. Quando houvesse um aumento da produtividade, isto significaria uma redução do número de horas trabalhadas para a produção de um dado volume físico de bens, dada a redução do valor dos bens produzidos mais produtivamente. O preço dos bens cairia correspondentemente. Em termos de valor, a produção Y seria sempre igual à quantidade de horas trabalhadas, ainda que estas horas trabalhadas tenham se modificado qualitativamente. O aumento da produção por trabalhador não poderia ser assim medido em termos macroeconômicos. Ora, é esta a variável fundamental para a análise do desenvolvimento de qualquer sistema econômico. Sem uma mensuração macroeconômica da produtividade, pouca coisa poderemos dizer a respeito da evolução do sistema.

Já em termos de preço essa mensuração da produtividade torna-se viável. A renda ou produto deixa de ser igual às horas trabalhadas. Ao aumentar a produtividade, cai o valor e caem os preços, mas mesmo assim a renda cresce em relação às horas trabalhadas devido ao simples fato de que, se em um número menor de horas se realiza a mesma produção, nas horas de trabalho agora liberadas se realiza a produção adicional, que aumentara Y sem aumentar o número de horas trabalhadas.

Além disso, parece-nos mais adequado utilizar as variáveis em termos de preço porque assim mediríamos as tendências dos salários em termos de poder aquisitivo e não em termos de horas trabalhadas para reproduzir a força de trabalho. Do ponto de vista social e político o que interessa é o salário do trabalhador em termos de poder de compra e do correspondente padrão de consumo. Haverá progresso para os trabalhadores na medida em que seus salários reais, deflacionados, aumentem, ou seja, na medida em que seus salários nominais forem capazes de comprar maior número de bens de melhor qualidade. Ora, para medir tal fato, o adequado é medir a taxa de salário em termos de preço e não em termos de valor. Se medirmos os salários em termos de valor, este aumentará quando, devido a rendimentos decrescentes, o número de horas necessárias para reprodução do trabalhador

umentar; e diminuirá quando o inverso ocorrer. O primeiro caso é o pressuposto no modelo de Ricardo. O segundo, o que de fato ocorreu, devido ao progresso técnico que superou os rendimentos decrescentes. Mas em ambos os casos o pressuposto geral é de que o salário permanece igual ao custo de reprodução da mão-de-obra, ou seja, que seu poder aquisitivo permanece constante. Ora, desenvolver esta análise em termos de valor, admitindo-se ao mesmo tempo o pressuposto mais realista de que os salários tendam a incorporar uma capacidade de compra crescente, seria muito complicado. Dado o aumento da produtividade, que baixa o custo de reprodução da mão-de-obra, deveríamos dizer que o salário caiu em termos de valor. Mas como aquele aumento de produtividade foi transferido para os trabalhadores, seríamos obrigados a admitir em seguida que o poder aquisitivo dos trabalhadores não caiu mas cresceu embora o salário houvesse caído em termos de valor. Obviamente é mais simples operarmos em termos de preço e dizermos simplesmente que o salário aumentou já que aumentou o poder aquisitivo do trabalhador. Poderíamos ainda adicionar que em termos de valor, ou seja, em termos de horas trabalhadas para produzir a cesta de mercadorias que o novo salário pode comprar, que o salário aumentou menos do que proporcionalmente (e pode mesmo ter permanecido estacionário ou diminuído). Mas isto representaria novamente complicar a análise sem nenhuma vantagem para o entendimento do exemplo que estamos utilizando. Como no caso da renda, o salário, em termos de valor, é igual a número de horas trabalhadas. Este dado é importante para compreendermos o funcionamento do sistema capitalista, mas não nos ajuda a entender e a medir os aumentos reais da produtividade e da taxa de salários. Medir os salários e a produtividade em termos de preço real é mais simples e mais prático, se desejamos saber se os salários ou a produtividade estão aumentando e quanto.

Essa ressalva metodológica deve ser feita, porque existe muita confusão a respeito. Imaginam alguns que a única maneira de pensar economicamente, em termos de Marx, é em termos de valor. Ora, creio já ter ficado claro que isto não faz nenhum sentido. Marx tanto trabalhava em termos de valor quanto em termos de preço. O que violenta o pensamento marxista é pretender que os preços sejam determina-

dos em última instância não pelo valor-trabalho, mas pela utilidade marginal do bem. Este tipo de teoria é própria dos neoclássicos. Mas isto não significa, em absoluto, que os neoclássicos tenham a exclusividade dos preços, enquanto que os marxistas devam trabalhar apenas com o valor-trabalho. O preço é uma variável fundamental no modo capitalista de produção, não sendo privilégio de ninguém o seu uso no processo de análise econômica.

CAPÍTULO I

A lei da taxa declinante de lucro

Marx previu a derrocada do sistema capitalista. Para justificar sua previsão utilizou uma série de argumentos entre os quais a tendência à crescente pauperização da classe operária, a tendência à crescente monopolização do sistema econômico, a tendência ao recrudescimento da luta de classes e, particularmente, a tendência ao declínio a longo prazo da taxa de lucro.¹ É sobre esta última tendência que vamos nos concentrar. Marx acompanhou os clássicos ao afirmar que a sustentação da taxa média de lucro acima de um nível mínimo é essencial para a sobrevivência do sistema capitalista. Este existe em função do lucro. Não há acumulação de capital, se não houver lucro para alimentá-la e lucro para estimulá-la. No momento em que a taxa de lucro cair abaixo de um mínimo, impossível de se determinar precisamente, os capitalistas deixarão de ter estímulo para acumular capital. Preferirão

¹ A bibliografia sobre a tendência declinante da taxa de lucro em Marx é extensa. Para uma resenha sobre o assunto consultar Guido Mantega, “A lei da taxa de lucro; a tendência da queda ou a queda da tendência?”, em *Estudos CEBRAP*, nº 16, abril-junho de 1976. Nesse trabalho o autor divide os economistas que escreveram a respeito do tema em *críticos* da posição de Marx, entre os quais salienta os nomes Sweezy, Joan Robinson, Steindl e Hodgson, e *ortodoxos*, entre os quais cita Paul Mattick, David S. Yaffe e Mário Cogoy. Examinaremos mais adiante o debate recente sobre o assunto, em torno da análise de Nobuko Okishio e de Anwar Shaikh.

entesourar seu excedente e, neste momento, o sistema entrará em crise. Nesses termos, desde que Marx conseguisse demonstrar que a taxa de lucro possuía uma tendência a longo prazo a declinar, estava demonstrada a tese mais geral sobre o colapso do sistema capitalista. E na medida em que essa tendência ocorresse em um prazo menor, poderia também ter uma explicação para os ciclos econômicos, já que a reversão cíclica no auge do ciclo resulta da queda da taxa de lucro e da decorrente redução dos investimentos.

Verificaremos através deste trabalho que realmente é possível falar-se em uma tendência declinante a longo prazo da taxa de lucro.² Esta tendência confunde-se com a própria superação histórica do sistema capitalista. É preciso, entretanto, entender essa lei ou essa tendência não como um instrumento de previsão da próxima crise do sistema capitalista, não como uma tendência necessária e sempre iminente e, sim, como uma tendência dinâmica constantemente paralisada em sua ação por contratendências, marcada por forças contraditórias, que Marx inclusive listou e analisou. Esta lei seria, assim, a própria expressão da dinâmica do processo de acumulação capitalista e do caráter dialético de que ele se reveste. Michael A. Lebowitz expressa bem esse ponto de vista ao afirmar: “a taxa declinante de lucro, que emerge da produção e circulação do capital, das forças e relações de produção

² A taxa de lucro na indústria têxtil, no início da Revolução Industrial, girava em torno de 20 a 30% na Inglaterra e na França. Taxas semelhantes, ainda que ligeiramente inferiores, vigoravam na indústria siderúrgica. Na indústria do açúcar, na França, no início do século XIX, as taxas de lucro giravam em torno de 30 a 40%. Uma média para todas as indústrias giraria provavelmente entre 20 e 35%. No século XX estas taxas são consideravelmente inferiores. Nos Estados Unidos, entre 1922 e 1929, a taxa média de lucro das grandes empresas estava entre 9 e 11%; entre 1946 e 1951 a taxa de lucro das empresas industriais foi de 14%, baixando para 12% entre 1951 e 1955. Na Inglaterra a taxa de lucro entre 1956 e 1961 foi em média de 9,6%. Na Bélgica, entre 1954 e 1960, de 8%. (Cf. Paul Bairoch, *Revolución Industrial y Subdesarrollo*, México, Siglo XXI, 1967.) Joseph Gillman calculou a taxa de lucro para os Estados Unidos, em termos de índice, como alcançando 69 em 1800, 50 em 1900, estabilizando-se depois em torno de 30 entre 1919 e 1952 com uma tendência para elevar-se para o nível próximo a 40 no pós-guerra. (Joseph Gillman, *The Falling Rate of Profit*, 1957, Londres: ver toda a série no Quadro VI do Apêndice.) Observe-se, tanto pelos dados de Bairoch quanto de Gillman, que a taxa de lucro é claramente declinante no século XIX, mas no século XX se estabiliza.

do capital, é a barreira sempre presente, é a barreira inerente ao capital. A taxa declinante de lucro é a negação do capital, e como a dialética nos ensina, sua existência assegura o crescimento, o movimento e o desenvolvimento do capital”.³

O desenvolvimento econômico capitalista é portanto a forma pela qual o sistema capitalista supera continuamente a tendência declinante da taxa de lucro. É o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico que caracteriza intrinsecamente o modo de produção capitalista. Nesse processo dinâmico, a tendência declinante da taxa de lucro é inerente ao processo de acumulação de capital e de substituição de trabalho por capital. Ela é, entretanto, contrabalançada por uma série de estratégias praticadas pelas empresas capitalistas, entre as quais veremos que se salienta a incorporação de progresso técnico poupador de capital.

1

Marx trabalha com três relações básicas: a taxa de mais-valia, a composição orgânica do capital e a taxa de lucro. A taxa de mais-valia, ou taxa de exploração, relaciona o total de mais-valia ou de lucro, R , com o total de salários, W : R/W .

Esta taxa determina para Marx, em termos de valor, a relação entre o trabalho pago e o não pago. É o índice de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Em termos de preço conserva uma característica e ainda se transforma em um índice básico da repartição da renda.⁴ Se a taxa de salários é constante ao nível do custo de reprodução da mão-de-obra, a taxa de mais-valia depende da quantidade de trabalho abstrato necessário para a reprodução dos trabalhadores. Se a taxa de salários sobe acima desse patamar, a taxa de mais-valia passa a depender também do poder de barganha dos trabalhadores, que determina a elevação dos salários. Em

³ Michael A. Lebowitz, “Marx’s falling rate of profit: a dialectical view”, em *Canadian Journal of Economics*, vol. IX, nº 2, p. 249.

⁴ Conforme assinaléi na Introdução, utilizarei as notações em termos de preço e não em termos de valor. Há — além disso, uma série de variáveis, como emprego, L , população, N , taxa de salário, W , etc..., para as quais Marx não utilizou notações. Os valores absolutos aparecem sempre em letras maiúsculas e as taxas em letras minúsculas.

termos agregados a taxa de mais-valia pode ser também entendida como uma taxa de repartição da renda. Quando maior for essa taxa, mais concentrada será a renda. Dado que o produto ou a renda, neste modelo simplificado, é igual aos lucros mais os salários, a taxa de mais-valia está diretamente relacionada com as porcentagens de participação dos lucros e dos salários na renda.

A composição orgânica do capital relaciona o capital constante, K , com o capital variável ou total de salários, W , medidas as duas variáveis em termos de fluxo e não de estoque: K/W .⁵

Finalmente temos a taxa de lucro que relaciona o total de mais-valia com o capital total, este sendo constituído pela soma do capital constante com o capital variável, $K + W$. Podemos, portanto, definir a taxa de lucro, r , como sendo igual a

$$r = \frac{R}{K + W}$$

Para Marx, como para toda a economia clássica, a taxa de lucro é a variável estratégica do sistema capitalista, na medida em que dela depende a acumulação de capital. O fim do sistema capitalista deverá portanto estar relacionado com o declínio da taxa média de lucro a um nível tão baixo que desestime os capitalistas a investir e leve todo o sistema à estagnação e à crise. Para demonstrar que a tendência ao declínio da taxa de lucro é inerente ao sistema capitalista, Marx desenvolve um raciocínio simples.

Em primeiro lugar, é fácil verificar que a taxa de lucro depende da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital. Dividindo ambos os termos da taxa de lucro por W ,

⁵ O capital constante, K , constituído pelo capital fixo e pelas matérias-primas utilizadas, é medido por Marx em termos de fluxo, para poder ser diretamente adicionado ao capital variável e à mais-valia. Para transformar o fluxo em estoque basta conhecer a taxa de depreciação, o capital fixo e a rotação de estoque dos bens intermediários ou matérias-primas utilizadas na produção. Normalmente Marx utiliza estes conceitos em termos de fluxo. Em certos momentos, porém, ele parece preferir utilizar as mesmas variáveis em termos de estoque. Como os dois tratamentos são intercambiantes, pareceu-me melhor manter as variáveis conceituadas em termos de fluxo.

temos no numerador a taxa de mais-valia e no denominador a composição orgânica do capital:

$$\frac{R}{K + W} = \frac{\frac{R}{W}}{\frac{K}{W} + 1}$$

A partir daí trata-se de verificar quais são as tendências a longo prazo da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia. No curto prazo a taxa de mais-valia naturalmente variará. A longo prazo, entretanto, ela seria o resultado de uma série de forças contraditórias, que afinal determinariam uma tendência estável ou ligeiramente crescente para essa taxa. A elevação da taxa de mais-valia seria sempre limitada pelo custo da reprodução da mão-de-obra. Poderia crescer no longo prazo, mas sempre menos do que a composição orgânica do capital.⁶

Já a tendência crescente da composição orgânica do capital é absolutamente indiscutível para Marx. Ele identifica o progresso técnico ou o desenvolvimento das forças produtivas, que considera inerente ao desenvolvimento do sistema capitalista, com o aumento da composição orgânica do capital. Segundo suas palavras: “Esse gradual decréscimo relativo que o capital variável experimenta, confrontado com o constante e portanto com todo o capital, identifica-se à ascensão progressiva da composição orgânica do capital social médio. É apenas outra maneira de expressar-se o desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho...”⁷

Na medida em que composição orgânica do capital cresce ao mesmo tempo em que a taxa de mais-valia permanece constante ou cresce mais lentamente, a taxa de lucro tenderá necessariamente a cair.

⁶ Afirma Marx: “Essa tendência produz, simultaneamente com o decréscimo relativo do capital variável em relação ao constante, cada vez mais elevada composição orgânica do capital global, daí resultando diretamente que a taxa de mais-valia, sem variar e mesmo elevando-se o grau de exploração do trabalho, se expresse em taxa geral de lucro em decréscimo contínuo” (*O Capital*, Livro III, vol. 4, p. 243).

⁷ Karl Marx, *op. cit.*, p. 243.

Alguns fatores poderão determinar contratendências ao declínio da taxa de lucro. O progresso técnico na indústria de bens de salários poderá baixar o custo de reprodução da mão-de-obra e em consequência elevar a taxa de mais-valia desde que os salários permaneçam constantes. Por outro lado, o desenvolvimento de técnicas poupadoras de capital poderá também reduzir ao invés de aumentar a composição orgânica do capital. Mas estes fenômenos terão sempre caráter provisorio para Marx. A longo prazo, Marx identifica progresso técnico com mecanização, ou seja, com tecnologia que poupa mão-de-obra mas não capital. Afinal a taxa de lucro deverá necessariamente cair.

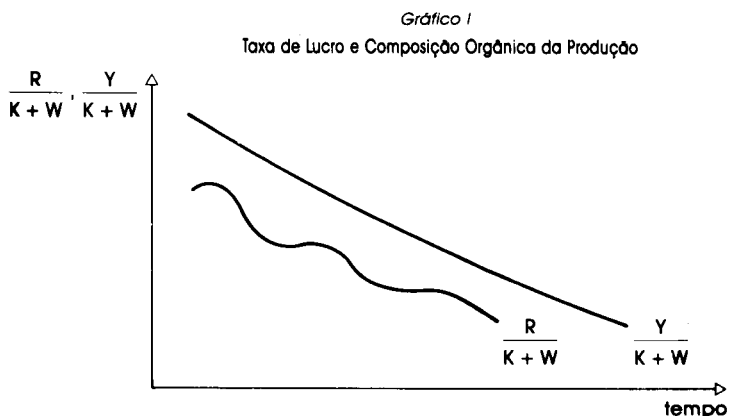
2

Em particular, uma eventual tendência crescente da taxa de mais-valia não poderá jamais compensar a tendência também crescente da composição orgânica do capital. Para isto Marx nos apresenta um raciocínio de ordem lógica, utilizando o conceito de composição orgânica da produção ou relação capital-produto, $\frac{K + W}{R + W}$ ou $\frac{K + W}{Y}$. Seu inverso é a relação produto-capital, que se constitui em um limite máximo para a taxa de lucro.

$$\frac{R}{K + W} \leq \frac{R + W}{K + W}$$

A relação produto-capital será, portanto, sempre maior do que a taxa de lucro a não ser no caso limite em que W é igual a zero. Ora, se admitirmos para efeito deste argumento que as variações da composição orgânica da produção ou relação capital-produto são proporcionais às variações da composição orgânica do capital, e que esta é crescente, a relação produto-capital, (inverso da relação capital-produto) será necessariamente declinante, e a taxa de lucro, que deve ser sempre inferior, será também declinante, conforme ilustra o Gráfico I.⁸

⁸ Ver a respeito Nobuko Okishio, "Technical changes and the rate of profit", in *Kobe University Economic Review*, 1961, p. 89, de onde o gráfico foi transcrito.



É claro que esse tipo de análise depende de duas hipóteses:

- 1) que a relação produto-capital, $\frac{Y}{K + W}$, é proporcional à composição orgânica do capital, K/W ; e
- 2) que $\frac{Y}{K + W}$ ou $\frac{W}{K}$ são necessariamente declinantes.

A primeira hipótese só será verdadeira se considerarmos a taxa de mais-valia, R/W , e portanto a participação dos trabalhadores na renda, W/Y , constante. Neste caso, temos que a relação produto-capital será proporcional à composição orgânica do capital multiplicada pela participação dos salários na renda:

$$\frac{Y}{K + W} \therefore \frac{K + W}{W} \cdot \frac{W}{Y}$$

Admitindo-se a hipótese historicamente razoável de que W/Y tende a ser constante, as duas variáveis restantes serão proporcionais.

Já a hipótese de que a relação produto-capital é necessária ou mesmo historicamente declinante, ou seja, que a produtividade do capital constante é declinante, não pode ser

aceita tão facilmente. Tudo dependerá do tipo de progresso técnico: se ele é dispendioso ou poupador de capital.

Joseph Steindl mostra que se Marx, em vez de utilizar a taxa de mais-valia, R/W , e a composição orgânica do capital, K/W , tivesse utilizado a relação lucro-produto, R/Y , e a relação capital-produto, K/Y (relações basicamente correspondentes às primeiras), poderia mais facilmente demonstrar de forma *lógica* que enquanto a primeira relação pode crescer no máximo até 1 (no caso limite em que W fosse igual a zero), a relação capital-produto e, portanto, a composição orgânica do capital, pode crescer infinitamente. Nestes termos, se

$$\frac{R}{K + W} = \frac{\frac{R}{Y}}{\frac{K + W}{Y}}$$

e se $(K + W)/Y$ pode teoricamente crescer infinitamente enquanto que o limite do crescimento de R/Y é 1, a tendência da taxa de lucro seria logicamente declinante.

Mas é óbvio que esta é apenas uma possibilidade lógica e não um resultado necessário. Conforme observa Steindl, refutando o argumento: “A hipótese empírica na qual esta análise está baseada não é realista como Marx esperava. No capitalismo moderno a relação capital-produto final provavelmente não cresce”.⁹

Não obstante, os economistas que adotam uma posição *ortodoxa* em relação à tendência declinante da taxa de lucro, como Paul Mattick, David Yaffe e Mário Cogoy, baseiam sua argumentação principalmente nesta possibilidade lógica. Através de um tipo de raciocínio que demonstra apenas que a composição orgânica do capital pode, logicamente, crescer de maneira infinita, enquanto que a taxa de mais-valia (medida nos termos propostos por Steindl) tem seu crescimento limitado pelas leis econômicas, Mário Cogoy conclui: “Portanto, a pergunta de Sweezy: ‘Por que Marx sentia-se tão seguro que a composição orgânica do capital deve crescer mais depressa do que a taxa de mais-valia?’ não pode ser respondida com a res-

⁹ Joseph Steindl, *Maturity and Stagnation in American Capitalism*, Oxford, Oxford University Press, p. 241.

posta padrão de Sweezy ('porque assim acontecia no tempo de Marx'). Ao contrário, Marx se sentia tão seguro porque tal tendência decorre necessariamente das leis específicas da produção capitalista'.¹⁰

Na verdade esta posição mais dogmática do que ortodoxa não é aceitável. Os raciocínios lógicos podem nos ajudar a compreender os dados empíricos, mas não podem substituí-los. Se a taxa de lucro depende da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia, será necessário verificar empiricamente, através da história, o comportamento dessas variáveis. Não há dúvida que, se a relação produto-capital for declinante, a composição orgânica do capital, dada uma taxa de mais-valia constante, será crescente e a taxa de lucro será declinante. Esta é uma constatação lógica. Mas nada nos assegura que a relação produto-capital seja declinante. No tempo de Marx, quando a indústria de bens de capital era ainda quase artesanal, podemos imaginar que o progresso técnico fosse geralmente dispendioso de capital. Mas logo em seguida os métodos industriais de produção em massa foram também estendidos para a produção de bens de capital, e a partir desse momento o progresso técnico passou a poupar não apenas trabalho mas também capital. Desde então a relação produto-capital já não teria qualquer tendência inerente ao declínio.

Cabe, entretanto, observar que no debate entre Sweezy e Cogoy o objetivo deste último é o de colocar a tendência declinante da taxa de lucro no centro da teoria marxista da acumulação e das crises, posição com a qual Sweezy não concorda. Cogoy quer ver em Marx uma teoria do ciclo econômico independente de qualquer teoria "keynesiana" de subconsumo. A tendência declinante da taxa de lucro, dado seu caráter intrínseco e irreversível, seria a resposta ao problema. A superprodução seria consequência da queda da acumulação causada pelo declínio da taxa de lucro, e não vice-versa.¹¹

¹⁰ Mário Cogoy, "Baisse du taux de profit et théorie de l'accumulation: réponse à Paul Sweezy", em *Les Temps Modernes*, janeiro de 1974, pp. 1243-1244. (Também em português, em Mário Cogoy e Paul Sweezy, *Teoria da Acumulação Capitalista*, Porto, Publicações Escorpão, 1977.)

¹¹ Cf. Mário Cogoy, *idem*, pp. 1252-1253. Paul Mattick, na mesma linha de pensamento, afirma: "A teoria marxista da acumulação é deste modo também uma

É indiscutível que os movimentos cíclicos vão se constituir em um elemento essencial do desenvolvimento capitalista. Mas não há razão para pretender desqualificar seja a teoria da tendência declinante da taxa de lucro, seja a teoria da insuficiência estrutural de demanda, colocando uma em oposição à outra na explicação do ciclo. Ainda que considere a segunda hipótese mais próxima da verdade, desde que a ela se somem os movimentos da taxa real de salários no período do ciclo, não vejo razão para estabelecer uma oposição frontal entre os dois movimentos. A insuficiência de demanda, de fato, provoca a redução da taxa de lucros prevista, sendo um fator determinante de reversão cíclica provocada pela queda dos investimentos. Em contrapartida é difícil admitir que a redução da taxa de lucro no processo de reversão do ciclo possa ser atribuída aos fatores discutidos por Marx quando examina a tendência declinante a longo prazo da taxa de lucro. No curto prazo a taxa de lucro declina ou porque aumentou a taxa de salários ou porque caiu a demanda agregada. Eventuais variações na composição técnica e na composição orgânica do capital, derivadas do progresso técnico, são pouco significativas para a análise do ciclo. É a confusão entre instrumentos de análise de longo prazo (lei da tendência declinante da taxa de lucro), com problemas de curto prazo (tendência à insuficiência da demanda) que está na base desse debate entre Sweezy e Cogoy. Ainda que possam ser estabelecidas relações de interdependência entre os dois prazos é preciso ficar claro que a teoria da tendência à insuficiência de demanda situa-se no curto prazo, sendo central para a análise dos movimentos cíclicos decenais do sistema capitalista, enquanto que a teoria da tendência à elevação da composição orgânica do capital situa-se no longo prazo, sendo essencial para a compreensão da acumulação e do desenvolvimento capitalista.¹²

Para concluir este capítulo, esperamos ter deixado claro que a tendência declinante da taxa de lucro poderia ser dedu-

teoria das crises, já que as crises têm sua causa em uma insuficiente valorização do capital, a qual, por sua vez, é o resultado da ação da tendência ao declínio da taxa de lucro" (*Crisis y Teoria de las Crisis*, Barcelona, Ediciones Península, 1977, traduzido da ed. alemã, 1974, p. 83).

¹² Discutiremos mais extensamente o problema no capítulo XI.

zida a partir de uma *possibilidade lógica*: enquanto a taxa de mais-valia pode crescer até o limite em que a taxa de salários é zero, a composição orgânica do capital pode crescer indefinidamente. Mas essa possibilidade deve ser refutada na medida em que está baseada na hipótese do necessário declínio da relação produto-capital. Ora, como veremos mais adiante, esse declínio só ocorrerá se o progresso técnico for dispendioso de capital, confundindo-se com mecanização.

CAPÍTULO II

Composição orgânica do capital e salários

A taxa de lucro cairá, dada uma taxa de mais-valia constante, se a composição orgânica do capital crescer. O problema, portanto, está em verificar se a composição orgânica do capital tem realmente a tendência crescente que Marx lhe atribui de maneira quase absoluta. Correlatamente é essencial saber se realmente a relação produto-capital tem uma tendência declinante, identificando-se o progresso técnico com a mecanização, como pretende Marx.

A simples identificação do progresso técnico com o aumento da composição orgânica do capital não é satisfatória. Na verdade é preciso verificar, de um lado, qual o tipo de progresso técnico que está ocorrendo, se este é neutro, poupador de mão-de-obra ou poupador de capital, e de outro, o que ocorre com a taxa de salários. Antes de examinar os tipos de progresso técnico, deveremos conceituar a composição orgânica do capital com maior precisão.

1

Examinaremos em primeiro lugar o problema da taxa de salários na composição orgânica do capital. Embora faça a distinção, Marx acaba estabelecendo uma estreita correlação entre a composição orgânica e a composição técnica do capital, na medida em que supõe uma taxa de salários constante.

É esta estratégia que lhe permite identificar o processo de mecanização, de caráter técnico, com o crescimento de uma variável econômica como é a composição orgânica do capital. Realmente, a taxa que em princípio seria crescente, à medida em que ocorre o processo de acumulação, seria a relação capital-trabalho ou composição técnica do capital, K/L . Ainda que a tendência crescente da própria relação capital-trabalho seja discutível admitiremos por enquanto que exista essa tendência.¹ Desde que consideremos a taxa de salários constante, \bar{w} , e dado que o total de salários depende da taxa de salários e do de emprego, L ,

$$W = \bar{w}L,$$

a composição técnica do capital será proporcional à composição orgânica do capital. Crescendo uma, crescerá a outra na mesma proporção.

$$\frac{K}{L} \therefore \frac{K}{wL}$$

Observe-se, em primeiro lugar, que esta hipótese da constância da taxa de salários, embora esteja presente na argumentação básica de Marx a favor da tendência à elevação

¹ O caráter crescente da relação capital-trabalho pode ser verificado historicamente, mas não é tão claro e indiscutível quanto poderíamos pensar. Em dólares de 1929, o capital por pessoa ocupada nos EUA, excluindo o setor agrícola e as residências, em 1889-90-91, era de 2.986 dólares. Em 1912-13-14, essa cifra havia subido para 4.053 dólares (cf. E. H. Phelps Brown e Margareth H. Browne, *A Century of Pay*, Londres, MacMillan, 1968, Apêndice 3). De acordo com outra fonte, com critérios obviamente diversos, a relação capital-trabalho, cujo índice era 1 em 1900, subiu para 2,36 em 1921 (cf. Paul H. Douglas, *The Theory of Wages*, Nova Iorque, Reprints of Economic Classics, 1964, p.145). É curioso, porém, observar que nos EUA, no período entre 1920 e 1938, o capital por pessoa cai de 4.502 dólares para 3.901 dólares. Na Inglaterra a relação capital-trabalho aumenta, mas menos acentuadamente. Em libras de 1913, cresce de 251 libras em 1869 para 259 libras em 1913. Permanece depois estável até 1938 (cf. E. H. Phelps Brown e Margareth H. Browne, *op. cit.*, Apêndice 3). Ver Quadro III do Apêndice, em que estes dados aparecem em forma de índice. Observe-se que, a rigor, a composição técnica do capital deveria ser medida em termos físicos no conceito de Marx. No próximo capítulo verificaremos que se o progresso técnico for poupador de capital e trabalho intensificante a própria relação capital-trabalho não crescerá.

da composição orgânica do capital, é contraditória com a hipótese de uma relativa constância da taxa de mais-valia, dada a existência de aumento da produtividade. De fato, Marx só podia identificar a incorporação de progresso técnico (ou o desenvolvimento das forças produtivas, de acordo com sua terminologia) com a substituição de mão-de-obra por capital (mecanização), e esta com elevação da composição orgânica na medida em que os salários fossem considerados constantes. Por outro lado, na medida em que a taxa de salários fosse constante, e que houvesse aumento da produtividade de trabalho, Y/L , a taxa de mais-valia seria necessariamente crescente.

De fato, se (\dot{Y}/L) é a taxa de crescimento da produtividade e se (\dot{w}/L) é a taxa de crescimento da taxa de salários, e se a primeira for maior do que a segunda,

$$\left(\frac{\dot{y}}{L}\right) > \left(\frac{\dot{w}}{L}\right)$$

teremos necessariamente que a relação produto-salários e, portanto, a taxa de mais-valia serão crescentes:

$$\frac{Y \uparrow}{W} \quad \text{logo} \quad \frac{R \uparrow}{W}$$

Em segundo lugar, é necessário salientar que se abandonarmos o pressuposto da constância da taxa de salários, a proporcionalidade entre a composição técnica e a composição orgânica desaparece. Devido ao aumento da taxa de salários, mesmo que a relação capital-trabalho aumente, a composição orgânica do capital pode estar estável e até declinante. Deixa de haver qualquer relação direta entre progresso técnico, substituição de mão-de-obra por capital, aumento da produtividade e o crescimento da composição orgânica do capital. Como veremos mais adiante, quando, a partir aproximadamente de 1870, a taxa de salários revela uma acentuada tendência crescente, é claro que este fato passa a exercer uma forte pressão para baixo sobre a composição orgânica do capital, a qual provavelmente compensaria o possível crescimento da composição técnica do capital.

2

É preciso não confundir a composição orgânica do capital com a composição técnica do capital. Esta relaciona o capital constante com o número de trabalhadores empregados na produção, L . A composição técnica do capital pode ser expressa, de forma aproximada, através da relação capital-trabalho: K/L .

Alguns, como Mário Cogoy, confundem a composição do capital com a técnica porque esta última, na medida em que não é afetada por salários crescentes, tende ela própria a ser mais aparentemente (embora não necessariamente) crescente, confirmando melhor a hipótese de Marx de que a composição orgânica do capital é crescente.² Joan Robinson comete o mesmo engano, mas por outros motivos. Preocupada em ser coerente com sua teoria do capital, prefere distinguir dois tipos de capital: K , o valor do capital dado em determinado volume de lucro e uma taxa de desconto para esse lucro e, C , o estoque de capital em termos de trabalho morto incorporado nos bens. Por outro lado ela considera difícil medir o capital total, que Marx definia em termos ou fluxo como sendo igual a capital constante mais capital variável ($c + v$), em termos de estoque, para o subsequente cálculo da taxa de lucro. Decide, nesses termos, incluir os bens de subsistência dos trabalhadores em c e em seguida transformá-lo em medida de estoque, C . Com isto desaparece v do capital. Ou melhor v assim manipulado é reduzido a L e a composição orgânica do capital é definida como sendo igual a C/L .³ Alterar os conceitos de Marx, seja para provar que ele estava certo, como é o caso de Mário Cogoy, seja para se tornar mais coerente com uma outra teoria, como é o caso de Joan Robinson, não é razoável.

É preciso assinalar que aqueles, como Joan Robinson, que utilizam K/L ou C/L para definir a composição orgânica do capital, pretendem não a estar confundindo com a compo-

² Mário Cogoy, "Baisse du taux de profit et theorie de l'accumulation: reponse à Paul Sweezy", *op. cit.*

³ Joan Robinson, "The organic composition of capital", em *Kyklos*, vol. 31, 1978, fase 1, pp. 5-6.

sição técnica do capital. Para esses autores, haveria dois conceitos possíveis para a composição orgânica do capital:

1) a composição orgânica segundo o valor, c/v , que, transformado em termos de preço seria K/W , e

2) a relação entre trabalho morto e trabalho vivo, expressa já em termos de preço como sendo C/L ou K/L .

A primeira variante, segundo Philippe Van Parijs, deveria ser chamada de “variante de livro-texto” e a segunda de “variante moderna”.⁴ Apesar do título depreciativo dado ao primeiro conceito, este me parece obviamente mais de acordo com o pensamento de Marx e continuaremos a adotá-lo. Inclusive porque, assim, poderemos ter uma clara distinção entre a composição orgânica do capital e a relação capital-trabalho.

A relação capital-trabalho é uma aproximação da composição técnica do capital porque, para Marx, a composição técnica seria medida sempre em termos de unidades físicas: tanto o número de horas trabalhadas quanto o de meios de produção utilizados. Como isto é impossível de ser medido em termos agregados, utilizamos a mensuração em termos monetários de K . Nestes termos, a composição técnica do capital será identificada, para efeitos práticos, com a relação capital-trabalho:

$$\frac{K}{L}$$

Na verdade, Marx sabia perfeitamente que a produtividade do trabalho estava mais diretamente relacionada com a composição técnica do que com a composição orgânica do capital. O trecho seguinte deixa claro tanto sua insistência em relacionar a tendência crescente à composição orgânica do capital com o aumento da produtividade (base de sua tese sobre a taxa declinante de lucro), quanto a ressalva que fazia a esta forma de medir produtividade através da composição orgânica do capital, especialmente quando houvesse variação

⁴ Philippe Van Parijs, “The falling rate of profit theory of crisis: a rational reconstruction by way of obituary”, em *Review of Radical Political Economics*, 12 vol. nº 1, 1980, p. 3.

na taxa de salários. Afirma Marx: “Efetivamente, a composição, segundo o valor, do capital empregado num ramo industrial — uma relação determinada, portanto, entre capital variável e capital constante — exprime sempre determinado grau de produtividade do trabalho. Quando essa relação se modifica não por simplesmente variar os componentes materiais do capital constante, nem por alterar-se o salário, inferre-se que se terá modificado também a produtividade do trabalho”.⁵

Mário Cogoy procura contornar o problema através de uma distinção que haveria entre composição segundo o valor do capital e composição orgânica do capital. Para isso baseia-se no trecho de *O Capital* em que Marx, depois de definir as duas taxas, afirma: “Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica. Há estreita correlação entre elas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital”.⁶ Segundo Cogoy, quando a composição segundo o valor não reflete modificações da composição técnica, não haveria estreita correlação entre a composição orgânica e a composição técnica do capital.⁷ Esta interpretação é forçada e desnecessária. Pretende que a composição orgânica do capital seja diretamente proporcional à composição técnica e, portanto, sempre crescente, enquanto que a composição do capital segundo o valor poderia deixar de ser proporcional devido a variações na taxa de salários. A meu ver, a composição orgânica do capital para Marx é sinônimo de composição do capital segundo o valor. É a relação entre o capital constante e o capital variável, como ele tantas vezes repete, e não a relação entre o capital constante e a força de trabalho empregada. Esta última relação é medida pela composição técnica do capital. Não é com uma citação de Marx, que pode ser passível de varias interpretações, que se vai modificar o conceito de

⁵ Karl Marx, *O Capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, Livro III, p. 55.

⁶ Karl Marx, *op. cit.*, Livro I, p. 713.

⁷ Mário Cogoy, *op. cit.*, pp. 1238-39.

composição orgânica do capital, por ele tão claramente definido durante todo o transcorrer de *O Capital*.

Não deixa, entretanto, de ser curioso que nesta distinção entre composição orgânica do capital e composição do capital segundo o valor, representantes fundamentalistas do marxismo, como Cogoy, se aproximem dos economistas de Cambridge, que criticam sistematicamente a teoria da tendência declinante da taxa de lucro. Para os fundamentalistas, distinguir as duas taxas seria útil para se sustentar a *hipótese lógica* de que a composição orgânica do capital seria sempre crescente na medida em que a composição técnica também o fosse. Já para a Escola de Cambridge, a composição do capital segundo o valor (conceito de livro-texto) é distinguida da composição orgânica do capital (conceito moderno), e esta é na prática identificada com a composição técnica por uma questão de lógica interna da própria teoria do capital. Isto, entretanto, não os impede de criticar fortemente a teoria da tendência à elevação da composição orgânica do capital, já que a própria elevação da composição técnica não é uma implicação necessária, dependendo do tipo de progresso técnico.

CAPÍTULO III

Os tipos de progresso técnico

O progresso técnico expressa-se sempre pelo aumento da produtividade do trabalho. Temos progresso técnico quando, no processo de acumulação de capital, novas técnicas são introduzidas que reduzem a quantidade de trabalho direto e indireto incorporado em um bem. Definido nesses termos, o progresso técnico pode ser medido de duas formas. Em termos de valor o progresso técnico é dado pela diminuição do valor-trabalho incorporado em um bem. Esta, entretanto, é uma medida microeconômica que não permite agregação. No plano macroeconômico só podemos medir o progresso técnico em termos de preço pela taxa de crescimento da produção por trabalhador:

$$\left(\frac{\dot{Y}}{L}\right)$$

As duas medidas são compatíveis sob certas condições. O aumento da produção por trabalhador implica redução da quantidade de trabalho incorporada em cada bem. No quadro de uma economia competitiva em equilíbrio este aumento de produtividade do trabalho implicaria também uma redução dos preços de produção. Neste trabalho mediremos o progresso técnico em termos de preço em função da operacionalidade macroeconômica que esta opção apresenta.

1

Progresso técnico é, portanto, sempre aumento da produtividade do trabalho. Existem, entretanto, três tipos de progresso técnico, dependendo da correspondente variação na *produtividade* do capital, a qual é medida pela relação produto-capital:¹

$$\frac{Y}{K}$$

À medida em que aumenta a produtividade do trabalho, a produtividade do capital pode estar caindo, ser constante ou ser crescente. No primeiro caso, a relação produto-capital será chamado *dispendioso de capital* ou *mecanização*. No segundo caso, a relação produto-capital será constante, e o progresso técnico será considerado *neutro*. Finalmente no terceiro caso, a relação produto-capital será crescente e o progresso técnico será *poupador de capital*:²

O tipo de progresso técnico terá uma influência decisiva sobre a tendência da taxa de lucro. Um progresso técnico dispendioso de capital terá uma influência negativa sobre a taxa de lucro, o inverso ocorrendo com um progresso técnico poupador de capital. Este fato torna-se mais claro e pode ser expresso de forma rigorosa, se admitirmos como pressuposto que a taxa de mais-valia é constante.³ A adoção dessa hipóte-

¹ A rigor não faz sentido falar-se em produtividade do capital, já que apenas o trabalho produz valor. Mas trata-se de um conceito prático, quando significa simplesmente a relação produto-capital. Observe-se, por outro lado, que a partir deste momento estamos, também para simplificar, considerando K o capital total (constante e variável). No exemplo numérico mais adiante, voltaremos a separar o capital constante do variável para calcular a taxa de lucro.

² Sobre os tipos de progresso técnico ver a conceituação original de Roy Harrod, *Toward a Dynamic Economics*, Londres, Macmillan, 1966, e "An essay in dynamic theory", em *The Economic Journal*, n.º XLX, 1939.

³ A adoção da hipótese de uma taxa de mais-valia constante, em quase todo esse trabalho, não é arbitrária. Quando propusermos a divisão do desenvolvimento capitalista em fase, admitiremos uma distribuição da renda entre lucros e salários constante para todas as fases exceto a primeira. Os dados históricos revelam ou estabilidade ou tendência à redução na taxa de mais-valia. Mas essa redução pode ser devida ao fato de que os ordenados crescentes dos tecnoburocratas são sempre

se não é essencial e pode ser em seguida abandonada, mas permite uma análise teórica mais precisa, na medida em que assim utilizamos o clássico recurso de manter as demais variáveis constantes.

Por outro lado, utilizaremos também o pressuposto simplificador de uma economia sem Estado e fechada em relação ao exterior. Isto significa que a renda é igual à soma dos lucros e dos salários:

$$Y = R + W$$

Por outro lado, dado o pressuposto de uma taxa de mais-valia constante, temos que

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta R}{R} = \frac{\Delta W}{W}^4$$

Quando o progresso técnico é dispendioso de capital, a relação produto-capital tende a baixar:

$$\frac{Y}{K} \downarrow$$

Dado este fato e a taxa de mais-valia constante, temos que

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} < \frac{\Delta K}{K}$$

somados ao salário dos trabalhadores nas estatísticas oficiais. Além disso, quando um camponês se torna assalariado, aumenta a participação dos assalariados mas não a dos trabalhadores. Feitas essas ressalvas, verificamos, para o Reino Unido, que a renda originária de ativos (mais-valia) representava 36% do total em 1860-69; 37% em 1926-29; e 21% em 1954-60. Para os Estados Unidos, temos 22% em 1899-1908; 24% em 1919-28; 25% em 1929; e 19% em 1954-60. Para a Alemanha, temos 16% em 1895; 19% em 1913; 10% para 1925-1929; e 18% para 1954-60 (RF) (fonte: Simon Kuznetz, *Modern Economic Growth*, New Haven, University Press, 1966, p. 169).

⁴ O leitor deverá notar que estamos utilizando dois tipos de notação para expressar a taxa de variação de uma variável. Quando a variável é definida a partir de duas outras, tal como a produtividade do trabalho (Y/L), a taxa de variação é expressa por $(\Delta Y/L)$. No caso de variáveis simples como, por exemplo, nível de renda (Y), a variação é expressa por $(\Delta Y/Y)$.

Em consequência teremos a composição orgânica do capital crescente e a taxa de lucro decrescente, nos termos do modelo básico de Marx:

$$\frac{K}{W} \uparrow \text{ e } \frac{R}{K + W} \downarrow$$

O progresso técnico dispendioso de capital pode ser chamado de *mecanização*, porque, em princípio, ele consiste na mera substituição de trabalho por capital, sem que haja novo progresso técnico e, portanto, barateamento na própria produção dos bens de capital em uso. Para que a produtividade do capital caia e ainda assim a produtividade do trabalho cresça basta que

$$\frac{\Delta K}{K} > \frac{\Delta Y}{Y} > \frac{\Delta L}{L}$$

Para que isto ocorra basta que o preço dos bens de capital não se altere para baixo ou pouco se altere. Procede-se à mera adição de máquinas de igual preço e, portanto, de igual produtividade. Ao realizar-se essa substituição, o capital constante, K, aumenta mais que proporcionalmente em relação ao emprego, L, e ao total de salário, W, provocando o aumento da composição do capital. É claro que, para que essa substituição se justifique, é preciso que a parcela do capital constante que se transfere para o produto em forma de depreciação seja menor do que o total de salários liberado na produção direta. Mas a quantidade de capital aumenta mais que proporcionalmente em relação ao produto, provocando a diminuição de Y/K. Dada uma taxa de mais-valia constante, os lucros também crescem menos que proporcionalmente provocando a queda da taxa de lucro.

O progresso dispendioso de capital pode parecer à primeira vista ilógico, se imaginarmos que as empresas estariam substituindo máquinas mais eficientes por máquinas menos eficientes. Obviamente não se trata disso. O progresso técnico dispendioso de capital ocorre quando novos setores vão sendo mecanizados (mão-de-obra vai sendo substituída por máquina) e a produtividade média do capital vai caindo, já que inicialmente as empresas tendem a substituir capital por mão-de-obra nos setores obviamente mais vantajosos e em

seguida partem para a substituição nos setores relativamente menos vantajosos, provocando a baixa relação global Y/K . Esta baixa só chegará a termo quando não houver mais setores a mecanizar vantajosamente, ou seja, com aumento da produtividade do trabalho e diminuição de custos. Ou, mais precisamente, quando esse tipo de progresso técnico for se tornando relativamente menos importante em relação ao processo de substituir máquinas menos eficientes por máquinas mais eficientes ou mais baratas. A partir desse momento o progresso técnico provavelmente tenderá a passar por uma fase em que a produtividade do capital se estabilizará para depois começar a crescer.

Em sua análise Marx geralmente pressupõe progresso técnico dispendioso de capital, mecanização portanto. Por isso previa a redução da relação produto-capital ou a elevação da composição orgânica do capital e em conseqüência a inevitabilidade da queda da taxa de lucro. É claro que ele faz ressalvas, apresenta contratendências, mas seu raciocínio central está baseado nesse pressuposto. Ora, esse tipo de progresso técnico, embora viável teoricamente, não parece verificar-se na história do século atual, pois a relação produto-capital não tem se revelado decrescente.⁵

No século passado, quando Marx realizou sua análise, as inovações tecnológicas provavelmente tinham caráter principalmente dispendioso de capital. Este tipo de progresso técnico implica uma redução da produtividade média do capital, mas é perfeitamente justificável se as novas máquinas que estão sendo introduzidas não estão substituindo velhas máquinas menos eficientes e mais caras, mas estão substituindo com vantagem trabalho direto. Sempre que a nova tecnologia implicar introdução de novas máquinas mais eficientes do

⁵ A relação produto-capital, no Reino Unido, subiu de 0,31 em 1870, para 0,43 em 1913 e 0,50 em 1938. Destes valores estão excluídos a produção da agricultura e o pagamento às forças armadas e aos empregados domésticos. Para os EUA, a relação produto-capital subiu de 0,4 em 1889 para 0,44 em 1938. Nos Estados Unidos, portanto, o crescimento da relação produto-capital não é significativo. Já vimos que neste país, ao contrário do que ocorreu no Reino Unido, o que foi significativo foi o crescimento da relação capital-trabalho. Para os Estados Unidos, portanto, o progresso técnico tenderia a ser neutro enquanto que para a Inglaterra seria poupador de capital (cf. E. H. Philips Brown e Margaret Browne, *A Century of Pay*, Londres, MacMillan, 1968); ver Quadro VIII, no Apêndice.

que trabalho direto mas menos eficientes do que a média das máquinas existentes na economia operando em atividades já mecanizadas haverá progresso técnico dispendioso de capital, já que a produtividade média do capital deverá cair, embora aumente a produtividade do trabalho. A ressalva de que as novas máquinas menos eficientes (relação produto-capital menor) e, portanto, relativamente mais caras sejam destinadas a novas atividades ainda não mecanizadas é importante, porque obviamente as empresas não substituirão máquinas mais eficientes por menos eficientes. Poderá também ocorrer o caso de simples adição de máquinas do mesmo tipo das máquinas já em funcionamento. Se estas máquinas já em operação tiverem uma relação produto-capital menor do que a média do sistema econômico, a adição de máquinas iguais provocará uma redução na relação produto-capital média do sistema, implicando progresso técnico dispendioso de capital.

À medida, entretanto, em que a industrialização avança e que o progresso técnico se concentra não mais na substituição de mão-de-obra direta — trabalhando com ferramentas — por máquinas, mas na substituição de máquinas menos eficientes por máquinas mais eficientes e, portanto, mais baratas, o progresso técnico médio da economia vai deixando de ser dispendioso de capital para se tornar neutro e em seguida poupador de capital. Este processo também se acelera na medida em que os bens de capital deixam de ser produzidos artesanalmente, para serem produzidos industrialmente, de acordo com critérios de eficiência e, portanto, de introdução de inovações tecnológicas cada vez mais sistemáticas.

O progresso técnico neutro é aquele em que a relação produto-capital permanece constante

$$\frac{\bar{Y}}{\bar{K}}$$

Dada uma taxa de mais-valia constante teremos

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta K}{K}$$

e, portanto, a composição orgânica do capital e a taxa de lucro serão constantes:

$$\frac{\vec{K}}{W} \text{ e } \frac{\vec{R}}{K + W}$$

A hipótese de um progresso técnico neutro é uma hipótese ao mesmo tempo conservadora e prudente, na medida em que pressupõe uma variação que não afeta as demais variáveis. Por ser a única compatível com o equilíbrio *steady state* essa modalidade de progresso técnico é utilizada nos modelos de crescimento econômico e em particular no modelo de Harrod.⁶ Na verdade o progresso técnico neutro é uma média de progressos técnicos dispendiosos de capital e de progressos técnicos poupadores de capital. É dominante historicamente quando os processos de mecanização, que encarecem o capital médio, passam a ser compensadas pela introdução crescente de técnicas poupadoras de capital.

Podemos, finalmente, supor um progresso técnico poupador de capital, em que o barateamento do capital é suficientemente grande para determinar uma elevação da relação produto-capital:

$$\frac{Y}{K} \uparrow$$

Neste caso, e dada a taxa de mais-valia constante, teremos

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} > \frac{\Delta K}{K}$$

Em conseqüência, a composição orgânica do capital será decrescente e a taxa de lucro crescente:

$$\frac{K}{W} \downarrow \text{ e } \frac{R}{K + W} \downarrow$$

Um progresso técnico poupador de capital é uma hipótese perfeitamente aceitável,⁷ mas uma taxa de lucro crescente a

⁶ Roy F. Harrod, *Toward a Dynamic Economics*, *op. cit.*, e "An essay in dynamic theory", *op. cit.*; F. H. Hahn e R. C. O. Mattheus, "Growth and technical progress: a survey" em K. Sen, *Growth Theory*, Penguin Press, 1970.

⁷ Já vimos que no Reino Unido a participação da mais-valia na renda, que estava em aproximadamente 36% no século passado, baixou para 21% em meados deste

longo prazo não parece uma suposição realista. Entretanto, para que a taxa de lucro e a composição orgânica do capital possam se tornar constantes, dada uma relação produto-capital crescente, basta abandonarmos a hipótese de constância da taxa de mais-valia e imaginarmos um processo de desconcentração da renda, com os salários crescendo mais rapidamente do que os lucros. Veremos que para certos períodos do desenvolvimento capitalista, em particular para a Inglaterra, onde efetivamente ocorreu um processo de redução da taxa de mais-valia, esta última hipótese é perfeitamente aceitável. Teremos neste caso:

$$\frac{Y}{K} \downarrow, \frac{R}{W} \downarrow, \frac{\bar{K}}{W} \text{ e } \frac{\bar{R}}{K}$$

Com esta análise o que importa salientar é a dependência da composição orgânica do capital em relação à taxa de salários e ao tipo de progresso técnico. Desde que a taxa de mais-valia seja constante existe uma relação inversa entre a composição orgânica do capital e a taxa de lucro. Mas não há nenhuma imposição tecnológica ou econômica levando a composição orgânica do capital a crescer. O progresso tecnológico só levará ao crescimento da composição orgânica do capital no caso improvável a partir da segunda metade do século XX, nos países centrais, do progresso tecnológico ser dispendioso de capital. Nos outros dois tipos de progresso técnico essa tendência não existe.

Por outro lado, temos a variável taxa de salários. Caso esta seja crescente à mesma taxa do aumento da produtividade, mantendo-se portanto constante a taxa de mais-valia, a composição orgânica do capital poderá ser constante (e a taxa de lucro constante), mesmo com uma relação capital-trabalho crescente, dado o progresso técnico neutro. Entretanto, aceito o pressuposto de Marx de um progresso técnico dis-

século (ver nota 3). A taxa de mais-valia apresentou, portanto, uma tendência decrescente. Por outro lado, a relação produto-capital, que era de 0,31% em 1870, subiu para 0,50 em 1938 (ver nota 5). Vemos, portanto, que a queda na taxa de mais-valia foi compensada pela elevação da produtividade do capital, permitindo que a taxa de lucro provavelmente se mantivesse relativamente constante (não conseguimos dados sobre a taxa de lucro).

pendioso de capital, a elevação da taxa de salários levaria à redução da taxa de mais-valia, e mesmo que a composição orgânica do capital se mantivesse constante devido ao aumento da taxa de salários, a taxa de lucro necessariamente cairia.

2

Admitida a hipótese de que a taxa de salários, W/L , cresça ao mesmo ritmo que a taxa de produtividade, Y/L , o que parece uma hipótese provável para o capitalismo a partir da segunda metade do século XIX,⁸ podemos relacionar esta hipótese com o tipo de progresso técnico e verificarmos qual será a consequência em relação à relação capital-trabalho ou composição técnica do capital, K/L , à composição orgânica do capital e à taxa de lucro. Verificamos, então, que a própria relação capital-trabalho não é necessariamente crescente.

Examinemos, em primeiro lugar, apenas a relação entre o tipo de progresso técnico e a composição técnica do capital. Para isto devemos levar em consideração a produtividade do trabalho, Y/L , a produtividade do capital, Y/K , e a composição técnica capital, K/L . Para essas variáveis temos que:

$$\frac{Y}{L} = \frac{Y}{K} \cdot \frac{K}{L}$$

ou em termos de taxas de crescimento:

$$\left(\frac{\dot{Y}}{L}\right) = \left(\frac{\dot{Y}}{K}\right) + \left(\frac{\dot{K}}{L}\right)$$

Desta forma,

⁸ Ver quadros sobre a evolução da renda por habitante, produtividade do trabalho e taxa de mais-valia no Apêndice. Ainda que os dados não sejam absolutamente concludentes, observa-se, até meados deste século, que o crescimento da taxa de salários e da renda por habitante seguem aproximadamente o mesmo ritmo, determinando a estabilidade, com alguma tendência à queda, da taxa de mais-valia. A partir dos anos cinquenta a taxa de salários passa a crescer mais rapidamente e a taxa de mais-valia cai.

se $\frac{\dot{Y}}{\dot{K}} = 0$, isto é, $\left(\frac{\dot{Y}}{\dot{K}}\right) = 0$ então $\left(\frac{\dot{Y}}{\dot{L}}\right) = \left(\frac{\dot{K}}{\dot{L}}\right)$

se $\frac{Y}{K} \uparrow$, isto é, $\left(\frac{\dot{Y}}{\dot{K}}\right) < 0$ então $\left(\frac{\dot{Y}}{\dot{L}}\right) < \left(\frac{\dot{K}}{\dot{L}}\right)$

Portanto, se temos progresso técnico neutro em que Y/K é constante ou progresso técnico dispendioso de capital em que Y/K é decrescente, a taxa de crescimento da composição técnica do capital será igual ou maior que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, respectivamente. Neste caso, se o produto cresce mais depressa que a quantidade de trabalho, ou seja, Y/L está crescendo, é óbvio que a relação capital/trabalho, K/L , será crescente.

Entretanto, se o progresso técnico for poupador de capital, crescendo a produtividade do capital (Y/K), a composição técnica do capital poderá ser ainda crescente, constante ou declinante, dependendo da taxa de crescimento de Y/K e Y/L . Nos termos da equação acima,

se $\left(\frac{\dot{Y}}{\dot{K}}\right) = \left(\frac{\dot{Y}}{\dot{L}}\right)$ então $\left(\frac{\dot{K}}{\dot{L}}\right) = 0$, isto é, $\frac{\dot{K}}{\dot{L}} = 0$

se $\left(\frac{\dot{Y}}{\dot{K}}\right) < \left(\frac{\dot{Y}}{\dot{L}}\right)$ então $\left(\frac{\dot{K}}{\dot{L}}\right) > 0$, isto é, $\frac{\dot{K}}{\dot{L}} \uparrow$

se $\left(\frac{\dot{Y}}{\dot{K}}\right) > \left(\frac{\dot{Y}}{\dot{L}}\right)$ então $\left(\frac{\dot{K}}{\dot{L}}\right) < 0$, isto é, $\frac{\dot{K}}{\dot{L}} \downarrow$

Portanto, se Y/K estiver crescendo mais lentamente do que Y/L , K estará crescendo mais depressa que L e K/L será crescente. Entretanto, se Y/K estiver crescendo a um ritmo maior do que Y/L , K estará crescendo mais lentamente do que L e K/L será decrescente. É claro que esta última hipótese é um caso limite, a fim de não exagerarmos a tendência crescente da composição técnica do capital.

Introduzamos agora na análise a taxa de salários, a taxa de mais-valia, a composição orgânica do capital e a taxa de lucro. No caso de progresso técnico neutro, em que Y/K é constante e Y/L crescente, o crescimento da taxa de salários,

à mesma taxa que a da produtividade, é perfeitamente compatível com o crescimento da relação capital-trabalho, K/L , restando a taxa de mais-valia e a taxa de lucro constante. A composição técnica do capital poderá ser constante, crescente ou decrescente, dependendo da taxa de crescimento da produtividade do trabalho e do capital.

No caso de progresso técnico poupador de capital, em que Y/K é crescente e Y/L também crescente, uma taxa de salário crescente será perfeitamente compatível com uma taxa de mais-valia e uma composição orgânica do capital constantes e também com uma relação capital-trabalho declinante.

Já no caso de progresso técnico dispendioso de capital, em que Y/K é decrescente e Y/L crescente, a relação capital-trabalho tenderá a ser crescente, como no caso de progresso técnico neutro. Dada uma taxa de salário crescente à mesma taxa de crescimento da produtividade, a taxa de mais-valia será constante e a taxa de lucro declinante.

Outras relações entre taxa de lucro, taxa de mais-valia, composição orgânica do capital, composição técnica do capital, taxa de salários e tipo de progresso técnico poderiam ser estabelecidas. Aquelas que apontamos, entretanto, são suficientes para a análise que pretendemos realizar em seguida sobre a tendência a longo prazo da taxa de lucro no sistema capitalista. E nos permitem também verificar que qualquer relação simples entre essas taxas é enganadora. E sem dúvida qualquer inferência sobre a tendência declinante da taxa de lucro a partir de uma tendência crescente da composição orgânica do capital é apressada.

Verificamos, portanto, que não há qualquer razão para se afirmar de forma inequívoca que a tendência da composição técnica do capital ou relação capital-trabalho será sempre crescente. Todo o esforço dos tecnólogos modernos dirige-se não apenas para economizar trabalho mas também capital (no sentido de meios de produção). Afinal capital não é outra coisa senão trabalho acumulado. E em período de rápido progresso tecnológico, em que a depreciação deve ser acelerada, a acumulação de trabalho tem pouca duração. Nestes termos, há um constante esforço em desenvolver máquinas e sistemas industriais mais baratos, como menos trabalho acumulado. Ora, na medida em que se poupar também capital, toda a acumulação de capital em curso pode não levar ao

aumento da relação capital-trabalho. A estabilidade da relação capital-trabalho é perfeitamente compatível com o progresso técnico poupador de capital, em Y/L e Y/K estão crescendo. Já se o progresso técnico for neutro, crescendo Y/L , mas permanecendo constante Y/K , K/L deverá estar crescendo. O capitalismo é sem dúvida o modo de produção definido pela acumulação de capital. Mas isto não significa que o processo de desenvolvimento capitalista se constitua em uma acumulação sem limites. Além de o progresso técnico poder ser poupador de capital, o desenvolvimento capitalista é não só um processo de acumulação mas também de destruição de capital. A depreciação dos equipamentos produtivos é rápida e tende a se acelerar na medida em que o progresso técnico se acelera.

Em síntese, se nem mesmo a composição técnica do capital tende necessariamente a crescer à medida em que ocorre o aumento da produtividade, muito menos obrigatório é o crescimento da composição orgânica do capital. A tendência da composição técnica do capital depende do tipo de progresso técnico; a da composição orgânica do capital depende também do tipo de progresso técnico (via relação K/L) e da taxa de salários.

3

Devemos agora reexaminar a relação entre progresso técnico, os salários e a taxa de lucros. Se supusermos um progresso técnico neutro, em que a relação produto-capital permanece constante, a taxa de salários poderá aumentar à mesma taxa do aumento da produtividade, sem que caia a taxa de lucro.

Seja (Y/L) o crescimento da produtividade e (W/L) o crescimento da taxa de salários. Se

$$\left(\frac{\dot{Y}}{L}\right) = \left(\frac{\dot{W}}{L}\right)$$

e se a relação produto-capital Y/K é constante já que o progresso técnico é neutro, teremos que

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta R}{R} = \frac{\Delta K}{K}$$

Em conseqüência, a taxa de mais-valia, a composição orgânica do capital e a taxa de lucro serão constantes:

$$\frac{\vec{R}}{W} ; \frac{\vec{K}}{W} ; \frac{\vec{R}}{K + W}$$

Nos modelos de desenvolvimento econômico a longo prazo geralmente pressupõe-se progresso técnico neutro e um crescimento da taxa de salários igual ao da produtividade o que é compatível com a manutenção da taxa de lucro. Da mesma forma, nas fórmulas de indexação salarial geralmente se propõe que o salário nominal aumente na proporção da inflação mais o aumento da produtividade. O caráter não inflacionário — apenas mantenedor do patamar de inflação — desse tipo de fórmula deriva da pressuposição de que o progresso técnico será neutro, de forma que os aumentos reais de salários à mesma taxa do aumento da produtividade não tenderão a reduzir a taxa de lucro e, portanto, não provocarão pressões inflacionárias.

Se o progresso técnico for dispendioso de capital e a taxa de salários crescer ao mesmo ritmo de aumento da produtividade, a taxa de lucros cairá. Em contrapartida, se o progresso técnico for poupador de capital a taxa de salários poderá crescer a um ritmo superior ao aumento da produtividade, e ainda assim a taxa de lucros poderá permanecer constante.

Esta possibilidade de a taxa de lucro permanecer estável enquanto a taxa de salários cresce a um ritmo superior ao do aumento da produtividade é um dado econômico extremamente importante na história do desenvolvimento capitalista. A elevação da taxa de salários é a reivindicação fundamental dos trabalhadores, a manutenção da taxa de lucros é a condição de sobrevivência dos capitalistas. Através do progresso técnico ambos os objetivos podem teoricamente ser alcançados, e na prática veremos que passaram a ser alcançadas a partir da segunda metade do século passado nos países centrais. Este fato será essencial para explicar a relativa estabilidade política desses países. A luta de classes continua a ser fundamental, mas encontra uma solução relativamente satis-

fatória para ambas as partes no processo de acumulação acompanhado de progresso técnico neutro ou, se possível, poupador de capital.

4

Estes três tipos de progresso técnico podem ser ilustrados através de um exemplo bastante simplificado, que aparece resumido na Tabela I. Imaginemos uma economia em que haja uma força de trabalho, L , de 40 homens-hora em um determinado período de tempo. Esta força de trabalho é fixa. Também é constante a taxa de mais-valia, equivalente a 100%. No período inicial a força de trabalho de 40 produz diretamente bens de consumo. Existe, por outro lado, uma força de trabalho já incorporada em máquinas, transformada portanto em trabalho morto, equivalente a 40 homens-hora. O capital constante desta economia é portanto de 40. A mão-de-obra direta produz, no período, 40 unidades de um determinado bem de consumo. Portanto, cada unidade de força de trabalho produz uma unidade de produto. A mão-de-obra incorporada nas máquinas, as quais transferem o seu valor para o produto em termos de depreciação, produz 80 unidades de bens de consumo. A produtividade das máquinas é, portanto, duas vezes maior do que da mão-de-obra que produz sem utilização de máquinas. Para simplificar as máquinas são consideradas totalmente automáticas. Dada uma taxa de mais-valia constante, as demais variáveis e relações são decorrentes.

Como as máquinas são mais produtivas que os trabalhadores diretos, na medida em que se vai transferindo mão-de-obra direta para a construção de máquinas obtém-se o dobro de produtividade, os empresários tratarão de transferir mão-de-obra da produção direta para a produção de máquinas. Supomos, nos três casos, que essa transferência é de 10 homens-hora, que são incorporados na construção de máquinas. Essa transferência corresponde à acumulação de capital, ΔK , no modelo. Em consequência, a relação capital-trabalho aumenta de 1,2 nos três exemplos.

A produtividade do capital adicional, entretanto, é diversa nos três casos de progresso técnico. No primeiro

TABELA I

EXEMPLOS DE PROGRESSO TÉCNICO

	<i>Inicial</i>	<i>Dispendioso de capital</i>	<i>Neutro</i>	<i>Poupador de capital</i>
K inicial	40	40	40	40
L (constante)	40	40	40	40
L direta em bens de consumo	40	30	30	30
L transferida para máquinas = ΔK	—	10	10	10
K total	40	50	50	50
Y decorrente de L direta	40	30	30	30
Y decorrente de K inicial	80	80	80	80
Y decorrente de ΔK		20	40	60
Y total	120	130	150	170
Y/L	3	3,25	3,75	4,25
R/W (pressuposto)	100%	100%	100%	100%
K/L	1	1,2	1,2	1,2
R	60	65	75	85
W	60	65	75	85
K + W	100	115	125	135
Y/K + W	1,20	1,13	1,20	1,26
K/W	0,66	0,77	0,66	0,59
R/K + W	0,60	0,56	0,60	0,63
w = W/L	1,50	1,60	1,88	2,12

caso, de progresso dispendioso de capital, o capital adicional tem a mesma produtividade do capital preexistente. Há uma mera mecanização, ou seja, uma simples adição de máquinas às anteriores. Em consequência cai a relação produto-capital, eleva-se a composição orgânica do capital, cai a taxa de lucro. No caso de progresso técnico neutro, em que a relação produto-capital é mantida constante, também a composição orgânica do capital e a taxa de lucro são mantidas constantes. Finalmente, no caso de progresso técnico poupador de capital, aumenta a relação produto-capital, diminui a composição orgânica do capital e eleva-se a taxa de lucro.

Nos três casos, como ocorre progresso técnico e como a taxa de mais-valia é constante, ocorre aumento da taxa de salários. É claro, porém, que os salários aumentam mais no progresso poupador de capital do que no dispendioso de

capital. A rigor, a taxa de salários, nos três casos, cresce exatamente na mesma proporção da produtividade, já que a distribuição da renda é mantida constante.

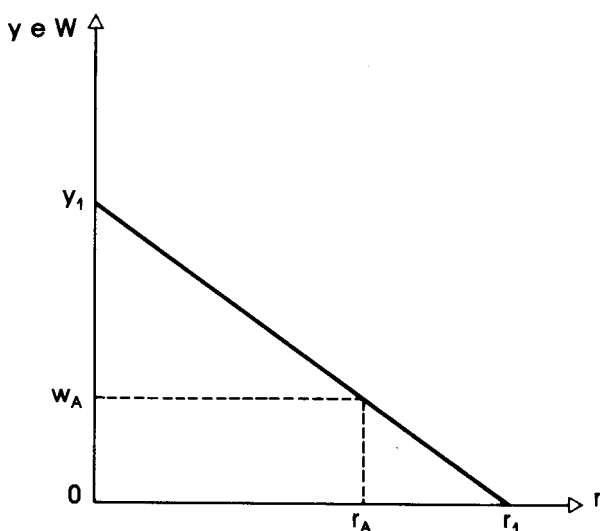
5

Recentemente, quando este trabalho já estava basicamente redigido, Nobuo Okishio e Joan Robinson publicaram dois artigos em que o problema da taxa declinante de lucro é analisado e um tratamento gráfico é apresentado que permite estabelecer a relação entre progresso técnico e taxa de lucro, dada a taxa de salários.⁹ Este tratamento já tem sido adotado em outros trabalhos, mas Joan Robinson desenvolve esta apresentação de forma mais completa. Vamos partir de sua proposta para fazermos nossa análise.

Imaginemos, no Gráfico II, que o produto por trabalhador, y , e a taxa de salários, w , são medidos no eixo vertical, enquanto que no eixo horizontal temos a taxa de lucro, r . Aceitos uma série de pressupostos simplificadores (economia fechada e sem governo, estado estacionário, composição orgânica do capital igual em todos os setores, e por via de consequência preço correspondente ao valor no plano macroeconômico), podemos traçar a curva lucro-salário, $r_1 - y_1$, baseada na contribuição de Piero Sraffa.¹⁰ Esta curva apresenta todas as possíveis combinações de taxas de salários com taxas de lucro, dada uma composição técnica do capital ou relação capital-trabalho, C/L , que Joan Robinson pretende ser também a composição orgânica do capital. Joan Robinson utiliza C para capital em termos de trabalho morto e K para capital em termos de preço, em que este preço é dado pelo desconto do fluxo de lucro a uma determinada taxa de lucro. No caso acima, porque a composição orgânica do capital é a mesma para todos os setores, a curva lucro-salário é uma linha reta e o valor do capital será o mesmo em todos os

⁹ Nobuo Okishio, "Notes on technical progress and capitalist society", em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 1, n.º 1, março de 1977; e Joan Robinson, "The organic composition of capital", em *Kyklos*, vol. 31, fas. 1, 1978.

¹⁰ Piero Sraffa, *Production of Commodities by Means of Commodities*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960.

GRÁFICO II
CURVA LUCRO-SALÁRIO

pontos da curva. Isto porque se o valor do capital é igual ao lucro dividido pela taxa de lucro nós podemos definir o capital por trabalhador, K/L , por:

$$\frac{K}{L} = \frac{y_1}{r_1}$$

em que y_1 e r_1 são, respectivamente, o lucro por trabalhador e a taxa de lucro (máxima) quando a taxa de salários é zero.

Para taxas de salários diferentes de zero, w_A por exemplo, e taxas de lucro menores que a máxima, K/L será igual a:

$$\frac{K}{L} = \frac{y_1 - w_A}{r_A} \operatorname{tg} \alpha$$

Portanto, em qualquer ponto da curva lucro-salário o valor do capital por trabalhador será o mesmo, desde que ele é dado pela inclinação da reta $y_1 - r_1$, isto é, pela tangente do ângulo α .

No Gráfico II, a relação produto-capital ou a produtividade do capital é dada por r_1 , já que essa é a taxa máxima

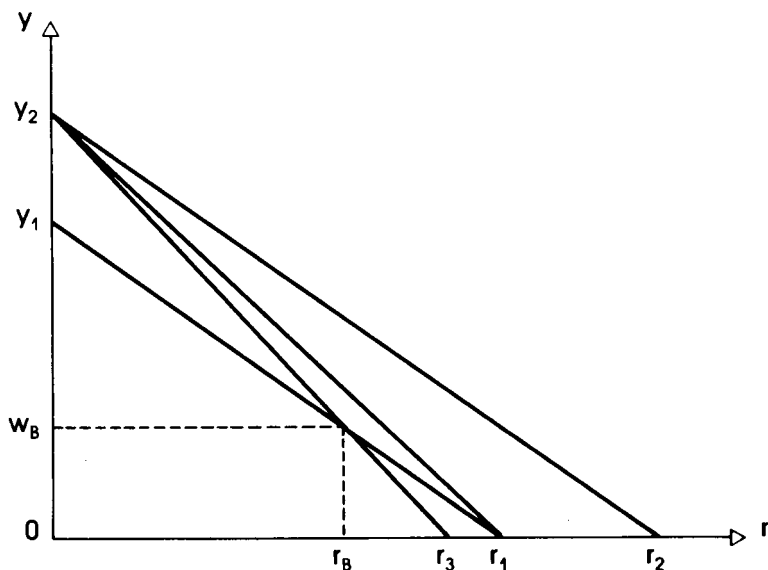
de lucro, ou seja, de lucro quando a taxa de salários é zero ou quando o lucro é igual ao produto $Y/K = R/K$ quando ($w = 0$). Nestes termos, quando mais afastada for r do eixo de origem, maior será a relação produto-capital. O progresso técnico medido em termos de produtividade do capital ocorrerá fundamentalmente através dos deslocamentos deste ponto.

Nossos três tipos de progresso técnico podem ser vistos no Gráfico III, através de deslocamentos da reta $r_1 - y_1$. Nos três casos y_1 deverá deslocar-se para cima (y_2) já que todo progresso técnico deve implicar um aumento da produtividade do trabalho.

Teremos progresso técnico neutro quando a reta desloca-se para $r_1 - y_2$. Dada a manutenção de r_1 , a relação produto-capital permanece constante.

Imaginemos agora que o deslocamento ocorra totalmente à direita em relação à reta original, $r_1 - y_1$. Neste caso em que a reta desloca-se para $r_2 - y_2$ temos o progresso técnico

GRÁFICO III
TRÊS TIPOS DE PROGRESSO TÉCNICO



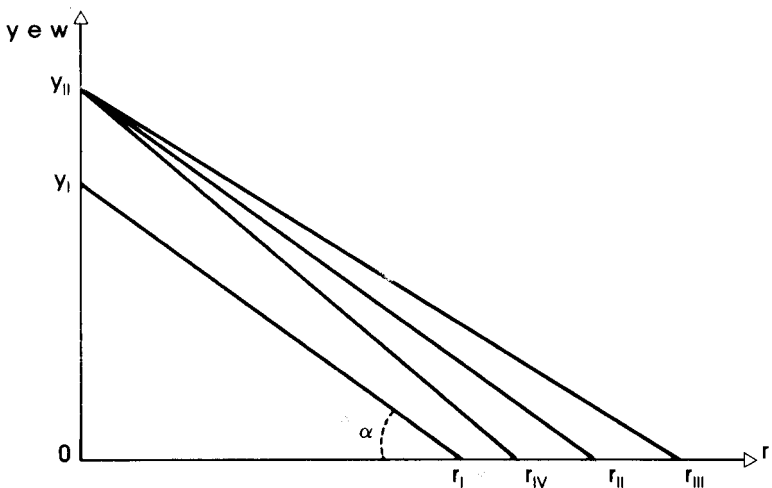
poupador de capital. A produtividade do trabalho e a do capital aumentam.

Finalmente temos o caso de progresso técnico dispendioso de capital: $r_3 - y_2$. A produtividade do trabalho também cresce neste caso, mas a produtividade do capital cai, dado o encarecimento do capital.

6

Estes três tipos de progresso técnico, cujo critério de classificação é a produtividade do capital, devem ser claramente distintos de outros três que têm como critério a relação capital-trabalho: o progresso técnico capital-intensificante, que eleva a relação capital-trabalho; o progresso técnico constante, que mantém a relação capital-trabalho a mesma; e o progresso técnico trabalho-intensificante, que reduz a relação capital-trabalho. Através destes três tipos de progresso técnico podemos comprovar graficamente o que havíamos exposto na seção 2 deste capítulo sobre a relação K/L . Da mesma forma que a composição orgânica do capital não é

GRÁFICO IV
OUTROS TRÊS TIPOS DE PROGRESSO TÉCNICO



necessariamente crescente, também a própria composição técnica do capital não é obrigatoriamente crescente, ao contrário do que afirmava Marx e do que indicam as aparências. Como veremos nesta seção, se o progresso técnico, além de poupador de capital, for trabalho-intensificante, a relação capital-trabalho ou composição técnica do capital tenderá a reduzir-se.

No Gráfico II, já vimos que a relação capital-trabalho pode ser definida por y/r . Corresponde, portanto, à inclinação da curva salário-lucro, isto é, à tangente do ângulo.

Definida graficamente a relação capital-trabalho nestes termos, quanto mais inclinada for a curva, mais capital-intensiva será a tecnologia.

No Gráfico IV, $r_1 - y_1$ é a curva de referência, correspondendo à curva $r_1 - y_1$ no gráfico anterior. Representa a tecnologia original. Um deslocamento da curva para $r_{II} - y_{II}$, representa um progresso técnico constante. Um deslocamento para $r_{IV} - y_{IV}$, um progresso técnico capital-intensificante na medida em que aumenta a inclinação da curva; e um deslocamento para $r_{III} - y_{III}$ representa um progresso técnico trabalho-intensificante. Como todas as curvas terminam em y , isto significa que o aumento da produtividade do trabalho é o mesmo nos três casos.

É claro que os tipos de progresso técnico apresentados no Gráfico IV estão relacionados com os do Gráfico III, mas devem ser distinguidos claramente. Os economistas que têm tratado do problema geralmente não fazem essa distinção, dificultando a análise. Nos exemplos do Gráfico IV temos três casos de progresso técnico poupador de capital, já que nos três aumenta a relação produto-capital. Mas isto não significa que os tipos de progresso técnico segundo a intensidade do capital ou do trabalho sejam subtipos do progresso técnico poupador de capital. De fato, os progressos técnicos trabalho-intensificantes e constantes são sempre poupadores de capital, já que, deslocando-se y para cima para que aumente a produtividade do trabalho, r tem sempre que deslocar-se para a direita para que a nova curva torne-se menos inclinada (progresso técnico trabalho-intensificante) ou conserve a mesma inclinação (progresso técnico constante). Já em relação ao progresso técnico capital-intensificante, $r_{IV} - y_{IV}$, ele é compatível tanto com um progresso técnico poupador de ca-

pital ($r_2 - y_2$), quanto um progresso técnico neutro ($r_1 - y_2$) ou com um progresso técnico dispendioso de capital ($r_3 - y_2$). Visto o problema sobre o outro ponto de vista, o progresso técnico neutro e o dispendioso de capital são sempre capital-intensificantes, já que a nova curva tecnológica é sempre mais inclinada do que a original. Já o progresso técnico poupador de capital é compatível tanto com o progresso técnico capital-intensificante ($r_{IV} - y_{II}$), quanto com o constante ($r_{II} - y_{II}$) ou o trabalho-intensificante ($r_{III} - y_{II}$).

Quando Marx falava em progresso técnico ele estava sempre pensando em um progresso técnico capital-intensificante. E de fato, o progresso técnico, na medida em que tende a substituir capital por trabalho é em geral capital-intensificante. O progresso técnico constante é apenas uma possibilidade lógica e o trabalho-intensificante, embora cada vez mais viável na medida em que avancem as técnicas poupadoras de capital, constitui ainda a exceção.

Entretanto, para ser compatível com o declínio da taxa de lucro, dada uma taxa de salários constante, não basta que o progresso técnico seja capital-intensificante, ele deve ser também dispendioso de capital. A única curva que é compatível com a tendência declinante da taxa de lucro, portanto, é a correspondente ao progresso técnico dispendioso de capital e capital-intensificante $r_3 - y_2$. Este tipo de progresso técnico pode ser chamado simplesmente de dispendioso de capital, já que toda inovação técnica dispendiosa de capital é capital-intensificante. Mas mesmo neste caso a taxa de lucro só declinará se a taxa de salários estiver em um nível inferior a w_B . Caso contrário, mesmo a adoção de tecnologia dispendiosa de capital implicará aumento da taxa de lucro.

CAPÍTULO IV

Progresso técnico e o teorema de Okishio

Mesmo no caso estritamente marxista do progresso técnico dispendioso de capital com taxa de salários abaixo do ponto de intersecção entre a nova curva tecnológica e a curva original, resta uma dúvida fundamental. Por que a empresa adotaria uma tecnologia situada nesta faixa, se a mesma implicaria queda da taxa de lucro?

Esta é em última análise a questão básica colocada por Nobuo Okishio, em um artigo clássico, publicado em 1961, onde foi formulado o hoje denominado “teorema de Okishio”. A idéia é simples. Segundo Okishio, os capitalistas, ao tomar decisões de investimento, não se orientam pelo critério de produtividade mas pelo de custo. Para eles não importa saber se a produção de um determinado bem por trabalhador aumenta, mas se o custo desse bem diminui caso seja introduzida uma inovação técnica. No raciocínio de Marx, o capitalista adota nova tecnologia e eleva a composição orgânica do capital porque sua produtividade é maior, substituindo mão-de-obra por capital. No raciocínio de Okishio, o que interessa é o custo. E o menor custo não corresponde à técnica mais produtiva, já que é necessário considerar o custo adicional do capital adicional empregado.

Aceito esse pressuposto, Okishio conclui de forma rigorosa que os capitalistas não introduzirão uma nova tecnologia a não ser que esta diminua o custo e portanto aumente, ao invés de diminuir, a taxa de lucro. Esta só diminuirá se hou-

ver concomitantemente um aumento da taxa de salários. Nas palavras de Okishio:

“Os capitalistas escolhem uma nova técnica de produção acima de tudo de acordo com o critério de custo. Mesmo que haja técnicas que aumentem fortemente a produtividade do trabalho, elas não serão introduzidas a não ser que reduzam os custos de produção... Portanto devemos aceitar a conclusão de que cada inovação técnica adotada pelos capitalistas nas indústrias básicas necessariamente aumenta a taxa de lucro a não ser que a taxa de salários reais cresça suficientemente (para impedir esse aumento)”.¹

Aceito o problema nos termos do teorema de Okishio desapareceria qualquer base lógica para a proposta de Marx de que o progresso técnico, na medida em que propiciava substituição de trabalho por capital, acabaria por reduzir a taxa de lucro. Esta é a posição, por exemplo, de Joan Robinson quando afirma que “um aumento na relação capital-produto não leva a uma redução da taxa de lucro, pois uma técnica dispendiosa de capital (*capital-using*) não seria adotada a não ser que aumentasse o lucro por trabalhador empregado ao menos na mesma medida que o custo do investimento por trabalhador”.² Além de reduzirmos o caso marxista a apenas um tipo especial de progresso técnico, acrescentamos agora a proposição que nem mesmo este caso seria factível, já que as empresas não adotariam uma tecnologia que baixasse sua taxa de lucro, ou, em outras palavras, que não baixasse seus custos.

Por outro lado, se mantivermos o pressuposto da taxa de salários constante, não faz sentido pensar em um aumento da produtividade que implique baixa da taxa de lucro, já que a taxa de mais-valia estaria crescendo.

Para restabelecermos validade à hipótese de Marx de que a taxa de lucro poderia baixar quando houvesse introdu-

¹ Nobuo Okishio, “Technical changes and the rate of profit”, em *Kobe University Economic Review*, nº 7, 1961, pp. 91-2.

² Joan Robinson, “The organic composition of capital”, em *Kyklos*, vol. 31, fasc. 1, p. 13.

ção de progresso técnico dispendioso de capital é preciso que, ao mesmo tempo, admitamos que a taxa de salários esteja aumentando aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade, de forma a manter a taxa de mais-valia aproximadamente constante. Neste caso, voltando-se ao Gráfico III, desde que a taxa inicial de salários seja superior a w_B , o progresso técnico dispendioso de capital ($r_3 - y_2$) seria preferido em relação à tecnologia original ($r_1 - y_1$) e, assim, poderíamos ter a situação marxista de queda na taxa de lucros.³

Esta queda ocorreria através do seguinte processo. Em um primeiro momento as empresas introduziriam nova técnica dispendiosa de capital, aumentariam a produtividade do trabalho e sua taxa de lucro. O aumento da produtividade do trabalho, entretanto, será proporcionalmente maior do que a elevação da taxa de lucro, dada a inclinação da curva. Isto significa que, dado o pressuposto de salários constantes, há um aumento da taxa de lucro, embora menor do que o aumento da produtividade. Se, neste caso, a taxa de salários crescer à mesma taxa da produtividade, cairá a taxa de lucro, nos termos previstos por Marx.

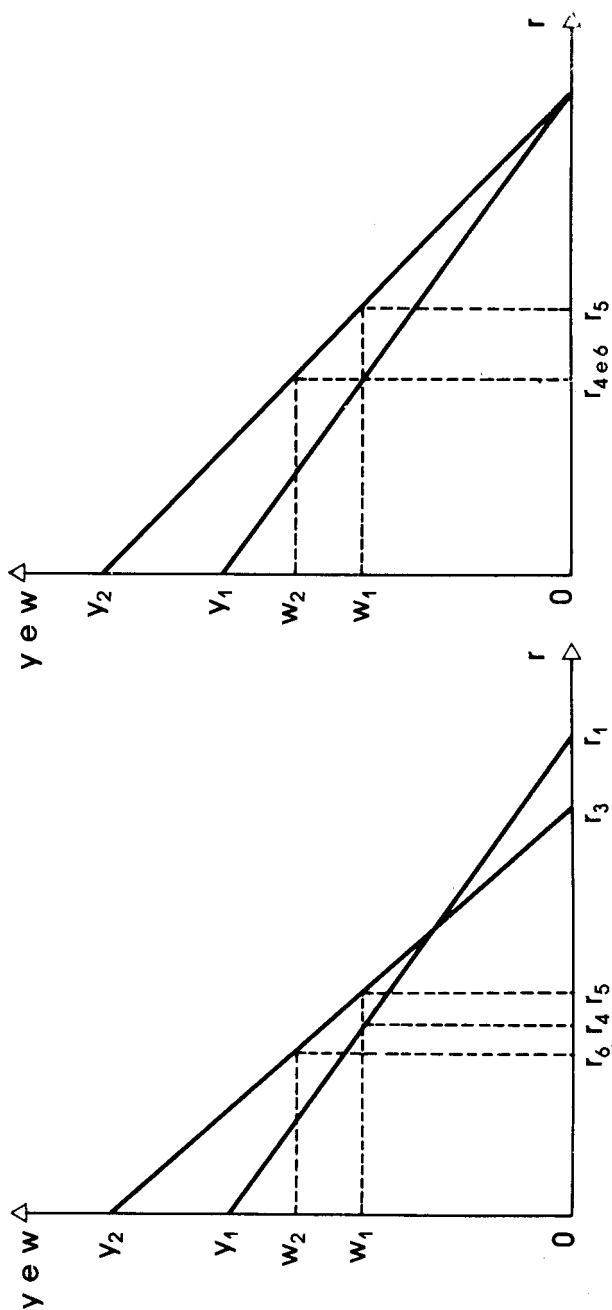
Podemos demonstrar esta afirmação seja observando os gráficos, seja através da seguinte demonstração algébrica: se K/L está crescendo, e se podemos dividir ambos os termos desta relação por R :

$$\frac{K}{L} \uparrow = \frac{\frac{K}{R}}{\frac{L}{R}} = \frac{\frac{R}{L}}{\frac{R}{K}}$$

Logo, o crescimento do lucro por trabalhador, R/L , será maior que o crescimento da taxa de lucro R/K . Por ou-

³ Deve-se assinalar que, em termos gráficos, a condição colocada por Okishio na escolha de novas técnicas é satisfeita pela linha externa que contorna as curvas lucro-salário. No Gráfico III, por exemplo, considerando-se apenas as curvas correspondentes à tecnologia original ($y_1 - r_1$) e à tecnologia dispendiosa de capital ($r_3 - y_2$), qualquer ponto que contorna a linha externa (chamada de *fronteira de salários* por Garegnani e *fronteira norte-leste* por Samuelson), dada por r_1 , B (intersecção) e y_2 , atende o critério de minimização de custos na escolha de novas técnicas. Assim, na faixa inferior a B, ou seja, a uma taxa de salários inferior a w_B , a nova técnica, que apresenta o progresso técnico dispendioso de capital, jamais seria adotada.

GRÁFICO V
TAXA DE SALÁRIOS, PROGRESSO TÉCNICO E TAXA DE LUCRO



tro lado, como a taxa de salários ainda está considerada constante, a participação dos salários na renda estará diminuindo e a taxa de produtividade estará crescendo ainda mais depressa do que a taxa de lucro.

Mas, em seguida os trabalhadores pressionarão por salários equivalentes ao aumento da produtividade e a taxa de lucro cairá, já que, então, a taxa de salários aumentará mais do que a taxa de lucro havia aumentado. Há que admitir, entretanto, que foi necessário introduzir uma segunda variável — a capacidade dos trabalhadores de fazerem com que seus salários acompanhem o aumento da produtividade para que a taxa de lucro caia devido a uma inovação técnica dispendiosa de capital.

O fenômeno que estamos analisando pode ser também demonstrado através do Gráfico V. Podemos ver neste gráfico o que ocorre com a taxa de lucro quando a taxa de salários se eleva à mesma taxa do aumento da produtividade dados dois tipos de progresso técnico: dispendioso de capital e neutro. No gráfico da esquerda temos o progresso técnico dispendioso de capital. É o caso marxista em que a taxa de lucro afinal cai. No quadro da direita temos o progresso técnico neutro em que a taxa de lucro permanece constante.

No Gráfico V, a produtividade aumenta de y_1 para y_2 , em aproximadamente $1/3$ portanto, devido à adoção da nova técnica. Em consequência a taxa de lucro que era r_4 (taxa de lucro inicial, dado w_1) aumenta para r_5 (taxa de lucro intermediária) em um primeiro momento. Observe-se que o aumento da taxa de lucro é maior no caso de progresso técnico neutro do que no de progresso dispendioso de capital. Em seguida, entretanto, a taxa de salários eleva-se também em $1/3$ para w_2 . O resultado, no caso de progresso técnico dispendioso de capital, é a queda da taxa de lucro para r_6 (taxa de lucro final) em um nível inferior à taxa inicial, r_4 . Já no caso de progresso técnico neutro a taxa de lucro cai exatamente para o mesmo nível inicial e, portanto r_6 é igual a r_4 .

Se adicionássemos um terceiro gráfico em que o progresso técnico fosse poupador de capital, admitida a hipótese de que a taxa de salários cresceria à mesma taxa do aumento da produtividade, é fácil perceber que a taxa de lucro final, r_6 , seria maior do que a taxa de lucro inicial, r_4 .

1

Estes resultados alcançados através da análise dos gráficos são naturalmente coerentes com os resultados a que chegamos através da análise de tendência que realizamos anteriormente, na medida em que naquela análise também fazíamos a taxa de salários crescer à uma mesma taxa que a do aumento da produtividade, mantendo estável a taxa de mais-valia.

Fica claro, portanto, que não podemos prever o declínio da taxa de lucro simplesmente a partir do progresso técnico, mesmo que ele seja dispendioso de capital. É preciso ainda considerar o que ocorre concomitante com a taxa de salários. Se esta não estiver crescendo, a taxa de lucro não cairá, porque uma nova técnica menos lucrativa não será adotada.

Poderíamos ainda tentar imaginar o caso da inovação schumpeteriana, em que a empresa adotaria uma nova técnica dispendiosa de capital e teria durante um certo tempo lucros extraordinários enquanto durasse sua vantagem monopolista. Isto ocorreria enquanto os preços continuassem referidos aos custos de produção das empresas que ainda não tivesse imitado a inovação técnica.⁴ Mas também neste caso a inovação técnica dispendiosa de capital não implicaria redução da taxa de lucro enquanto não aumentassem os salários. O resultado da inovação seria inicialmente um lucro extraordinário, à direita do ponto r_5 , no nosso Gráfico V. Mas em um segundo momento a taxa de lucro voltaria para r_5 , e em um terceiro momento, caso se elevasse a taxa de salários na mesma proporção do aumento da produtividade, a taxa de lucro acabaria no mesmo nível r_6 .

Para Marx foi possível prever que a introdução de progresso técnico levaria ao declínio da taxa de lucro na medida em que ele definiu progresso técnico pelo aumento da composição orgânica do capital ao invés de pela composição técnica do capital. Marx, ao contrário de Joan Robinson distinguia claramente as duas relações, mas imaginava que ambas

⁴ Este argumento corresponde aproximadamente ao argumento levantado por Anwar Shaikh, procurando desqualificar o teorema de Okishio. Esse argumento do qual não tinha conhecimento quando escrevi este capítulo, em 1978, será discutido na seção seguinte.

teriam proporcionalmente a mesma tendência crescente na medida em que a taxa de salários permanecesse constante.

No momento, entretanto, em que a taxa de salários deixa de ser constante, já não podemos estabelecer aquela proporcionalidade entre a composição orgânica e a composição técnica do capital.

Por outro lado somos obrigados a admitir que Marx cometeu um equívoco na medida em que previu, sem estabelecer as devidas ressalvas, que a adoção de técnicas dispendiosas de capital implicaria redução da taxa de lucro dada uma taxa de salários basicamente constante. Creio ter deixado bastante claro depois da análise que acabei de realizar que a empresa só adota uma nova técnica caso esta, em um primeiro momento, aumente sua taxa de lucro. A redução da taxa de lucro de fato ocorrerá apenas em um segundo momento desde que as seguintes condições se cumpram:

a) que o progresso técnico seja dispendioso de capital de forma que a produtividade do trabalho cresça proporcionalmente mais do que a taxa de lucro;

b) que a taxa de salários aumente aproximadamente na mesma proporção que o aumento da produtividade de forma que a taxa de lucro final caia.

Marx não teria se equivocado, entretanto, se houvesse dado a devida ênfase ao fato de que as inovações tecnológicas não são introduzidas concomitantemente. Se ele houvesse salientado esse fato, poderíamos encontrar uma situação em que a inovação tecnológica é adotada embora acabe provocando a baixa da taxa de lucro. A baixa da taxa de lucro, entretanto, só ocorreria em um segundo momento (sempre desde que o progresso técnico seja dispendioso de capital e a taxa de salários aumente na proporção da produtividade). No primeiro momento não haveria queda da taxa de lucro porque a inovação beneficiaria apenas a empresa inovadora, baixando seus custos em relação às demais. Apenas em um segundo momento, depois que as demais empresas imitassem a inovação e os preços baixassem, a taxa de lucro cairia, dado o caráter dispendioso do progresso técnico adotado. Neste caso, a queda da taxa de lucro ocorreria mesmo sem haver elevação da taxa de salários acima do aumento da produtividade, invalidando o caráter geral do teorema de Okishio.

Já o equívoco de Joan Robinson está em confundir ou

identificar a composição do capital com a composição técnica do capital. Isto lhe permite, desnecessariamente, definir a composição orgânica do capital pela inclinação da curva lucro-salário ou curva tecnológica, que realmente define a composição técnica do capital ou relação capital-trabalho. Isto também lhe permite identificar progresso técnico com composição orgânica do capital, aparentemente na mesma direção de Marx, mas na verdade de forma muito diferente já que, vivendo no século XX, Joan Robinson não pode nem pretende adotar o pressuposto de uma taxa de salários constante. Não obstante essa desnecessária confusão, que torna sua análise muitas vezes difícil de ser seguida, Joan Robinson acaba afirmando corretamente, na mesma linha de Nobuo Okishio, que uma inovação técnica que reduza a taxa de lucro não será adotada. Daí a necessidade de introduzir no problema a elevação da taxa de salários para que a tendência declinante da taxa de lucro conserve validade.

É necessário, portanto, que tenhamos sempre muito clara a distinção entre a composição técnica, K/L , e a composição orgânica, K/W , do capital. A composição orgânica do capital depende diretamente da composição técnica do capital e inversamente da taxa de salários. A taxa de salários por sua vez, está referida diretamente à taxa de mais-valia. A composição técnica do capital pode estar crescendo, e no entanto a composição orgânica do capital pode estar constante ou mesmo declinar, dependendo da taxa de salários.

Nestes termos, ainda que os tipos de progresso técnico sejam essenciais para analisarmos a tendência declinante da taxa de lucro, eles só ganham sentido quando levamos em consideração adicionalmente a taxa de salários. Porque os tipos de progresso técnico influenciam a composição orgânica do capital, mas não a determinam exclusivamente. A composição orgânica do capital depende também da taxa de salários, na medida em que se define pela relação entre o capital e o total de salários.

Por outro lado, devemos ainda lembrar que a taxa de salários e o progresso técnico influenciam diretamente a taxa de mais-valia. Se a taxa de salários fosse constante, na medida em que aumenta a produtividade do trabalho o total de lucros tenderia a crescer mais que o total de salários (mesmo admitindo-se uma taxa de lucro constante) e em consequência

a taxa de mais-valia seria sempre crescente. Para que a taxa de mais-valia seja constante já vimos que é preciso que a taxa de salários cresça à mesma taxa de aumento da produtividade. Para que isto ocorra, obviamente, é preciso supor um certo poder de barganha dos trabalhadores. A tendência declinante da taxa de lucro, portanto, só pode ser admitida se, aos elementos estritamente tecnológicos e econômicos, forem acrescentados um elemento político: o poder de barganha dos trabalhadores ou, em outras palavras, a luta de classes.⁵

Marx enganou-se quando imaginou que a taxa de lucro tenderia ao declínio em função da introdução de progresso técnico e mesmo de progresso técnico dispendioso de capital. Ou melhor, esta proposição só é válida quando abandonamos o pressuposto de taxa salários constante. A não ser no caso especial da introdução de inovações que, ao mesmo tempo, reduzem o custo de produção e a relação produto-capital (progresso técnico dispendioso de capital), as empresas não adotarão uma nova técnica a não ser que esta reduza seus custos, dados os preços e salários. Nestes termos, Nobuo Okishio observa que qualquer técnica introduzida pelos capitalistas nas indústrias básicas, ao implicar em custos mais baixos necessariamente aumenta a taxa de lucro. Esta só não aumentará se o crescimento da taxa de salários vier a anular o sonho do capitalista.⁶

Isto não significa, entretanto, que o tipo de progresso técnico torna-se irrelevante para examinarmos a taxa de lucro, e que devemos nos concentrar apenas nos movimentos da taxa de salários determinados pela luta de classes. Da mesma forma que fazer a taxa de lucro depender diretamente do tipo de progresso técnico consiste em *economicismo*, fazê-la depender apenas da luta de classes é incidir no erro *politicismo*, é reduzir a economia à política. A capacidade da luta de classes de elevar a taxa de salários dos trabalhadores tem sido historicamente limitada pela taxa de aumento de produtividade ou por pouco mais do que este índice. Em consequência a taxa de mais-valia no último século tendeu a permanecer

⁵ Esta, aliás, é também a conclusão de Nobuo Okishio quando afirma que “o movimento da taxa de lucro é determinado pela luta entre as classes em conflito.” (Nobuo Okishio, “Technical changes and rate of profit”, *op. cit.*, p. 96).

⁶ Nobuo Okishio, *op. cit.*, p. 92.

constante, com uma ligeira tendência ao declínio na segunda metade deste século.⁷

2

O debate sobre a tendência declinante da taxa de lucro parecia praticamente encerrado diante de três poderosos argumentos:

- a) porque os dados empíricos não a substanciavam;
- b) porque os casos de progresso técnico dispendiosos de capital vão-se tornando cada vez mais raros; e
- c) principalmente porque a teoria de Okishio possuía uma força lógica devastadora.

A defesa da lei em sua forma original ficava para fundamentalistas do tipo de Cogoy ou Mattick, apoiados na “possibilidade lógica” que transforma o problema em mera metafísica: enquanto a taxa de mais-valia pode no máximo crescer até a unidade quando a taxa de salários cai para zero, a composição orgânica do capital pode crescer infinitamente.

Recentemente, entretanto, Anwar Shaikh publicou um artigo no qual, depois de repetir alguns argumentos fundamentalistas e de fazer uma análise das posições de Dobb, assumidas em *The Political Economy of Capitalism*, apresentou uma cerrada e original argumentação contra o teorema de Okishio, despertando um amplo debate.⁸

⁷ A tendência da taxa de lucro será também influenciada pelo nível de trabalho improdutivo existente na economia. O aumento do emprego do trabalho improdutivo em relação ao emprego do trabalho produtivo tende a amortecer o efeito do progresso técnico sobre o crescimento da produtividade do trabalho, ou seja, para um dado nível de produtividade do trabalho produtivo um aumento relativo do trabalho improdutivo no trabalho total significa, necessariamente, uma dedução direta dos lucros (R), o que virá deprimir a taxa de mais-valia (R/W) a nível macro. Dessa forma, uma eventual redução da taxa de mais-valia (R/W), isto é, um aumento de W em relação a R, pode ser resultado não apenas de um aumento da taxa de salários (W), mas também do aumento proporcional do trabalho improdutivo na economia. A tendência do capitalismo monopolista para o aumento do trabalho improdutivo pode, assim, ser considerada, ao lado da luta de classes e do tipo de progresso técnico, como um fator adicional surportando o argumento da tendência decrescente da taxa de lucro.

⁸ Anwar Shaikh, “Political economy and capitalism: notes on Dobb’s theory of crisis”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 2, n.º 2, 1978.

Okishio, em seu teorema, demonstrou que as empresas só adotam uma nova técnica se esta apresentar um custo unitário de produção menor. Este é o que ele chama de *critério de custo*. Aceito esse critério e dados os preços dos insumos e a taxa de salários, Okishio demonstra que a taxa de lucro será maior ou pelo menos igual, jamais menor. A empresa não adotará uma técnica com um custo unitário maior, e portanto não se pode falar em tendência declinante da taxa de lucro. Se a nova técnica adotada, com custos mais baratos e portanto com um preço de produção menor, referir-se à produção de bens de salários ou a bens de produção (bens básicos), a taxa de lucro crescerá. Se se referir a bens de luxo, a taxa de lucro permanecerá constante. E conclui Okishio:

“A tese de que a nova técnica que satisfaz o critério de custo, introduzida nas indústrias básicas, necessariamente aumenta a taxa geral de lucro não é compatível com a lei marxista da tendência declinante da taxa de lucro. Esta tese afirma que, não importa quão elevada possa se tornar a composição orgânica do capital, a taxa geral de lucro necessariamente crescerá desde que a nova técnica satisfaça o critério de custo e a taxa de salários permaneça constante”.⁹

Já discutimos este teorema no capítulo anterior, através da demonstração gráfica. Shaikh tenta desqualificar o argumento, inicialmente, afirmando que Okishio desconsiderou a diferença entre custos fixos e custos variáveis. Takeshi Nakatani,¹⁰ entretanto, respondeu a esta crítica citando um artigo de Okishio de 1963, publicado exclusivamente em japonês, em que o teorema era perfeitamente compatibilizado com a introdução de custos fixos.

Na verdade, o argumento fundamental de Shaikh é outro, e está baseado na existência de dois critérios para adoção de uma nova técnica: o critério de custo, adotado por Okishio, segundo o qual será adotado sempre o método de produção com custos unitários mais baratos, e o “critério de

⁹ Nobuo Okishio, “Technical changes and the rates of profit”, *op. cit.*, p. 92.

¹⁰ Takeshi Nakatani, “The law of falling rate of profit and the competitive battle: a comment on Shaikh”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 4, n.º 1, 1980.

otimização”, utilizado em geral pelos neoricardianos da Escola de Cambridge, segundo qual o capitalista adotará a técnica que aumenta sua taxa de lucro transicional, ou seja, a taxa de lucro que prevalece enquanto não se alteram a taxa de salários e o preço da mercadoria.

E afirma Shaikh:

“De acordo com critério de otimização nenhum capitalista existente (ou potencialmente entrante no setor) escolheria uma técnica mecanizada em prejuízo de uma artesanal se a primeira apresenta uma taxa de lucro menor... Mas o ponto em questão é o que acontece na batalha da competição. A escolha não é *voluntária* no sentido acima referido (ao menos, não mais do que em qualquer outro tipo de guerra). Diante da possibilidade de um método de produção mais barato, o primeiro capitalista que o introduzir será capaz de baixar seu preço a um ponto que seus competidores façam pouco ou nenhum lucro (ou mesmo sofram perdas) — enquanto ele estará realizando um lucro”.¹¹

Este raciocínio corresponde ao argumento da inovação schumpeteriana que já havíamos desenvolvido rapidamente na seção anterior, antes de tomarmos conhecimento da contribuição de Shaikh.

Na verdade, a discussão ficará mais clara (Shaikh e seus críticos são confusos a respeito), se pensarmos em três critérios alternativos:

- a) o critério de custo;
- b) o critério de taxa transicional de lucro; e
- c) o critério de taxa final de lucro, que Shaikh chama de *critério de otimização*.

O critério de custo, conforme demonstrou Takeshi Nakatani,¹² foi substituído por Nobuo Okishio pelo critério de taxa transicional de lucro, quando introduziu em 1963 os custos fixos em seu teorema. É este, em última análise, o critério usado por Shaikh, que muda seu nome para *critério competitivo*, assinalando que a empresa adotará a técnica que

¹¹ Anwar Shaikh, *op. cit.*, pp. 245-6.

¹² *Op. cit.*

lhe possibilita um custo menor e um lucro transicional maior (enquanto sua inovação não for imitada). Contra esse argumento levanta-se o terceiro critério: o critério do lucro final. Os capitalistas só adotariam uma técnica que, em última instância, aumentasse sua taxa de lucro final. É o critério que Okishio em última análise adota ao mesmo tempo que imagina que esse critério é perfeitamente compatível com o critério de custo ou de lucro transicional. É também o critério de otimização que em geral adotam os críticos de Shaikh.

Ian Steedman,¹³ por exemplo, procurou discutir os critérios de escolha de técnicas utilizados por Shaikh, mas concentrou sua análise na distinção entre custos fixos e variáveis, que afinal não é fundamental para o argumento de Shaikh. O essencial neste argumento é a margem de lucro adicional que a empresa consegue com a introdução de uma inovação que lhe permite menores custos unitários, mesmo considerados os custos fixos, enquanto os competidores não a imitam e baixam também seus custos levando para baixo o preço de produção. O mesmo erro foi cometido por John E. Roemer, que critica Shaikh basicamente pelo fato deste haver baseado seu argumento na distinção entre margem e taxa de lucro, e, portanto, na introdução de custos fixos que teriam sido esquecidos por Okishio. Roemer mostrou inclusive não haver compreendido em absoluto o argumento de Shaikh baseado no critério de alcançar um lucro transicional maior, quando declara: “o critério de inovação que Shaikh atribui aos capitalistas é completamente irracional e *ad hoc*: eles ignorariam o capital fixo. Qualquer capitalista, ao considerar uma inovação que envolve capital fixo, precisa analisar os custos do capital fixo...”.¹⁴ Shaikh e seus capitalistas, como os de Roemer, estão cansados de saber que é preciso amortizar custos fixos.

Nakatani também começa sua crítica de Shaikh discutindo o problema dos custos fixos. Em seguida passa a discutir os critérios de inovação, e opta pelo critério de maximização do lucro final quando afirma: “Shaikh chama o critério de

¹³ Ian Steedman, “A note on the *Choice of Technique* under Capitalism”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 4, n° 1, 1980.

¹⁴ John E. Roemer, “Continuing controversy on the falling rate of profit: fixed capital and others issues”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 3, n° 4, 1979, p. 387.

custo de *critério competitivo* e o critério de taxa de lucro de *critério de otimização* e conclui que a batalha da competição força o capitalista a empregar o primeiro como base de sua escolha de técnica. Mas isto não é correto".¹⁵ Nakatani, entretanto, não é feliz ao tentar demonstrar que o critério da otimização seria o mais correto. Na verdade ele não consegue demonstrar que o capitalista escolhe o critério de taxa de lucro final. Ele acaba por admitir que, diante de forte competição, o capitalista é forçado a usar a técnica com lucro transicional maior. Observa, entretanto, que afinal a taxa de lucro cai não porque esse critério de decisão foi adotado, mas porque, com a baixa de preços derivada da nova técnica, a taxa de salários real e o custo das matérias-primas crescerá relativamente ao preço do bem produzido.¹⁶

Observe-se que, neste caso, conforme já havíamos observado na seção anterior, quando antecipamos sumariamente o argumento de Shaikh falando da inovação schumpeteriana, o progresso técnico deverá ser necessariamente dispendioso de capital, e a taxa de lucro afinal cai porque a taxa de salários cresce na proporção da produtividade.

O argumento de Shaikh, portanto, permanece válido. A técnica com menor custo, maior margem, maior taxa de lucro transicional e menor taxa de lucro final é a adotada. O aumento da taxa de salários decorre endogenamente da própria baixa do preço das mercadorias básicas que estiverem sendo produzidas com uma técnica redutora de custos (ou seja, decorre do aumento da produtividade do trabalho). E essa nova técnica, se for dispendiosa de capital, implicará afinal a baixa da taxa de lucro, depois de tê-la aumentado em um período transitório, enquanto os outros concorrentes ainda não adotaram a nova técnica.

Outro crítico de Shaikh é Philippe Van Parijs,¹⁷ que pretendeu escrever um *obituário* da lei da tendência declinante da taxa de lucro. Para criticar Shaikh, entretanto, ele, em primeiro lugar, procura atribuir ao capitalista uma racionalidade e uma visão muito superior ao que seria razoável supor. O capitalista previria que sua taxa de lucro final seria menor e

¹⁵ *Op. cit.*, p. 66.

¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷ Philippe Van Parijs, "The falling rate of profit theory of crisis: a rational recons-

não adotaria a técnica com maior margem e taxa de lucro transicional. Segundo Parijs, o capitalista previsto por Shaikh não se comporta racionalmente. E pergunta: “Por que o capitalista adotaria uma técnica capital-intensiva que afinal lhe daria, na melhor das hipóteses, uma taxa de lucro menor do que a taxa média geral de lucros?”¹⁸ Ao que parece, porém, Parijs percebe imediatamente que sua pergunta não merece resposta, na medida em que pressupõe que o capitalista seja capaz de fazer todos os cálculos e descobrir que os lucros adicionais que lhe trará a inovação dotada de uma maior margem final desaparecerão e se tornarão menores do que os atuais quando seus competidores o imitarem. Na verdade esse argumento é quase tão tolo quanto o que ouvi de um economista neoclássico que, diante do problema, resolveu-o imediatamente dizendo que, quando o capitalista percebesse que havia adotado uma técnica menos lucrativa, voltaria para a anterior.

Parijs passa então para um segundo argumento contra Shaikh ainda mais neoclássico que o primeiro. Afirmo ele que a taxa de lucro de equilíbrio é apenas ligeiramente superior à taxa de juros. Se o capitalista adota uma nova técnica que lhe traz uma menor taxa de lucro, o intervalo entre a taxa de lucro de equilíbrio (r) e a taxa de juros de equilíbrio (i) diminuirá ou desaparecerá. “Entretanto, no ponto de equilíbrio, o intervalo entre i e r é precisamente o que é necessário para induzir o capitalista a assumir o risco de investir produtivamente”.¹⁹ E com este brilhante argumento pretende ter salvo o teorema de Okishio.

Creio que Okishio dispensaria alegremente esse tipo de argumentação a seu favor. Citamo-la, entretanto, não apenas porque o artigo de Parijs pretende pretenciosamente fazer o *obituário* da lei da tendência declinante da taxa de lucro (coisa que provavelmente nunca passou pela cabeça de Okishio), mas também porque sua argumentação representa o paroxismo de um certo tipo de argumentação a-histórica, de altís-

truction by way of obituary”, em *The Review of Radical Political Economics*, vol. 12, n.º 1, 1980.

¹⁸ *Idem*, p. 11.

¹⁹ *Ibidem*.

simo nível de abstração, que acaba violentando o processo econômico.

Apesar de defesas bem mais componentes, como a de Nakatani, entretanto, é preciso admitir que o teorema de Okishio perde de sua validade, e a lei da tendência declinante da taxa de lucro recupera validade teórica graças à crítica de Shaikh. Se fôssemos levar o teorema de Okishio às últimas conseqüências, as empresas jamais escolheriam uma técnica que lhes trouxesse afinal uma taxa média de lucro menor. Isto só poderia acontecer se a taxa de salários aumentasse.

Ora, taxa de salários tende a aumentar no capitalismo. Não apenas o aumento da produtividade do trabalho implícito na redução do preço de produção das mercadorias produzidas com novas técnicas mais capital-intensivas (e mais dispendiosas de capital) tenderia a provocar o aumento real da taxa de salários, como afirma Nakatani, mas porque os sindicatos tendem a reivindicar e assegurar esse aumento.

Nestes termos, a lei da tendência declinante da taxa de lucro recupera seu estatuto teórico. Sua grande limitação, que examinamos extensamente no capítulo anterior, não é o teorema de Okishio, mas o tipo de progresso técnico. Se este for neutro ou poupador de capital não haverá em absoluto tendência declinante. Só nos casos que vão se tornando cada vez mais raros historicamente nos países já industrializados, de progresso técnico dispendioso de capital (mecanização) com a taxa de salários aumentando à mesma taxa de produtividade, é que a taxa de lucro tenderá a declinar.

CAPÍTULO V

As contratendências e o imperialismo

Marx, quando formulou a lei da tendência declinante da taxa de lucro, deixou muito claro que havia uma série de contratendências, as quais examinamos nos capítulos anteriores de forma não sistemática. Apenas o caso de progresso técnico poupador de capital foi estudado de forma mais detida. Neste e nos dois capítulos seguintes vamos estudar os fatores contrários à lei de forma mais rigorosa. Neste capítulo verificaremos as contratendências propostas por Marx. Nos dois capítulos seguintes analisaremos duas novas contratendências decorrentes de um processo de setorialização da economia: as tendências à oligopolização e à estatização das economias capitalistas.

São seis os fatores contrários à lei da tendência declinante da taxa de lucro que Marx examina no capítulo XVI do Livro III de *O Capital*: 1) aumento do grau de exploração do trabalho; 2) redução dos salários; 3) baixa de preços dos elementos do capital constante; 4) superpopulação relativa; 5) comércio exterior; e 6) aumento do capital em ações.

1

Os dois primeiros fatores, ainda que possam ter tido importância em certos momentos do desenvolvimento capita-

lista, no quadro de referência de longo prazo em que estamos nos colocando não têm maior importância. Por “aumento do grau de exploração de trabalho” Marx entendia fundamentalmente o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho.¹ Ora, a jornada de trabalho tendeu a reduzir-se no último século. Por outro lado, apesar das constantes tentativas de caráter taylorista, os capitalistas não conseguiram intensificar o trabalho graças à resistência dos trabalhadores organizados. Quanto à *redução dos salários*, obviamente não ocorreu. Na verdade a taxa de salários aumentou significativamente nos países centrais. Não ocorreu, portanto, nem aumento da taxa de mais-valia absoluta, nem aumento da taxa de mais-valia relativa. A ação organizada dos sindicatos foi fundamental. Estas duas primeiras contratendências, portanto, não atuaram significativamente. Todavia, examinaremos mais detidamente o problema dos salários na segunda parte deste trabalho, já que eles são tão importantes quanto os lucros para a compreensão do desenvolvimento capitalista.

Já a “baixa de preço dos elementos do capital contante”, que Marx tratou em apenas dois parágrafos, é a contratendência fundamental, que examinamos nos primeiros capítulos deste ensaio. Corresponde ao progresso técnico poupador de capital. Marx não tinha ainda claro para si os três tipos de progresso técnico. Em toda a sua análise ele pressupunha um progresso técnico dispendioso de capital. Mas nesses dois parágrafos ele já antevê a importância do progresso técnico que barateia o capital, ao afirmar:

“o mesmo desenvolvimento, que aumenta a quantidade de capital constante em relação ao variável, diminui o valor de seus elementos, em virtude da produtividade acrescida do trabalho, e por isso impede que o valor do capital constante, embora crescendo sem cessar, cresça na mesma proporção do volume material, isto é, do volume dos meios de produção em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho”.²

¹ Karl Marx, *O Capital*, Livro III, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, pp. 267-8.

² *Idem*, p. 271.

O quarto fator, *superpopulação relativa*, está em parte relacionado com a redução de salários proporcionado pelo aumento do exército industrial de reserva. Mas o ponto fundamental de Marx em relação a este fator acaba ligando-se diretamente à introdução de progresso técnico poupador de capital. Refere-se ele às indústrias de bens de consumo de luxo, que desenvolvem quando a superpopulação relativa o permite. Estas indústrias são muito mais trabalho-intensivas, “ostentam predominância do trabalho vivo”.³ Em outras palavras Marx poderia ter afirmado que o desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que leva a uma modificação da composição do produto final, pode não implicar nem mesmo aumento da composição técnica do capital. Os bens de consumo de luxo, quando não podem ser padronizados, revestem-se dessa característica. É o caso, principalmente, dos serviços pessoais, dos serviços de hotelaria, restaurantes e diversões. É também o caso de bens de luxo semiartesaniais, já produzidos em moldes capitalistas, mas sob encomenda ou com produção limitada. As técnicas nesses setores são altamente trabalho-intensivas, e tendem a contrapor-se à alta capital-intensividade dos setores mais automatizados da produção.

2

Ao citar o *comércio exterior* como quinto fator contrário à lei, Marx está falando também do imperialismo. Marx primeiro se refere ao comércio internacional em geral, especialmente ao comércio entre os países centrais. Este comércio, na medida em que aproveita melhor os recursos produtivos de cada país, “ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte o capital variável, contribui para aumentar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais-valia e reduzindo o valor do capital constante”.⁴ Nesse sentido o comércio internacional tem o mesmo efeito de um progresso técnico poupador de capital.

Mas é o comércio colonial e os investimentos realizados

³ *Idem*, p. 272.

⁴ *Idem*, *ibidem*.

nas colônias que chamam mais a atenção de Marx. As mercadorias, nesse comércio, podem com mais facilidade ser vendidas por preços descolados de seus respectivos valores. Por outro lado, as taxas de lucro são em geral mais altas nas colônias. Nessas regiões a relação capital constante-capital variável é muito menor do que nos países desenvolvidos. Nestes termos, “quanto aos capitais aplicados nas colônias, podem eles proporcionar taxas de lucro mais elevadas, pois nelas, em virtude do menor desenvolvimento, é em geral mais alta a taxa de lucro e maior a exploração do trabalho, com o emprego de escravos, cules, etc”.⁵

Em outras palavras, através do imperialismo os países capitalistas se apropriam de uma parte considerável do excedente produzido nos países periféricos através de dois mecanismos básicos:

- 1) através do comércio exterior e
- 2) através dos investimentos diretos.

O comércio exterior proporciona a transferência do excedente para os países centrais seja através da manipulação direta dos preços dos produtos importados e exportados, quando a metrópole tem o monopólio do comércio com a colônia, seja através do “processo de deterioração de trocas” de Raul Prebisch⁶ ou, em sua formulação mais precisa, da “troca desigual” de Emmanuel Arghiri,⁷ através da qual os países centrais retêm para si os ganhos de produtividade enquanto que os periféricos não têm condições de realizar essa retenção. Os investimentos diretos permitem também a transferência de excedente graças à maior lucratividade dos investimentos nos países periféricos. Este fato ocorre, conforme Marx já deixa muito claro, por duas razões: porque o nível de capitalização, medido pela composição orgânica do capital, é menor nos países periféricos, e porque o grau de exploração da força de trabalho e, portanto, a taxa de mais-valia nesses países é mais elevada. Isto ocorre em função dos excedentes de mão-de-obra e da baixa capacidade de organização dos trabalhadores do países periféricos — dois fatores interde-

⁵ *Idem*, p. 273.

⁶ Raúl Prebisch, “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, em *Revista Brasileira de Economia*, 1949.

⁷ Emmanuel Arghiri, *L'Échange Inégal*, Paris, Maspero, 1969.

pendentes a rebaixar permanentemente os salários nos países periféricos ao nível da mera sobrevivência senão abaixo dele.

Um terceiro fator, entretanto, deveria ser acrescentado aos mecanismos de transferência de renda para os países centrais: os financiamentos internacionais. Estes financiamentos, quando realizados entre países centrais e periféricos, são realizados a taxas de juros mais elevadas. A justificativa é o maior risco envolvido neste tipo de financiamento, quando comparado com os empréstimos realizados entre países centrais. No entanto estas taxas de juros mais elevadas derivam principalmente de uma maior demanda existente nos países periféricos, dado que as taxas de lucro são mais elevadas. Se o juro é a parte da mais-valia que os capitalistas ativos transferem aos capitalistas inativos, é razoável esperar que os rentistas internacionais obtenham taxas de juros maiores dos países onde as taxas de lucro são maiores. E dessa forma, transfere-se renda para os países centrais, dificultando o declínio da taxa de lucro nesses países.

3

Finalmente Marx cita um último fator contrário à tendência delinante da taxa de lucro: “o aumento do capital em ações”. Esta seria também uma contratendência na medida em que, quando se calcula a taxa de lucro, devem-se excluir os juros e os dividendos (além da renda fundiária) do numerador e o capital empregado pelos rentistas portadores de títulos de créditos ou de ações do denominador. Só interessa o capital de propriedade do empresário, do capitalista ativo, e o lucro por ele obtido, porque a decisão de acumular capital é tomada pelo empresário. Os dividendos, como os juros, devem ser em princípio menores do que os lucros dos capitalistas ativos. Nesses termos, as grandes empresas, que são financiadas fundamentalmente por capital em ações, podem ter uma taxa de lucro menor do que as empresas em que o principal investidor é o próprio capitalista empresário.

Este último fator sugere que as grandes empresas financiadas por capital em ações poderiam apresentar taxas de lucro mais baixas, na medida em que os dividendos podem ser menores que os lucros dos empresários em relação ao capital

que capitalistas inativos e ativos respectivamente aplicam. Na verdade as taxas de lucro não tendem a ser menores nessas empresas. Pelo contrário, tendem a ser maiores do que na maioria das pequenas empresas graças ao grau de monopólio que as grandes empresas detêm. Os dividendos, entretanto, são pequenos na medida em que uma parcela ponderável dos lucros é retido na empresa para garantir a continuidade da acumulação de capital e da expansão da organização. Em qualquer hipótese este sexto fator é importante porque nos deixa entrever que uma forma de defender a acumulação capitalista é setorializar a economia e sustentar a taxa de lucro nos setores onde essa taxa seja essencial para manter dinâmica a acumulação.

Além disso, esta contratendência, ao distinguir a taxa de lucro do empresário da taxa de dividendos do rentista, irá nos permitir mais adiante discutir a possibilidade de uma redução da taxa de lucro nas grandes empresas que não têm mais empresários mas apenas administradores profissionais, ou seja, altos tecnoburocratas. Nessas empresas a taxa de lucro tenderá a cair para um patamar um pouco inferior destinando-se a diferença para pagar os altos ordenados da alta tecnoburocracia.

CAPÍTULO VI

Oligopolização e taxa de lucro

Toda a análise até agora realizada supõe a existência de um mercado único no qual a taxa de lucro tenderia ao declínio. Essa tendência seria contrabalançada por fatores contrários ou contratendências resultantes dos esforços da classe capitalista para impedir que a taxa de lucro baixe. No último fator analisado por Marx existe uma sugestão de que estas contratendências poderiam também funcionar através de uma setorialização do mercado capitalista. Neste caso, para compensar a tendência à elevação da composição orgânica do capital, a taxa de lucro decresceria no setor competitivo e no setor estatal, que são menos sensíveis a reduções na taxa de lucro, para favorecer a acumulação no setor estratégico de acumulação capitalista moderna — o setor monopolista.

Esta hipótese parte da divisão da economia nos países capitalistas centrais em três setores: o setor capitalista competitivo; o setor capitalista tecnoburocrático oligopolizado ou setor monopolista; e o setor tecnoburocrático-estatal ou simplesmente estatal.¹

¹ John K. Galbraith divide a economia dos países capitalistas centrais em dois setores: o sistema de mercado e o sistema industrial (*The New Industrial State*, Boston, Houghton Mifflin, 1967). O sistema industrial é depois por ele chamado de sistema de planejamento (*Economics and the Public Purpose*, Boston, Houghton Mifflin, 1973). A divisão da economia em três setores — competitivo, monopolista e esta-

1

O setor competitivo é formado por milhares de pequenas e médias empresas de base familiar operando na indústria, na agricultura, no comércio e nos serviços.² É o setor capitalista por excelência. É o setor de pequenos e médios empresários burgueses que dirigem suas empresas, ou suas *firmas* para utilizar a terminologia dos economistas neoclássicos, com utilização mínima de administradores burocráticos. As duas classes fundamentais do modo capitalista de produção estão aqui claramente definidas: de um lado a burguesia, que tem a propriedade e a gestão dos meios de produção, de outro os trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho no mercado capitalista. Em um sistema econômico centrado exclusivamente sobre este setor, o valor-trabalho é fundamental e diretamente condicionante para a determinação dos preços das mercadorias, na medida em que as empresas não têm poder de monopólio sobre o mercado. A coordenação do sistema é assegurada por um processo impessoal de concorrência no mercado entre um grande número de pequenas e médias empresas sem capacidade efetiva de influenciar significativamente o mercado. Neste setor o processo de generalização da mercadoria alcança sua plenitude. Todos os bens e serviços, inclusive a força de trabalho, assumem o caráter de mercadorias a serem produzidas e trocadas de forma impessoal em um mercado competitivo, no qual, entretanto, as empresas maiores podem conseguir alguma vantagem monopolista através de uma certa diferenciação dos bens que produzem.

Do ponto de vista histórico, este setor é o primeiro a ser instalado, e será ele que irá definir o modo especificamente capitalista de produção. Quando Marx fala do sistema da *grande indústria* ou da *maquinaria moderna*, que substitui o

tal — é feita por James O'Connor em *USA: A Crise do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (original em inglês: *The Fiscal Crisis of the State*, 1973).

² Este setor inclui desde pequenas empresas de 5 a 10 empregados até médias empresas de porte relativamente elevado, empregando um número considerável de operários e alguns funcionários burocráticos. É difícil estabelecer um limite superior para o número de trabalhadores, mas deve ficar claro que o setor competitivo compreende empresas de porte razoavelmente grande.

sistema da manufatura e instaura o modo especificamente capitalista de produção, caracterizado pela apropriação de mais-valia relativa, está se referindo à instauração do capital industrial competitivo.³ Este processo começa na Inglaterra com a Revolução Industrial e pelo menos durante o século XIX será o setor dominante das economias capitalistas centrais e particularmente da Inglaterra.

Na segunda metade do século XIX, entretanto, começam a se desenvolver as grandes empresas monopolistas privadas. Inicialmente temos as grandes empresas de estradas de ferro e de produção de insumos básicos, como aço, petróleo. Em um segundo momento o capital monopolista atinge a produção de bens de consumo, principalmente a partir da introdução da linha de montagem na indústria automobilística. À medida em que as empresas crescem, descentralizam-se geográfica e administrativamente. Inicialmente são grandes empresas centralizadas, depois se transformam em empresas multidivisionais, e afinal assumem o caráter de conglomerados. Em outro plano, inicialmente são grandes empresas de âmbito nacional, que afinal assumem caráter multinacional.

O crescimento das grandes empresas — o processo de concentração e centralização do capital a que Marx já se referia — será acompanhado de dois processos de importância decisiva: a burocratização das empresas e a oligopolização dos mercados. A burocratização das empresas é o processo através do qual, à medida em que crescem as empresas, um grande número de tecnoburocratas, de técnicos e administradores profissionais, passa a se situar entre os capitalistas e os trabalhadores, com funções de planejamento, organização e controle da produção. Neste processo os tecnoburocratas incidentemente se subordinam, em seguida se associam e afinal substituem os capitalistas, que vão se tornando supérfluos para a coordenação da produção e tendem a se transformar em meros rentistas.

³ Ver especialmente os textos de *O Capital*, Karl Marx, Livro I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, sobre a cooperação simples, a divisão do trabalho e a manufatura e a maquinaria e a indústria moderna, respectivamente capítulos XI, XII e III. Discuti o problema em “Lições do aprendiz de feiticeiro ou tecnoburocracia e empresa monopolista”, capítulo XVIII de *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

A oligopolização dos mercados é o processo através do qual em cada setor a produção vai se limitando a um número reduzido de empresas, agora com condições de influenciar o mercado, de produzir bens e serviços claramente diferenciados de desenvolver estratégias mercadológicas para segmentar os mercados, para diferenciar produtos através de desenho, marca e propaganda. Enquanto a empresa competitiva só conseguiria uma vantagem monopolista como fruto passageiro de uma inovação tecnológica efetiva e secundariamente através de uma certa diferenciação do produto, a empresa oligopolística procura alcançar vantagens monopolistas mais permanentes através da utilização de estratégias mercadológicas e da criação de barreiras financeiras, mercadológicas e técnicas à entrada de novos competidores.⁴ Ao mesmo tempo, entre as empresas oligopolísticas, a concorrência de preços é severamente limitada senão eliminada com a formação de cartéis. O objetivo declarado de cada empresa é aumentar sua fatia do mercado, ou seja, oligopolizar cada vez mais o mercado. O objetivo fundamental é alcançar uma taxa de lucro planejada que, no longo prazo, seja a taxa máxima possível. O objetivo intermediário básico é procurar estabilizar a margem de lucro através de uma política coordenada de preços com as demais empresas do setor. No curto prazo, entretanto, a margem de lucro (lucro sobre a venda) pode variar para compensar as variações cíclicas de vendas e estabilizar a taxa de lucro (lucro sobre o capital). Nesses termos, as margens de lucro tendem a reduzir-se na expansão e aumentar na fase recessiva do ciclo.

O crescimento das empresas, a sua burocratização e a oligopolização dos mercados são assim processos correlatos através do qual a classe capitalista situada no setor monopolista procura impedir o declínio de sua taxa de lucro. O crescimento das empresas antes do que a imposição tecnológica decorrente de economias de escala é uma necessidade merca-

⁴ Observe-se que a concorrência monopolista é a rigor uma situação intermediária entre o mercado competitivo e o mercado oligopolista. Decidimos, entretanto, situar as empresas que operam com regime de concorrência monopolista no setor competitivo, seja por suas dimensões, seja por seu fraco poder sobre o mercado, seja pelo fato de que o poder tecnoburocrático é em geral ainda muito pequeno nessas empresas.

dológica fruto das vantagens da oligopolização. Decorre também das vantagens financeiras relacionadas com a centralização do capital. E em determinados setores industriais decorre de vantagens técnicas estritamente relacionadas com as economias de escala. A burocratização das empresas, por sua vez, é não apenas uma estratégia de controle disciplinar dos trabalhadores, mas também uma decorrência necessária do crescimento das empresas.

2

A oligopolização das empresas é uma forma através da qual uma parte do lucro se transfere do setor competitivo para o setor monopolista da economia. A oligopolização é também uma estratégia de transferência de excedente dos trabalhadores do setor competitivo para o setor monopolista. Os trabalhadores do próprio setor monopolista só são prejudicados na medida em que o rebaixamento dos salários do setor competitivo rebaixe os salários do setor monopolista. Estes, entretanto, em geral são mais altos do que no setor competitivo, em função inclusive da existência de sindicatos melhor organizados na área das grandes empresas.

Na medida em que as empresas oligopolistas podem manipular seus preços e as do setor competitivo não, as taxas de lucro tendem a ser mais altas no setor monopolista. As barreiras à entrada impedem que os capitais se movam livremente do setor competitivo para o setor monopolista e assim pressionem os preços para baixo neste último setor. Na medida em que a composição orgânica do capital de toda a economia tenda a crescer ou que a taxa de mais-valia tenda a cair, a taxa de lucro do setor monopolista é mantida, caindo apenas a do setor competitivo. Isto é possível na medida em que o primeiro setor tem controle sobre suas margens de lucro sobre a venda enquanto que o segundo não.

Esta capacidade do setor monopolista de alcançar taxas de lucro mais elevadas do que as do setor competitivo pode também ser explicada através da utilização da teoria da deteriorização das relações de troca ou da troca desigual para o âmbito interno dos países capitalistas centrais. Tanto nas pequenas empresas do setor competitivo quanto nas grandes

empresas do setor monopolista ocorre progresso técnico, ainda que neste último o ritmo de desenvolvimento tecnológico possa ser maior. De acordo com a teoria neoclássica baseada em trocas competitivas e mobilidade de fatores em um ambiente institucional com mercados auto-regulados e harmônicos, todo e qualquer progresso técnico deveria refletir-se imediatamente em baixa do custo de produção e, em consequência, em uma redução de preços de forma a beneficiar toda a economia. Schumpeter, através de sua teoria da inovação, propôs que essa baixa de preços não fosse imediata, criando uma vantagem monopolista para o empresário inovador, mas essa vantagem depois de um tempo relativamente breve seria eliminada. Se um setor industrial incorporasse desenvolvimento tecnológico mais rapidamente do que outro a teoria neoclássica ensina que deveria haver uma mudança nos preços relativos, na medida em que a indústria tecnologicamente mais dinâmica faria seus preços baixar mais rapidamente. A teoria clássica do valor de Ricardo e de Marx, por sua vez, na medida em que parte do pressuposto de competição perfeita, chega às mesmas conclusões. A teoria do valor de Ricardo e de Marx, no que diz respeito à determinação dos preços, é fundamentalmente uma explicação para as alterações nos preços relativos.

Ora, nas relações entre o setor monopolista e o competitivo, esse processo de transferência dos ganhos de produtividade que estamos descrevendo ocorre de forma unilateral. Enquanto o setor competitivo se comporta de maneira prevista, transferindo os seus ganhos de produtividade para toda a economia através de baixa de preços, o setor monopolista não realiza senão parcialmente essa transferência. Quando a incorporação de um determinado progresso tecnológico permite a redução dos custos de produção, em primeiro lugar esta redução só ocorre parcialmente porque os trabalhadores sindicalizados têm estipulado em seus contratos coletivos de trabalho que os salários aumentarão proporcionalmente ao aumento da produtividade. Em segundo lugar a transferência dos ganhos de produtividade não ocorre ou ocorre muito limitadamente porque as empresas com poder sobre o mercado aproveitam a oportunidade para administrar seus preços e aumentar suas margens de lucro sobre a venda. Em consequência, na medida em que os pressupostos relativos à com-

petição perfeita deixam de operar, verifica-se uma transferência de mais-valia do setor competitivo para o monopolista. E as empresas deste setor, graças a suas maiores taxas de lucro, apresentam uma aparência de maior eficiência ou produtividade em grande parte senão totalmente enganadora. Sem dúvida a avaliação da eficiência só pode ser feita comparativamente, mas a comparação jamais pode ser feita entre empresas de ramos industriais diferentes. Só empresas produzindo o mesmo tipo de produto podem ser comparadas. E nestas condições não há nenhuma razão para se imaginar que as grandes empresas sejam mais produtivas porque são mais lucrativas. Esta maior lucratividade é função de um poder de monopólio que as pequenas empresas não possuem.

Esta setorialização da economia capitalista é perfeitamente funcional para o prosseguimento da reprodução ampliada do sistema na medida em que existe abundância de capital no setor competitivo enquanto que ainda existem bolsões de carência de capital no setor monopolista. Havendo abundância de capital no setor competitivo, a baixa da taxa de lucro não tem efeito particularmente negativo sobre a taxa de acumulação. Na falta de alternativas não resta aos pequenos e médios capitalistas empresários senão acumular ainda que com uma taxa declinante de lucro. Por outro lado, no setor monopolista ainda existem subsectores com falta de capital, especialmente porque nesse setor se concentram as indústrias tecnologicamente de ponta, onde a expansão do sistema está ocorrendo de forma prioritária. A sustentação da taxa de lucro nesse setor é assim importante para a sobrevivência do sistema como um todo. A oligopolização da economia é portanto uma contratendência à tendência declinante da taxa de lucro na medida em que a transferência de excedente do setor competitivo para o oligopolista garante a este, que é agora o setor chave da economia, uma taxa de lucro que por convenção seja momentaneamente adequada para o prosseguimento da acumulação.

Se acrescentarmos a esta análise a consideração de que os capitalistas e tecnoburocratas do setor monopolista tendem a possuir um poder político sobre o Estado maior do que o detido pelos capitalistas do setor competitivo, compreenderemos que são sólidas as bases desta divisão da economia capitalista entre um setor monopolista, dinâmico e burocratiza-

do, tecnologicamente avançado e alcançando elevadas taxas de lucro, e um setor competitivo em crise crônica, ainda que constantemente se renovando, alcançando em média taxas de lucro inferiores. A análise do terceiro setor, o setor estatal será feita no próximo capítulo, quando examinaremos a tendência à estatização.⁵

⁵ Em *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Brasiliense, 1977, 3ª Parte, fizemos também esta distinção entre um setor competitivo e um setor monopolista, mas, como tínhamos outros critérios de classificação além dos que estamos utilizando aqui, chamamos o primeiro de setor capitalista tradicional e o segundo de setor capitalista moderno. Neste último incluímos o setor produtivo estatal, que no presente trabalho é separado.

CAPÍTULO VII

A tendência à estatização

Uma das características essenciais do capitalismo no século XX foi a tendência à estatização. Além de oligopolizar-se as economias centrais e as economias com industrialização passaram a desenvolver um amplo setor produtivo estatal, ao mesmo tempo que, a partir da grande depressão dos anos trinta e da obra de Keynes, o Estado assumia decisivas funções regulatórias de parcial substituição ao mercado.

As razões para essa crescente estatização da economia são variadas. A razão mais geral talvez seja a incapacidade de o mercado regular automaticamente a economia e garantir as taxas de acumulação consideradas necessárias ou desejáveis pelas respectivas classes dominantes.

A partir dessa incapacidade surge o Estado Regulador, agente keynesiano de política econômica. Nessa qualidade o Estado passa, em um primeiro momento, a regular os agregados macroeconômicos e as taxas fundamentais da economia: o nível de investimento e a poupança, a quantidade de moeda, a taxa de juros e de câmbio, etc. Em um segundo momento, passa a administrar mais especificamente um conjunto crescente de preços, a definir quantidades, a produzir ou a importar e exportar de um conjunto crescente de mercadorias básicas e a subsidiar em geral a acumulação privada através de incentivos fiscais.

O Estado Regulador, entretanto, não é suficiente, e

surge o Estado Produtor, que passa a produzir diretamente bens e serviços. Se formos buscar as causas do desenvolvimento extraordinário do setor produtivo estatal, provavelmente poderemos distinguir duas causas básicas:

1) a capacidade de o Estado de promover poupança forçada e aumentar a taxa de acumulação do sistema; e

2) a possibilidade de o Estado de assumir as atividades e realizar os investimentos pouco ou não lucrativos, funcionando assim como contratendência à tendência declinante da taxa de lucro do setor privado.

1

Devido à sua capacidade de tributar e de assumir o controle da produção de bens e serviços monopolistas, o Estado tem a capacidade de obter poupança forçada da população. Conforme demonstrou Gerschenkron, o papel do Estado na economia nos países em efetivo processo de desenvolvimento tende a ser tanto maior quanto maior for o atraso relativo do país.¹ Na Europa, países que se industrializaram tardiamente, como a Alemanha e a Rússia czarista, desenvolveram-se graças à decisiva intervenção do Estado. O mesmo ocorreu com o Japão, cuja indústria foi basicamente instalada pelo Estado no final do século XIX e depois vendida (quase doada) ao setor privado. Nos países subdesenvolvidos, que aceleraram sua industrialização a partir de 1930 e principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, o papel do Estado e das empresas estatais tem sido fundamental para criar uma infra-estrutura econômica básica que permita a industrialização privada. Os países estatais, finalmente, a partir da União Soviética, tiveram em geral um extraordinário êxito econômico a partir do próprio fato de que suas economias são controladas pelo Estado.

Em todos esses países, na medida em que o desenvolvimento econômico tornou-se um imperativo para toda a sociedade, o Estado, graças à sua capacidade de realizar poupanças forçadas, tornou-se o instrumento fundamental do processo de acumulação e industrialização.

¹ A. Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*, Nova Iorque, Praeger, 1975.

Esta poupança forçada se realiza, na verdade, não apenas através da criação de empresas estatais monopolistas, que realizam elevados lucros operacionais (descontadas as despesas financeiras) e recebem recursos orçamentários do Estado para cobrir os prejuízos decorrentes do pagamento de juros, mas também através do subsídio principalmente às grandes empresas privadas. Este subsídio, que afinal é pago pelo orçamento do Estado, através do estabelecimento de estímulos fiscais, geralmente ocorre através de um complexo sistema de financiamento público às empresas monopolistas. Torna-se assim necessário o desenvolvimento de um grande sistema bancário estatal, que serve de veículo para o suprimento dos subsídios.

Além de subsidiar as empresas privadas, o Estado é levado a criar suas próprias empresas em função de sua capacidade de realizar poupança forçada. Quando o volume de poupança necessária é muito grande, quando o prazo de maturação dos investimentos é longo e os riscos elevados, cabe sistematicamente ao Estado assumir os novos investimentos. Isto explica porque setores como petróleo, a mineração, a produção de energia elétrica e de aço tendem a ser estatais.

O importante a assinalar é que, neste caso, embora o Estado esteja a serviço da acumulação privada, ele também intervém no econômico em função do que poderíamos chamar de o imperativo do desenvolvimento. O desenvolvimento ou a industrialização torna-se uma ideologia que, embora pautada pela burguesia industrial e pela tecnoburocracia estatal, acaba interessando toda ou quase toda a sociedade. O Estado, de acordo com essa visão, não é meramente o instrumento da classe dominante, como afirmava Marx corretamente no seu tempo, nem é o instrumento do capital monopolista, como pretendem os intelectuais do Partido Comunista Francês com sua tese sobre o Capitalismo Monopolista de Estado. Dado o crescente poder dos demais grupos sociais, especialmente das classes médias tecnoburocráticas e dos trabalhadores organizados, as políticas do Estado passam a ser a resultante da luta de classes.

E neste quadro, o desenvolvimento do Estado Produtor não é meramente o resultado das necessidades de acumulação da burguesia, nem tem como objetivo único funcionar como contratendência à tendência declinante da taxa de lucro. O

setor produtivo estatal nessa perspectiva cresce em função do imperativo do desenvolvimento e da capacidade exclusiva do Estado de realizar poupança forçada.

2

Não há dúvida, entretanto, que a formação do setor produtivo estatal tem como segunda causa o fato de a estatização das empresas constituir-se em uma contratendência à tendência declinante da taxa de lucro. O Estado defende a taxa de lucro do setor privado não só subsidiando a acumulação privada, mas também assumindo as atividades produtivas pouco lucrativas.

Nos países capitalistas centrais, dentro do setor monopolista, começaram a se definir, principalmente a partir da grande depressão dos anos trinta deste século, bolsões cada vez maiores de excesso de capital, ou seja, áreas em que, por motivos estruturais diversos, a taxa de lucro tende a ser baixa. Estes bolsões se localizam especialmente nos subsetores monopolistas mais antigos, que se caracterizam por maior intensidade de capital, e também que apresentam taxas de progresso tecnológico mais lentas. É o caso das ferrovias, das empresas de utilidade pública, das siderurgias. Estas atividades utilizam grandes massas de capital constante. É certo que os serviços de utilidade pública têm em geral caráter monopolista e não apenas oligopolista. Isto significa que podem ter lucros maiores desde que estabeleçam tarifas elevadas. Mas tarifas elevadas dos serviços públicos, especialmente da energia elétrica, dos transportes ferroviários, do aço, implicam redução da taxa de lucro nos demais setores além de aumento do custo da reprodução da mão-de-obra e, portanto, baixa de salários reais.

É dentro desse quadro que se configura o progresso histórico da estatização, ou seja, a formação de um setor produtivo estatal de importância crescente em todos os países capitalistas centrais. O objetivo fundamental é garantir a acumulação privada de capital, mantendo a taxa de lucro no setor capitalista.

Foi este fato que levou o grupo do Capitalismo Monopolista de Estado a afirmar:

“ao investir a fundo perdido, ao não exigir lucro ou ao exigir uma taxa de lucro inferior à média para os capitais públicos, o Estado deixa aos grupos monopolistas a maior parte da massa de lucros realizada à escala da sociedade capitalista”.²

De fato, a formação de um setor produtivo estatal tanto pode ser a consequência de uma estratégia positiva de desenvolvimento, com o aproveitamento da capacidade de realização de poupança por parte do Estado, como pode ser uma estratégia negativa visando relegar para este setor as atividades necessárias mas menos lucrativas ou então francamente deficitárias do sistema econômico. Esta segunda idéia pode tornar-se mais clara através do exemplo sumarizado na Tabela II, em que vemos como a taxa de lucro ainda pode ser mantida elevada no setor monopolista e se manter ainda positiva no setor competitivo graças às transferências de renda do setor estatal. Da mesma forma que a divisão da economia em dois setores — competitivo e monopolista — implicava a transferência de renda do primeiro para o segundo, a introdução do setor estatal explica-se na medida em que graças a ele a classe capitalista logra apropriar-se de uma parte da mais-valia produzida no setor estatal.

Neste exemplo supõe-se que os três setores produtivos controlariam a mesma soma de capital total (soma de capital constante e do capital variável). Dada uma determinada taxa global de mais-valia, os lucros seriam de 9 e a taxa de

TABELA II
TAXA DE LUCRO E SETORES PRODUTIVOS

	Setores			
	<i>Competitivo</i>	<i>Monopolista</i>	<i>Estatat</i>	<i>Total</i>
K + W	60	60	60	180
R	3	6	0	9
r	5%	10%	0	5%

² Paul Boccara e outros, *Le Capitalisme Monopoliste de l'État*, Paris, Éditions Sociales, 1971, vol. I, pp. 40-1.

lucro seria de 5%. Caso houvesse plena mobilidade do capital, não existindo portanto os três setores, a taxa de lucro seria única em toda a economia. Entretanto, graças à setorialização a taxa de lucro pode ser nula no setor estatal, que, no exemplo, transfere toda a mais-valia nele gerada para o setor monopolista, podendo assim o setor competitivo permanecer na média geral da economia. Outros exemplos poderiam ser montados, com taxas positivas e também com taxas negativas de lucro para o setor estatal. O essencial para o modelo é que as taxas desse setor sejam menores do que as dos setores competitivo e monopolista. O setor competitivo, por sua vez, poderá permanecer intocado, como, no exemplo, poderá ser beneficiário de transferência de renda do setor estatal ou poderá transferir renda para o setor monopolista. A previsão básica é apenas de que a sua taxa de lucro tenderá ser maior do que a taxa do setor estatal e menor do que a do setor monopolista. As transferências de renda a que acabamos de nos referir são obviamente os resultados finais. É claro que o setor competitivo poderá receber transferências do estatal e realizar transferências para o monopolista. E o setor estatal tenderá sempre a realizar transferências diretas para o setor monopolista.

Um exemplo do que estamos analisando foi o processo de nacionalização, desnacionalização e finalmente renacionalização da indústria siderúrgica britânica. Quando ocorreu o primeiro processo de nacionalização por iniciativa do Partido Trabalhista, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, tratava-se de uma medida socialista que encontrou violenta oposição na burguesia. Quando, de novo no poder, o Partido Trabalhista promove a renacionalização da indústria, em meados dos anos sessenta, não encontra praticamente nenhuma oposição por parte do capital. Conforme observou McEachern, a burguesia percebeu que aquela nacionalização não colocava em risco os interesses do capital; pelo contrário, favorecia-os. A indústria siderúrgica encontrava-se em situação tão difícil, realizando prejuízos ou lucros muito baixos, e ao mesmo tempo exigindo grandes investimentos para reestruturá-la, que a oposição capitalista foi meramente formal.³

³ McEachern (1977), citado por Colin Crouch, "State capital and liberal democracy", em Colin Crouch (org.), *State and Economy in Contemporary Capitalism*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1979, pp. 27-8.

3

É preciso, entretanto, assinalar que a intervenção do Estado como contratendência à tendência declinante da taxa de lucro tem seu limite na permanente ameaça de crise fiscal, que James O'Connor detectou.⁴ Pressionado a realizar despesas crescentes não apenas de caráter social, mas também com vista à própria acumulação de capital e ao subsídio à acumulação privada, o Estado pesa sobre o setor privado e os impostos que será obrigado a cobrar poderão ser um fator de redução ao invés de aumento da taxa de lucro. É por isso que Elmar Altvater *et alii*, depois de assinalarem que cabe ao Estado, através de suas despesas, “criar as condições gerais da produção capitalista”, ou seja, a infra-estrutura econômica, observam a contradição básica implícita nessa tarefa:

“As despesas (do Estado) realizadas para a melhoria e conservação das condições gerais da produção representam, portanto, de um lado o pressuposto da acumulação privada de capital, enquanto que do outro lado reduzem o fundo de acumulação capitalista privada”.⁵

As despesas do Estado, particularmente as despesas de caráter social, podem, portanto, reduzir ou elevar a taxa de lucro. Isto dependerá basicamente dessas despesas, que se constituem em salário indireto para os trabalhadores e permitem ou não uma baixa ou um menor aumento dos salários diretos. Na medida que as despesas de consumo social do Estado são mais eficientes, ou seja, produzem mais bem-estar por cruzeiro gasto, estas despesas poderão substituir com vantagem tanto para os capitalistas quanto para os trabalhadores os salários diretos. Explica-se, assim, que os capitalis-

⁴ Uma notável análise do Estado e em particular de classes e frações de classe em torno das despesas do Estado nos é apresentada por James O'Connor em *USA: A Crise do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (original em inglês: *The Fiscal Crisis of the State*, 1973). Obra fundamental para se compreender o Estado moderno, sua maior limitação está em não dar a devida atenção à tecnoburocracia emergente.

⁵ Elmar Altvater, Jürgen Hoffmann, Semmler e Wolfgang Scholler, “Stato, accumulazione capitalistica e movimento sociale”, em Alberto Martinelli (org.), *Stato e Accumulazione del capital*, Milão, Gabrielle Mazzotta, 1977, p. 29.

tas, além dos trabalhadores, tenham geralmente interesse em desenvolver o Estado do Bem-Estar. Só quando essas despesas de caráter social começam a se tornar *excessivas* ou pouco relacionadas com a produção e, portanto, com a possibilidade de reduzir relativamente os salários diretos é que a classe capitalista se coloca contra elas.

Em contrapartida, as despesas do Estado para subsidiar a acumulação privada elevam necessariamente a taxa de lucro privada. Esse subsídio geralmente se reveste da forma de estímulos ao investimento em determinados setores que os planejadores econômicos consideram prioritários, ou então são estímulos gerais à acumulação como a depreciação acelerada dos investimentos. O primeiro caso é típico dos países subdesenvolvidos, onde os estímulos fiscais ao investimento visam a desenvolver ou determinados setores industriais ou determinadas regiões. Já os subsídios gerais à acumulação são típicos dos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a montagem de um amplo sistema de estímulos à acumulação elevou a taxa de lucro das empresas a partir dos anos sessenta, permitindo que elas reduzissem seus pagamentos de imposto de renda radicalmente. O imposto de renda passou, assim, a ser pago cada vez mais pelas pessoas físicas, enquanto as empresas ficavam crescentemente liberadas do seu pagamento.

4

O setor produtivo estatal é constituído não apenas das empresas que produzem mercadorias (bens e serviços com preço de venda) mas também pelos órgãos do Estado que produzem não-mercadorias (bens e serviços gratuitos).⁶ A

⁶ A distinção entre mercadorias e não-mercadorias para a análise do Estado está baseada na contribuição de Claus Offe. Ver especialmente "The abolition of market control and the problem of legitimacy" em *Kapitalistate* nºs 1 e 2, 1973, e "The theory of capitalist state and the problem of policy formation", em *Stress and Contradiction in Modern Capitalism*, organizado por Lindery, Alford, Gronchi e Offe, D. C. Meath, 1975, Lexington, Mass. Ver também o trabalho mais didático, baseado nas contribuições de Offe e O'Connor, de Gosta Esping-Andersen, Roger Friedlan e Erick Olin Wright, "Modes of class struggle and capitalist state", em *Kapitalistate*, nº 4-5, 1976, onde se dá especial ênfase à política de Estado como resultante da luta de classes, ao invés de mero reflexo dos interesses da

produção de não-mercadorias é a área dos bens e serviços de consumo social, cuja produção aumentou de forma dramática no século XX configurando o Estado do Bem-Estar. Educação e Saúde são as duas áreas prioritárias de ação estatal deste tipo. A previdência social é uma das formas através da qual estes serviços são financiados e a renda transferida. A construção de obras rodoviárias ou as despesas com pesquisas científicas são exemplos de produção de não mercadorias, as quais, entretanto, não se classificam diretamente como consumo social.

A produção de não-mercadorias é *típica* do setor estatal, mas não há dúvida que durante muito tempo esteve em mãos privadas, enquanto aqueles serviços conservavam o caráter de mercadoria. Hoje e cada vez mais a produção dessas áreas perde o caráter de mercadoria e vai se tornando exclusiva do setor estatal. Através dessas despesas o Estado ou reduz o custo do capital variável, permitindo que os salários pagos pelo setor privado sejam menores, ou reduz o custo do capital constante, criando economias externas. Em ambos os casos o lucro privado é favorecido; a taxa de lucro é sustentada. O financiamento das despesas do setor produtivo institucional do Estado é realizado através da cobrança de impostos e taxas que incidem sobre toda a economia. A forma empresarial eventualmente é utilizada, quando se pretende uma maior autonomia administrativa, criando receitas para as *empresas* através de transferências dentro do próprio Estado. É o caso das empresas de planejamento e administração de obras urbanas ou as de construção e administração de rodovias. Na medida em que os bens ou serviços produzidos são em última análise gratuitos, são não-mercadorias; não se pode falar em empresas.

Já a produção de mercadorias seria *típica* do setor privado, e no entanto, devido à possibilidade de aproveitar a capacidade positiva de poupança forçada do Estado, ou à necessidade de manter a taxa de lucro dos dois setores capitalistas, cada vez mais o Estado intervém nessa área. Forma-se, assim, um setor produtivo empresarial do Estado, que lentamente

classe capitalista (Marx) ou da natureza estrutural do capitalismo (Poulantzas em seus primeiros trabalhos).

substitui a atividade privada. Os critérios de intervenção do Estado neste setor são vários, mas todos giram direta ou indiretamente em torno do objetivo de sustentação da taxa de lucro. Cabe ao Estado intervir nos setores em que um ou alguns destes fatores se encontrem reunidos:

a) tecnologia altamente capital-intensiva e com fortes economias de escala exigindo investimentos mínimos elevados;

b) desenvolvimento tecnológico relativamente estacionário; dificultando introdução de inovações que garantam vantagens monopolistas;

c) produção de insumos homogêneos, impedindo diferenciação mercadológica através de desenho, marca e propaganda;

d) atividades naturalmente monopolistas produtoras de insumos fundamentais para os demais setores, como os serviços de utilidade pública;

e) atividades fortemente ligadas à segurança nacional.

Nos países subdesenvolvidos, em que o Estado lidera o processo de acumulação mais diretamente, deveríamos acrescentar a estes cinco fatores um sexto;

f) a capacidade financeira do Estado de reunir poupanças forçadas e aplicá-las em grandes projetos não apenas de baixa lucratividade, mas também onde há simplesmente carência de capital.

Ainda que o Estado procure subcontratar com empresas privadas sempre que possível, visando assim reduzir sua participação, é óbvio que o crescimento do setor produtivo estatal, seja em seu ramo institucional ou no empresarial, é um elemento essencial e intrínseco à dinâmica da reprodução ampliada do modo capitalista de produção.

Aos seis fatores determinantes da intervenção estatal já analisados, entretanto, devemos acrescentar um outro de natureza diversa mas de importância fundamental: a incapacidade do sistema capitalista de se auto-regular de forma eficiente. Esta incapacidade, que já é clara no período do capitalismo competitivo, como as fortes flutuações cíclicas das economias capitalistas demonstram, torna-se dramática com o advento do capitalismo monopolista e com as necessidades de regular os grandes oligopólios privados. A política econômica keynesiana e as formas de planejamento indicativo são as respostas de caráter estatizante a estes desafios. Na medida

em que estas respostas de acumulação privada, capitalista, a intervenção do Estado na economia só tende a acentuar-se. Quando, entretanto, essas formas de intervenção perdem relativamente eficiência, como aconteceu nos países capitalistas centrais a partir dos anos setenta (quando a fase de declínio de um novo ciclo de Kondratieff tem início), pode ocorrer, como de fato ocorreu, um movimento conservador visando a contenção das atividades econômicas do Estado em todos os campos: regulação, produção e bem-estar. Na medida, entretanto, em que esse movimento não atende os interesses da acumulação capitalista, seu fôlego deverá ser curto.

5

Finalmente devemos acrescentar dois outros fatores determinantes do processo de intervenção do Estado na economia, os quais, entretanto têm um caráter diretamente antagônicos em relação à taxa de lucro e a acumulação capitalista. Refiro-me às reivindicações da classe trabalhadora e às demandas menos abertas mas muito efetivas da emergente classe tecnoburocrática sobre as despesas do Estado. Ambos os fenômenos são manifestações do processo de luta de classes que irá encontrar seus canais de institucionalização e expressão no próprio Estado.

Nos textos marxistas ortodoxos geralmente supõe-se que o Estado é uma organização a serviço da classe dominante burguesa. Ora, esta visão instrumentalista do Estado era aceitável no tempo de Marx, mas na segunda metade do século XX já não é mais possível aceitar sem restrições essa tese. Servir a classe dominante, funcionar como instrumento repressivo a fim de garantir a apropriação do excedente sempre foi o papel clássico do Estado. Nos modos pré-capitalistas antagônicos de produção, o Estado tinha inclusive a função de garantir diretamente a apropriação do excedente pela classe dominante através de tributos, da escravidão dos inimigos vencidos e da corvéia. Por isso eram Estados intrinsecamente autoritários. No momento, entretanto, em que se instaura o Estado capitalista, nos escombros do Estado em transição mercantil-absolutista, a tomada do poder pelas camadas médias burguesas se faz com o apoio popular. O Estado, por sua

vez, já não tem um papel direto na apropriação do excedente, que agora é extraído através do mecanismo da mais-valia. Estes fatos, mais a circunstância de que a burguesia é uma classe dominante muito ampla quando comparada com as classes dominantes pré-capitalistas, exigindo formas institucionalizadas de ocupação e rotação do poder político, irão determinar o aparecimento da democracia burguesa. Em conseqüência a necessidade de legitimação do Estado perante todo o povo aumenta fortemente.⁷

A partir desse momento a luta de classes institucionaliza-se através da criação dos partidos políticos e dos sindicatos. E o Estado torna-se o que Poulantzas muito adequadamente chamou de “uma condensação das lutas de classes”.⁸ As políticas públicas e mais precisamente as despesas estatais, através das quais o Estado distribui renda entre as diversas classes e frações de classe, tornam-se objeto de pressões políticas crescentes. E a classe capitalista, para manter seu caráter de classe dirigente, é obrigada a celebrar pactos políticos os mais diversos e a ceder às demandas crescentes das classes dominadas. Ora estas demandas têm em princípio o sentido de aumentar as despesas do Estado e, portanto, o grau de intervenção estatal.

A este respeito Colin Crouch, a partir da análise de C. Lindblon, adota uma posição um pouco diversa da nossa. Segundo os dois autores, o Estado ou o pessoal do Estado possui uma certa autonomia em relação à classe capitalista e atende também as demandas da classe trabalhadora. Entretanto, a dependência do Estado em relação à classe capitalista deriva do fato de que a produção de bens e serviços, na qual

⁷ Estudei mais extensamente o conceito de Estado nos capítulos 2 e 3 de *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Brasiliense, 1977.

⁸ Nicos Poulantzas, *L'État, le Pouvoir, la Société*, Paris, PUF, 1978, p. 141. Também em “As transformações atuais do estado, a crise política e a crise de estado”, em *O Estado em Crise*, organizado por Nicos Poulantzas, Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 22. O estruturalismo de Poulantzas nestas obras é bem menos marcado do que em *Pouvoir, Politique et Classes Sociales de l'État Capitaliste*, Paris, Maspéro, 1968. O Estado ganha nestes trabalhos mais recentes maior substância a partir da luta de classes, não confirmando as críticas do grupo de *Kapitalistate* (Esping-Andersen *et alii*).
luta de classes, não confirmando as críticas do grupo de *Kapitalistate* (Esping-Andersen *et al*).

se apóia a estabilidade do Estado, depende da classe capitalista. Nas palavras de Crouch:

“O pessoal do Estado tem o mais forte interesse em manter a estabilidade das instituições... É essa busca da estabilidade que fornece a chave para a motivação última da ação estatal. Na maior parte das vezes esta estabilidade é melhor atendida atendendo aos interesses do modo de produção existente, porque é sobre isto que a prosperidade parece basear-se, e na democracia liberal a prosperidade crucial para a estabilidade social... A fim de atender às demandas populares de progresso material, o Estado é obrigado a garantir sucesso econômico, resultando daí dependência dos interesses capitalistas”.⁹

Esta análise não leva em consideração o outro lado da moeda: embora a classe capitalista controle a produção e a acumulação dela dependendo a prosperidade, muitas vezes seu apego conservador ao mercado, expresso, por exemplo, na teoria monetarista, impede que o Estado garanta o crescimento da economia. Seu mérito, está em salientar a importância da estabilidade social para a tecnoburocracia estatal (*o pessoal do Estado*) que controla diretamente o aparelho estatal.

De fato, as demandas sobre o Estado partem não apenas da classe trabalhadora existente nos três setores (competitivo, monopolista e estatal) mas também na tecnoburocracia, a nova classe que emerge no século XX ao nível das grandes empresas oligopolistas e do Estado. Esta nova classe tem como antecessora imediata a burocracia, pequeno grupo de funcionários públicos localizados no aparelho estatal capitalista, mas dela se distingue em vários aspectos. Na verdade estamos agora diante de um imenso contingente de técnicos e administradores, que assumem a coordenação das grandes organizações públicas e privadas, em um primeiro momento como meros representantes da burguesia ou dos proprietários das empresas, mas em um segundo momento como seus associados. E quando, na União Soviética, esta classe assume totalmente o poder e o controle do excedente, eliminando a

⁹ Colin Crouch, *op. cit.*, p. 46.

burguesia, seu caráter de classe se esclarece. Desaparecendo a burguesia não se pode mais falar em relações capitalistas de produção e, portanto, em capital. Em seu lugar surge a relação especificamente tecnoburocrática ou estatal de produção, que propomos denominar organização. Neste contexto a tecnoburocracia assume a condição de classe seja por ganhar massa crítica, seja por assumir poder, seja por apropriar-se de forma específica do excedente econômico através de ordenados, seja por formular uma ideologia legitimadora baseada no princípio da eficiência. A nova classe tecnoburocrática define-se enfim por se inserir de forma particular na nova relação de produção tecnoburocrática ou estatal que é a organização.¹⁰

Nos países capitalistas centrais de formações sociais mistas capitalistas-tecnoburocráticas, o modo de produção dominante continua o capitalista. Mas não temos mais nem o capitalismo competitivo, nem o capitalismo monopolista, mas o capitalismo monopolista de Estado ou tecnoburocrático.

Nesse tipo de formação social o Estado assume um certo grau de autonomia, uma *autonomia relativa* como frequentemente tem sido chamada. Esta autonomia relativa não é a confirmação de um Estado neutro, como pretende a teoria liberal capitalista, mas é o resultado da própria luta de classes da qual o Estado é resultado. Mais especificamente a autonomia relativa é a expressão da tecnoburocracia estatal que, ao assumir a condição de classe em si e para si, passa a utilizar o aparelho estatal em seu benefício. E nesse processo, como a tecnoburocracia não tem condições de assumir o poder de forma independente, ela é levada a servir ora de assessora e associada da burguesia ora de intermediária entre as demandas da classe capitalista, dos trabalhadores e dela própria. Suas próprias demandas são naturalmente fortemente ocultadas, a partir da estratégia de negar para si características de classe. Mas é fácil perceber que sua demanda fundamental —

¹⁰ Desenvolvi mais amplamente o conceito de modo tecnoburocrático ou estatal de produção em “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático de produção, em *Estudos CEBRAP*, n.º 20, abril-junho de 1977, depois publicado com meus demais trabalhos sobre o assunto em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

a de expandir a organização estatal — é sistematicamente atendida. Ampliando-se a organização, aumenta o número de postos burocráticos, a taxa de ordenados pode ser elevada, crescem o poder e a influência dos tecnoburocratas.

Nesta dupla tendência de oligopolização e estatização da economia, ambas marcadas por um forte processo de burocratização, a classe capitalista joga uma espécie de jogo do aprendiz de feiticeiro. Para garantir a taxa de lucro e o processo de acumulação capitalista a burguesia é obrigada a desenvolver grandes empresas e a promover a formação de grandes Estados, que subsidiem a acumulação privada, seja através do estabelecimento de preços das empresas estatais abaixo de seu valor, seja através da criação de subsídios fiscais e creditícios. Nesse processo abre campo para o desenvolvimento de uma nova classe — a tecnoburocracia — a qual, embora criada para servir a burguesia, com a qual efetivamente colabora, acaba por assumir uma autonomia cada vez maior e por disputar a repartição do excedente com a burguesia, na medida em que se vê aumentar a cada dia o número e o poder de seus membros, situados nos setores mais estratégicos da sociedade. A burguesia, assim, da mesma forma que o aprendiz de feiticeiro, perde o controle sobre a sua própria criação. Da mesma forma que a burguesia surgiu no seio do feudalismo e durante séculos serviu e se associou à aristocracia, o mesmo tende a ocorrer com a tecnoburocracia em relação à burguesia.

É óbvio, portanto, que tanto o processo de oligopolização quanto o processo de estatização, e principalmente este último, não serão processos contínuos e tranquilos. Ainda que ambos sejam processos intrínsecos à reprodução ampliada do capitalismo monopolista de Estado dos nossos dias, ainda que sejam essenciais para a sustentação da taxa de lucro, eles deverão continuar ocorrendo através de um processo altamente contraditório. Sabemos que o desenvolvimento capitalista não é gradual e harmônico, como pretendem os economistas neoclássicos, mas conflitivo, cíclico, contraditório. Estes conflitos decorrem da luta de classes dos interesses nacionais, do desenvolvimento desigual das forças produtivas. E nesse processo a classe dominante capitalista, ao buscar proteger sua taxa de lucro, adota as estratégias de oligopolização e estatização da economia. Ora, estas estraté-

gias, que obviamente têm outras condicionantes além da defesa da taxa de lucro, acabam por estabelecer as bases da própria destruição burguesa, ainda que no curto prazo sejam eficientes em garantir a taxa de lucro e a própria acumulação capitalista.

CAPÍTULO VIII

Uma teoria de longo prazo dos salários

A análise que realizamos até aqui da taxa de lucro e da teoria de Marx sobre seu comportamento não nos permite concluir pela sua tendência declinante no longo prazo. No curto prazo, sem dúvida, a taxa de lucro varia em função do ciclo econômico, mas a longo prazo, como mostram as evidências empíricas, ela tende a ser estável ou mesmo levemente crescente. A lei da tendência declinante da taxa de lucro é muito mais um permanente desafio ao desenvolvimento capitalista do que um obstáculo insuperável a esse desenvolvimento. A tendência ao crescimento da composição orgânica do capital, nos quadros de uma relativa estabilidade da taxa de mais-valia, existe. Mas ela afinal não se realiza na prática porque as contratendências desencadeadas pelo próprio processo de acumulação entram em ação. O progresso técnico poupador de capital é neste sentido o fator mais importante, mas as tendências à oligopolização e à estatização das economias capitalistas contemporâneas e o imperialismo têm também um papel significativo em impedir o efetivo declínio da taxa de lucro, ao menos para os setores mais dinâmicos (e eventualmente mais oligopolizados) da economia.

Neste quadro de estabilidade a longo prazo da taxa de lucro, um fator que poderia ter sido importante para com-

pensar uma eventual elevação da composição orgânica do capital, seria o crescimento da taxa de mais-valia. Isto, por sua vez, ocorreria na medida em que a taxa de salários permanecesse basicamente constante ou pelo menos aumentasse a uma taxa menor do que o aumento da produtividade.

De fato, se a taxa de aumento da produtividade, (\dot{Y}/L), for maior do que a taxa de aumento da taxa de salários, (\dot{W}/L), a participação dos salários na renda será declinante

$$\frac{W}{Y} \downarrow$$

e, portanto, a taxa de mais-valia será crescente

$$\frac{R}{W} \uparrow$$

Neste capítulo vamos examinar o comportamento a longo prazo da taxa de salários. A preocupação fundamental estará em examinar o preço da força de trabalho a partir da oferta, deixando em segundo plano o problema da procura. Com isso não se pretende afirmar que a procura, que os clássicos relacionaram com *fundo de salários* e a partir especialmente de Marx foi relacionada com a taxa de acumulação de capital, seja irrelevante na determinação da taxa de salários. Ela é fundamental para a análise de curto prazo. A longo prazo, entretanto, e em oposição à tese neoclássica, adotarei a posição clássica e marxista de que a oferta prevalece sobre a procura na determinação do preço das mercadorias em geral, inclusive o preço da força de trabalho.

Diferentemente das teorias clássica e marxista dos salários, entretanto, procurarei mostrar que a força de trabalho não é uma mercadoria como qualquer outra. Dado seu poder de barganha política e sindical ela tem a possibilidade de aumentar sistematicamente seus salários reais à medida que aumenta a produtividade. Nesse modelo, ao contrário da visão da economia política clássica, a variável independente na distribuição de renda deixa de ser a taxa de salários e a taxa de lucro deixa de ser o resíduo. Inversamente, agora é uma taxa *razoável* ou *planejada* de lucro a variável indepen-

dente e a taxa de salários, a variável dependente ou o residuo.¹

1

A teoria clássica dos salários, assim como a marxista, baseadas na lei de ferro dos salários, supõe uma taxa de salários a longo prazo constante. Nesses termos, se admitirmos que a produtividade está crescendo, a taxa de mais-valia e a taxa de lucro crescerão a longo prazo. Isto só não ocorre no modelo de Ricardo porque a produtividade da terra (e afinal do trabalho) é decrescente. Da mesma forma, no modelo de Marx a taxa de lucro não é crescente mas declinante porque a produtividade do capital (e, afinal também a do trabalho) é declinante.

Segundo a teoria clássica, a taxa de salários corresponde a longo prazo ao seu custo de oferta, ou seja, ao custo de reprodução da mão-de-obra, que, por sua vez, pode ser definido como sendo o custo de sobrevivência do trabalhador e de sua família. Segundo Adam Smith,

“Um homem deve sempre viver do seu trabalho, e seu salário deve ser pelo menos suficiente para mantê-lo. O salário deve ser, de fato, um pouco superior a esse nível; de outra forma ser-lhe-ia impossível manter sua família, e os trabalhadores assim remunerados não durariam mais do que uma geração”.²

Ricardo também é muito claro a esse respeito quando afirma que a longo prazo a taxa de salários corresponde ao *preço natural* do trabalho e a curto prazo, ao preço de mercado, o qual depende da oferta de trabalhadores e da demanda, esta, por sua vez, determinada pela acumulação de capital ou pelas variações no *fundo de salários*. O essencial, entretanto, é o conceito de Ricardo de preço natural do trabalho:

¹ A hipótese da exogeneidade da taxa de lucro tem como referência Sraffa (1960) que, no entanto, não considera suas implicações para a análise do processo de acumulação de capital.

² Adam Smith, *The Wealth of Nations*, Londres, Everyman's Library, 1964, p. 60.

“O preço natural do trabalho é aquele preço que é necessário para os trabalhadores em conjunto sobreviverem e perpetuarem sua raça, sem aumentá-la ou diminuí-la”.³

Se entendermos o preço natural do trabalho ou o custo de reprodução da mão-de-obra como uma variável biológica, a taxa de salários, em termos de poder aquisitivo (que é como a estamos sempre tratando), seria constante. Em termos de valor, dado o crescimento da produtividade, a taxa de salários seria declinante. No modelo puro de Ricardo, em termos de poder aquisitivo ou em termos de preço de produção, a taxa de salários seria constante, mas, em termos de valor, seria crescente, porque Ricardo pressupunha a diminuição a longo prazo da produtividade do trabalho devido à lei dos rendimentos decrescentes.

O próprio Ricardo, entretanto, já admitia que o custo de reprodução de mão-de-obra não poderia ser medido apenas em termos biológicos:

“Não se deve entender que o preço natural do trabalho, mesmo que seja estimado em termos de alimentos e bens necessários, seja absolutamente fixo e constante. Ele varia no tempo em um mesmo país e muito fundamentalmente varia de país para país. Ele depende essencialmente dos hábitos e costumes do povo”.⁴

Marx, por sua vez, adotou basicamente a teoria clássica dos salários, salientando que a longo prazo a taxa de salários corresponde ao valor da mercadoria força de trabalho. Este valor, por sua vez, corresponde à quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho. Mas Marx deu ainda maior ênfase ao fato de que seria necessário não considerar o valor da força de trabalho como um fenômeno meramente biológico:

³ David Ricardo, *On the Principles of Political Economy and Taxation*, Londres, Cambridge University Press, 1975.

⁴ *Idem*, pp. 96-7.

“O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais é puramente físico e o outro histórico ou social. O seu *limite último* é determinado pelo elemento físico... A par desse elemento puramente biológico, o valor do trabalho é determinado em cada país por um *padrão de vida tradicional*”.⁵

Aceita a idéia de que o custo de reprodução da mão-de-obra inclui o componente “padrão de vida tradicional”, ou seja, inclui um componente histórico-social, a teoria clássica dos salários torna-se indeterminada. A longo prazo, a taxa de salários corresponde ao valor da força de trabalho; a curto prazo a taxa de salários gira em torno desse valor, em função da oferta de trabalhadores, regulada pelo aumento da população e pelo exército industrial de reserva, e pela procura por trabalhadores, regulada basicamente pela taxa de acumulação e pela natureza do progresso técnico. Entretanto, como há um componente histórico na determinação do valor da força de trabalho, o qual tende a elevar a taxa de salários a longo prazo, a teoria clássica dos salários fica indeterminada. Afinal qual o peso desse componente histórico? O que significa em termos práticos “custo da reprodução da mão-de-obra”? Os trabalhadores ingleses cujo salário médio era em 1955-60 3,8 vezes maior do que em 1860-64, ou os trabalhadores norte-americanos que tiveram uma taxa de salários real aumentada de 5,5 vezes no mesmo período continuam a receber um salário correspondente ao “custo de reprodução da mão-de-obra”?⁶

A resposta a esta questão deve ser evidentemente negativa. Entre os marxistas contemporâneos há a tendência de considerar de forma muito elástica (e crescente) o “padrão de vida tradicional”, e, assim, fixar-se na teoria clássica dos salários, apesar dos aumentos reais de salários. O próprio Marx, entretanto, não tinha em absoluto essa visão. Ainda que houvesse no salário um elemento histórico, relacionado com o grau de civilização,

⁵ Karl Marx, *Salário, Preço e Lucro*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, p. 82.

⁶ Ver o Quadro IV do Apêndice.

“a tendência geral da produção capitalista não tende a elevar o nível médio de salários, mas em baixá-lo, ou seja, impelir mais ou menos o valor do trabalho para seu limite mínimo”.⁷

A previsão de Marx, e em geral dos economistas clássicos, entretanto não se cumpriu. A partir de meados do século passado passou a ocorrer efetivamente um descolamento entre o custo de reprodução da mão-de-obra e a taxa de salários. O aumento do padrão de vida dos trabalhadores nos países centrais foi significativo. A partir de uma longa história de lutas políticas e sindicais, os trabalhadores conseguiram apropriar-se de uma parte do excedente, ou seja, da produção que excede o “consumo necessário dos trabalhadores”. O custo de reprodução ou consumo historicamente necessário dos trabalhadores cresceu devido ao aumento das necessidades de transporte e educação principalmente, mas a taxa de salários cresceu claramente a uma taxa maior, de forma que os trabalhadores conseguiram uma participação crescente (ainda que modesta) no excedente, que anteriormente estava limitada à classe capitalista e à aristocracia proprietária de terras.

Com esse descolamento da taxa de salários em relação ao custo de reprodução da força de trabalho, a teoria clássica dos salários, que já possuía um certo grau de indeterminação devido ao caráter histórico do custo de reprodução da força de trabalho, tornou-se duplamente indeterminada. E perdeu assim qualquer operacionalidade para explicar o comportamento da taxa de salários nos países centrais. Continua ainda basicamente correta para explicar a taxa de salários nos países subdesenvolvidos, em que o capitalismo faz seus primeiros avanços apoiando em um Estado autoritário que desorganiza sistematicamente os trabalhadores,⁸ mas não explica a taxa de

⁷ Karl Marx, *op. cit.*, p. 87.

⁸ Ver Luiz Carlos Bresser Pereira, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Brasiliense, 1977, pp. 226 e 247-8. A tese mais geral a respeito da aplicabilidade da teoria clássica dos salários aos países subdesenvolvidos foi originalmente desenvolvida por Arthur Lewis, “Economic development with unlimited supplies of labour”, em Agarwala e Singh (orgs.), *The Economics of Underdevelopment*, Oxford, Oxford University Press, 1958.

salários nas sociedades em que os trabalhadores estão política e sindicalmente organizados.

2

A teoria clássica dos salários sofreu uma guinada mudando sua ênfase da oferta para a procura com a teoria do fundo de salários. Essa teoria já se encontrava em Ricardo, mas foi Stuart Mill que a desenvolveu mais extensamente e tirou dela todas as suas conseqüências. Definido o fundo de salários como o estoque de capital que os capitalistas disporiam para pagar salários, dado o nível de produção e produtividade, esse fundo determinaria a procura total por trabalhadores, e a taxa de salários seria obtida pela simples divisão desse fundo pelo número de trabalhadores.

Afinal, acoplada à teoria da população, a teoria do fundo de salários não era incompatível com a teoria do custo de reprodução da força de trabalho, já que a população cresceria quando a taxa de salários aumentasse no curto prazo devido ao aumento do fundo de salários. Mas essa teoria era ideologicamente muito útil para a classe capitalista na medida em que, fazendo a taxa de salários depender exclusivamente do fundo de salários e da população, concluía que qualquer aumento de salários obtido por um grupo de trabalhadores teria como conseqüência a diminuição do fundo disponível para os demais trabalhadores.

A teoria neoclássica dos salários, embora pretenda ter realizado uma revolução na área, ao abandonar tanto a teoria do custo de reprodução quanto a teoria do fundo de salários, e ao afirmar, com Marshall, que o capital aplicado em salários não é um fundo mas um fluxo, na verdade não apresentou nenhuma contribuição significativa para a teoria dos salários. Ao afirmar que a taxa de salários deve ser igual à produtividade marginal do trabalho, estabelece apenas uma forma mais rigorosa para determinar a procura por trabalhadores por parte das empresas capitalistas. Em última análise, porém, o que o economista neoclássico está afirmando é que a taxa de salários depende da oferta e principalmente da procura. Além disso, ao dar ênfase à procura, o que os neoclássicos estão fazendo é dar um novo e mais sofisticado tratamen-

to à teoria do fundo de salários, com o objetivo de demonstrar que as vantagens obtidas pelos trabalhadores através de salários mínimos ou de negociações coletivas de trabalho só pode ter como conseqüência desemprego ou diminuição dos salários dos trabalhadores não beneficiados pelas medidas. Foi por isso que Dobb observou com muita propriedade que

“a teoria da produtividade marginal reteve nas mãos de vários economistas mais características essenciais à velha doutrina (do fundo de salários)... Assim, por exemplo, se inferia que se a demanda de mão-de-obra era elástica, qualquer interferência para impedir que o nível de salários baixasse ao seu *nível natural* (a não ser que fosse concomitante com uma produtividade maior) tenderia ao pior resultado de reduzir em termos reais os fundos consagrados ao pagamento da mão-de-obra, ao invés de deixá-los sem alteração alguma”.⁹

Por outro lado, a importância dada à procura na determinação da taxa de salários não é nova. Ricardo e Marx também adotam a mesma posição. Apenas limitam sua afirmação ao curto prazo. Para Marx as variações cíclicas da taxa de acumulação determinam a procura enquanto que a oferta é regulada pelo exército industrial de reserva. Ambos os fatores fazem com que a taxa de salários oscile em torno do custo de reprodução da força de trabalho.

Nestes termos, não há entre os neoclássicos uma teoria de longo prazo ou uma teoria estrutural para os salários. Os clássicos e Marx tinham essa teoria, mas esta deixou de ter validade na medida em que os salários descolaram-se do valor da força de trabalho. Foi por isso que a Escola de Cambridge passou a afirmar com grande ênfase que a taxa de salários depende da produtividade do trabalho e do poder de barganha dos trabalhadores: Joan Robinson e John Eatwell, por

⁹ Maurice Dobb, *Salários*, México, Fondo de Cultura Econômica, 1965 (traduzido da edição inglesa de 1946), pp. 79-80.

¹⁰ Marx reconhecia a importância dos sindicatos para na prosperidade se conseguir aumentos de salários que compensassem as quedas nas crises cíclicas. Já que não haveria a longo prazo tendência para o aumento real de salários, a importância dos sindicatos estaria em servir de base “para a emancipação definitiva da classe

exemplo, perceberam, ao contrário de Marx,¹⁰ que o poder de barganha dos trabalhadores, quando apoiado em redução nos custos de produção devido a inovações tecnológicas, podia elevar em termos reais os salários:

“Não é fácil para os sindicatos forçar um aumento dos salários às custas dos lucros. Ainda que um aumento dos salários nominais seja conseguido, quando a produção por trabalhador permanece constante, os empregadores podem manter constante suas margens de lucro elevando os preços proporcionalmente. Mas quando inovações em um certo tipo de mercadorias reduziram custos de produção (à base da antiga taxa de salários) em relação ao seu valor de venda, os trabalhadores ficam em posição forte para exigir uma participação no aumento dos lucros”.¹¹

Ao fazerem afirmações deste tipo os membros da Escola de Cambridge estavam reconhecendo a falência da teoria clássica e a insuficiência da teoria neoclássica, mas, a rigor, não estavam apresentando uma teoria alternativa. A taxa de salários passa agora a ficar indeterminada em função de um fator político: o poder de barganha dos trabalhadores. Nos trabalhos de Joan Robinson, entretanto, existe uma sugestão muito clara de que é necessário relacionar o comportamento dos salários com o aumento da produtividade. Em um texto de 1952, afirma ela:

“Marx pressupôs, pelo menos no Livro I de *O Capital* que, de um modo geral, a taxa de salários tende a ser constante, de forma que, à medida que o capitalismo se desenvolve e a produção por trabalhador cresce, a distância entre a renda real dos trabalhadores e dos capitalistas aumenta cada vez mais. Nos dias de hoje parece uma generalização mais plausível afirmar que a taxa de salários real tende a crescer com a produtividade. De

trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do assalariado” (*Salário, Preço e Lucro, op. cit.*, pp. 80 e 88).

¹¹ Joan Robinson e John Eatwell, *An Introduction to Modern Economics*, Londres, McGraw Hill, 1973, p. 130.

qualquer forma, a escolha entre as duas hipóteses é uma questão de fato, não de metafísica".¹²

3

Creio, entretanto, que sem recorrer à metafísica, nem ficar exclusivamente baseado nos fatos empíricos, é possível a formulação de uma teoria de longo prazo dos salários que seja novamente determinada. A teoria clássica dos salários estava baseada na idéia de que o trabalho — ou a força de trabalho, conforme Marx esclareceu — era uma mercadoria como qualquer outra, cujo preço deveria basicamente corresponder ao seu valor. De acordo com essa teoria, a taxa de salários é determinada pelo custo de reprodução da força de trabalho, e a taxa de lucro é o resíduo. Pressupondo-se, como Ricardo, que a produtividade da terra (e, afinal, do trabalho) seja decrescente, ou, como Marx, que a produtividade do capital (e, afinal, do trabalho) seja decrescente, a taxa de lucro seria decrescente. Se esse pressuposto deixasse de prevalecer, mantendo-se os salários aproximadamente constantes ou ligeiramente crescentes, a taxa de lucro poderia permanecer constante ou mesmo crescente, dependendo da taxa de aumento da produtividade.

Podemos, entretanto, inverter a proposição clássica e considerar a taxa de lucro como o dado estrutural a longo prazo do sistema capitalista e a taxa de salários como o resíduo.

De acordo com essa teoria, especialmente a partir do momento em que o sistema capitalista torna-se oligopolizado, estatizado e tecnoburocrático, a taxa de lucro passa a ser planejada e, a longo prazo, constante. No transcurso do ciclo ela naturalmente varia, crescendo até o estágio imediatamente anterior ao auge (dividido o ciclo em 9 estágios, conforme proposto por Wesley C. Mitchell), e declinando a partir de então.¹³ E variará também em um prazo maior em função dos

¹² Joan Robinson, "Notes on Marx and Marshall", em Joan Robinson, *Collected Papers*, vol. II, Oxford, Basil Blackwell, 1975, (publicado originalmente em *The Rate of Interest and Other Essays*, 1952), p. 19.

¹³ Cf. Robin Hahnel e Howard Sherman, "The rate profit over the business cycle", em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 6, n.º 2, 1982, p. 186.

ciclos de Kondratieff. Mas no longo prazo em que estamos trabalhando, eliminados os ciclos e as ondas longas, a taxa de lucro seria planejada e aproximadamente constante.

É muito difícil determinar qual seria esse nível constante de taxa de lucro. Há problemas inclusive de conceituação que dificultam a avaliação. A hipótese, entretanto, é a de que as empresas, especialmente do setor oligopolizado, estabeleceriam uma espécie de taxa-objetivo de lucro, que seria determinado em termos históricos, de acordo com o que seus administradores e proprietários considerassem uma *taxa satisfatória*. Essa taxa provavelmente gira em torno de 10 a 15% do capital das empresas.

Há toda uma literatura que não pretendo aqui reexaminar sobre *taxa satisfatória* ou *taxa-objetivo* de lucro.¹⁴ O que é importante apenas assinalar é que a adoção de uma taxa planejada de lucro faz mais sentido para as grandes empresas oligopolísticas do que a adoção de uma taxa máxima de lucro que surja como um resíduo não controlado.

A idéia da taxa residual de lucro era compatível com o capitalismo competitivo, em que cada empresa individual agia oportunisticamente no mercado. A partir do momento, entretanto, em que surgem as grandes empresas oligopolistas e o grande Estado Regulador. O oportunismo cede lugar ao planejamento. A empresa está disposta a sacrificar no curto prazo um lucro exagerado, que em condições favoráveis de mercado eventualmente permitam, para, a longo prazo, atingir taxas-objetivo de lucro, compatíveis com um crescimento estável e sólido.

Fixada a taxa de lucro nestes termos, e pressuposto, por outro lado, um forte poder de barganha político e sindical dos trabalhadores, a taxa de salários é que se transforma em resíduo. Isto não significa, entretanto, que a taxa de salários permaneça indeterminada, como na teoria do poder de barganha. Pelo contrário, a taxa de salários, ou, mais especificamente, a evolução da taxa de salários torna-se perfeitamente determinada. Ela crescerá à taxa que garanta, a longo prazo,

¹⁴ Sobre o assunto, entre outros, ver os trabalhos de Herber A. Simon, "Theories of decision-making in economics", em *American Economic Review*, vol. 49, n.º 3, 1959, e de William Baumol, *Business Behavior, Value and Growth*, Nova Iorque, Harcourt, Brace & World, 1967 (1.ª ed. 1959), pp. 45-52.

uma taxa de lucro constante. Essa taxa de crescimento será igual ao crescimento da produtividade se o progresso técnico for neutro, será menor que o crescimento da taxa de produtividade se o progresso técnico for dispendioso de capital, e maior se o progresso técnico for poupador de capital.

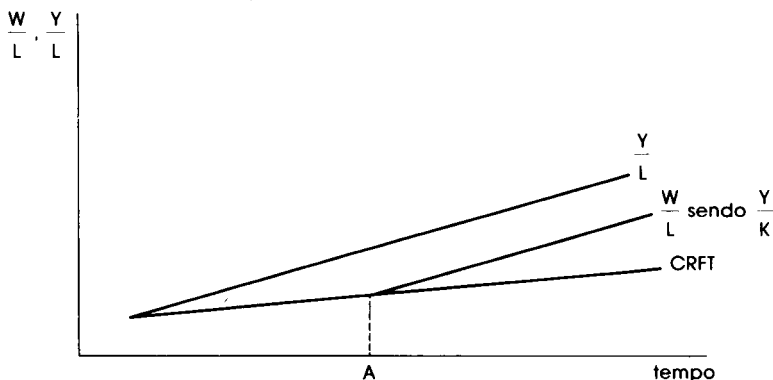
4

O Gráfico VI apresenta a alternativa de progresso técnico neutro combinado com a da teoria clássica, segundo a qual o salário seria igual ao custo da reprodução da força de trabalho (CRFT).

Enquanto prevaleceu o capitalismo competitivo e a força de trabalho comportava-se como simples mercadoria, a taxa de salários correspondia ao custo de reprodução dessa força de trabalho e crescia apenas à medida em que esse custo aumentava. A partir do momento, entretanto, em que os sindicatos e os partidos políticos populares começam a ganhar força política, a taxa de salários desloca-se do custo de reprodução da força de trabalho e passa a crescer acompanhando a taxa de crescimento da produtividade, ao mesmo tempo em que se mantém constante a taxa de lucro.

No gráfico esse momento corresponde ao ponto A. Historicamente esse ponto A deve situar-se em uma faixa entre

Gráfico VI
Taxas de salários e custo de reprodução
da força trabalho



1850 e 1870 aproximadamente para os países centrais, especialmente para a Inglaterra, que serve para nós de protótipo do desenvolvimento capitalista.

Já vimos, entretanto, que a taxa de lucro, R/K , só permanecerá constante se a taxa de salários, W/L , crescer à mesma taxa do aumento da produtividade, Y/L , quando a relação produto-capital, Y/K , for constante.

De fato, se

$$\left(\frac{\dot{Y}}{L}\right) = \left(\frac{\dot{W}}{L}\right)$$

a participação dos salários na renda, W/Y , e, portanto, a taxa de mais-valia, R/W , serão constantes. Em consequência, temos também que a taxa de crescimento do lucro por trabalhador, R/L , será igual à taxa de crescimento da produtividade e da taxa de salários:

$$\left(\frac{\dot{Y}}{L}\right) = \left(\frac{\dot{R}}{L}\right) = \left(\frac{\dot{W}}{L}\right)$$

Logo, a taxa de crescimento do produto, $\frac{\Delta Y}{Y}$, será igual à taxa de crescimento do total de salários, $\frac{\Delta W}{W}$, e à taxa de crescimento do total de lucros $\frac{\Delta R}{R}$.

Sendo a relação produto-capital, Y/K , constante, K crescerá necessariamente à mesma taxa das demais variáveis, inclusive R .

$$\frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta R}{R}$$

Logo, a taxa de lucro, R/K será constante, desde que a taxa de salários cresça à mesma taxa da produtividade, admitindo um progresso técnico neutro.

Caso, entretanto, o progresso técnico se torne poupador de capital, aumentando a relação produto-capital, uma taxa

de crescimento da taxa de salários superior à taxa de crescimento da produtividade será compatível com a estabilidade

da taxa de lucro $\left(\frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta R}{R}\right)$ porque

$$\frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta R}{R} < \frac{\Delta Y}{Y} < \frac{\Delta W}{W}$$

e, portanto,

$$\left(\frac{\dot{W}}{L}\right) > \left(\frac{\dot{Y}}{L}\right)$$

Em contrapartida, caso o progresso técnico seja dispendioso de capital, diminuindo a relação produto capital, a estabilidade da taxa de lucro só será compatível uma taxa de crescimento da taxa de salários inferior à taxa de crescimento da produtividade, podendo, inclusive, levar a uma diminuição da taxa de salários real, porque

$$\frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta R}{R} > \frac{\Delta Y}{Y} > \frac{\Delta W}{W}$$

e, portanto,

$$\left(\frac{\dot{W}}{L}\right) < \left(\frac{\dot{Y}}{L}\right)$$

No Gráfico VI, caso o progresso técnico assuma um caráter dispendioso de capital, a curva da taxa de salários inclinar-se-á para baixo, podendo tornar-se constante, como pressupõe o modelo básico do Marx, ou até negativamente inclinada. Entretanto, se ocorrer o que é mais provável historicamente, ou seja, que o progresso técnico vá se tornando cada vez mais poupador de capital, a taxa de salários inclinar-se-á para cima, passando a crescer a uma taxa maior do que a taxa de crescimento da produtividade.

Se examinarmos os dados que aparecem nos Quadros II e IV do Apêndice, verificaremos que a teoria aqui proposta, admitido um progresso técnico aproximadamente neutro — a

taxa de salários deve ter crescido aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade —, comprova-se empiricamente. De fato, nos Estados Unidos, entre 1890 e 1960, enquanto a produtividade na indústria cresceu cerca de 3,5 vezes, a taxa de salários reais cresceu 3,2 vezes. Na Grã-Bretanha, por sua vez, a produtividade no mesmo período cresceu 2,3 vezes e a taxa de salários, 2,1 vezes.

Vale lembrar que esta teoria tem como pressuposto o poder de barganha político e sindical dos trabalhadores. É esse poder de barganha, cujo limite geral está na estabilidade a longo prazo da taxa de lucro, que permite aos trabalhadores organizados transformar em aumentos de salários os aumentos de produtividade, garantindo um crescimento aproximadamente proporcional da massa de lucros e da massa de salários.

5

É preciso salientar que a teoria dos salários aqui apresentada é uma teoria sobre a evolução dos salários, não sobre o nível dos salários. As duas variáveis são interdependentes, mas é necessário distingui-las com clareza.

A evolução dos salários, ou seja, a taxa de crescimento dos salários, dado o poder de barganha dos trabalhadores e a taxa de lucros satisfatória ou planejada das empresas, depende da produtividade e do tipo de progresso técnico. Só indiretamente depende da distribuição da renda. Se o progresso técnico for neutro e a taxa de salários evoluir segundo o previsto, ou seja, à mesma taxa de aumento da produtividade, não haverá mudança na taxa de mais-valia.

Em contrapartida, o nível dos salários depende adicionalmente da distribuição da renda ou da taxa de mais-valia. Dado um determinado nível de acumulação e de produtividade do trabalho, o nível de salários, ou taxa média de salários, poderá variar amplamente, dependendo da distribuição da renda.¹⁵

¹⁵ É preciso assinalar, entretanto, que a participação dos salários na renda tem-se revelado razoavelmente estável, pelo menos em um país como a Inglaterra. Ver Quadros IX e XII do Apêndice.

Em primeiro lugar, no modelo simples que estamos utilizando, em que a renda é composta exclusivamente de lucros e salários, é preciso saber qual será a taxa satisfatória de lucro. Em países mais desenvolvidos, onde a acumulação básica de capital em grandes projetos infra-estruturais já foi realizada, a taxa de lucro tende a ser menor do que nos países subdesenvolvidos, que estão em processo de instalação de seu parque industrial.

As razões para este fato são mais ou menos óbvias. De um lado, a escassez de capital em um país subdesenvolvido mas em desenvolvimento é muito maior do que em um país já desenvolvido. De outro lado, se é razoável prever que os países subdesenvolvidos tenderão a ser países devedores internacionalmente enquanto os países desenvolvidos, credores, a taxa de lucro nos países subdesenvolvidos deverá ser suficiente para cobrir a taxa de juros dos empréstimos internacionais. Esta, por sua vez, dado o risco maior desses empréstimos, tende a ser maior do que a taxa de juros interna nos próprios países desenvolvidos. Em qualquer hipótese, não apenas porque a produtividade geral é menor, mas também porque a taxa de lucros tende a ser maior, e portanto a renda mais concentrada, o nível da taxa de salários será menor nos países subdesenvolvidos.

O mesmo acontecerá em países desenvolvidos em que os partidos políticos social-democratas não atingiram ou só recentemente atingiram o poder. Em países como a França, Itália e os Estados Unidos a renda tende a ser mais concentrada do que na Inglaterra, Alemanha, Áustria e países escandinavos. Uma exceção é o caso do Japão, onde também a renda é menos concentrada, embora a social-democracia não tenha chegado ao poder.

Se considerarmos outros tipos de renda, além de salários e lucros, principalmente aluguéis e juros, é preciso também considerar a participação dos rentistas na renda. Um problema fundamental das sociedades modernas é o de reduzir essa participação, já que os rentistas, inclusive os acionistas inativos, nada produzem. A lógica do sistema capitalista, entretanto, dificulta esse processo, especialmente quando se pretende, através de altas taxas de juros, conforme normalmente se lê nos textos conservadores de economia neoclássica, *estimular a poupança* ou então *combater a inflação*. De qualquer

forma, quanto maior for a participação dos rentistas na renda, menor será o nível geral de salários, dada uma taxa de lucro satisfatória e a taxa geral de produtividade da economia. O êxito de alguns países capitalistas desenvolvidos em distribuir a renda e ao mesmo tempo manter taxas de lucro satisfatórias para os empresários — fenômeno ocorrido principalmente na segunda metade deste século — deve-se provavelmente à adoção de sistemas fiscais que oneraram principalmente os rentistas, através do imposto de renda progressivo sobre pessoas físicas. Os recursos assim obtidos permitiram a governos social-democratas aumentar indiretamente os salários dos trabalhadores a taxas superiores ao aumento da produtividade sem reduzir a taxa de lucro.

CAPÍTULO IX

Modelo de desenvolvimento capitalista

Estamos em condições de resumir a análise teórica até agora realizada. A taxa de lucro é variável central de um modelo a longo prazo de desenvolvimento capitalista. Ela irá determinar a taxa de acumulação de capital, a partir da qual toda a dinâmica do sistema capitalista se estabelece, na medida em que eleva o estoque de capital e promove o progresso técnico. Por outro lado a taxa de lucro depende da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia.

A taxa de mais-valia, por sua vez, dado o custo de reprodução da mão-de-obra, depende da repartição do excedente entre lucros e salários. O excedente define-se como a produção que excede o consumo necessário à sobrevivência e reprodução dos trabalhadores. Em um modelo capitalista simples, em que haja apenas capitalistas e trabalhadores, o excedente divide-se entre duas classes. Para os trabalhadores temos os salários e para os capitalistas os lucros. A taxa de salários é definida pelo custo de reprodução da mão-de-obra mais a parcela do excedente que o poder de barganha dos trabalhadores conseguir se apropriar. Como torna-se mais fácil apropriar-se de uma parte do excedente quando este está crescendo, isto significa que a taxa de salários também depende do aumento da produtividade do trabalho. A produtividade do trabalho, finalmente, ao mesmo tempo que aumenta o excedente é função da incorporação do progresso técnico e do aumento do estoque de capital decorrente do processo de

acumulação. Fecha-se, assim, o círculo dos fatores determinantes da taxa de mais-valia.

Por outro lado, como determinante direta da taxa de lucro temos a composição orgânica do capital. Esta também depende da taxa de salários e, adicionalmente, da composição técnica do capital. A composição técnica do capital, por sua vez, depende do aumento da produtividade do trabalho e do tipo de produtividade do capital. A produtividade do capital poderá ser constante (progresso técnico neutro) crescente (poupador de capital) ou decrescente (dispendioso de capital). Em qualquer hipótese é novamente o progresso técnico e a acumulação de capital que irão determinar em última instância a composição orgânica do capital e, afinal, a taxa de lucro.

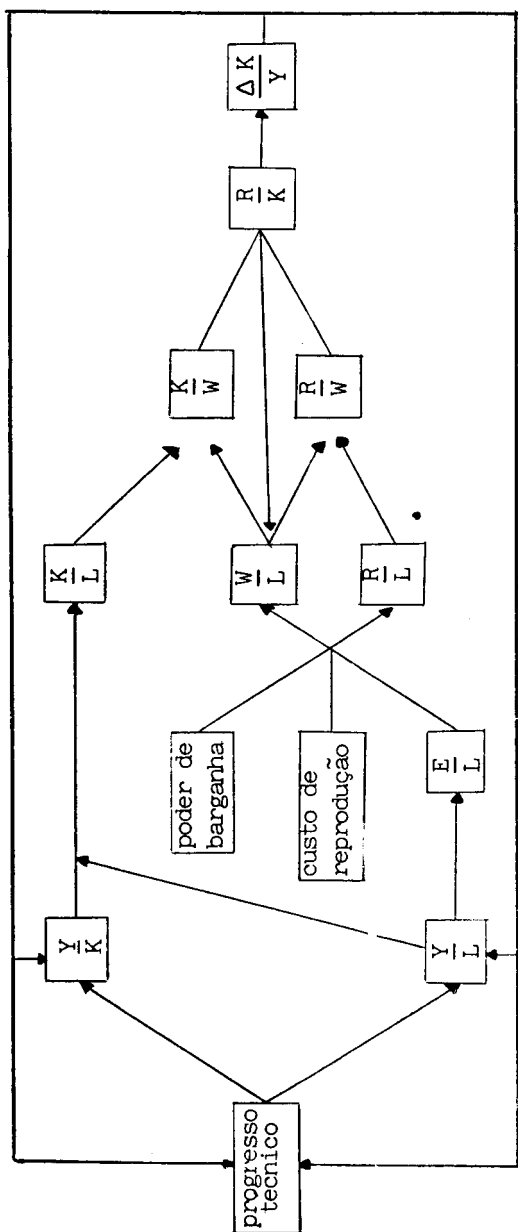
Estas relações aparecem na Figura I de maneira muito simplificada.

O modelo de desenvolvimento capitalista a longo prazo tem caráter aparentemente circular. Na verdade é um processo dialético de causações recíprocas. Na Figura 1 vemos apenas as linhas causais fundamentais.

O progresso técnico tanto se expressa pelo aumento da produtividade do trabalho, Y/L , como pelas variações na produtividade do capital, Y/K . Haverá progresso técnico sempre que Y/L for crescente, podendo a relação produto-capital, Y/K , ser decrescente, constante ou crescente. Dada uma taxa de aumento da produtividade do trabalho, (Y'/L) e a taxa de acumulação de capital, $\Delta K/Y$, que implica aumento do estoque de capital, o progresso técnico dispendioso de capital elevará fortemente a composição técnica de capital, K/L , o progresso técnico neutro elevará menos essa relação, e o progresso técnico poupador de capital poderá mantê-la estável ou mesmo reduzi-la. Manter-se-á estável K/L se Y/K e Y/L estiverem crescendo exatamente à mesma taxa. Entretanto, como a tendência mais normal é para a produtividade do trabalho aumentar rapidamente enquanto a do capital permanece constante ou cresce mais lentamente, a composição técnica do capital tende a aumentar. A relação capital-trabalho e a taxa de salários, W/L , irão determinar a composição orgânica do capital, K/W .

De que depende a taxa de salários, W/L , neste modelo? De três variáveis: da taxa de excedente ou excedente por tra-

FIGURA I
 MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA



balhador, E/L , do salário de subsistência ou custo de reprodução da mão-de-obra, W/L , e do poder de barganha dos trabalhadores.

O custo de reprodução da mão-de-obra obviamente não é um dado meramente biológico. Depende das condições históricas, ou, na expressão de Marx, do “nível de civilização” de cada povo. Corresponde ao consumo necessário dos trabalhadores. O excedente, definido como sendo igual à produção que excede o consumo necessário, é igual à renda menos o total de salários de subsistência:

$$E = Y - \bar{W}$$

Dividindo-se esta identidade pelo número de trabalhadores, temos que a taxa de excedente é igual à produtividade do trabalho menos a taxa de salário de subsistência:

$$\frac{E}{L} = \frac{Y}{L} - \frac{\bar{W}}{L}$$

A taxa efetiva de salários, será maior do que o custo de reprodução da mão-de-obra na medida em que os trabalhadores consigam, graças a seu poder de barganha, apropriar-se de uma parte da taxa de excedente por trabalhador. De fato, a partir da segunda metade do século passado os salários descolam-se do custo da reprodução da mão-de-obra, que agora transforma-se em um parâmetro, mas não no único fator determinante da taxa de salários a longo prazo do sistema capitalista, como pretendiam os clássicos e Marx. A curto prazo a taxa de salários continua dependendo da taxa de acumulação. E o fator limitante fundamental de um crescimento explosivo da taxa de salários nos momentos de auge do ciclo econômico continua sendo o exército industrial de reserva. A política econômica recessiva, reduzindo a demanda agregada, garante que o pleno emprego não seja atingido. Mas o longo prazo a taxa de salários cresce em função do aumento da produtividade do trabalho que se traduz no aumento da taxa de excedente. O poder de barganha dos trabalhadores garante esse aumento desde que não seja afetada a taxa de lucro planejada e considerada satisfatória pelos capitalistas.

Nos termos do modelo desenvolvido no capítulo anterior, a evolução da taxa de salários, a longo prazo, a partir de meados do século passado, sustenta a hipótese de um progresso técnico neutro. Nessas condições a taxa de mais-valia e a taxa de lucro permanecem constantes, distribuindo-se a taxa de excedente proporcionalmente entre lucros e salários. Mais genericamente, para qualquer tipo de progresso técnico, a taxa de salários será a variável dependente enquanto uma taxa de lucro *satisfatória* ou *planejada* e o tipo de progresso técnico serão as variáveis independentes. Se o progresso técnico for poupador de capital a taxa de salários crescerá mais do que o aumento da produtividade; se for dispendioso de capital, a taxa de salários crescerá menos do que a produtividade, podendo, inclusive, apresentar um crescimento negativo; e se for neutro, as taxas de salários e de produtividade crescerão no mesmo ritmo.

Estas relações, que implicam a inversão do modelo clássico sobre os salários na medida em que transforma a taxa de salários ao invés da taxa de lucro em resíduo, aparecem na Figura I através da flexa com direção contrária às demais que liga R/K a W/L . As flexas que relacionam a produtividade da mão-de-obra e o poder de barganha dos trabalhadores com a taxa de salários traduzem o modelo mais geral, em que a taxa de salários é igual ao custo de reprodução da mão-de-obra mais uma parte do excedente por trabalhador. O aumento do excedente por trabalhador dependerá do aumento da produtividade. A parte que caberá aos trabalhadores deste aumento de excedente dependerá do poder de barganha dos trabalhadores. Aceita a hipótese de que os capitalistas cedem aos trabalhadores até o ponto em que sua taxa de lucro planejada ou satisfatória não é afetada, voltamos ao modelo básico e mais específico do capítulo anterior, em que a taxa de salários passa a depender da produtividade do trabalho e do tipo de progresso técnico, dada uma taxa de lucro constante.

A longo prazo, portanto, a taxa de salários depende basicamente da taxa de crescimento do excedente, a qual por sua vez depende diretamente da taxa de crescimento da produtividade do trabalho e da capacidade política dos trabalhadores de exigirem que uma parcela do excedente em crescimento lhes seja atribuída, mantida constante a taxa de lucro.

Dada a taxa de salários, W/L , temos, nos termos do

modelo da economia política clássica, o lucro por trabalhador, R/L , como um resíduo, já que os lucros estão aqui definidos como sendo iguais à renda menos os salários. Nos termos do modelo que estamos propondo, basta inverter a relação, colocando uma determinada taxa de lucro considerada satisfatória pelas empresas oligopolistas como variável exógena e teremos a taxa de salários como resíduo.

Convém assinalar que esta análise só é válida a longo prazo, abstraídos os ciclos econômicos. Neste caso, o produto por trabalhador está crescendo sempre, em função da acumulação de capital e do progresso técnico. O que interessa é o movimento da oferta, que, em princípio, encontra-se em equilíbrio com a demanda agregada. Já no curto prazo, quando as flutuações da demanda em relação ao produto são fundamentais, a análise relevante é a de Kalecki e de Keynes, segundo a qual o lucro é o resíduo da acumulação, já que o investimento, através do multiplicador, determina o nível da renda. Definitivamente, as leis econômicas que explicam o curto e o longo prazo são diversas e muitas vezes contraditórias. Veremos este fato com mais clareza no próximo capítulo.

Dado o total de lucros e o total de salários da economia, temos a taxa de mais-valia, que mede a relação entre trabalho não pago e trabalho pago. Serve de medida da repartição da renda. Na medida em que a taxa de salários se descola do estrito custo da reprodução da mão-de-obra, a taxa de mais-valia deixa de ser também relação entre trabalho necessário e trabalho excedente, para ser apenas uma relação entre trabalho pago e não pago aos trabalhadores. A taxa de mais-valia deixa de ter um caráter quase que estrutural, dentro do sistema capitalista, para assumir o caráter mais modesto de uma variável dependente de uma série de outras, inclusive uma de caráter político, como o poder de barganha dos trabalhadores. A elevação da taxa de salários passa a ser um fator determinante da taxa de mais-valia. Caso a taxa de salários aumente ao mesmo ritmo da produtividade do trabalho, a taxa de mais-valia permanecerá necessariamente constante.

Definidas a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital, temos diretamente a taxa de lucro, que, portanto, é decorrência indireta e está correlacionada com o progresso técnico, seja ele medido em termos de produtividade do capital ou do trabalho, com a composição técnica do capital, com

a taxa excedente, com o custo de reprodução da mão-de-obra e com o poder de barganha dos trabalhadores.

Completando e sumarizando o modelo temos a taxa de lucro como principal determinante da taxa de acumulação de capital. Como veremos na seção seguinte, porém, a taxa de lucro está longe de ser a única determinante da taxa de de acumulação. A taxa de acumulação, por sua vez, além de ter o efeito direto de aumentar o produto, na medida em que aumenta o estoque de capital, tem também um efeito indireto sobre o progresso técnico. A acumulação física de capital realiza-se com a incorporação de técnicas produtivas cada vez mais aperfeiçoadas, que alteram a produtividade do capital ou relação produto-capital, em princípio tendendo a aumentá-la através da incorporação de técnicas poupadoras de capital. Por outro lado, a acumulação de capital também se realiza através da criação e acumulação de conhecimento técnico e organizacional. Esta é uma forma menos clássica mas não menos efetiva de aumento da capacidade produtiva (aqui identificada com a acumulação de capital). A criação e incorporação de conhecimento técnico e organizacional se realizam através da pesquisa científica e do trabalho nas grandes organizações burocráticas públicas e privadas, no seio das quais não apenas a própria produção, mas também o treinamento, a pesquisa e desenvolvimento tendem a realizar-se.

Em qualquer hipótese, seja através da incorporação de progresso técnico nas novas máquinas e equipamentos, seja através do aumento da capacidade produtiva dos homens e das organizações, por meio da educação, da pesquisa e desenvolvimento, e da criação de organizações, a capacidade global de acumulação de capital é a variável fundamental do sistema econômico. Porque a acumulação de capital não é outra coisa senão a disposição do excedente econômico de forma produtiva. Ora, isto se faz tanto diretamente, aumentando-se o estoque de bens de capital, como indiretamente, através da incorporação de progresso técnico em máquinas, homens e organizações.

Fecha-se, assim, o círculo do modelo de desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista representado na Figura I. Percebemos claramente por esse modelo quais são as variáveis fundamentais do sistema capitalista (as quais, aliás, aparecem significativamente no centro da figura). São quatro, sendo duas de caráter *produtivo*: a taxa de progresso

técnico, seja ela medida em termos de produtividade do capital ou do trabalho, e a taxa de acumulação; e duas de caráter *distributivo*: a taxa de salários, que tanto influencia a composição orgânica do capital quanto a taxa de mais-valia, e a taxa de lucro, a qual funciona como o termômetro básico do sistema.

CAPÍTULO X

Etapas de desenvolvimento capitalista

O instrumental teórico que reunimos até agora nos permite partir para uma análise sumária das etapas do processo de acumulação e desenvolvimento capitalista. Nosso ponto de referência para a análise do processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico que define o desenvolvimento capitalista será a taxa de lucro. Naturalmente deveremos fazer também hipóteses sobre a taxa de salários, sobre a taxa de mais-valia, sobre a composição orgânica do capital, sobre a relação capital-trabalho, sobre a relação produto-capital, e sobre a taxa de crescimento da produtividade da mão-de-obra. Para o longo período de mais de dois séculos, que pretendemos estudar, os dados de que dispomos são muito limitados. Existem apenas algumas informações esparsas, às quais estamos fazendo referência principalmente nas notas de rodapé e resumimos no Apêndice. Este estudo deve, portanto, ser considerado como um conjunto de hipóteses teóricas baseadas em algumas indicações históricas e em um sistema de variáveis econômicas logicamente estruturado. Não é, portanto, um trabalho de história econômica onde se pretenda desenvolver uma narrativa histórica do desenvolvimento capitalista. Mas, sim, um esforço para se construir uma lógica teórica que permita formular hipóteses a partir das quais pesquisas históricas poderão ser desenvolvidas. É importante, entretanto, que as tendências que atribui-

remos às variáveis em cada etapa apresentem uma lógica ou uma coerência com as demais, porque já vimos que todas estas variáveis estão entrelaçadas e são interdependentes.

Nossa hipótese fundamental diz respeito ao comportamento da taxa de lucro. Não há dúvida sobre a existência de uma tendência declinante da taxa de lucro, ainda que o declínio efetivo da taxa de lucro não se realize necessariamente. A análise de Marx a respeito, enquanto vê nesta tendência o motor fundamental do desenvolvimento capitalista, é perfeita. A classe capitalista está sempre ameaçada pelo declínio da taxa de lucro, dada a tendência à elevação da relação capital-trabalho. Para evitar essa tendência está permanentemente tomando medidas que visam contrabalançar esta tendência. Estas medidas vão desde a adoção de tecnologia poupadora de capital até a transferência para o Estado das atividades capital-intensivas e de baixa rentabilidade, de forma a garantir a taxa de lucro privada.

A tendência declinante da taxa de lucro é, portanto, uma lei fundamental do desenvolvimento capitalista. A partir dessa lei, Marx, embora referindo-se às forças contrabalançadoras,¹ previu o efetivo declínio da taxa de lucro. Ainda que se possam encontrar algumas evidências de uma tendência declinante da taxa de lucro,² essas evidências são muito imprecisas e certamente não permitem a previsão a médio prazo do colapso do sistema capitalista, como pretende Marx. Abstraídos os ciclos econômicos, que naturalmente provocam flutuações bruscas na taxa de lucro, esta provavelmente permaneceu estável por longos períodos. Marx, embora nunca tenha estabelecido prazos definidos, previa que o declínio da taxa de lucro seria suficientemente rápido para levar o sistema capitalista ao colapso dentro de um tempo histórico relativamente curto. Nesse sentido a previsão de Marx não se con-

¹ Karl Marx, *O Capital*, Livro III, cap. XIV, Civilização Brasileira, 1974, Rio de Janeiro.

² Paul Bairoch, a partir de diversos estudos, fez uma análise de longo prazo. Encontrou taxas de lucro na Inglaterra e na França, no começo do século XIX, que deviam variar entre 20 e 40%. Na Inglaterra, no período 1956-1961, a taxa média de lucro era de 9,6%. Nos Estados Unidos, no período 1922-1929, as taxas de lucro situavam-se entre 9 e 11%; entre 1946 e 1950, estavam em torno de 14%; e entre 1951-55 desceram para 12% (cf. Paul Bairoch. *Revolución Industrial y Sub-desarrollo*, Siglo XXI, 1967, pp. 69-75).

firmou, porque não é razoável que ela tenha sido feita por um prazo mais longo do que 100 anos.

A falha da previsão só pode estar localizada nas tendências atribuídas às relações básicas. Na medida em que a taxa de lucro depende diretamente da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia, e que a composição orgânica do capital depende do tipo de progresso técnico, da tendência da relação capital-trabalho e da taxa de salários, e que a taxa de mais-valia depende especialmente da taxa de salários, é evidente que a previsão geral de Marx não se confirmou em um prazo historicamente significativo porque algumas de suas hipóteses parciais deixaram de se verificar.

Por outro lado, o modelo de Marx em relação à tendência da taxa de lucro possui uma grande simplicidade e um grande poder explicativo para o funcionamento do sistema capitalista. Vamos, portanto, usar estas mesmas relações, mas submeter à crítica os pressupostos usados por Marx a respeito das tendências das diversas taxas. Seguindo Marx, vamos partir da taxa de lucro, que é a relação fundamental. Aparentemente Marx tomou como base a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital para chegar à taxa de lucro. Na verdade, porém, é evidente que Marx partiu de uma hipótese a respeito da taxa de lucro, e depois foi buscar justificativas para ela no comportamento das demais variáveis.

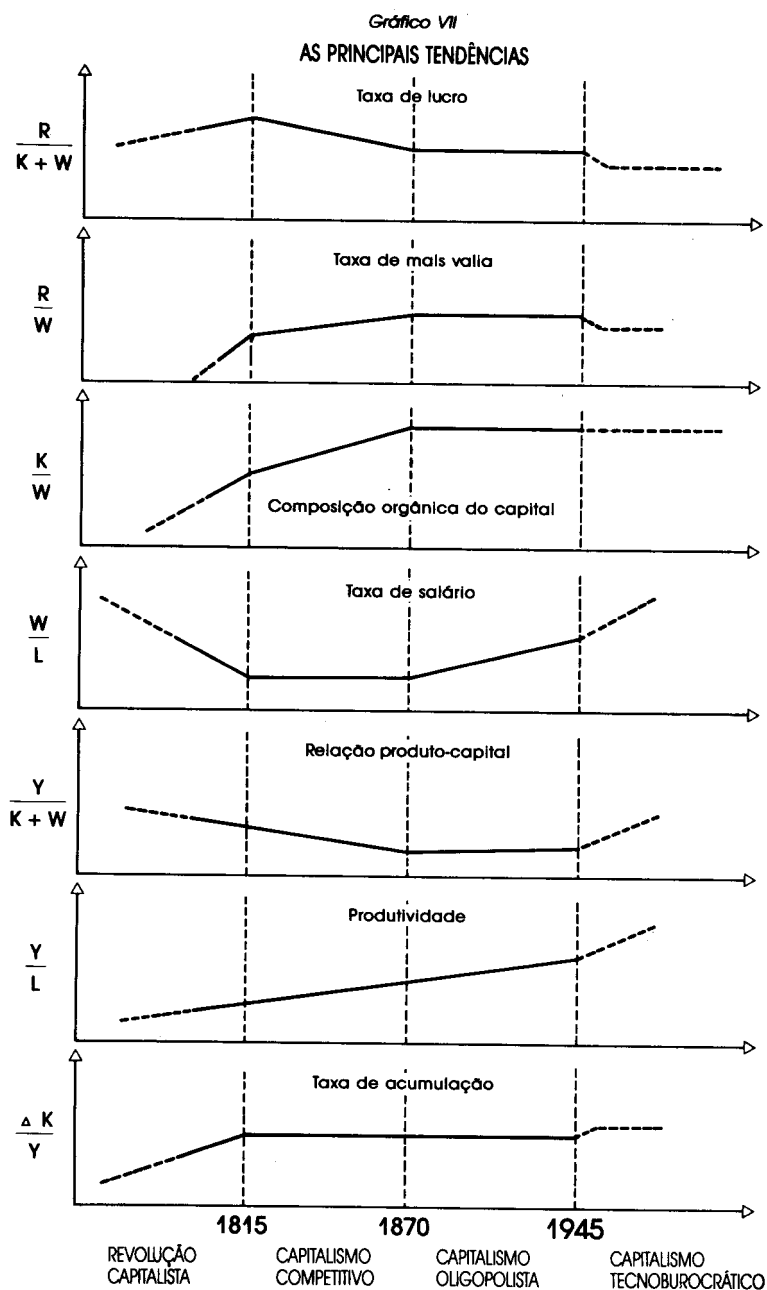
Através da análise do comportamento da taxa de lucro, da composição orgânica do capital, da composição técnica do capital, da taxa de mais-valia, da taxa de salários, do tipo de progresso técnico e do aumento da produtividade podemos compreender melhor o processo de desenvolvimento a longo prazo do capitalismo. Para isso devemos, apesar de todos os riscos dessa empreitada, dividir o desenvolvimento capitalista em etapas, tendo como ponto de referência a Inglaterra, e em seguida examinar, dentro de cada fase, o comportamento de nossas principais variáveis.

Propomos, no âmbito de nossa análise, quatro etapas seculares, todas no âmbito do modo capitalista de produção. A primeira, que poderíamos chamar de Revolução Capitalista, abrange os séculos XVII e XVIII, a Revolução Comercial, o correspondente processo de acumulação primitiva, e a Revolução Industrial. A segunda etapa, que poderíamos chamar de Capitalismo Competitivo, vai do início do século XIX até

aproximadamente 1870. A terceira fase, em que o capitalismo já está plenamente maduro e as economias dos demais países centrais começam a se equiparar com a inglesa, pode ser chamada de fase do Capitalismo Oligopolista ou Monopolista; corresponde à formação dos grandes monopólios e oligopólios, ao desenvolvimento do capitalismo financeiro e ao imperialismo. Finalmente, após a Segunda Guerra Mundial, teria eventualmente início a fase atual do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático ou de Estado. Esta fase corresponderia ao declínio do sistema e à tendência a se constituir, dentro das formações sociais capitalistas, relações de produção próprias do modo de produção estatal ou tecnoburocrático. Embora estejamos estabelecendo uma data aproximada para o início dessa última fase, é difícil determiná-la com precisão. E de qualquer forma, verificaremos que é preciso não confundir o declínio do sistema capitalista com crise do sistema econômico. Falamos em declínio na medida em que novas relações de produção não capitalistas vão ganhando importância e que a remuneração do capital, ou seja, a taxa de lucro, venha a se reduzir. Ora, veremos que esta hipótese é compatível com um sistema econômico estável, dada a paulatina mudança nas relações de produção.

Cada uma das quatro etapas abrange mais de um ciclo longo ou de Kondratieff, cuja natureza e dinâmica examinaremos na terceira parte deste livro. Mas as mudanças de etapas correspondem aos momentos em que termina a expansão ou então em que termina o declínio de um ciclo longo.

Estas quatro etapas estão naturalmente relacionadas não apenas com a taxa de lucro, mas também com as demais variáveis econômicas que determinam a relação entre os lucros e o capital. Conforme podemos verificar no Gráfico VII e em seguida examinaremos com mais detalhe no restante deste capítulo, no período da Revolução Capitalista a taxa de lucro é elevada e eventualmente crescente, enquanto que a taxa de acumulação é fortemente crescente. Uma taxa de lucro crescente é compatível com uma taxa de mais-valia crescente, em função do declínio da taxa de salários e com uma composição orgânica também crescente, mas a um ritmo menor. O crescimento da composição orgânica do capital é função da elevação da relação capital-trabalho (que não aparece no gráfico porque é sempre crescente), da baixa dos salá-



rios, e está correlacionada com o progresso técnico dispendioso de capital, expresso na redução da relação produto-capital. Durante todo o período estudado a produtividade é crescente, tendendo a acelerar-se nos anos recentes.

Na *fase marxista* do Capitalismo Competitivo inverte-se a tendência da taxa de lucro, que passa a ser declinante, ao mesmo tempo que a taxa de acumulação tende a estabilizar-se. O declínio da taxa de lucro está relacionado com a estabilização da taxa de salários, fazendo com que a taxa de mais-valia passe a crescer mais lentamente, enquanto que a composição orgânica do capital continua a crescer, agora mais rapidamente do que a taxa de mais-valia, embora a um ritmo menor do que no período anterior devido à influência da estabilização dos salários. O progresso técnico continua dispendioso de capital.

No período do Capitalismo Oligopolista a taxa de lucro e a de acumulação se estabilizam, da mesma forma que a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. A taxa de salários passa a crescer ao mesmo ritmo da taxa de produtividade. O progresso técnico torna-se neutro.

A fase do Capitalismo Oligopolista **Tecnoburocrático** tem suas tendências pontilhadas no gráfico porque têm ainda um caráter provisório e especulativo. A taxa de lucro eventualmente cai ligeiramente devido à participação dos ordenados dos tecnoburocratas, mas em seguida volta a estabilizar-se em um nível um pouco mais baixo, que remunere os capitalistas-rentistas e garanta o prosseguimento da taxa de acumulação. Esta pode inclusive crescer devido à utilização de poupanças das camadas médias da população. A taxa de salários acelera o seu ritmo de crescimento, mas a taxa de aumento de produtividade também se acelera, de forma que a taxa de mais-valia pode permanecer estável ou então reduzir-se um pouco, na medida em que os salários cresçam um pouco mais rápido que a produtividade. A composição orgânica do capital, por sua vez, também tende a permanecer estável na medida em que um progresso técnico agora provavelmente poupador de capital permite contrabalançar a elevação da relação capital-trabalho. É este progresso técnico poupador de capital que também permite que a taxa de lucro se estabilize ainda que os salários cresçam mais rapidamente que a produtividade.

Este ensaio tem um caráter mais teórico do que histórico. Por isso pretendemos apenas sumarizar rapidamente a análise das etapas. E não nos preocuparemos em discutir em profundidade as causas que determinam a transição de uma etapa para outra. Isto não significa que o problema não seja importante. Pelo contrário, é fundamental. Mas escapa aos propósitos do presente ensaio.

É importante assinalar, entretanto, que a periodização em quatro etapas do desenvolvimento capitalista não é arbitrária. Embora este livro não pretenda estudar o problema da transição entre as etapas seculares do desenvolvimento capitalista, não é por acaso que a análise começa no final do século XVIII, quando se torna dominante na Inglaterra o modo especificamente capitalista de produção. Naturalmente a análise da tendência declinante da taxa de lucro, da acumulação e das crises só faz sentido nos quadros do modo capitalista de produção.

Por outro lado, as datas escolhidas como momentos importantes de transição das etapas seculares — 1815, 1870, 1945 — coincidem com datas de mudança de sentido nos ciclos de Kondratieff (cuja dinâmica estudaremos no Capítulo 12). Estes ciclos, cuja duração é de aproximadamente cinquenta anos, têm uma fase de expansão e uma fase de declínio, ou seja, de crescimento bem mais moderado, cada uma de aproximadamente vinte e cinco anos. Partindo de 1790, temos a seguinte evolução:

- 1º Kondratieff
expansão: 1790-1815
declínio: 1815-1842
- 2º Kondratieff
expansão: 1842-1870
declínio: 1870-1895
- 3º Kondratieff
expansão: 1895-1920
declínio: 1920-1945
- 4º Kondratieff
expansão: 1945-1970
declínio: 1970-...

Entre essas datas, que são aproximadamente as sugeridas pelo próprio Kondratieff, por Schumpeter e por Mandell,³ escolhemos três como datas aproximadas de transição para as etapas seculares de desenvolvimento capitalista: dois momentos de auge e início do declínio, 1815, quando termina a Revolução Industrial e 1870, quando o desenvolvimento capitalista alcança plena maturidade; e um momento de fundo do poço e início de expansão, 1945, quando, terminada a grande depressão dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo entrava em uma nova fase de crescimento, nos quadros do capitalismo tecnoburocrático.

O fato de haver uma correlação entre as etapas e os ciclos longos significa que para a conceituação das etapas seculares do desenvolvimento capitalista é importante o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento das forças produtivas, já que os ciclos longos são sempre caracterizados por ondas schumpeterianas de inovação. Obviamente, porém, também a luta de classes, expressa na evolução política do capitalismo, é fundamental para a análise das etapas. A própria denominação das etapas — Revolução Capitalista, Capitalismo Competitivo, Capitalismo Oligopolista e Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático — deixa claro que as mudanças institucionais, fruto do desenvolvimento tecnológico e da luta de classes, são decisivas para a análise do desenvolvimento capitalista. Na verdade, ao utilizarmos essas denominações estamos privilegiando a forma dominante de organização do mercado — competitiva ou oligopolista — e a natureza das classes dominantes — puramente capitalista, burguesa, ou já também contando com a participação significativa da tecnoburocracia ou classe tecnoburocrática ao lado da classe capitalista.

³ Cf. Nicolai D. Kondratieff, "The long waves in economic life", em American Economic Association (comitê organizador), *Readings in Business Cycle Theory*, Filadélfia, The Blackston Company, 1951; Joseph A. Schumpeter, *Business Cycles*, Nova Iorque, McGraw Hill, 1939; e Ernest Mandel, *Long Waves of Capitalist Development*, Cambridge University Press, 1980.

1

A Revolução Capitalista abrange, para efeito de nosso modelo altamente simplificado, a Revolução Comercial e a Primeira Revolução Industrial. Esse período, portanto, inclui o próprio surgimento do sistema capitalista, e dos correspondentes conceitos de lucro e acumulação de capital. É a fase do surgimento de uma nova classe social — a burguesia — e de sua ascensão ao poder econômico e político, em substituição à aristocracia de origens feudais. Do ponto de vista econômico a Revolução Capitalista é uma fase estritamente ascensional do sistema capitalista. Caracteriza-se por uma elevada taxa de lucro, acompanhada de um forte processo de concentração de renda. É o momento em que a taxa de acumulação do sistema capitalista cresce e se afirma. Parece-nos dispensável incluir uma subfase anterior, em que a taxa de lucro fosse ascendente. Nossa hipótese é de que a taxa de lucro foi elevada desde os albores da Revolução Capitalista.

Uma característica essencial da Revolução Capitalista é que a taxa de salário, W/L , é declinante. Na verdade, não se trata propriamente da taxa de salários, já que o assalariado está se formando nesse período, mas da taxa de remuneração da mão-de-obra. Verifica-se então um violento processo de proletarização dos camponeses, transformados em trabalhadores urbanos. É o processo da acumulação primitiva a estabelecer o nível básico da taxa de acumulação de capital do sistema econômico.

A Revolução Capitalista, que abrange toda a Revolução Comercial e o correspondente processo de acumulação primitiva e uma boa parte da Primeira Revolução Industrial, é o período propriamente dito de afirmação revolucionária do sistema capitalista. A taxa de lucro é elevada. Os lucros totais, R , crescem a uma taxa superior à dos salários totais, W , de forma que a renda se concentra, ou seja, aumenta a taxa de mais-valia. Na medida em que isto ocorre, a taxa de acumulação de capital em relação à renda, $\frac{\Delta K}{Y}$, aumenta. Tem início assim o processo de desenvolvimento econômico capitalista. O crescimento da taxa de concentração da renda nas mãos da classe capitalista e a manutenção da taxa de lucro em níveis elevados são fundamentais para que a própria

Revolução Capitalista ocorra. Uma das características essenciais é exatamente o grande aumento da taxa de poupança e de investimento. As sociedades tradicionais, pré-capitalistas, caracterizam-se por uma baixíssima taxa de poupança. Com o surgimento da burguesia, intrinsecamente associada às idéias de lucro e acumulação de capital, a renda se concentra nas mãos desta classe e a taxa de acumulação do sistema econômico, que era em geral inferior a 10%, aproximadamente dobra.

Por outro lado, em relação à composição orgânica do capital, a hipótese de Marx confirma-se. É crescente. A acumulação de capital cresce a uma taxa cada vez maior, conforme acabamos de ver, enquanto que a taxa de salários é declinante, apesar do aumento de produtividade que está ocorrendo.

Temos, portanto, na Revolução Capitalista, uma taxa de lucro constante, embora elevada, enquanto a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital aumentam, provavelmente a um ritmo semelhante:

$$\frac{\vec{R}}{K + W} = \frac{\frac{R}{W} \uparrow}{\frac{K}{W} \uparrow + 1}$$

Os lucros são elevados na Revolução Capitalista porque a classe burguesa realiza uma revolução tecnológica ao mesmo tempo em que supre uma “reserva de mercado”, ou seja, uma demanda insatisfeita criada em grande parte pela própria proletarianização dos camponeses. A concorrência, nesse período, é ainda relativamente pequena. Toda a produção é avidamente consumida, na medida em que as inovações tecnológicas e o conseqüente barateamento dos preços, além do simples lançamento no mercado de produtos antes não disponíveis, ao mesmo tempo criam e encontram aquela reserva de mercado a que nos referimos.

Este tipo de desenvolvimento baseado em uma reserva de mercado, na proletarianização dos camponeses, na redução da taxa de remuneração dos trabalhadores e conseqüentemente na elevação da taxa de mais-valia tem limites óbvios. A redução da taxa de remuneração dos trabalhadores pratica-

mente tem, de um lado, limite no nível histórico de sobrevivência dos próprios trabalhadores, e de outro na necessidade do sistema capitalista encontrar compradores para seus produtos. Dessa forma a taxa de remuneração dos trabalhadores deve tender a estabilizar-se ao nível de sobrevivência, e, em consequência, a taxa de mais-valia deve reduzir seu ritmo de crescimento. Estão assim definidas as condições para a transição para a fase do Capitalismo Competitivo.

2

A fase do Capitalismo Competitivo é a fase clássica do capitalismo. É o momento em que, na formação social inglesa, o modo de produção capitalista é plenamente dominante. Enquanto a Revolução Capitalista é um momento de transição, em que o modo de produção feudal deixa de ser dominante para dar lugar ao capitalista, no Capitalismo Competitivo todas as características específicas do novo modo de produção, que Marx descreveu em profundidade, estão presentes. O capital tornou-se a relação de produção dominante através da separação dos trabalhadores dos instrumentos de produção e sua apropriação privada pela burguesia; verificou-se o processo de generalização da mercadoria inclusive com a força de trabalho transformada em mercadoria cujo preço é o salário; todos os bens são produzidos em função de seu valor de troca no mercado; o objetivo da atividade econômica é o lucro, ou a mais-valia, realizada no mercado pelos capitalistas através da troca de valores equivalentes; a taxa de acumulação de capital já atingiu um nível adequado para a reprodução ampliada do sistema, as pequenas e médias empresas dominam a produção; a competição generalizada entre elas funciona como mecanismo de controle da economia; o Estado Liberal preside o sistema econômico e garante o poder da nova classe dominante.

Esta é a fase do capitalismo que Marx conheceu e viveu. Poderíamos também chamá-la de *fase marxista* do capitalismo. A taxa de lucro, que fora muito elevada na fase da Revolução Capitalista, agora entra em declínio em função da relativa estabilização da taxa de mais valia, ao mesmo tempo que

a composição orgânica do capital continua a crescer devido ao processo de mecanização da economia.

Para a taxa de salários vigora a teoria dos economistas clássicos e de Marx. Ela corresponde ao custo da reprodução da mão-de-obra. Possibilita, portanto, que os trabalhadores sobrevivam e se reproduzam. A manutenção da taxa de salários nesse nível é possível de um lado porque vigora uma oferta ilimitada de mão-de-obra e de outro porque os trabalhadores não têm ainda condições de controlar a oferta de trabalho através da organização sindical. A oferta ilimitada é função da expulsão dos camponeses de suas terras, do aumento da população, cuja taxa de crescimento se acelera já a partir da Revolução Capitalista e, finalmente, da criação de um exército industrial de reserva. Estas explicações não são incompatíveis. Elas se somam e se sucedem historicamente.

Na medida em que o custo da reprodução da mão-de-obra é historicamente determinado, conforme observa Marx, podemos inclusive admitir um pequeno aumento da taxa de salários durante o período.

Nessa fase a análise marxista da tendência declinante da taxa de lucro é perfeitamente adequada. A acumulação de capital e o progresso técnico levam ao aumento da relação capital-trabalho. A composição orgânica do capital tende a crescer, dado um progresso técnico dispendioso de capital, em função do processo de mecanização em curso. Só um processo fortemente poupador de capital impediria a composição orgânica do capital de crescer. A taxa de mais-valia por sua vez é constante ou cresce a uma taxa menor do que a taxa de crescimento da composição orgânica do capital. Em consequência, a taxa de lucro é declinante.

$$\frac{R}{K + W} \downarrow = \frac{\bar{R}}{\frac{K}{W} \uparrow + 1}$$

Esta é a fórmula simplificada de apresentação da teoria de Marx sobre a tendência declinante da taxa de lucro. A rigor, se a taxa de salários for constante, enquanto aumenta a produtividade, poder-se-ia imaginar um aumento na taxa de mais-valia, ou seja, um processo de concentração de renda, já

que a taxa de lucro por trabalhador estará aumentando. Para que o lucro por trabalhador aumente e ainda assim caia a taxa de lucro, será preciso um fortíssimo aumento na relação capital-trabalho. Por isso, se desejamos estabelecer a hipótese de uma repartição da renda constante nesse período, a qual é provavelmente a hipótese mais correta, devemos ficar com a hipótese de um ligeiro crescimento da taxa de salários. Ambas as hipóteses estão de acordo com a análise de Marx, que previa a relativa constância da taxa de mais-valia e ao mesmo tempo aceitava que a taxa de salários crescesse à medida em que o custo histórico da reprodução da mão-de-obra aumentasse. Por outro lado, a hipótese de um começo de aumento na taxa de salários nesse período é mais facilmente compatível com uma taxa de mais-valia constante ou ligeiramente crescente.⁴

3

A passagem da fase do Capitalismo Competitivo para o Capitalismo Oligopolista ocorre gradualmente, durante a segunda metade do século XIX. A escolha da data de 1870, como as demais, é relativamente arbitrária. No final do processo, entretanto, as modificações são bem claras.

A fase anterior possuía um elemento de instabilidade fundamental: a tendência declinante da taxa de lucro. A característica fundamental da nova fase é a de lograr a estabilização da taxa de lucro. O capitalismo chega assim à sua *maturidade*, mas não deixa de ser uma maturidade paradoxal, na medida em que, para estabilizar a taxa de lucro o sistema é obrigado a adotar uma série de estratégias e a sofrer uma série de modificações que começam a desfigurá-lo.

Para impedir a baixa da taxa de lucro, a primeira e mais óbvia estratégia é reduzir o nível de concorrência. O capitalis-

⁴ A taxa de salários passou a crescer em termos reais em torno de meados do século passado. O fato histórico novo que determina esse início de deslocamento da taxa de salários do custo de reprodução da mão-de-obra, ou seja, do valor da força de trabalho, é a estruturação do movimento sindical que então ocorre nos países centrais. Na França, conforme demonstra o Quadro X do Apêndice, a taxa de crescimento dos salários reais é claramente positiva na segunda metade do século XIX.

mo começa a se oligopolizar. Economias de escala em certos setores industriais constituem uma primeira base para o processo de concentração e centralização do capital. A formação de grandes bancos de investimentos, que vão permitir o controle financeiro centralizado de um número crescente de empresas, constitui uma segunda base para o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Finalmente, o desenvolvimento de técnicas administrativas baseadas no processo de descentralização e administração por objetivos vai permitir um crescimento ainda maior das grandes empresas burocráticas.⁵ Certos desenvolvimentos tecnológicos, geralmente identificados com a Segunda Revolução Industrial, como a eletricidade, o motor a explosão e a linha de montagem, facilitam o processo de concentração e centralização do capital. Ao lado do setor competitivo, surge um setor oligopolizado e cartelizado nos países capitalistas centrais. Esse setor obterá taxas de lucro diferenciais mais elevadas e assumirá de forma crescente o controle do processo de acumulação de capital e de progresso técnico.

Mais ou menos concomitantemente com o processo de oligopolização da economia, temos o crescimento do papel do Estado que aos poucos vai deixando de ser Estado Liberal para ser o Estado Regulador. Como os bancos de investimento, o Estado Desenvolvimentista faz seu aparecimento nos países centrais em que a revolução industrial é tardia, como a França e a Alemanha.⁶ Mas em um segundo momento surge

⁵ Uma análise da formação das grandes empresas oligopolísticas modernas, do tipo que costumam fazer seus defensores ideológicos, atribuiria seu crescimento apenas às economias de escala. A tese é obviamente falsa, na medida em que a economia de escala é uma variável técnica, que poderia ser medida em uma fábrica, e vemos uma mesma empresa possuir várias fábricas, em vários locais, produzindo o mesmo produto. É evidente que nesse caso outros fatores, que nada têm a ver com as economias de escala, devem ser considerados. Na verdade, todo o processo administrativo moderno tem como objetivo afastar a fronteira das economias de escala. As técnicas produtivas determinariam um tamanho ótimo (ou melhor, um intervalo ótimo de tamanho) de fábrica. As técnicas administrativas permitem que a empresa multiplique as fábricas e se beneficie das vantagens oligopolísticas.

⁶ Ver a análise de A. Gerschenkron sobre o capitalismo tardio e os padrões de desenvolvimento: *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*, Praeger, 1975, Nova Iorque. O Estado transforma-se então no principal

também na Inglaterra e nos Estados Unidos, em que o Estado assume principalmente o caráter regulador da economia, já que a modernização já fora feita pela burguesia. Os Estados Unidos, que são atingidos violentamente pela grande crise dos anos trinta, adotam o *new deal*. Em seguida, e já entrando pela etapa do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, a generalização da política econômica keynesiana marca a definitiva emergência do Estado Regulador no capitalismo central. O sentido desse movimento é o mesmo do processo de monopolização da economia: reduzir o nível de concorrência e defender a taxa de lucro do sistema.⁷

Para defender a taxa de lucro do setor privado, o Estado passa inclusive a absorver as empresas deficitárias, especialmente na área dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que aumenta suas despesas no setor da segurança e assistência social. Através dessa estratégia, o Estado possibilita o aumento indireto dos salários, seja cobrando preços baixos por certos serviços públicos, seja elevando suas despesas sociais, e ao mesmo tempo protege a taxa de lucro médio do setor capitalista, na medida em que aceita para as empresas estatais uma taxa de lucro mais baixa e freqüentemente prejuízo.⁸

Outra estratégia de caráter bastante diverso, que irá

agente do desenvolvimento ou da modernização econômica. No século XX esse tipo de Estado tenderá a generalizar-se para os países subdesenvolvidos.

⁷ A teoria econômica keynesiana e mais do que isso, a *revolução keynesiana* só ganha sentido se a entendermos como produto do capitalismo monopolista. Keynes não é um ideólogo vulgar, do tipo de Adolphe Berle ou Peter Drucker. Mas toda a sua teoria tem um único sentido: viabilizar o Capitalismo Monopolista através do processo contraditório de legitimação da emergência de Estado Regulador.

⁸ A baixa rentabilidade das empresas estatais e mesmo o prejuízo que muitas apresentam tem sido atribuído à ineficiência estatal pelos defensores saudosos do Estado Liberal. Na verdade a eventual ineficiência tem um papel secundário no problema. O essencial é considerar as empresas públicas como agentes de distribuição de renda entre capitalistas, trabalhadores e os próprios tecnoburocratas que as administram. As empresas estatizadas são geralmente aquelas capital-intensivas como, por exemplo, a indústria de produção de energia, e a indústria siderúrgica, ou então as empresas que prestam serviços públicos, como transportes públicos e comunicações. Na medida em que as tarifas ou preços sejam baixos, subsidiam os consumidores; na medida em que são lucrativas, sendo capital-intensivas, permitem que a taxa média de lucro do setor privado não baixe.

ajudar a impedir a redução da taxa de lucro, é o imperialismo e a divisão internacional do trabalho, que tem início ainda na primeira metade do século passado, mas que alcança seu auge na fase do Capitalismo Oligopolista. O imperialismo irá permitir a transferência de excedente dos países periféricos para os países centrais. A transferência ocorrerá por diversas formas: através do sistema de preços e da troca desigual, através da taxa de juros, através de lucros de investimentos diretos. Inicialmente a transferência do excedente será quase total. À medida em que as classes dominantes locais vão se organizando melhor, uma parte maior do excedente resta na periferia. É o caso do novo imperialismo industrializante, baseado nos investimentos diretos das empresas manufatureiras multinacionais, o qual, entretanto, só será significativo na metade deste século, quando a fase que estamos examinando possivelmente já está terminada. Em qualquer hipótese, o sentido do imperialismo é sempre um só: transferir para o centro uma parte do excedente gerado na periferia, aproveitando a mão-de-obra barata dos países periféricos para elevar os salários e manter a taxa de lucro dos países centrais. Através do imperialismo o capitalismo central estende a duração do processo de acumulação primitiva. Os baixos salários dos trabalhadores periféricos, garantidos não apenas por uma oferta ilimitada de mão-de-obra mas também por mecanismos institucionais, inclusive a preservação de formas pré-capitalistas de produção para a subsistência das famílias trabalhadoras, vão permitir a transferência de excedente para os países capitalistas centrais através do comércio internacional, baseada no mecanismo da troca desigual, através das remessas de lucros pelas empresas multinacionais e, finalmente, através do sistema financeiro internacional que, já na fase do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, irá constituir uma grande dívida para os países do Terceiro Mundo e em seguida elevar dramaticamente as taxas de juros. A exploração de trabalho imigrante nos países centrais será uma forma direta de aproveitamento da mão-de-obra barata dos países periféricos.⁹

⁹ A bibliografia sobre o imperialismo inclui desde trabalhos clássicos de Hobson, Lenin e Rosa de Luxemburgo, até as contribuições mais recentes de autores como Baran, Sweezy, Magdoff, Gunder Frank, de um lado, e Fernando Henrique

A monopolização da economia, a emergência do Estado Regulador e o imperialismo são formas óbvias para o capitalismo defender sua taxa de lucro. Também é óbvia a aceleração do progresso técnico, com a adoção de técnicas não apenas poupadoras de mão-de-obra mas também de capital. O progresso torna-se assim poupador de capital ou pelo menos neutro, o que impede a elevação da composição orgânica do capital.

Menos óbvia, mas que afinal tem o mesmo sentido, é a elevação da taxa de salários, que acaba tendo o mesmo resultado de impedir a elevação da composição orgânica do capital. A taxa de salários, na fase do Capitalismo Monopolista, passa a crescer aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade. Isto é possível principalmente devido à crescente capacidade de organização dos sindicatos operários. Também é importante o esgotamento relativo da reserva de camponeses internos aos países centrais para serem proletarizados. O capital central só poderá agora contar com imigrantes externos. Em consequência, a taxa de salários dos trabalhadores dos países centrais passa à crescer.¹⁰ E este crescimento tende a ser igual à taxa de crescimento da produtividade. Os dissídios coletivos firmados pelos sindicatos tendem inclusive a apresentar uma fórmula: os aumentos reais devem ser iguais ao aumento da produção por trabalhador. Em consequência a taxa de mais-valia permanece constante.

Os aumentos da taxa de salários poderiam, em princípio, reduzir a taxa de lucro. Entretanto, na medida em que esses aumentos se limitam ao aumento da taxa de produtividade e que o progresso técnico é neutro ou mesmo poupador de capital, não há redução da taxa de lucros mas sim a sua

Cardoso e Celso Furtado de outro. Uma contribuição significativa, na medida em que escapa ao debate entre imperialismo, modernização e dualismo, e dá ênfase ao problema da exploração do trabalho barato é o de Claude Messailoux, *Femmes et Greniers*, Maspero, 1975, Paris.

¹⁰ A partir aproximadamente de 1870 a taxa de salários passa a crescer sistematicamente nos países centrais. Tomando-se essa data como base 100, em 1960, este índice alcançava 346 na França e 377 na Alemanha. Com relação aos salários reais recebidos pelos trabalhadores nos EUA, eles permaneceram praticamente estáveis até a década de 1880. Entre 1880 e 1900 estes salários apresentaram um acréscimo médio de 31,8%. Somente nos anos 1930, devido à Grande Depressão,

estabilização. A composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia tendem a ser constantes, garantindo a constância da taxa de lucro:

$$\frac{\vec{R}}{K + W} = \frac{\vec{R}}{W} \cdot \frac{1}{\frac{K}{W} + 1}$$

O caráter constante da composição orgânica do capital¹¹ é possivelmente devido ao progresso tecnológico neutro ou poupador de capital, ou a um aumento da taxa de salários, que neutraliza um eventual crescimento da composição técnica do capital. Nesta fase, assumida taxa de mais-valia e composição orgânica do capital constantes, progresso técnico neutro, e naturalmente, produtividade do trabalho crescente, temos:

$$\frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta R}{R} = \frac{\Delta K}{K} > \frac{\Delta L}{L}$$

estes salários decresceram novamente, sofrendo uma redução de aproximadamente 19% entre 1925-29 e 1935-41. Após a Segunda Guerra Mundial eles retomaram valores crescentes. Na Inglaterra, a tendência dos salários se apresenta crescente já a partir de 1860, sendo que até 1900 eles tiveram um acréscimo médio de 90,4%. De 1900 em diante estes salários permaneceram crescentes (excetuando-se a década de 1930), muito embora a taxas sensivelmente mais baixas do que nos EUA (ver Quadro IV do Apêndice).

¹¹ Segundo dados levantados por Gillman, a composição orgânica do capital, no setor manufatureiro, nos Estados Unidos seria crescente entre 1880 e 1919, subindo de 1,5 para 4,3. Depois de um pico, provavelmente devido a qualquer elemento distorsivo em 1921 (5,6), a composição orgânica se estabiliza entre 3,5 e 4,5 até 1952 (J. M. Guilmán, *The Falling Rate of Profit*, Londres, 1957). Mage verificou uma estabilidade da composição orgânica do capital, considerada a economia norte-americana como um todo, a partir de 1900. Nesse ano, a taxa seria de 3,67 e em 1955 de 3,64. O aumento para 4,20 em 1920 não é significativo. Em 1935 chegou a um máximo de 4,92 e em 1945 a um mínimo de 2,64 (S. H. Mage, *The Law of the Falling Tendency of the Rate of Profit*, Columbia University, Ph. D. Thesis, pp. 208-9). Estes dados indicariam que nos Estados Unidos a composição orgânica do capital estabilizou-se ainda mais tarde do que estamos pressupondo em nosso modelo geral (cf. Geoff Hodgson, "The theory of the falling rate of profit", em *New Left Review*, março de 1974). Ver Quadro VI do Apêndice.

Como a produção e o total de salários crescem à mesma taxa, e como produtividade e a taxa de salários possuem o mesmo denominador, é fácil verificar a perfeita compatibilidade entre a igualdade dos ritmos de crescimento da taxa de salários e da produtividade com as demais relações próprias dessa fase.

Além de não ser incompatível com a constância da taxa de mais-valia o crescimento da taxa de salários garante o crescimento do mercado para a produção de bens de consumo. Nas fases iniciais de seu desenvolvimento, o modo de produção capitalista possuía uma reserva de mercado para os bens industriais que produzia, de forma que uma taxa de salários ao nível de subsistência era perfeitamente compatível com a demanda agregada forte. Mais importante do que isto, o sistema industrial limitava-se quase exclusivamente à produção de bens de salários e bens de capital. Os bens de consumo de luxo eram produzidos principalmente de forma artesanal. À medida, entretanto, que aumenta a produtividade, a produção de bens de consumo mais sofisticados começa a ser industrializada. A elevação da taxa de salários acima do nível de subsistência é então essencial para garantir a produção em massa desses bens. O desenvolvimento da indústria automobilística e a transformação do automóvel em bem de consumo de massa, no início do século, é o melhor exemplo desse processo de criação de mercado e de sustentação da demanda agregada através da elevação da taxa de salários.

O aumento da taxa de salários ao mesmo ritmo do crescimento da produtividade irá permitir um desenvolvimento equilibrado do sistema capitalista, na medida em que acabará se transformando, sob vários aspectos, em um fator de estabilidade a longo prazo da taxa de lucro. É claro que a médio e curto prazo o sistema capitalista continua extremamente instável, sujeito a crises cíclicas profundas. A última dessas crises, na fase do Capitalismo Oligopolista, será a crise dos anos trinta. Será ela, somada à Segunda Guerra Mundial, um fator importante a determinar o fim dessa fase e o início do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático.

4

A estabilidade a longo prazo da taxa de lucro, que ocorre no Capitalismo Oligopolista, não teve nenhum caráter automático ou embutido no sistema. Entre as estratégias mais importantes que permitiram esse resultado, encontram-se, de um lado a oligopolização dos mercados e a burocratização das empresas, e de outro, o grande crescimento do Estado. Ambos os fenômenos têm o sentido de reduzir o grau de concorrência e a anarquia na produção daí decorrente, e aumentar o grau de planejamento da economia. Sob muitos aspectos a taxa de lucro passou a ser planejada pelas próprias empresas, mas também pelo Estado, o qual, através da política econômica, procura manter a taxa de lucro do setor privado em um nível considerado adequado.

Entretanto, se esses fatos permitiram estabilizar a taxa de lucro, levaram em contrapartida a sociedade a um crescente processo de burocratização. Grandes empresas burocráticas e um grande Estado burocrático caracterizam hoje, mais do que qualquer outra coisa, as formações sociais dos países contemporâneos. Ora, o crescimento quantitativo das organizações burocráticas privadas e públicas e o aumento do número de administradores e técnicos que administram essas organizações produziram afinal um salto qualitativo. As relações de produção capitalistas continuam ainda dominantes nos países centrais, mas novas relações de produção tecnoburocráticas se formam. O capital, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção, vai aos poucos perdendo importância, ao mesmo tempo em que cresce o significado da nova relação de produção, que chamamos *organização*. A nova forma de propriedade dos meios de produção — a propriedade organizacional ou tecnoburocrática — define-se pelo seu caráter coletivo e pela intermediação da organização burocrática entre os tecnoburocratas e os meios de produção. Uma nova classe — a classe dos tecnoburocratas, proprietários coletivos das organizações burocráticas — começa a se formar. Os tecnoburocratas que podem ser divididos em alta, média e baixa tecnoburocracia, dependendo da posição que ocupem na hierarquia organizacional, tornam-se cada vez mais numerosos. Seu poder aumenta a todo instante, através de seu crescente controle sobre as unidades produtivas e sobre o Estado.

Sua forma específica de apropriação privada do excedente econômico — os ordenados — vai se tornando uma variável essencial para qualquer modelo econômico. Para legitimar seu crescente poder, uma ideologia tecnoburocrática, eficiente, planejadora, tecnicificante define-se cada vez com mais clareza. É impossível negar a emergência de novas relações de produção e de uma nova classe nos países capitalistas centrais. Na verdade essa nova classe emerge também nos países periféricos, através de revoluções militares e políticas e ali alcança maior poder, na medida em que o sistema capitalista é mais fraco. E nos países comunistas, a nova classe tecnoburocrática é praticamente a alta tecnoburocracia, que ocupa os postos de comando do Estado e do Partido Comunista, assume integralmente o poder, destruindo as relações de produção capitalista em nome de um socialismo desfigurado, estatizado.¹² Nesses países temos o estatismo ou modo de produção estatal em sua forma quase pura, enquanto que nos países capitalistas centrais, que estão sendo objeto de análise, a formação social continua tendo o modo de produção capitalista como dominante, mas assume características cada vez mais tecnoburocráticas e estatais. Nessa nova etapa do desenvolvimento capitalista, a formação social dos países centrais pode ser chamada de Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático ou de Estado.

Se usarmos a clássica distinção feita por Marx, a partir da contribuição de Adam Smith, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo — o primeiro produzindo mais-valia e o segundo não — o trabalho dos tecnoburocratas, remunerado por *ordenados* ao invés de salários, corresponde aproximadamente ao trabalho improdutivo. Não corresponde exatamente porque para Marx há cinco tipos de trabalho improdutivo: 1) serviço público; 2) trabalho doméstico; 3) trabalho artesanal; 4) trabalho de circulação (vendas, finanças, etc.); e 5) trabalho de supervisão ou gestão. Por outro lado há três

¹² Sobre a classe tecnoburocrática e o modelo estatal ou tecnoburocrático de produção ver Luiz C. Bresser Pereira, "A emergência da tecnoburocracia", em *Tecnoburocracia e Contestação*, Petrópolis, Vozes, 1972, I Parte; "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção" e "A partir da crítica", em *Estudos CEBRAP*, n.º 21, 1977. Estes trabalhos foram depois reunidos em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

tipos de trabalho produtivo: 1) trabalho manual nas empresas capitalistas; 2) trabalho técnico; e 3) trabalho de transporte de mercadorias nessas mesmas empresas. Ora, o trabalho doméstico e o artesanal, de um lado, embora improdutivo não é tecnoburocrático; por outro lado, o trabalho técnico, embora produtivo, é tipicamente tecnoburocrático. Na verdade, essa distinção entre trabalho produtivo, que Smith e Marx utilizaram para analisar o avanço do modo capitalista de produção, hoje tem pouca utilidade e faz pouco sentido. Muito mais importante é a distinção entre o trabalho manual, próprio dos trabalhadores, e trabalho coordenativo, próprio dos tecnoburocratas e dos capitalistas ativos ou empresários.

É preciso assinalar que tecnoburocrático não é aqui sinônimo de estatal, embora as duas expressões sejam correlacionadas, na medida em que uma parte importante da tecnoburocracia é estatal. O termo tecnoburocrático, entretanto, é mais amplo do que o estatal porque abrange também a tecnoburocracia privada, tão importante a cada vez mais importante nesse tipo de formação social.

Nos países centrais, que estamos estudando, a emergência dessas novas relações de produção e dessa nova classe acabará, a longo prazo, por destruir o capitalismo,* não obstante toda a resistência da classe capitalista ao processo de estatização, que se manifesta através de reações conservadoras como o monetarismo e o *supply side economics*. Isto não significa, entretanto, que a classe tecnoburocrática será necessariamente dominante no futuro. A crítica à tecnoburocracia é muito forte nos países centrais inclusive nos partidos de esquerda e entre os trabalhadores. Por isso, ainda que o desenvolvimento das forças produtivas aponte na direção de uma maior influência da tecnoburocracia, é provável que as resistências a ela acabarão por levar a um tipo de socialismo democrático, em que os conceitos de classe irão perdendo vigor.

A prosseguirem as tendências atuais, o capitalismo não desaparecerá através de uma grande crise, mas irá sendo aos poucos minado pela emergência da tecnoburocracia ao nível das empresas e do Estado e pela ação dos movimentos sociais transformadores da sociedade. Nas empresas os capitalistas vão perdendo qualquer função, na medida em que se transformam em acionistas inativos, sem participação administrativa. Na verdade vão se transformando em rentistas sem

qualquer função social, como aconteceu com a aristocracia proprietária de terras no passado. Por outro lado os tecnoburocratas, cujas funções vão se tornando cada vez mais estratégicas, vão exigindo uma maior participação no excedente econômico, através da elevação da taxa de ordenados e do total de ordenados. Não conseguem necessariamente um aumento da taxa de ordenados, já que a organização sindical da baixa e da média tecnoburocracia é incipiente; mas conseguem sempre o aumento do total de ordenados devido ao aumento relativo do número de tecnoburocratas. Os trabalhadores, por sua vez, organizados sindicalmente, continuam a exigir que a taxa de salários aumente com a produtividade.

A renda, nesta fase, em que a formação social torna-se mista, ainda predominantemente capitalista, mas já crescentemente tecnoburocrática, pode ser definida como sendo igual a salários, mais lucros, mais ordenados dos tecnoburocratas, O, mais o excedente estatal, T, utilizado pelo Estado para fazer seus próprios investimentos:¹³

$$Y = R + W + O + T$$

Na medida em que o total de ordenados tende a crescer mais rapidamente do que a renda e que a própria produtividade — seja devido ao aumento da taxa de ordenados (que eventualmente pode ocorrer), seja, principalmente, devido ao aumento do número de tecnoburocratas em proporção maior do que a força de trabalho (que necessariamente ocorre)¹⁴ — e

¹³ A título de simplificação, excluimos o Estado das fases anteriores, mas na fase do Capitalismo Oligopolista de Estado ou Capitalismo Tecnoburocrático obviamente é preciso incluir o Estado nos modelos mais simples. Ainda é possível não considerar o Estado quando este realiza despesas militares, policiais, administrativas e de consumo público. Mas a partir do momento em que o Estado torna-se produtor, utilizando seus rendimentos líquidos para investir, torna-se essencial considerar o Estado separadamente.

¹⁴ O aumento do número de tecnoburocratas pode ser ilustrado pelos seguintes dados, referentes aos Estados Unidos: em 1960, os empregados de escritórios (16,0%), profissionais, técnicos e assemelhados (12,2%), vendedores (8,0%) e gerentes e funcionários graduados (5,8%), ou seja, os tecnoburocratas (pessoal administrativo, na tabela de Kuznetz) representavam 42,2% do total de assalariados, contra 16,6% em 1900. Em contrapartida, os trabalhadores manuais reduzem sua participação de 71,4% em 1900 para 45,5% em 1960. Para chegarmos a

a taxa de salários crescer no mesmo ritmo que a produtividade, a taxa de lucro do setor privado deverá decrescer. Durante algum tempo ainda será possível neutralizar este processo através da penalização do lucro estatal, mediante a transferência de empresas deficitárias para o Estado, mas em seguida o lucro das empresas deve declinar.¹⁵

Essa baixa da taxa de lucro será, entretanto, transitória. Uma taxa razoável de lucro será necessária para o autofinanciamento dos investimentos das empresas e, ainda por muito tempo, para uma remuneração mínima para seus acionistas.

100% devemos computar os trabalhadores em serviços que praticamente não sofreram alteração. O total de *assalariados*, ou seja, dos que recebem salários e ordenados, aumentou de 74,9% para 93,0%. Verifica-se, portanto, um enorme aumento do número de tecnoburocratas, enquanto diminui fortemente o número relativo de trabalhadores e capitalistas: 25,1% em 1900 contra 7,0% em 1960 (fonte: Simon Kuznetz, *Modern Economic Growth*, New Haven, University Press, 1966, p. 192). Por outro lado, o aumento da taxa de ordenados mais rapidamente do que a produtividade é obvio nas sociedades contemporâneas. Não existem dados precisos sobre o assunto devido ao hábito de agregar salários e ordenados nos levantamentos estatísticos oficiais. Nos países anglo-saxões, porém, a existência do conceito de *wages* (salários) e *salaries* (ordenados) permite medir o aumento da participação dos ordenados na renda. No Reino Unido, em 1911, os salários representavam 43% e os ordenados representavam 11% do total da renda (21% para os autônomos, 15% para os lucros e 10% para os alugueis). Em 1965, os salários representavam 45% pouco alterando sua participação, enquanto que os ordenados davam um salto para 30% (9% para os autônomos, 10% para os lucros e 6% para os alugueis). Verificamos, portanto, que a participação dos ordenados praticamente triplicou (fonte: E. H. Phelps Brown, *Pay and Profits*, Nova Iorque, Augustus M. Kelley, Publishers, p. 3). Ver Quadro IX do Apêndice.

¹⁵ De acordo com cálculos de Nordhaus, a participação dos lucros das empresas na renda total, nos Estados Unidos, decaiu de 22% em 1950, para 11% em 1974 (W. M. Nordhaus, "The falling rate of profits", em *Brookings Papers of Economic Activity*, n.º 1, 1974). Victor Perlo faz uma série de críticas a estes dados, que omitem os lucros das empresas financeiras e dos investimentos no exterior, além de considerar os lucros depois do imposto de renda apesar de nesse período ter ocorrido uma redução do peso do imposto de renda. Faz ainda outras restrições, entre as quais o fato de os cálculos de Nordhaus não considerarem as despesas particulares dos grupos controladores (*expense accounts*). Na verdade, porém, estas despesas, nas grandes empresas norte-americanas, já são um tipo de ordenado indireto dos tecnoburocratas mais do que um lucro dos capitalistas. Feitas algumas correções, a participação dos lucros das empresas na renda seria estável no período (Victor Perlo, "The propaganda of declining profit shares and inadequate investment", em *The Review of Radical Political Economics*, vol. 8, n.º 3, outubro 1976, pp. 58-60).

É esta remuneração que deverá baixar, na medida em que os acionistas deixam de ser ao mesmo tempo empresários, mas não há nenhuma razão para prever que a taxa de dividendos caia para zero, na medida em que o poder político da classe capitalista é ainda muito grande.

É mais importante assinalar, porém, que neste contexto, o declínio da taxa de lucro para um nível mais baixo não tem nada de catastrófico para o sistema econômico. Isto porque a acumulação de capital, ou melhor, a acumulação de meios de produção, agora controlada pelos tecnoburocratas privados, torna-se compatível com uma taxa de lucro mais baixa. A taxa de acumulação é garantida por essa taxa de lucro e pelo planejamento tecnoburocrático, realizado nas grandes empresas. Na medida em que é necessária uma taxa de lucro positiva para facilitar o processo de acumulação, essa taxa será portanto mantida.

No Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático que estamos examinando, a equação da taxa de lucro que vínhamos utilizando até aqui não se aplica plenamente, na medida em que introduzimos uma nova variável: os ordenados. Não podemos mais utilizar a taxa de mais-valia. Esta deve ser substituída pela taxa de concentração de renda, definida pela relação entre a soma dos ordenados e dos lucros e o total dos salários:

$$\frac{O + R}{W}$$

Por outro lado, para continuarmos a utilizar uma equação semelhante à que vínhamos empregando até agora, deveremos falar em uma *taxa de lucro e ordenados*, $\frac{O + R}{K + W}$. Dividindo ambos os termos da taxa de lucro e ordenados pelo total de salários, teremos:

$$\frac{\frac{O + R}{W}}{\frac{K}{W} + 1}$$

No processo de transição para uma taxa de lucros (remuneração dos acionistas) mais baixa, podemos admitir que a

taxa de concentração de renda e a composição orgânica do capital permaneçam constante. A relativa estabilidade da composição orgânica do capital será possível devido ao crescimento da taxa de salários e à utilização de tecnologia cada vez mais poupadora de capital. A estabilidade da taxa de concentração de renda ocorre na medida em que o total de salários cresça a um ritmo menor do que o total de ordenados, mas a um ritmo maior do que o total de lucros.

$$\frac{\Delta O}{O} > \frac{\Delta W}{W} > \frac{\Delta R}{R}$$

Dado que supomos

$$\frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta K}{K}$$

a taxa de lucro embutida no modelo será necessariamente declinante:

$$\frac{R}{K + W + O} \downarrow$$

Este declínio ocorrerá até o ponto em que a maior parte dos grandes capitalistas sejam transformados em meros rentistas, transferindo-se plenamente para a alta tecnoburocracia a parte do excedente que ainda hoje lhes cabe enquanto se mantêm parcialmente na gestão das empresas. A partir desse ponto, podemos imaginar que a taxa de lucro volte a se estabilizar no nível *razoável* acima referido — suficiente para garantir a continuidade da acumulação nas grandes empresas e a remuneração dos capitalistas ativos que continuam a administrar as pequenas e médias empresas —, enquanto a taxa de ordenados reduz seu ritmo de crescimento, passando a aumentar a mesma taxa dos salários, ou seja, à mesma taxa de produtividade. Teremos então

$$\frac{\Delta O}{O} = \frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta R}{R} = \frac{\Delta K}{K}$$

e, portanto,

$$\frac{\bar{R}}{K + W + O}$$

Caso o progresso técnico continue a se acelerar e a se tornar definitivamente poupador de capital, as taxas de ordenados e de salários poderão crescer mais rapidamente do que a produtividade e mesmo assim a taxa de lucro poderá ser mantida constante, já que a composição orgânica do capital estará diminuindo.

Esta distinção entre a taxa de mais-valia (R/W) e a taxa de concentração de renda ($R + O/W$), com a inclusão dos ordenados dos tecnoburocratas na análise da tendência da taxa de lucro no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático contemporâneo já estava feita quando, na revisão final deste livro, tomei conhecimento do debate de Fred Mosley com Thomas Weisskopf¹⁶ sobre o comportamento da taxa de mais-valia após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos. Weisskopf, em seu trabalho adicional, demonstrava que, contrariamente à previsão de Marx, a taxa de mais-valia teria caído nos Estados Unidos, determinando correspondente queda na taxa de lucro. Mosley nega essa conclusão, afirmando que Weisskopf deixou de distinguir o trabalho produtivo do improdutivo, adicionando a remuneração do trabalho improdutivo (dos ordenados na nossa terminologia) aos salários para calcular a taxa de mais-valia. Se Weisskopf, em termos mais rigorosamente marxistas, houvesse somado a remuneração do trabalho improdutivo aos lucros, Mosley afirma que a taxa de mais-valia aumentaria ao invés de diminuir entre 1949 e 1975.

A discussão sobre o que é mais *marxista* parece-me inútil. O importante é assinalar que esse debate, confirmando a análise que fizemos, deixa claro 1) que, de fato, a taxa de lucro caiu na fase do Capitalismo Tecnoburocrático; 2) que essa queda se deve ao aumento da participação dos ordenados, que correspondem aproximadamente à remuneração do

¹⁶ Cf. Fred Mosley, "The rate of surplus value in postwar U.S. economy: a critique of Weisskopf's estimates", em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 9, n.º 1, março 1985; Thomas Weisskopf, "The rate of surplus value in postwar U.S. economy: a response to Mosley's critique", *idem, ibidem*; e Thomas Weisskopf, "Marxian crisis theory and the rate of profit in postwar U.S. economy", em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 3, n.º 4, dezembro de 1979.

trabalho improdutivo na renda; 3) que, se a taxa de mais-valia pode crescer e mesmo assim a taxa de lucros cair, devido à existência, entre lucros e salários, dos ordenados, essa taxa perde muito de sua relevância para a análise das tendências da taxa de lucro no Capitalismo Tecnoburocrático contemporâneo.

A taxa de mais-valia continua útil para determinar a participação dos trabalhadores na renda. Para se determinar a taxa de lucro, entretanto, torna-se essencial saber não apenas a relação entre os lucros e os salários mas também a relação entre ordenados e lucros e entre ordenados e salários. Não faz sentido somar os ordenados aos lucros e em seguida dividir esse total pela soma do capital constante ao variável para se determinar a taxa de lucro. A taxa de lucro será a divisão do lucro dos capitalistas pelo capital constante mais o capital variável, incluindo-se no capital variável, além dos salários, os ordenados.

Os ordenados — e particularmente os altos ordenados —, entretanto, são uma parte essencial do excedente. Por isso é necessário que tenhamos, além da taxa de mais-valia, a taxa de concentração de renda ou de excedente, na qual os lucros são somados aos ordenados para depois dividi-los pelos salários.

Na fase inicial do Capitalismo Tecnoburocrático, até que o sistema encontre um novo equilíbrio, a taxa de mais-valia cresce, mas a taxa de concentração de renda permanece constante, porque os ordenados crescem mais do que os lucros e os salários. Em consequência, a taxa de lucro cai até um novo ponto mínimo de equilíbrio (no qual lucros, ordenados e salários voltam a crescer à mesma taxa) que permita a continuidade do processo de acumulação. A taxa mínima ou razoável de lucro que garantia a continuidade da acumulação no Capitalismo Oligopolista incluía ainda a remuneração dos capitalistas ativos. A queda para um patamar inferior da taxa de lucro no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático reflete a substituição quase total nas grandes empresas dos capitalistas ativos ou empresários pelos tecnoburocratas, e a necessidade de remunerar os tecnoburocratas com ordenados.

5

Para completar esta análise teórica de longo prazo do processo de acumulação e desenvolvimento capitalista é preciso dizer uma palavra sobre o crescimento da população e a acumulação de capital. A taxa de crescimento da população é uma variável fundamental do sistema na medida em que, admitida a igualdade a longo prazo da taxa de crescimento do emprego e da população, a produtividade da mão-de-obra e a relação capital-trabalho, assim como o total de salários e a própria composição orgânica do capital, dependem da taxa de crescimento da população. Ora, a hipótese de que o emprego e a população cresçam à mesma taxa, se é absurda no curto prazo, dadas as variações cíclicas que se expressam no aumento e na diminuição do desemprego, a longo prazo é uma tendência perfeitamente razoável, na medida em que não é razoável admitir parcelas crescentes da população desempregadas. Nestes termos, a taxa de crescimento da população torna-se uma variável fundamental no processo de desenvolvimento e acumulação capitalista. E ela será tanto mais fundamental quanto for uma variável exógena, dependente mais da vontade dos homens, do que da dinâmica da acumulação.

A taxa de crescimento da população começa a se elevar, depois de uma secular quase estagnação, a partir da Revolução Capitalista, quando a revolução tecnológica na agricultura permite a elevação dos padrões alimentares da população. Essa fato leva os economistas clássicos, que viveram nessa época, a formular a teoria segundo a qual a taxa de crescimento da população depende das variações da taxa de salários e do total de salários. Transformaram, portanto, o crescimento da população em uma variável inteiramente endógena.

Entretanto, aproximadamente a partir da fase do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, as camadas médias e, em seguida, os trabalhadores começam a perceber que seu padrão de vida depende do seu índice de fertilidade e, portanto, da taxa de crescimento da população. Em consequência, tem início nos países centrais um amplo processo de planejamento familiar.

Nossa hipótese é a de que, a partir de então, a taxa de

crescimento da população passa a ser uma variável dependente da taxa de crescimento da renda e conseqüentemente da procura de trabalhadores, dada uma diferença entre a taxa de crescimento da renda e a taxa de crescimento da população que garante o crescimento da produtividade do trabalho e o aumento da taxa de salários. Estabelecida uma taxa historicamente *satisfatória* de aumento da produtividade e da taxa de salários, e dada a taxa de crescimento da renda em função da taxa de acumulação de capital e do progresso tecnológico, a taxa de crescimento a longo prazo da população e do emprego é determinada.

No prazo médio podem ocorrer desequilíbrios. Nos momentos de crise econômica, em que o desemprego se expande além do nível normal para o sistema capitalista, a população continua a crescer aproximadamente à mesma taxa histórica. Por outro lado, se a taxa de crescimento da renda aumenta, como aconteceu após a II Guerra Mundial, a taxa de crescimento da população não responderá imediatamente, obrigando o sistema a recorrer ao trabalho imigrante. O importante a assinalar, entretanto, é o fato de que, a longo prazo, a taxa de crescimento da população tende a se ajustar à taxa de crescimento do emprego e, portanto, à taxa de crescimento da renda, considerado o aumento da produtividade e o correspondente aumento da taxa de salários. Isto é possível porque as famílias têm condições de controlar sua taxa de natalidade, de forma a garantir que pelo menos os aumentos da produtividade se transformem em aumento real de salários e em aumento do padrão de vida.

Na verdade, na medida em que as famílias são capazes de reduzir o número médio de filhos, seu padrão de vida tende a aumentar mais do que a taxa de salários. Por outro lado, um número mínimo de filhos é necessário não apenas para a sobrevivência da espécie, mas também para a satisfação das famílias.

A decisão quanto ao número de filhos torna-se assim, um misto de condicionamentos econômicos e biológicos e de exercício da liberdade do casal. Do ponto de vista econômico, entretanto, parece razoável supor que, no processo de desenvolvimento capitalista, a população tende a crescer a uma taxa inferior mas proporcional ao crescimento da renda e do emprego, de forma a garantir que os aumentos de produ-

tividade se transformem em aumento de salários reais, mantendo ao mesmo tempo a taxa de desemprego em limites aceitáveis. Nos países em que este último fenômeno não acontece, mantendo-se um alto nível de desemprego estrutural, como é o caso do Brasil, do México ou da Índia, temos países subdesenvolvidos, em que o capitalismo controla toda a economia mas não é capaz de absorvê-la integralmente.

CAPÍTULO XI

Acumulação e capitalismo rentista

Antes de terminarmos esta parte, em que examinamos um modelo de longo prazo do desenvolvimento capitalista, devemos fazer algumas considerações sobre o processo de acumulação de capital. A rigor o processo de acumulação é o tema geral deste livro, juntamente com a taxa de lucro, na medida que são essas as duas variáveis básicas do processo de desenvolvimento capitalista. O processo de acumulação, entretanto, particularmente a partir do final dos anos setenta, vem sofrendo alterações substanciais na medida em que políticas monetaristas de controle da quantidade de moeda, ao elevarem artificialmente a taxa de juros real, tendem a reduzir as taxas de crescimento dos setores produtivos das economias capitalistas centrais. Em consequência, e contraditoriamente, em nome do retorno à economia de mercado, o Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático dos nossos dias vai se transformando, sob a égide do conservadorismo monetarista, em um capitalismo rentista, que aumenta sua taxa de exploração sobre os países devedores do Terceiro Mundo.

1

Não pretendo resenhar aqui toda a extensa discussão sobre a função investimento. Este tema, já exaustivamente

estudado, inclusive através das mais variadas pesquisas empíricas,¹ afinal acaba por concluir que a acumulação de capital, no curto prazo, depende da taxa de lucro esperada, dada a taxa de juros. No curtíssimo prazo podemos aceitar como dada a taxa de lucro e fazer variar o investimento em função das variações na taxa de juros. Esta solução, muito comum nos livros-texto de macroeconomia filiados à chamada *síntese neoclássica*, faz-nos perder a verdadeira natureza do processo de acumulação capitalista, na medida em que privilegia uma variável de menor importância — a taxa de juros — deixando em segundo plano a variável fundamental no processo de acumulação: a taxa de lucro.²

Na verdade, a longo prazo a variável fundamental da acumulação capitalista é a taxa de mais-valia. Quando se concentra a renda, ainda que os capitalistas aumentem seu consumo de bens de luxo, tendem também a aumentar sua taxa de acumulação. Por isso, na fase da Revolução Capitalista, em que a taxa de mais-valia é crescente, a taxa de acumulação também é crescente. Em seguida, estabilizando-se a taxa de mais-valia, a taxa de acumulação também se estabiliza. Ela apenas varia no curto prazo em função da taxa de lucro esperada.

No Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, entretanto, quando o Estado além das empresas oligopolistas começa a ter um papel importante na acumulação de meios de produção, a taxa de acumulação volta a crescer ainda que a taxa de mais-valia não demonstre tendência a aumentar. Esse fato só pode ser explicado pela relativa autonomia das decisões de investimento do Estado em relação à taxa de lucro e à taxa de mais-valia. Na medida, entretanto, em que aumenta a acumulação estatal em meios de produção haverá, em última análise, um aumento da taxa de mais-valia global

¹ Ver Dale Jorgenson, "Econometric studies of investment behavior: a survey", em *Journal of Economic Literature*, vol. 9, nº 4, 1971.

² Em pesquisa empírica realizada entre as grandes empresas de São Paulo verifiquei que apenas 24,6% das empresas "seriam influenciadas no sentido de não realizar o investimento se a taxa de juros real (deduzida a taxa de inflação) dominante no mercado estivesse muito alta", enquanto 74,5% das empresas não tenderiam a realizar o investimento "se as perspectivas do novo investimento não fossem boas".

da economia, na qual se considera o lucro realizado pelas empresas estatais.

A taxa de lucro irá determinar a taxa de acumulação capitalista, na medida em que ela influencia a taxa prevista de lucro. Os capitalistas tendem a prever seus lucros em função da sua experiência imediatamente anterior sobre o comportamento da taxa de lucro. Dados o volume de excedente disponível e a taxa de mais-valia, os capitalistas investirão mais ou menos em função de suas perspectivas de lucro. O excedente disponível para investimento corresponde aproximadamente à poupança, ou seja, ao excedente total menos o consumo de luxo. A taxa de mais-valia é relevante na medida em que indica qual a parte do excedente apropriado pelos capitalistas. Como estes possuem uma propensão marginal a poupar maior do que os trabalhadores, dado um mesmo volume de excedente disponível, a taxa de acumulação deverá ser tanto maior quanto maior for a taxa de mais-valia e conseqüentemente a taxa de lucro.

O aumento ou diminuição de acumulação, entretanto, não será realizado às expensas do consumo capitalista, que pouco se alterará em função das maiores ou menores perspectivas de lucro. As variações na taxa de acumulação serão compensadas pelos vazamentos do sistema econômico, que podem ser expressos pela taxa de entesouramento. Ao reduzir-se a acumulação, aumenta o entesouramento, que é o vazamento por excelência dentro do sistema econômico. Recursos deixam de ser aplicados para serem esterilizados saindo fora do sistema produtivo. Em conseqüência temos a redução da demanda agregada e a crise. Em contrapartida, quando aumenta a taxa de acumulação, reduz-se o entesouramento, podendo-se, inclusive, falar em uma "taxa negativa de entesouramento". Esta taxa negativa ocorreria quando os empresários, em face a uma onda de inovações shumpeteriana, estivessem tomando emprestado e investindo além dos recursos disponíveis da economia. É claro que esses *recursos disponíveis* (do excedente disponível para acumulação) são de definição muito imprecisa, já que, à medida que ocorre o investimento, aumenta não apenas oferta agregada através do mecanismo do acelerador, mas também a demanda agregada através do mecanismo do multiplicador de forma que os recursos disponíveis aumentam concomitantemente.

Vale observar que este aumento da taxa de acumulação apoiado no sistema de crédito sublinha a importância da acumulação financeira ou acumulação de capital fictício, em moeda, títulos de renda fixa, ações, papéis de toda a natureza, para a acumulação real. Ainda que não haja uma relação direta e necessária entre dois tipos de acumulação, é óbvio que a acumulação financeira e o correspondente crescimento do capital fictício têm um efeito positivo a longo prazo no processo de crescimento da taxa de acumulação real do sistema. Consideradas as demais variáveis constantes, quanto maior for o capital financeiro existente, maior tenderá a ser a taxa de acumulação.

O sistema financeiro, dentro de uma formação social capitalista, desempenha, entre outras, três funções fundamentais:

- 1) garante liquidez e mobilidade a uma parte do capital;
- 2) permite o financiamento da produção corrente, fornecendo ou transferindo capital de giro para as empresas; e
- 3) possibilita a transferência de poupança dos capitalistas inativos para as empresas, viabilizando o financiamento a longo prazo da acumulação.

No quadro desta análise de um modelo a longo prazo de desenvolvimento capitalista, apenas a última função interessa. Na medida em que a dimensão mínima inicial dos projetos de investimento vai aumentando, torna-se cada vez mais difícil para os empresários individuais ou as empresas realizá-los com seus próprios recursos ou com recursos que são capazes de angariar entre parentes e amigos. Surge assim a necessidade do sistema financeiro para financiar a acumulação, através da emissão de ações, debêntures e da formação de bancos de investimento privados e afinal estatais. As empresas que desenvolverem projetos de investimentos sacam contra o sistema financeiro, e assim obtêm os recursos necessários.

O papel do sistema financeiro é, portanto, fundamental no processo de acumulação capitalista. Já o mesmo não poderia, em princípio, ser dito da taxa de juros. Obviamente a acumulação capitalista se efetivará se houver uma razoável (do ponto de vista dos capitalistas) distância entre a taxa de lucro prevista e a taxa de juros do mercado. Caso contrário será mais interessante para cada capitalista também colocar seu dinheiro a juros ao invés de investi-lo. No curto prazo

variações da taxa de juros poderão ter alguma influência nas decisões de investir das empresas. Entretanto a longo prazo é pouco provável que essa distância deixe de existir. Em primeiro lugar, por uma razão de mercado ou de oferta e procura: desaparecendo essa distância entre a taxa de lucro e a taxa de juros, no momento em que todos quisessem emprestar não haveria tomadores e a taxa de juros cairia. Em segundo lugar, por uma razão estrutural: afinal a taxa de juros não é outra coisa senão uma parte da taxa de lucro. É a parcela da mais-valia que os capitalistas ativos estão dispostos a pagar aos capitalistas inativos em troca do empréstimo de seu capital.³ Isto significa que a longo prazo a taxa de juros tende a ser sempre inferior e suficientemente inferior à taxa de lucro prevista, de forma a não obstar a acumulação.

2

A funcionalidade do sistema financeiro para a acumulação de capital pode, entretanto, desaparecer se políticas monetaristas de controle da oferta de moeda, em nome do controle da inflação, levam a um aumento artificial e prolongado da taxa de juros, como aconteceu no mundo capitalista central a partir do final dos anos setenta. Nesse caso a especulação financeira sobrepõe-se à funcionalidade do sistema financeiro para a captação de poupanças. Os rentistas, que vivem de juros, e os especuladores financeiros passam a ser os grandes beneficiados da elevação da taxa de juros. Esta, ao colocar-se acima ou muito próxima da taxa de lucro esperada para os novos empreendimentos, inviabiliza grande parte deles.

A conseqüência dessa intervenção do Estado é o desequilíbrio entre a taxa de lucro e a taxa de juros. Em nome da pureza do mercado, a reação conservadora, de caráter monetarista, às políticas econômicas keynesianas acaba por intervir de forma ainda mais radical no mercado. A taxa de juros, que jamais poderia ser mais alta do que a taxa de lucro, passa a sê-lo em função da capacidade que o Estado tem de reduzir

³ Karl Marx, *O Capital*, Livro III, parte 5, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

artificialmente a quantidade de moeda. É certo que esta capacidade de controlar a quantidade de moeda é relativa, já que os elementos endógenos na determinação da oferta monetária são dominantes no sistema capitalista.⁴ Mas é suficiente para manter a taxa de juros artificialmente elevada e provocar a redução da taxa de acumulação.

É preciso, entretanto, não descartar com ligeireza o monetarismo. Trata-se da expressão moderna da teoria neoclássica e da reação conservadora ao keynesianismo. Este deixou de ser funcional para a classe capitalista quando, a partir do final dos anos sessenta, o longo processo de acumulação e de crescimento com base em políticas econômicas keynesianas levou a um esgotamento relativo do exército industrial de reserva e a um aumento considerável do poder de barganha dos trabalhadores.⁵ Em consequência foi se tornando importante para os setores mais conservadores da classe capitalista quebrar o poder de barganha dos trabalhadores, ainda que as custas de graves prejuízos para o processo de acumulação. Ao monetarismo coube dar o embasamento teórico para esse tipo de política.

Essa base teórica para políticas econômicas já existia na teoria econômica neoclássica, mas fora minada pela revolução keynesiana. Kalecki, quando falava do caráter político do ciclo econômico, estava criticando a velha teoria neoclássica, que ele e Keynes se encarregaram de colocar em questão.⁶ O monetarismo de Milton Friedman, ao criticar especificamente Keynes, restabelece a lógica capitalista contra o pleno-emprego e a favor da recessão como forma de controlar a inflação, ainda que seu modelo ideal pretenda manter a economia permanentemente em regime de pleno emprego e estabilidade de preços.

O custo de controlar a inflação via restrição monetária é agora, entretanto, muito maior do que no passado, dado o

⁴ Luiz Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, "Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação", em *Revista de Economia Política*, vol. 4, nº 1, 1984. Republicado em *Inflação e Recessão*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

⁵ Robert Body e James Crotty, "Class conflict and macropolicy: the political business cycle", em *Review of Radical Political Economics*, vol. 7, nº 1, 1975.

⁶ Michal Kalecki, "Political aspects of full employment", em *Selected Essays on the Dynamic of the Capitalist Economy 1933-1970*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971 (artigo publicado em 1943).

caráter oligopolizado, estatizado e parcialmente indexado das economias capitalistas centrais. O resultado é a estagflação ou a inflação inercial, extremamente rígida para baixo, na medida em que as empresas oligopolistas tendem a elevar as suas margens de lucro para compensar a perda de rendas quando se desencandeia a recessão.

Não obstante, o que está por trás do conservadorismo monetário, assim como da *supply side economics*,⁷ é a idéia de que para a sobrevivência a longo prazo do capitalismo será necessário reduzir o poder de barganha dos trabalhadores e controlar a inflação, ainda que à custa do sacrifício de uma longa recessão e de taxas de juros elevadas por muito tempo, como aconteceu com o Reino Unido e com os Estados Unidos entre 1979 e 1982. A antiga política de *stop and go*, geralmente associada com uma abordagem keynesiana para os problemas econômicos, seria ineficiente senão contraproducente.

A esperança conservadora é de que, depois de uma longa paralisação da economia, a taxa de salários baixe significativamente e as margens de lucro dos setores oligopolistas tornem-se suficientemente altas para compatibilizar taxas de juros mais elevadas com a continuidade da acumulação capitalista.

3

A manutenção de taxas de juros elevadas e sua compatibilização com a retomada da acumulação capitalista é, entretanto, um objetivo em si mesmo. Isto se explica, de um lado, porque o capitalismo oligopolista e tecnoburocrático dos países centrais e particularmente dos Estados Unidos acumulou capital e aumentou sua produtividade de tal forma que levou ou permitiu que uma parte considerável de sua burguesia se transformasse em uma burguesia rentista, que vive de juros e dividendos, apoiada em um complexo e sofisticado sistema financeiro; de outro lado, as próprias economias dos

⁷ James T. Campen e Arthur Mac Ewan, "Crisis, contradiction and conservative controversies in contemporary U.S. capitalism", em *Review of Radical Political Economics*, vol. 14, n.º 3, 1982.

países centrais tendem também a se transformar em uma espécie de um capitalismo rentista, que vive dos juros dos empréstimos internacionais e dos dividendos proporcionados pelos investimentos no exterior das empresas multinacionais.

De fato, na medida em que grandes volumes de capitais foram emprestados, especialmente aos países do Terceiro Mundo, durante os anos setenta, a receita de juros dos países centrais passa a se tornar extremamente importantes para esses países. Por outro lado, na medida em que o volume da dívida dos países do Terceiro Mundo alcança limites considerados insustentáveis (cerca de 700 bilhões de dólares em meados dos anos oitenta), coloca-se como objetivo não aumentar mais essa dívida. Ora, para que isto ocorra, considerando-se que a taxa nominal média de juros para os países do Terceiro Mundo seja de aproximadamente 12% ao ano (correspondendo a cerca de 6% de juros reais, ou seja, uma taxa de juros três a quatro vezes maior do que as taxas históricas médias de juros), será necessário que esses países obtenham um superávit em suas balanças comerciais e de serviços reais de 84 bilhões de dólares com relação aos países centrais. Se somarmos a esse valor os dividendos não compensados por novos investimentos das empresas multinacionais, teremos a necessidade de um déficit comercial dos países centrais de mais de 100 bilhões de dólares anuais.

Ora, ao acontecer este fenômeno, acentuar-se-á o caráter rentista dos países centrais credores. Ao invés de viverem da produção, viverão cada vez mais das rendas recebidas do exterior. Dado o objetivo de não aumentar mais de forma substancial a dívida dos países do Terceiro Mundo, não resta aos países capitalistas centrais outra alternativa senão limitar sua produção interna, importarem dos países devedores e apresentarem elevados déficits em suas balanças comerciais compensados por superávits em suas balanças de juros e dividendos. Torna-se, assim, interessante que as taxas de juros permaneçam elevadas, ainda que com o risco da redução da acumulação capitalista em ativos reais. Uma velha forma de imperialismo, baseada na obtenção de juros elevados, ganha agora nova importância e nova dimensão. Como o velho imperialismo via comércio internacional foi substituído pelo novo imperialismo via empresas multinacionais, um novíssimo imperialismo surge nos anos setenta para basear sua

extração do excedente dos países do Terceiro Mundo em imensos empréstimos internacionais acompanhados de elevadas taxas de juros reais.

Esboça-se, assim, a nível internacional, uma forma de capitalismo rentista que ganha substância a nível nacional na medida em que as burguesias dos países centrais vão se transformando também em rentistas, deixando a atividade empresarial para a alta tecnoburocracia que controla as grandes empresas. O Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático desta segunda metade do século XX vai assumindo assim, nos países centrais, um carácter rentista.

Ao mesmo tempo em que este fenómeno, cuja configuração plena ainda não é possível definir, vai se delineando, o capitalismo entra, a partir dos anos setenta, em uma nova fase de declínio do quarto ciclo longo ou de Kondratieff. Nesta fase, o extraordinário desenvolvimento do capital bancário a nível internacional, nos quadros desse capitalismo rentista, pode levar a uma crise financeira de grande profundidade, apesar de todos os mecanismos institucionais de controle que foram estabelecidos a partir da criação dos bancos centrais e do Fundo Monetário Internacional.

Aqui não temos como objetivo fazer a análise da crise atual do capitalismo, mas fornecer elementos teóricos para que essa análise se faça. Depois de haver estudado a dinâmica da acumulação capitalista nos quadros de uma análise de longo prazo, que teve como base o exame da lei da tendência declinante da taxa de lucro, devemos agora passar a examinar a natureza dos ciclos económicos e, portanto, a dinâmica das fases de prosperidade e de crise, de expansão e de declínio, que, a médio e curto prazos, caracterizam a acumulação capitalista.

CAPÍTULO XII

Ondas longas e ciclos econômicos

A conclusão mais geral a que podemos chegar com base na análise que realizamos até agora é a de que a crise atual do capitalismo, desencadeada a partir do início dos anos setenta, não pode ser atribuída à tendência declinante da taxa de lucro. A extensa análise teórica que realizamos desta lei na primeira parte deste livro e a que análise das etapas do desenvolvimento capitalista, na terceira parte, deixaram claro que não foi a elevação da composição orgânica do capital que levou a economia mundial à crise.

Torna-se, então, necessário examinar o processo de acumulação capitalista de um ponto de vista que, até o momento, deliberadamente, evitei. Refiro-me à análise dos ciclos econômicos. Toda a análise anterior, especialmente a da primeira parte, foi baseada em um exame a longo prazo do desenvolvimento capitalista. E desse ponto de vista não foi possível encontrar nenhuma lei que leve o sistema capitalista ao colapso. Ele se modifica sempre e acabará desaparecendo, mas nada indica que isto ocorrerá através de um processo súbito de crise e colapso. Não vou aqui resenhar toda a extensa análise marxista sobre derrocada final do capitalismo.¹ Um

¹ Ver a respeito a antologia de textos clássicos do marxismo preparado por Lucio Colletti (org.), *El Marxismo y el "Derrumbe" del Capitalismo*, México, Siglo XXI, 1978.

dos defeitos mais graves do marxismo vulgar ou do marxismo ortodoxo é necessitar sempre de uma teoria da derrocada, sendo a mais comum aquela que discutimos extensamente: a lei da tendência declinante da taxa de lucro.

Vamos agora à dinâmica capitalista do ponto de vista dos ciclos econômicos, onde, novamente, a contribuição de Marx é fundamental e onde, novamente, os marxistas continuam a procurar uma teoria para a derrocada final do capitalismo. Dentro da dinâmica capitalista podemos distinguir:

1) etapas seculares ou modelos de desenvolvimento a longo prazo;

2) ondas longas ou ciclos longos de Kondratieff; e

3) ciclos de Juglar ou simplesmente ciclos.

As etapas seculares de longo prazo foram o objetivo do nosso estudo na segunda parte deste livro. As etapas seculares ou modelos de acumulação e de desenvolvimento devem possuir não apenas certas características comuns em relação às variáveis econômicas fundamentais (taxa de lucro, taxa de acumulação, tipo de progresso técnico, taxa de salários), mas também características estruturais comuns no que diz respeito à natureza das relações de produção dominantes. Enquanto analisamos formações sociais capitalistas, as relações de produção terão predominantemente este caráter, mas isto não significa que permanecerão imutáveis no tempo. Uma coisa são as relações de produção no período de transição da Revolução Capitalista, outra no Capitalismo Competitivo, outra no Capitalismo Oligopolista e finalmente no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático ou de Estado. Através destas quatro grandes etapas as relações de produção permanecem basicamente capitalistas, mas vão sofrendo modificações significativas, na medida, inclusive, em que as formações sociais são embricações de diferentes modos de produção. No plano estritamente econômico, o instrumento fundamental para a compreensão das etapas de desenvolvimento é a lei da tendência declinante da taxa de lucro. Embora não tenha provocado a crise atual, sua constante pressão sobre o desenvolvimento das forças produtivas e diretamente sobre as relações de produção provoca o surgimento das contratendências, transformando-a em um fator determinante do processo histórico.

1

Já nos ciclos longos o mais importante são as características estruturais do processo de acumulação que se estabelecem. Os ciclos longos geralmente correspondem a um determinado padrão de acumulação; são definidos principalmente em função dos pacotes de inovação e acumulação, nos quais o progresso técnico é um componente importante mas não exclusivo. A partir das grandes ondas de inovação, novos setores industriais são implantados ou apresentam um desenvolvimento excepcional a partir da introdução de novos produtos (progresso técnico de produto), novos métodos de produção mais eficientes são introduzidos, implicando aumento da produtividade do trabalho e/ou do capital (progresso técnico de processo), novas fontes de matérias-primas são colocadas em atividade, novos mercados são abertos, novas técnicas de comercialização e de diferenciação de produtos são implantadas e novas formas de estruturação do mercado são definidas geralmente tendendo para a oligopolização e cartelização de determinados setores produtivos e/ou para a intervenção do Estado nesses setores.

Os ciclos longos duram cerca de cinquenta a sessenta anos. Sob certas circunstâncias poderão ser confundidos com as etapas seculares. Entretanto delas se distinguem porque os critérios de periodização são diversos. Os ciclos de Kondratieff, como os ciclos econômicos, são flutuações industriais, enquanto que as etapas de desenvolvimento são tendências seculares. Ora as mudanças de tendências são marcadas antes por modificações permanentes no comportamento da taxa de lucro, da taxa de mais valia, da composição orgânica do capital, do tipo de progresso técnico, e por correspondentes alterações parciais nas relações de produção do que pelo ritmo das flutuações industriais. Já um ciclo econômico ou ciclo de Juglar terá em geral duração de oito a dez anos. Um ciclo longo, por sua vez, geralmente compreenderá cinco ou seis ciclos de Juglar. Uma crise mais profunda dentro de um ciclo será freqüentemente o sinal e também o resultado do encerramento de um ciclo longo e do seu correspondente padrão de acumulação.

Os ciclos longos são chamados de ciclos de Kondratieff porque, embora autores anteriores já houvessem percebido o

fenômeno, foi Nikolai Kondratieff, em um artigo clássico publicado em 1926 que os detectou e comprovou de forma definitiva. Kondratieff nesse artigo verificou a ocorrência de três ondas longas, a partir do final do século XVIII. Quando escrevia seu artigo, a economia mundial encontrava-se na fase *b*, de declínio, da terceira onda longa, que estender-se-ia até 1940-45. A primeira onda longa fora aproximadamente de 1790 a 1844-45 e a segunda, de 1844-45 a 1890-96.² Para comprovar sua tese Kondratieff utilizou uma extensa série de dados estatísticos, que mostravam que durante 25 a 30 anos a economia crescia com rapidez, sendo as fases de expansão dos ciclos normais mais longos e as de desaceleração mais curtas, o inverso ocorrendo nos 25 a 30 anos seguintes, nos quais, afinal, a economia crescia muito mais lentamente, ocorrendo, portanto, um relativo declínio.

Diversos autores contemporâneos perceberam o quarto ciclo longo do capitalismo industrial. Ignácio Rangel, em um artigo de 1972, quando o Brasil encontrava-se próximo ao auge de um processo de expansão, já previa a crise mundial a partir da dinâmica de Kondratieff.³ Ernest Mandel, em um livro posterior, verificou também empiricamente a existência das ondas longas, demonstrou como a teoria dos ciclos longos é perfeitamente compatível com a teoria econômica marxista, cujos iniciadores seriam Parvus, Kautsky, Gelderen e Trotsky, e reconheceu que no final dos anos sessenta o mundo entrou na fase de declínio da quarta onda longa.⁴ E de fato, não é difícil concluir que o terceiro Kondratieff terminou por volta de 1940. Segue-se um período de 30 anos de expansão, que termina com a atual crise, que já podia ser per-

² Nicolai D. Kondratieff, "The long waves in economic life", *op. cit.*, p. 32.

³ Ignácio Rangel, "Perspectivas econômicas brasileiras para a próxima década", XXIV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1972; publicado em Ignácio Rangel, *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

⁴ Ernest Mandel, "Long waves of capitalist development", *op. cit.* Ver também Angus Maddison, "Phases of capitalist development", em *Banca Nazionale del Lavoro-Quarterly Review*, junho, 1977. O próprio Mandel tratou anteriormente do tema em *Late Capitalism*, Londres, New Left Books, 1975. Ver também David Gordon, "Up and down the long roller coaster", em Bruce Steimberg *et alii.*, *U.S. Capitalism in Crisis*, Nova Iorque, The Union of Radical Political Economics, 1978.

cebida a partir do final dos anos sessenta, mas que se torna absolutamente clara com o primeiro choque do petróleo, em 1973.

Embora ainda existam muitos economistas que continuam a ver com desconfiança os ciclos longos,⁵ existem fortes evidências quanto à sua validade histórica. Os ciclos econômicos de um modo geral não fazem muito sentido para os economistas neoclássicos. Para os economistas neomarxistas e neokeynesianos, que se formaram a partir da Segunda Guerra Mundial, também os ciclos deixaram durante longo tempo de fazer sentido: a confiança no planejamento e na política econômica, em uma economia que atravessa uma longa fase de expansão de uma onda longa de Kondratieff, levava-os a, tecnoburocraticamente, esquecer ou diminuir a importância dos ciclos e principalmente dos ciclos longos.

O levantamento empírico realizado por Kondratieff, entretanto, havia sido razoavelmente conclusivo. E além disso, ele foi capaz de estabelecer uma série de generalizações, entre as quais a relação que estabeleceu entre os ciclos longos e as inovações técnicas.

“Durante a fase de desaceleração dos ciclos longos, um número especialmente grande de importantes descobertas e invenções na técnica de produção e comunicação são feitas, as quais, entretanto, são geralmente postas em prática em larga escala no início da nova expansão longa”.⁶

Entretanto, embora Kondratieff já houvesse percebido que havia uma íntima correlação entre os ciclos longos e o desenvolvimento tecnológico, ele não chegou a desenvolver uma teoria explicativa para os ciclos longos. Esse trabalho coube afinal a Schumpeter, que utilizou a sua teoria da inovação, formulada anteriormente, em seu clássico *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1911) para, diante do trabalho de Kondratieff, desenvolver uma teoria sobre os ciclos longos, a partir da idéia das ondas de inovações. Seu livro inicial

⁵ Uma resenha crítica do tema foi feita por Klas Eklund, “Phases of capitalist development, em *Kyklos*, vol. 33, fasc. 3, 1980, pp. 383-419.

⁶ Kondratieff, *op. cit.*, p. 34.

constitui, de um lado, um instrumento ideológico fundamental para o capitalismo, na medida em que ele consegue transformar o empresário em herói inovador do desenvolvimento econômico. De outro lado, entretanto, constitui-se também em um marco da teoria econômica. Utilizando ao mesmo tempo conceitos neoclássicos e uma visão da dinâmica histórica capitalista que muito deve a Marx, Schumpeter desenvolveu uma teoria das inovações, das decorrentes vantagens monopolistas e finalmente do lucro capitalista, que são essenciais para a compreensão do desenvolvimento capitalista, especialmente em sua fase oligopolista.

Entretanto, em um segundo momento Schumpeter pretendeu utilizar a mesma teoria para explicar todos os tipos de ciclos econômicos. Esta análise se encontra claramente formulada em 1927, no artigo “A Explicação dos Ciclos Econômicos”,⁷ e ganha plena definição em seu monumental *Business cycles*, de 1939. Nesse livro Schumpeter identifica três tipos de ciclo: os ciclos de Kondratieff, com duração de 50 a 60 anos, os ciclos de Juglar, com duração de pouco mais de 9 anos, e os ciclos de Kitchin, com duração de 40 meses aproximadamente. E pretende que sua teoria da inovação explique os três tipos de ciclo, que se superpõem. Na verdade entendemos que sua teoria é esclarecedora para os ciclos de Kondratieff e para os correspondentes padrões de acumulação. Eventualmente poderíamos definir um padrão de acumulação com uma duração menor do que um ciclo de Kondratieff, e, nesse caso, a teoria das inovações seria ainda explicativa. Foi o que ocorreu no Brasil, onde, entre 1930 e 1973, a possibilidade de importação acelerada de tecnologia e de substituição de importações permitiu que mais de um padrão de acumulação ocorresse dentro de um mesmo ciclo longo, que era assim relativamente desfigurado. Não nos parece, entretanto, que a teoria das inovações tenha força explicativa para os ciclos decenais, já que em seu transcurso não há tempo para que as inovações amadureçam e se esgotem. Afinal a expansão de um ciclo normal dura no máximo 5 a 6 anos.

Para Schumpeter, inclusive, é claramente muito mais

⁷ J. A. Schumpeter, “La explicacion de los ciclos economicos”, em J. A. Schumpeter, *Ensayos*, Oikos-Tan, Barcelona, 1968, traduzido de *Economica*, dezembro de 1927.

fácil identificar os ciclos de Kondratieff com as ondas de inovação, como pode ser verificado pela seguinte passagem: “Historicamente, o primeiro Kondratieff coberto por nossa análise significa a Revolução Industrial, incluindo o prolongado processo de absorção. Nós o datamos dos anos oitenta do século XVIII até 1842. O segundo cobre o que foi chamada a era da máquina a vapor e do aço. Vai de 1842 a 1897. E o terceiro, o Kondratieff da eletricidade, da química, e dos motores nós o datamos de 1898 em diante”.⁸ Vemos aqui como Schumpeter liga claramente cada padrão de acumulação a uma onda longa de inovação. Já quando ele examina os ciclos de Juglar, ele é muito menos bem sucedido nesta tarefa.

Ainda que a teoria das inovações nos auxilie a compreender os ciclos de Juglar, na medida em que estes coincidem e são englobados pelos ciclos longos, na verdade não constitui a explicação específica dos mesmos. De fato, os ciclos decenais iniciam-se com uma aceleração do processo de acumulação. Cada ciclo, na fase de prosperidade, é caracterizado por uma intensificação dos investimentos, ou, se quisermos também assim chamar, por uma onda de investimentos. Podemos, portanto, ter diversas pequenas ondas de investimentos entremeados por períodos de crise dentro de uma mesma onda longa de inovações. Enquanto a natureza das inovações não se modifica substancialmente, enquanto as características estruturais do processo de acumulação permanecem inalteradas, enquanto o mesmo setor ou conjunto de setores industriais inovadores continua liderando o desenvolvimento, ainda que de forma instável, os diversos ciclos normais continuam a fazer parte da mesma onda longa. Por outro lado, o esgotamento de um ciclo longo coincide com a fase de crise de um ciclo econômico normal. Mas na dinâmica endógena dos ciclos econômicos normais a teoria das inovações tem caráter apenas subsidiário.

Schumpeter, apoiando-se em Juglar, segundo o qual “a única causa da depressão é a prosperidade”, inferiu que

⁸ Joseph A. Schumpeter, *Business Cycles*, *op. cit.*, p. 170. Quando Schumpeter escrevia este texto um novo Kondratieff estava sendo gestado, que ele provavelmente identificaria como o Kondratieff das indústrias automobilística, aeronáutica e eletrônica.

“teremos explicado a ciclo quando houvermos explicado os auge”, e ainda acrescentou “os auge consistem na introdução de inovações no organismo industrial e comercial”.⁹ Ora, esta afirmação só é verdadeira em um nível de abstração muito grande. É um raciocínio do tipo “tudo o que nasce um dia tem que morrer”. Na verdade, para termos uma teoria do ciclo, em vez de procurar conhecer as causas dos auge econômicos precisamos saber exatamente porque, em um determinado momento, termina a prosperidade e começa a crise. E para isto a teoria do esgotamento das inovações tem caráter explicativo muito limitado no ciclo normal, já que em 5 ou 6 anos não é razoável imaginar que uma onda de inovações amadureça e se esgote. Isto pode e deve acontecer em um período de 25 a 30 anos, que é quanto dura a fase de expansão dos ciclos de Kondratieff.

Schumpeter acrescenta uma segunda variável: a necessidade dos empresários saldarem as dívidas contraídas no início do ciclo. Mas há poucas evidências de que o aumento do endividamento das empresas se constitua em um limite decisivo para a continuidade do proceso de expansão. Enquanto a taxa de lucro estiver acima da taxa de juros, os empresários não encontrarão dificuldades em saldar ou mesmo renovar seus débitos.

Da mesma forma que a teoria das inovações, a teoria da tendência declinante da taxa de lucro é inadequada para explicar os ciclos econômicos decenais porque em cinco ou seis anos não há tempo nem para esgotar-se uma onda de inovações nem para elevar-se a composição orgânica do capital. No período mais longo de 25 a 30 anos, entretanto, os dois fenômenos tenderão a ocorrer.

Já vimos, extensamente, que secularmente não se pode afirmar que exista uma tendência à elevação da composição orgânica do capital. Mas no período de expansão de uma onda longa é perfeitamente possível imaginar que essa elevação ocorra. Seria preciso fundamentar empiricamente esta afirmação. Não há dúvida, entretanto, que o desenvolvimento capitalista tende a ocorrer através de um processo de sobreacumulação em capital constante. Isto ocorre, inclusive,

⁹ *Idem*, p. 32.

porque, no próprio transcorrer da expansão, os investimentos em capital fixo vão se tornando obsoletos do ponto de vista tecnológico, o que leva as empresas a realizar novos investimentos antes que os anteriores tenham sido amortizados. No final de uma onda longa de investimentos será, portanto, perfeitamente razoável supor que a composição orgânica do capital tenha tendido a crescer, pressionando a taxa de lucro para baixo. O problema só será resolvido com a crise e a decorrente queima de capitais, que permitirá a introdução de tecnologia poupadora de capital. É razoável, inclusive, supor que Marx, quando usou a teoria da tendência declinante da taxa de lucro para explicar os ciclos, estivesse pensando especialmente nos ciclos longos embora não os distinguisse com clareza dos ciclos econômicos normais ou decenais.

2

A contribuição básica para a análise do ciclo econômico de Juglar foi-nos dada por Marx. E o cerne dessa contribuição está na ênfase dada ao problema da superprodução de capital. Veremos, entretanto, que ele desenvolveu incompletamente seu pensamento nessa área. Os clássicos e os neoclássicos, a partir da lei de Say e dos preconceitos ideológicos a respeito do controle automático de mercado, não tinham condições de explicar os ciclos. Marx examinou os ciclos sob diversos ângulos, mas nunca deu um tratamento sistemático ao problema. Em um capítulo de *O Capital*, no qual ele examina as contradições internas da lei da tendência declinante da taxa de lucro (Livro III, Cap. XV), Marx deteve-se um pouco mais no problema. Nesse capítulo encontramos duas teorias na verdade complementares, mas que geralmente são colocadas como antagônicas para a explicação das crises: de um lado a tendência declinante da taxa de lucro, e de outro a insuficiência de demanda ou a superprodução de capital e mercadorias.

Para Marx, como para a maioria dos economistas, a reversão cíclica, ou o início da crise, está relacionada com a queda da taxa de acumulação de capital. Esta, por sua vez, está diretamente relacionada com a taxa de lucro: “A taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista, e só se

produz o que se pode e quando se pode produzir lucro".¹⁰ Importa, entretanto, saber porque cai a taxa de lucro no curto prazo, ou seja, durante uma expansão de aproximadamente cinco anos provocando a reversão cíclica.

Podemos, na verdade, encontrar em Marx três teorias concomitantes (embora geralmente consideradas alternativas) sobre o ciclo:

1) a teoria da tendência declinante da taxa de lucro ou da tendência à elevação da composição orgânica do capital;

2) a teoria do subconsumo, da qual é um dos aspectos a teoria da desproporção; e

3) a teoria do estrangulamento dos lucros devido ao esgotamento do exército industrial de reserva no auge do ciclo.

Já discutimos amplamente a teoria da tendência declinante da taxa de lucro. Antes do que uma teoria do ciclo, é uma tendência secular do sistema capitalista, uma tendência que afinal não se realiza na prática, mas que, devido à ação das contratendências, serve como motor ou condicionante fundamental do desenvolvimento capitalista.

A teoria do subconsumo, entendida aqui meramente como uma teoria cíclica de curto prazo e não como uma teoria de longo prazo da derrocada do sistema capitalista, está relacionada com as idéias keynesianas de insuficiência de demanda. Ainda que o capitalista produza tendo como objetivo o lucro e a acumulação e não o consumo, em última instância a demanda agregada depende da capacidade efetiva de consumo dos trabalhadores. Ora, em quase todo o período de expansão do ciclo essa capacidade tende a diminuir, porque os salários dos trabalhadores, ainda que estejam crescendo, crescem em uma proporção menor do que os lucros dos capitalistas. Em conseqüência, as empresas aceleram seus investimentos, que afinal resultam em aumento da capacidade de produção de bens de consumo, em um ritmo superior ao aumento da capacidade de consumo. Dessa forma, a partir de um certo momento as vendas das empresas não conseguem acompanhar o aumento de produção. As perspectivas de lucro e em seguida os lucros das empresas caem, e estas,

¹⁰ Karl Marx, *O Capital*, Livro III, Civilização Brasileira, 1974, p. 297.

como conseqüência, reduzem seus investimentos, provocando a reversão cíclica.

A teoria da desproporção é a rigor uma subclassificação da teoria do subconsumo. Essa teoria é frequentemente atribuída a Tugan-Baranowsky. Na verdade, não existe uma teoria propriamente dita da desproporção em Tugan. Sua preocupação era demonstrar que, teoricamente, era possível ocorrer uma reprodução ampliada do capital sem limites, mas que, na prática, isto era impossível porque os mecanismos de mercado não garantem que os três departamentos de economia cresçam de maneira proporcional ou equilibrada.¹¹ Tugan está correto nesta afirmação geral, mas, em seguida, não desenvolve uma teoria para explicar em que sentido tenderia a ocorrer a desproporção, limitando-se a negar radicalmente as teorias de subconsumo, que em sua época estavam muito em voga entre os economistas marxistas.

Ironicamente, entretanto, a teoria da desproporção só ganha consistência para explicar o movimento cíclico nos quadros da teoria do subconsumo. Basta, para isto, que pensem em uma economia dividida em dois setores: Departamento I, produtor de bens de capital; e Departamento II, produtor de bens de consumo. Na fase de expansão, o Departamento I, que na fase de declínio quase se paralizara, tende a crescer mais rapidamente do que o Departamento II. O crescimento mais moderado deste departamento está relacionado ao caráter mais estável da demanda de bens de consumo, mas é também causado pelo crescimento dos salários mais lentamente do que os lucros na primeira fase da expansão, e, em conseqüência, de um crescimento insuficiente da demanda de bens de consumo por parte dos trabalhadores. Depois que a demanda reprimida de bens do Departamento I é atendida, a continuidade do seu crescimento a um ritmo maior do que o do Departamento II provocará a superprodução e, em seguida, a paralização dos investimentos no Departamento I, desencadeando a reversão cíclica.

É claro que tanto na teoria simples do subconsumo quanto na teoria de desproporção é sempre possível pensar,

¹¹ Mijailil Tugan-Baranowsky, "Fundamentos teóricos del marxismo" e "Estudios sobre la teoría das crisis comerciales en Inglaterra", em Lucio Colletti, *op. cit.*, pp. 242-80.

como querem os marxistas ortodoxos e Tugan, que a queda relativa na demanda de bens de salário pode ser compensada, evitando-se a reversão cíclica, pelo aumento na demanda dos bens de consumo de luxo ou, então, pela maior produção de bens de capital-capital, ou seja, de bens de capital que produzem outros bens de capital, em vez da produção de bens de capital-consumo, de bens de capital que se destinam à produção de bens de consumo. Mas é óbvio que ambos os fenômenos, embora possíveis, desde que haja um forte processo de elevação da taxa de mais-valia, têm limites de expansão muito claros. Não apenas há limites políticos e econômicos para a concentração da renda que permitiria basear a acumulação na produção de bens de consumo de luxo, mas também é impossível planejar uma economia capitalista no curto período de uma expansão cíclica de forma que ela produza prioritariamente e de forma indefinida no tempo bens de capital-capital ou, então, bens de consumo de luxo. Conforme observa com muita precisão Roger E. Alcaly, que com Thomas Weisskopf e Howard Sherman estão entre os economistas marxistas norte-americanos que, depois de Paul Sweezy, melhor estudaram o ciclo econômico:

“Se os capitalistas mecanicamente investirem todo o excedente subconsumido à melhor taxa de retorno disponível então o subconsumo não seria possível, porque os investimentos compensariam a redução das despesas de consumo. Mas embora essa visão seja uma razoável aproximação do comportamento de longo prazo, parece menos apropriada para a discussão do comportamento de curto prazo. Nestas circunstâncias os investimentos dependerão da taxa de lucro esperada, antes do que do volume absoluto de lucros disponível para acumulação. Isto faria o subconsumo uma real possibilidade”.¹²

A terceira teoria marxista dos ciclos é a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva no auge do ciclo e da conseqüente elevação dos salários reais acima do aumento

¹² Roger E. Alcaly, “An introduction do marxian crisis theory”, em Bruce Steimberg et alii, *U.S. Capitalism in Crisis*, Nova Iorque, The Union Radical Political Economics, 1978, p. 19.

da produtividade, provocando o estrangulamento da taxa de lucro. Esta teoria já se encontra claramente em Marx, mas assumiu importância recentemente graças ao trabalho empírico e teórico de Body e Crotty sobre o assunto.¹³ Esses autores demonstraram que nos últimos ciclos ocorridos na economia norte-americana, quando a expansão se aproximava do auge, os salários reais tenderam a crescer mais rapidamente do que a produtividade. Esta, inclusive, sofre uma redução relativa devido à maior resistência dos trabalhadores à disciplina do trabalho nas empresas quando a economia se aproxima do pleno emprego. Em conseqüência reduz-se a taxa de lucro e produz-se a reversão cíclica.

Da mesma forma que a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva, a teoria do subconsumo recebeu comprovação empírica recente. Howard Shermann e Robert Hahnel, estudando os ciclos da economia norte-americana no pós-guerra, comprovaram não apenas o estrangulamento dos lucros no auge do ciclo, devido à redução da produtividade, que se deve ao aumento lento da capacidade utilizada na segunda fase da expansão (em comparação com o aumento rápido do índice de utilização de capacidade na primeira fase de expansão), mas também verificaram a elevação dos salários a uma taxa menor do que a dos lucros na primeira fase da expansão tendo como conseqüência uma redução de propensão a consumir.

A conclusão dos dois autores, após apresentarem as evidências empíricas, é muito clara a esse respeito:

“Na fase inicial da expansão, a taxa de lucro cresce rapidamente, em parte porque: 1) a participação dos lucros na renda está crescendo (já que os salários aumentaram pouco enquanto a produtividade cresce rapidamente); e principalmente porque: 2) a utilização da capacidade está crescendo rapidamente (devido à crescente demanda por produção). Esses fatores asseguram um rápido crescimento de taxa de lucro, que causa um rápido crescimento do investimento. No final da expansão a taxa

¹³ Robert Boddy e James Crotty, “Class conflict and macropolicy: the political business cycle”, em *The Review of Radical Political Economics*, vol. 7, n.º 1, 1975.

de lucro cai principalmente porque: 1) a participação dos lucros na renda está caindo — mormente devido à produtividade estagnada ou decrescente; mas também, em parte, porque: 2) a utilização de capacidade está mudando muito pouco ou mesmo caindo — devido à queda prévia na propensão de consumir, causada pela prévia redução de participação dos salários na renda”.¹⁴

No trabalho de Shermann, assim como no de Thomas E. Weiskopf,¹⁵ no qual se baseou teoricamente, fica entretanto claro a possibilidade de utilizar as três teorias, e especialmente as duas últimas sobre o subconsumo é o estrangulamento dos lucros, de forma concomitante ao invés de alternativa.

Se temos que Z é a capacidade produtiva potencial, a taxa de lucro, R/K pode ser decomposta da seguinte forma:

$$\frac{R}{K} = \frac{R}{Y} \cdot \frac{Y}{Z} \cdot \frac{Z}{K}$$

Por essa equação vemos que a taxa de lucro depende de R/Y , ou seja, da participação dos lucros (e dos salários) na renda. Depende, portanto, das relações estabelecidas na teoria do estrangulamento dos lucros pelo esgotamento do exército industrial de reserva. Em segundo lugar, a taxa de lucro depende de Y/Z , ou seja, da relação entre a produção ou a demanda efetiva e a produção potencial. Aqui estamos em pleno domínio da teoria do subconsumo. Finalmente, a taxa de lucro depende da produtividade a longo prazo do capital, Z/K , ou seja, da relação produto-capital, que está diretamente relacionada com a composição orgânica do capital e, portanto, com a teoria da tendência declinante da taxa de lucro devido à elevação da composição orgânica do capital ou da diminuição da relação produto-capital.

Vemos, portanto, que a taxa de lucro, cujo movimento é

¹⁴ Robin Hahnel e Howard Shermann, “The rate of profit over the business cycle”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 6, nº 2, 1982. Ver também o trabalho fundamental de Howard Shermann, “A marxist theory of the business cycle”, em *The Review of Radical Political Economics*, vol. 11, 1979.

¹⁵ Thomas E. Weiskopf, “Marxist perspectives on cyclical crisis”, em Bruce Steimberg et alii, *op. cit.*

essencial para a reversão cíclica, pode estar relacionada com as três teorias.

Em um trabalho clássico escrito nos anos trinta, Maurice Dobb já deixava clara essa possibilidade. Para ele a tendência à elevação da composição orgânica do capital poderia ocorrer no curto prazo de um ciclo, simplesmente devido ao fato de que, na expansão, poderia verificar-se desproporção entre o Departamento I e o Departamento II. Nesse processo o consumo declinaria em relação à acumulação, e ao mesmo tempo a composição orgânica do capital aumentaria, resultando de todo esse processo o declínio da taxa de lucro e a crise, a qual seria ainda agravada pela elevação dos salários no auge do ciclo. Com essa análise Dobb transforma a teoria da desproporção em uma causa de curto prazo da teoria da elevação da composição orgânica do capital. Como já vimos que a desproporção, ou seja, o crescimento excessivo do Departamento I em relação ao Departamento II se deve ao subconsumo, ou seja, ao crescimento dos salários a uma taxa menor do que dos lucros durante a primeira fase de expansão, a teoria dos ciclos fica subordinada, em última análise, à teoria do subconsumo.

Para Dobb estava muito claro que a insuficiência de consumo poderia ser uma causa de crise. Opõe-se ao subconsumo vulgar, entretanto, na medida em que não aceita a tese de Rosa de Luxemburgo que o investimento provoca necessariamente superprodução a não ser que uma demanda de consumo externa surja, e que rejeita a idéia simplista de que as crises sempre são desencadeadas por uma insuficiência de consumo. Considera, entretanto, essencial analisar de forma conjugada, no movimento cíclico, a desproporção entre os setores, o subconsumo, o esgotamento do exército industrial de reserva e a elevação da composição orgânica do capital.¹⁶

Não há razão, portanto, para pensar que as teorias marxistas sobre o ciclo sejam exclusivas ou alternativas. Elas estão presentes na obra de Marx exatamente porque podem ser consideradas de forma dialética. Podemos pensar nelas concomitantemente, desde que entendamos o seu relacionamento e estabeleçamos uma lógica para seu encadeamento.

¹⁶ Maurice Dobb, *Political Economy and Capitalism*, Londres, Routledge & Kegan, 1940 (1ª ed., 1937), pp. 103, 114 e 118.

3

Antes, entretanto, de procurarmos estabelecer esse encaideamento, voltemos um momento a Marx e ao debate com os fundamentalistas, que se atêm exclusivamente à tendência declinante da taxa de lucro, quando é esta a teoria que menos se aplica à análise dos ciclos normais de Juglar. Marx não fez uma distinção clara entre o longo e o curto prazo. Tratou das crises quando estava examinando a tendência declinante da taxa de lucro como uma tendência secular. Certos analistas, como Mattick e Cogoy, depreendem daí que a teoria do ciclo de Marx está baseada na tendência declinante da taxa de lucro.¹⁷ Caindo a taxa de lucro abaixo de um certo nível, dado o crescimento da composição orgânica do capital, a acumulação se estancaria e a crise se desencadearia.

Não posso afirmar que esta teoria esteja absolutamente incorreta, não apenas como interpretação de Marx, mas, especialmente como análise da própria realidade. De fato Marx sugere essa explicação para o desencadeamento da crise cíclica. Por outro lado, na medida em que se aceite que essa tendência exista, ainda que se situe no longo prazo, ainda que seja uma tendência secular, é obvio que ela atravessaria também o médio e o curto prazo. Não há nenhuma distinção de natureza entre os diversos prazos em que podem e devem ser examinadas as leis econômicas da produção capitalista. É óbvio, portanto, que a elevação da composição orgânica do capital poderia também ter uma influência no desencadeamento das crises.

Mas se examinarmos cuidadosamente este capítulo em que Marx trata das contradições internas da lei e ao mesmo tempo, e muito significativamente, as crises, veremos que ele não se concentra naquela lei para explicar as crises. Esta lei nos ajudaria a explicar a contradição mais geral do modo capitalista de produção. Nas suas palavras:

“A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção... O meio — o

¹⁷ Paul Mattick, *Crisis y Teoria de las Crisis*, Ediciones Península, 1977, Barcelona (traduzido da ed. alemã, 1974).

desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais — em caráter permanente conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente”.¹⁸

Em outras palavras, Marx acredita na possibilidade de um desenvolvimento ilimitado, não fosse a tendência declinante da taxa de lucro. Mas Marx coloca uma segunda grande contradição de produção capitalista, contradição esta que não está relacionada diretamente com a elevação da composição orgânica do capital mas com o subconsumo: a mais-valia é criada no momento em que a mercadoria é produzida, mas para realizá-la é preciso vender a mercadoria, ou seja, é preciso que haja demanda. E a demanda tem suas próprias leis, que em última análise estão relacionadas com o poder de consumo da sociedade. Ainda nas palavras de Marx:

“Não são idênticas as condições de exploração imediata e as da realização dessa exploração. Diferem no tempo e no espaço e ainda em sua natureza. As primeiras têm como limite apenas as forças produtivas da sociedade, as últimas a proporcionalidade entre os diferentes ramos e o poder de consumo da sociedade. Mas esse poder não é determinado pela força produtiva absoluta, nem pela capacidade de consumo absoluta e sim condicionada por relações antagônicas de distribuição, que restringem o consumo da grande maioria da sociedade a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estritos”.¹⁹

Marx deixa claro, portanto, que há um segundo limite fundamental para a expansão capitalista: a capacidade efetiva de consumo dos trabalhadores. E além disso desautoriza qualquer tentativa de explicar a realização e a distribuição exclusivamente a partir da esfera da produção. Explicar a realização (e o consumo, que faz parte da esfera da realização ou da demanda efetiva) a partir exclusivamente da produção foi a tentativa de Say com sua lei dos mercados. Explicar a realização e também a distribuição a partir exclusivamente da produção foi a tentativa de Ricardo. Ambas as teses clássicas

¹⁸ Karl Marx, *op. cit.*, p. 287.

¹⁹ *Idem*, p. 281.

são incompatíveis com o pensamento de Marx, para o qual a esfera da produção é fundamental porque nela reina o valor, mas as esferas da realização e da distribuição são também decisivas e possuem suas próprias leis.

Para Marx o problema das crises é fundamentalmente um problema de superprodução de capital e, portanto, de superprodução ou subconsumo transitório de mercadorias. As crises advêm como um meio de restaurar o equilíbrio, ou seja, restabelecer a taxa de lucro, através da destruição do capital que se tornara excessivo.

“Superprodução de capital significa apenas superprodução — meios de trabalho e meios de subsistência — que podem funcionar como capital, isto é, ser empregados para explorar o trabalho, com dado grau de exploração, e a queda desse grau abaixo de dado ponto capitalista de produção causa perturbações e estagnações no processo capitalista de produção, crises, destruição de capital”.²⁰

Existe superprodução quando a taxa de lucro cai abaixo de um certo ponto. Nesse momento desencadeia-se a crise, que tem como característica fundamental a destruição do capital.

Mas esta queda da taxa de lucro não está aqui diretamente ligada à tendência a longo prazo para o aumento da composição do capital, e sim à superprodução, ou seja, à incapacidade dos capitalistas de realizar seu capital, de vender as mercadorias, realizar o lucro e manter a circulação do capital. Obviamente a superprodução deriva do fato de que, em determinado momento do processo de acumulação, devido ao desmesurado crescimento dos lucros, o capital e a produção (duas variáveis perfeitamente correlacionadas, podendo ser identificadas na medida em que situemos o capital, medido como fluxo, no processo de produção e reprodução) tornam-se excessivos em relação à capacidade de consumo, reduzindo, então, as perspectivas de lucro dos capitalistas e, em seguida, seus investimentos. Nas palavras de Marx:

²⁰ *Idem*, p. 292.

“Não se produzem meios de produção em excesso para empregar a parte da população apta para trabalhar... Entretanto, os meios de trabalho e os meios de subsistência periodicamente produzidos são demasiados para funcionarem, com determinada taxa de lucro, como meios de exploração dos trabalhadores. As mercadorias produzidas são demais para poderem realizar e reconverter em novo capital o valor nelas contido e a mais-valia aí incluída, nas condições de repartição e consumo estabelecidos pela produção capitalista, vale dizer, para efetuarem esse processo sem as constantes explorações que constantemente se repetem”²¹

No prazo do ciclo — curto prazo neste quadro de referência —, portanto, a queda da taxa de lucro, a superprodução e a crise estão diretamente relacionadas com as *condições de repartição*, ou seja, com a forma pela qual se distribui a renda entre lucros e salários, entre acumulação e consumo, no processo de acumulação. As crises, portanto, podem ser atribuídas à superprodução ou ao subconsumo. Mas é preciso ficar muito claro que o subconsumo não é uma tendência de longo prazo, como a tendência declinante da taxa de lucro, e sim uma tendência de curto prazo. Não faz sentido, portanto, transformar a teoria do subconsumo em uma teoria a longo prazo da derrocada do sistema capitalista, como pretendeu, por exemplo, Rosa de Luxemburgo.²² A teoria do subconsumo como teoria de longo prazo é inclusive ilógica, só podendo ser defendida a partir de um equívoco teórico como o cometido por Rosa de Luxemburgo, para a qual a reprodução ampliada do capital seria logicamente impossível sem a existência, fora do sistema capitalista, de um setor pré-capitalista que pudesse ser explorado. Já se encontra exaustivamente demonstrado, a partir dos trabalhos de Tugan Baranowsky (que, aliás, também equivocadamente, radicalizou a respeito), que a reprodução ampliada do capital não encontra nenhum obstáculo intrínseco ou lógico.²³ Por outro lado, não

²¹ *Idem*, p. 296.

²² Rosa de Luxemburgo, *A Acumulação do Capital*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970. Apêndice “Crítica dos críticos”, pp. 415-58.

²³ Tugan-Baranowsky, *op. cit.*

há nenhuma evidência de que a propensão de consumir tenda a diminuir a longo prazo. As verificações empíricas, ao contrário, indicam a estabilidade secular dessa taxa. A curto prazo, porém, a propensão a consumir apresenta uma tendência decrescente, que se corrige no processo da crise. Essa tendência decrescente da propensão a consumir no curto prazo é, naturalmente, uma das bases da teoria do subconsumo par explicar o ciclo econômico.

A partir dessa análise podemos introduzir uma cunha no equivocado debate travado entre os marxistas *neokeynesianos* ou *subconsumistas*, entre os quais salientam-se Kalecki, Steindl, Joan Robinson e, principalmente, Sweezy e Baran, e os marxistas *ortodoxos* ou *fundamentalistas*, entre os quais temos Mattick, Yaffe, Cogoy e Shaikh.

Os primeiros negam a tendência declinante da taxa de lucro, a partir do fato empírico de que a composição orgânica do capital deixou de apresentar tendência crescente neste século. Para Sweezy, em vista disso, “a lei da baixa tendencial da taxa de lucro já não é operacional”,²⁴ e pode ser descartada. Após citar uma das passagens em que Marx examina a tendência do desenvolvimento das forças produtivas e a base estreita em que se apoiavam as condições de consumo, conclui Sweezy que a teoria central a explicar o processo de acumulação capitalista estaria ligada à contradição aí presente. Nas palavras de Sweezy: “Esta contradição, e não a queda da taxa de lucro, está implícita, com efeito, no conceito de capital enquanto valor autovalorizante... Esta contradição entre as forças produtivas e a capacidade de consumo, entre o valor autovalorizante, desemboca, por sua vez, nas crises e na estagnação”.²⁵ Fica claro por estas citações que Sweezy, apoiado em uma análise empírica positivista, nega significado para a lei da tendência declinante da taxa de lucro e pretende substituí-la pela teoria da contradição entre forças produtivas e capacidade de consumo não apenas para explicar as crises cíclicas mas o próprio processo geral de acumulação. Com isto Sweezy elimina indevidamente uma parte central da

²⁴ Paul Sweezy, “Alguns problemas da teoria da acumulação de capital”, em Mário Cogoy e Paul M. Sweezy, *Teoria da Acumulação Capitalista*, Porto, Publicações Escorpião, 1977, p. 64.

²⁵ *Idem*, pp. 667.

teoria marxista da acumulação — que é a tendência declinante da taxa de lucro — e ao mesmo tempo confunde problemas de curto e de longo prazo. No curto prazo, para a explicação das crises, já vimos que a teoria da contradição entre o desenvolvimento acelerado das forças produtivas e a base estreita das condições de consumo é fundamental, mas não é por isto que se deva ou se possa rejeitar a teoria da tendência declinante da taxa de lucro, especialmente ao nível de uma análise de longo prazo, e secundariamente na análise do ciclo longo de Kondratieff.

Em contrapartida, para Cogoy toda a teoria da acumulação de Marx está subordinada à lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Cogoy é explícito a respeito: “a lei da baixa tendencial da taxa de lucro representa o núcleo da teoria marxiana da acumulação”.²⁶ Não teríamos qualquer objeção a esta afirmação se ela não conduzisse afinal o seu autor a radicalizar suas posições fazendo tudo girar em torno da lei, e assim acabar por uma “fetichização da lei da taxa tendencial da taxa de lucro”, conforme observou Sweezy.²⁷ De fato, a teoria da tendência declinante da taxa de lucro é central para o modelo de desenvolvimento a longo prazo, ou seja, o modelo de acumulação e reprodução ampliada de Marx. Quando desenvolvemos, na terceira parte deste livro, este modelo, estabelecendo as relações entre a taxa de lucro, o progresso técnico, a taxa de salários, a taxa de mais-valia, a composição orgânica do capital, e a taxa de acumulação, vimos que o elemento central e estratégico é sempre a taxa de lucro e sua tendência à queda, ainda que esta afinal não ocorra devido à ação das contratendências.

E não há dúvida que não são argumentos de ordem empírica que irão invalidar a lei já que ela só faz sentido quando analisada em conjunto com suas contratendências especialmente o progresso técnico poupador de capital, a tendência à oligopolização e a tendência à estatização. Neste ponto, entretanto, Sweezy revelou que não permaneceu imune à influência empiricista das ciências sociais norte-americanas. Como o capitalismo se mostrasse desde os anos qua-

²⁶ Mário Cogoy, “Queda da taxa de lucro e teoria da acumulação” em Cogoy e Sweezy, *op. cit.*, p. 76.

²⁷ Paul Sweezy, *op. cit.*, 53.

renta mais vigoroso do que nunca, Sweezy, em uma primeira fase, negou a tendência decrescente da taxa de lucro a partir da hipótese de que a taxa de mais-valia estaria crescendo pelo menos tão depressa quanto a composição orgânica do capital.²⁸ Em um segundo momento, depois da publicação do trabalho empírico de Joseph Gillman, *The falling rate of profit*,²⁹ Sweezy mudou o argumento e passou a negar operacionalidade à lei da tendência declinante da taxa de lucro a partir do fato de que a composição orgânica do capital, que até 1919 demonstrava uma tendência crescente nos Estados Unidos, a partir dessa data apresenta uma tendência declinante.³⁰ Embora Sweezy esteja mais correto em sua segunda posição, já que a crescente introdução de técnicas poupadoras de capital, combinada com o crescimento da taxa de salários, tende a estabilizar ou mesmo a fazer declinar a composição orgânica do capital, nem por isto faz sentido pôr de lado a lei. Esta é realmente central no modelo de acumulação capitalista. As contratendências são as estratégias que os capitalistas estão permanentemente pondo em ação para impedir que a lei produza efeitos. Estas estratégias, portanto, são conseqüências da lei. Através delas a teoria da tendência declinante está produzindo efeitos.

Mattick e Cogoy, entretanto, radicalizam sua posição e pretendem, a partir de uma pretendida fidelidade à teoria do valor e à lei da tendência declinante da taxa de lucro, explicar as crises econômicas exclusivamente a partir dessas variáveis, que se situam ao nível da esfera da produção. Ignoram a esfera da circulação e os problemas de realização aí situados, e só admitem a esfera da distribuição enquanto estão falando em termos geral da taxa de mais-valia.

As teorias de subconsumo, de acordo com este ponto de vista, seriam inaceitáveis inclusive (ou principalmente?) porque seriam *reformistas*. Na medida em que se aceite que as crises derivam do fato de que, na primeira fase da expansão, os lucros tendem a crescer a um ritmo mais rápido do que os salários, resultando daí um fenômeno de insuficiência

²⁸ Paul Sweezy, *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962, pp. 130-43 (1.ª ed. em inglês: 1942).

²⁹ Joseph M. Gillman, *The Falling Rate of Profit: Marx's Law and its Significance to Twentieth-Century Capitalism*, Nova Iorque, 1958.

de demanda de bens de consumo, a correção do problema passaria simplesmente por uma reforma do sistema, distribuindo-se melhor a renda. Através de uma adequada administração de salários e lucros, o sistema capitalista poderia, assim, auto-reproduzir-se, tornando-se evitável a crise final e a revolução. Ora, na medida que isto é inaceitável para um marxista ortodoxo ou fundamentalista, não lhe resta outra alternativa senão atacar sob todas as formas as teorias de subconsumo, ainda que a lógica da dinâmica capitalista e os dados empíricos disponíveis sustentem a validade de pelo menos uma parte dessas teorias.

Nessa linha ideológica de raciocínio a preocupação fundamental de Paul Mattick é a de negar qualquer importância ao mercado, à concorrência, ao consumo, à demanda agregada. Tudo isto é identificado como *keynesianismo*, *subconsumismo* ou *reformismo*. É claro que esses atributos aparecem como acusações, como pechas para desmoralizar o adversário. O marxismo ortodoxo, revolucionário, seria exclusividade dos que subordinam toda a teoria econômica à esfera de produção, onde se situam a teoria do valor e a tendência declinante da taxa de lucro.

A partir dessa plataforma ideológica, afirma Mattick: “Marx não se preocupa com as relações de oferta e procura no mercado, mas, sim, com os efeitos das forças sociais de produção sobre as relações sociais de produção, quer dizer, com os efeitos que a crescente produtividade do trabalho exerce sobre a produção do valor e da mais-valia”.³¹ Ora, ainda que Marx tenha dado maior ênfase, principalmente no Livro I de *O Capital*, aos problemas estruturais do capitalismo relativos à produção de valor e mais-valia, absolutamente não é verdade que ele não dê importância ao mercado. As citações anteriores do Livro III são muito claras. E o próprio Mattick, citando Marx, se contradiz algumas páginas adiante quando afirma, referindo-se a Marx: “Na sua concepção, todas as crises *reais* do capitalismo terão que ser explicadas a partir de

³⁰ Paul Sweezy, “Alguns problemas da teoria da acumulação do capital”, *op. cit.*, pp. 56-7. Publicado também em *Les Temps Modernes*, janeiro de 1974.

³¹ Paul Mattick, “Teoria do valor e acumulação de capital”, em Mário Cogoy e Paul Sweezy, *op. cit.*, pp. 99.

condições empiricamente dadas, a partir do movimento real da produção, da concorrência e do crédito capitalista”.³²

Nesse sentido, não é aceitável a afirmação radical de Cogoy de que o consumo deve ser ignorado na análise das crises: “O ponto de partida do processo de depressão não reside, para Marx, do lado do consumo, mas do lado da valorização do capital, o qual já não pode ter lugar em virtude da tendência declinante da taxa de lucro”³³ Ora já vimos que Marx foi explícito quanto à necessidade de considerar o consumo e os problemas de realização, em função de uma repartição desigual da renda, na análise das crises.

Na verdade, enquanto Sweezy cai no erro do empirismo para negar significado à tendência declinante da taxa de lucro e só dar importância à contradição entre o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a insuficiência de demanda, Cogoy e Mattick caem no erro oposto do dogmatismo e do raciocínio lógico-formal, segundo o qual tudo deriva de uma única causa: no caso a produção de valor e mais-valia.

Em contrapartida, se adotarmos um raciocínio dialético, como é próprio do pensamento marxista, abandonaremos a idéia de uma única causa. No exame específico do problema do desencadeamento das crises cíclicas, a lei da tendência declinante da taxa de lucro não pode ser ignorada; mas é óbvio também que, em se tratando de um problema essencialmente de curto prazo, o problema fundamental está na tendência à insuficiência de demanda em relação à oferta agregada e em particular na incapacidade de os salários e o consumo dos trabalhadores acompanharem os lucros e a acumulação dos capitalistas. Este fato estava claro para Marx, e foi a percepção e o explicitamento deste fato realizados por Keynes que o tornou o economista mais influente da primeira metade do século XX. A contribuição de Keynes é claramente limitada ao curto prazo. Os problemas estruturais de longo prazo, relacionados com a esfera da produção, não apresentaram progresso com Keynes. Sua contribuição na esfera da circulação, para a análise de curto prazo e, portanto, para a análise

³² *Idem*, p. 104. A citação de Marx é das *Teorias de Mais-valia*, ed. alemã, vol. I, p. 286.

³³ Mário Cogoy, “As teorias neo-marxistas, Marx e a acumulação de capital”, *op. cit.*, p. 19.

do ciclo, é entretanto decisiva. Como ele estava examinando os problemas de curto prazo, ele concentrou sua atenção na demanda agregada e, concomitantemente com Kalecki, abriu novos e decisivos campos para a teoria econômica.

Mas é claro que a análise se enriquece se também considerarmos a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva e, ainda que secundariamente, a lei da tendência declinante da taxa de lucro para compreendermos as crises. Nestes termos, as contradições se estabelecem não apenas ao nível de oferta e da demanda agregada, mas também, e entrelaçadamente, ao nível da distribuição da renda e da tendência à elevação da composição orgânica do capital. A insuficiência de demanda é a teoria específica, de curto prazo, para explicar as crises, que se completa com a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva e a elevação dos salários no auge do ciclo, mas a teoria de médio prazo do esgotamento das ondas de inovações e a teoria de longo prazo da tendência declinante da taxa de lucro também podem e devem ser dialeticamente consideradas especialmente para a análise do ciclo longo de Kondratieff e secundariamente para ciclo normal.

Essa posição pode ser acusada de ecleticismo, na medida em que aproveita as contribuições de mais de uma teoria para a explicação das flutuações econômicas. Ao invés de eclética esperamos que seja dialética, na medida que reconhece a profunda complexidade e o caráter contraditório do fenômeno em estudo. Para um fundamentalista como Anwar Shaikh, por exemplo, as teorias sobre a reprodução do capitalismo podem ser divididas em três grupos:

1) as teorias neoclássicas, inclusive a keynesiana, para as quais o capitalismo “poderia durar para sempre”;

2) as teorias de subconsumo, para as quais o capitalismo só sobreviveria com base em uma “demanda externa” ao próprio sistema; e

3) as teorias da “tendência declinante” e do “estrangulamento da taxa de lucro” devido à elevação dos salários no auge do ciclo.³⁴

Esse tipo de visão unitária, ou fundamentalista, não

³⁴ Anwar Shaikh, “An introduction to the history of crisis theory”, em Bruce Steinberg *et alii*, *op. cit.*, pp. 219-20.

apenas leva a uma identificação absurda entre neoclássicos e keynesianos e reduz as teorias do subconsumo à teoria de Rosa de Luxemburgo, mas também reduz afinal a *verdade* a uma única explicação. Ou mais precisamente, a duas no caso de Shaikh, porque ele aceita também a teoria do estrangulamento dos lucros devido ao esgotamento do exército industrial de reserva.

Naturalmente as teorias do ciclo para fazerem sentido deverão ser sempre *internas* ao sistema. Não há qualquer razão, entretanto, para considerar o subconsumo e a subreacumulação como um fenômeno externo ao capitalismo. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno intrínseco ao capitalismo, como é a tendência declinante da taxa de lucro e o estrangulamento dos lucros pela elevação dos salários.

4

Estamos agora em condições de desenvolver mais sistematicamente a análise de dinâmica dos ciclos, a partir fundamentalmente, das contribuições de Marx e de Keynes. A única contribuição neoclássica importante para a análise das flutuações industriais é a teoria das inovações de Schumpeter. Mas nesse campo Schumpeter não é um neoclássico ortodoxo. Por outro lado já vimos que sua teoria, da mesma forma que a teoria da tendência da taxa de lucro, é pertinente para explicar os ciclos longos, não os ciclos normais. De um modo geral os neoclássicos não têm uma teoria dos ciclos, na medida em que imaginam que o mercado é perfeitamente capaz de regular automaticamente a economia. Quando chegam perto de uma teoria do ciclo, como é o caso, por exemplo, de Hayeck, de Von Mises e de Lucas, o ciclo surge como a resultante de uma variável exógena que vem desequilibrar o sistema. Para Hayeck, por exemplo, são variações nas taxas de juros provocadas por mudanças no crédito que determinam os ciclos. Lucas, com uma argumentação mais sofisticada, compatível com a hipótese das expectativas racionais, enfatiza os movimentos nos preços dos produtos para também concluir que são choques monetários a causa central dos ciclos.³⁵

³⁵ Friedrich Hayeck, "Price expectations, monetary disturbances and maladjustments", em *Readings in Business Cycles Theory*, *op. cit.*, pp. 350-65; Ludwig

Fica difícil, entretanto, justificar um movimento cíclico razoavelmente regular a partir de uma variável que, por ser exógena ao sistema, pode acontecer ou deixar de acontecer.

Para que possamos compreender a dinâmica do ciclo e principalmente como ocorre a reversão cíclica, vamos agora desenvolver o que poderia ser chamado de “teoria dos três limites”. Veremos que o processo de expansão, que durará cinco ou seis anos,³⁶ irá encontrar seu limite recessivo:

1) na desproporção entre o crescimento do Departamento I e do Departamento II (versão de desproporção da teoria do subconsumo); ou

2) no crescimento insuficiente da demanda em relação ao aumento da oferta de bens de consumo em decorrência de um crescimento dos salários a uma taxa menor do que os lucros na primeira fase da expansão (teoria simples do subconsumo), e finalmente, caso nenhum dos dois limites anteriores seja suficiente;

3) na elevação dos salários reais acima do aumento da produtividade, devido ao esgotamento do exército industrial de reserva (teoria do estrangulamento dos lucros), no final da expansão. Deixarei de lado a teoria da tendência declinante da taxa de lucro e a teoria do esgotamento da onda de inovações porque já vimos que, embora possam influenciar o ciclo, são mais apropriadas para a análise da onda longa.

Um ciclo pode, para os fins desta análise, ser dividido em seis fases: 1) auge; 2) reversão cíclica; 3) desaceleração; 4) fundo da recessão; 5) primeira fase de expansão ou prosperidade; e 6) fase final da expansão. É preciso salientar que essas fases têm duração diversa em um ciclo, além de variarem de ciclo para ciclo. A reversão cíclica é um ponto; o fun-

von Mises, *Human Action*, Chicago, Contemporary Books, 1966 (1ª ed., 1949), pp. 571-86; e Robert Lucas, “Understanding the business cycle”, trabalho apresentado na Kiel Conference on Growth without Inflation, junho, 1976.

³⁶ Observe-se que após a Segunda Guerra Mundial a duração média dos ciclos diminuiu devido às políticas econômicas keynesianas de *stop and go*. Em toda a nossa análise do ciclo, entretanto, continuaremos, a título de simplificação, a não considerar a intervenção do Estado. Em qualquer hipótese, a afirmação de que os ciclos duram de 8 a 10 anos já é uma simplificação. Conforme observa Wesley Mitchell, que estudou profundamente a história dos ciclos, já em 1923, “os ciclos sucessivos variam não apenas em duração mas também em violência” (“Business cycles”, em *Readings in Business Cycles Theory*, *op. cit.*, p. 44).

do da recessão, a fase final de expansão e o auge são períodos breves; já a primeira fase da expansão e a desaceleração ou o declínio são fases mais longas.

Na primeira fase de expansão, a taxa de lucros e os lucros totais estão em forte crescimento. Em consequência, cresce a taxa de acumulação de capital e a massa de capital acumulado, o que significa ainda maiores lucros, já que estes, no curto prazo, dependem basicamente dos investimentos. Ao nível da oferta, a produção do Departamento II, produtor de bens de consumo, está crescendo rapidamente, mas a produção de bens de capital está crescendo muito mais depressa, dada a grande demanda de investimentos. O crescimento mais rápido do Departamento I na época da expansão é um fato já estabelecido na literatura econômica. É a contrapartida de um segundo fato também estabelecido, o de que o departamento produtor de bens de produção é o que apresenta maior retração quando se inicia a crise.

Os lucros e a produtividade na primeira fase da expansão estão crescendo de forma extremamente rápida. Este é um período de superlucros facilitados pela utilização da capacidade ociosa criada no fundo da crise. Keynes deixou esse fato muito claro em sua obra. Através do efeito multiplicador, ao aumentarem os investimentos planejados pelas empresas, a poupança (e os lucros) aumentarão correspondentemente até se igualarem aos novos níveis de investimentos. A primeira fase da expansão é o momento em que as empresas colocam capacidade ociosa em ação, antes de aumentarem sua demanda por bens de capital. Em consequência, temos redução do nível de estoques, aumento das margens de lucro e dos preços e, principalmente, aumento do lucro total. O aumento do lucro total é ainda maior do que o dos preços porque as margens mais elevadas devem ser multiplicadas por níveis de produção maiores. E a taxa de lucro cresce ainda mais rápido, já que o estoque de capital nesse período não tem tempo de ser ampliado significativamente.

Os salários também estão crescendo na primeira fase da prosperidade, embora mais lentamente do que os lucros. Não há nenhuma contradição entre o fato de lucros e salários estarem crescendo ao mesmo tempo. Embora a soma de ambos seja igual à produção total, como a produção e a produtividade estão crescendo rapidamente, é natural que o total de

lucros e o total de salários estejam também crescendo conjuntamente, ainda que os lucros estejam crescendo mais depressa. O atraso do crescimento dos salários em relação dos lucros decorre da existência de um exército industrial de reserva. A massa de desempregados exerce uma pressão para baixo na taxa de salários, impedindo que ela cresça de forma explosiva. A taxa de salários obviamente cresce, porque o efeito amortecedor do exército industrial de reserva é limitado — e será tanto mais limitado quanto melhor organizado em sindicatos forem os trabalhadores —, mas esse crescimento tende, até que se alcance um nível de pleno emprego, a ser menor do que o crescimento dos lucros. O pleno emprego, que não é um ponto precisamente determinado mas uma faixa na qual os salários sobem fortemente e a produção ainda tem condições de crescer graças a horas extras e intensificação do trabalho, constituir-se-á no último limite para a fase ascensional do ciclo.

Na verdade, a partir dos elementos que acabamos de discutir, podemos distinguir três limites sucessivos para a fase de prosperidade:

- a) o desequilíbrio entre a produção de bens de capital e a produção de bens de consumo;
- b) a tendência do consumo crescer mais lentamente do que a produção; e
- c) a elevação dos salários decorrente de se alcançar o pleno emprego.

No primeiro e no segundo caso há uma crise de realização, que resulta na queda da taxa de lucro e na redução dos investimentos. No terceiro caso ocorre uma redução direta na taxa de lucro e subsequente queda na taxa de acumulação. Mas este último caso geralmente ocorrerá em conjugação com o primeiro e o segundo.

A desproporção, ou desequilíbrio, entre a produção de bens de capital e a produção de bens de consumo foi particularmente salientada por Harrod, em um livro publicado imediatamente após a *Teoria geral* de Keynes.³⁷ O raciocínio é simples e forte. Quando se inicia a recuperação da economia, depois da crise, a produção de bens de consumo e de bens de

³⁷ Roy F. Harrod, *The Trade Cycle*, Reprints of Economics Classic, Augustus M. Kelley, 1961, Nova Iorque, (1ª ed., 1936), pp. 53-65.

capital passam a crescer, mas a última crescerá mais rapidamente porque a demanda por investimento cresce mais rapidamente que a demanda por consumo. A demanda por investimento é maior porque, na crise, os investimentos haviam se reduzido fortemente, limitando-se as empresas a substituir os bens de capital desgastados. Agora, na primeira fase da expansão, as empresas produtoras de bens de consumo aumentam seus pedidos de capital e a produção destes passa a crescer rapidamente a fim de compensar o período de paralização. Enquanto isso a indústria de bens de consumo continua a crescer, mas a uma taxa menor. Estabelece-se, então uma desproporção entre a produção de bens de consumo e a produção de bens de capital e portanto uma superprodução de bens de capital que não pode durar muito tempo a não ser que houvesse uma improvável redução da relação produto-capital. Supondo-se esta relação estável no curto prazo, em breve teremos superprodução na indústria de bens de capital. Nesse momento, esta indústria, depois de um período de estocagem, paralizará radicalmente sua produção. O multiplicador, que até aquele instante vinha estimulando a economia, fazendo com que investimentos maiores levassem a uma produção maior de forma a equalizar os lucros ou a poupança com os investimentos planejados, agora passa a desempenhar o papel inverso. Na medida em que a indústria de bens de capital reduz a produção e paralisa seus investimentos o processo repercute em toda a economia.

Neste primeiro limite o estreitamento relativo do mercado de bens de consumo é o elemento básico de reversão cíclica, mas seu elemento desencadeador é o crescimento excessivo do Departamento I. É claro, entretanto, que o argumento reforçar-se-á grandemente se a desproporção entre a produção de bens de capital e a produção de bens de consumo ocorra mais ou menos ao mesmo tempo em que a insuficiência de demanda de bens de consumo tenha lugar (segundo limite). Isto tenderá a ocorrer, em primeiro lugar, porque não apenas a produção de bens de capital está caminhando mais depressa do que a produção de bens de consumo na primeira fase de expansão, mas concomitantemente porque os lucros estão crescendo mais depressa do que os salários. Se os investimentos, inclusive na indústria de bens de consumo, estão crescendo mais depressa do que os salários, depois de um

período em que os consumidores satisfazem sua demanda represada durante a crise, ocorrerá um processo de superprodução também na indústria de bens de consumo. Se o consumo é função do salário e se os investimentos na indústria de bens de consumo dependem dos lucros, dado que os lucros crescem mais rapidamente que os salários nesta fase, é óbvio que teremos uma crise de realização derivada agora de um temporário subconsumo. Se no primeiro caso aumentaram os estoques de bens de capital, neste ocorre um aumento nos estoques de bens de consumo. Em ambos os casos cai a taxa de lucro prevista. Paralisam-se os investimentos. Desencadeia-se a crise.

Até agora estávamos supondo muito simplificada que os trabalhadores consomem a partir de seus salários e os capitalistas investem a partir de seus lucros. Se agora acrescentarmos que também os capitalistas e os tecnoburocratas consomem bens de luxo a situação geral não se altera. Na verdade a teoria do subconsumo é reforçada. De fato, enquanto que a propensão marginal a consumir dos trabalhadores pode ser considerada perto de um, a propensão marginal a poupar de capitalistas e de tecnoburocratas é claramente inferior a um no prazo do ciclo. Em consequência, também por este fato haverá uma tendência à insuficiência de demanda de bens de consumo. É esse fato que leva os economistas keynesianos, que geralmente não distinguem capitalistas de trabalhadores, nem levam em conta a classe média tecnoburocrática na discussão da função consumo, a considerar a propensão marginal a consumir declinante.

Deve-se aqui acrescentar um outro fato — neste caso um fato historicamente novo — que torna a produção de bens de consumo particularmente estratégica no século XX. No século passado, quando a maioria das teorias sobre o ciclo foram originalmente formuladas, a produção de bens de consumo de luxo inclusive bens de consumo durável era quase toda artesanal. Carruagens, artigos de ouriversaria, móveis, confecções finas, alimentos sofisticados — eram todos produtos produzidos fora das condições específicas do modo capitalista de produção. A produção de bens de consumo em bases industriais era fundamentalmente de bens de salário. Em consequência, as flutuações que podiam haver na demanda para estes bens de consumo era relativamente pequena. Na medida

em que eram bens essenciais para a reprodução da força de trabalho podiam sofrer flutuações muito reduzidas no transcorrer do ciclo. Enquanto isso os bens de capital podiam sofrer grandes flutuações transformando-se no grande fator estratégico do ciclo econômico no século XIX. A produção de bens de consumo durável, embora também sujeita a fortes flutuações, não era significativa para o ciclo na medida em que estava fora do sistema capitalista de produção e circulação.

A partir do século XX, porém, um fato novo, para o qual é preciso chamar a atenção, muda este quadro. Com a produção em massa, na linha de montagem, de automóveis, rádios, refrigeradores, aparelhos de ar condicionado, televisores, aparelhos de alta fidelidade, artigos de esporte, móveis, artigos de uso pessoal e do lar dos mais variados tipos, a produção de bens de consumo durável passa a ser realizada em termos capitalistas, por grandes empresas industriais. Muitos desses artigos deixam de ser bens de luxo, na medida em que sua produção se massifica. Os bens duráveis de consumo, entretanto, da mesma forma que os bens de luxo, podem ter seu consumo adiado facilmente. As flutuações na demanda e na produção de bens de consumo tornam-se assim muito mais importantes. Agora o desencadeamento de uma crise pode resultar tanto de uma redução inicial dos investimentos como de consumo. E a segunda alternativa é cada vez mais provável na medida em que as empresas tendem a produzir até o limite da demanda, ou seja, até o momento em que podem realizar os lucros no mercado. Já os consumidores de mais baixa renda — os assalariados — consumirão na medida de seus salários, que não sobem no mesmo ritmo dos lucros na fase de prosperidade (só na fase final da expansão essa situação poderá inverter-se). E os tecnoburocratas e capitalistas, que recebem ordenados e lucros, tenderão a apresentar uma propensão marginal a consumir inferior a um na fase de prosperidade.

Quando a crise origina-se de uma queda dos investimentos é sinal de que ocorreu uma superprodução de bens de capital em relação à demanda de investimento, que não cresceu tão rapidamente porque o consumo e a produção de bens de consumo não acompanhou a produção de bens de capital; quando originar-se de uma queda no consumo de bens durá-

veis, isto significa que tivemos inicialmente superprodução na indústria de bens de consumo. Mas em ambos os casos, em seguida à superprodução terá início a crise destinada a destruir o capital excedente acumulado em estoques.³⁸

A crise pode desencadear-se, portanto, seja devido à superprodução de bens de capital (crise de desproporção), seja de bens de consumo (ainda que as necessidades dos consumidores estejam muito longe de terem sido satisfeitas). Muito provavelmente o início da crise poderá ocorrer através do funcionamento mais ou menos concomitante dos dois mecanismos, já que o processo de desencadeamento da crise não é um momento único e preciso no tempo, mas um período em que muitos fenômenos estão ocorrendo ao mesmo tempo. Na medida em que os dois mecanismos acima descritos tendem a originar-se de um único processo econômico global — a desproporção e o subconsumo gerando superprodução —, é perfeitamente razoável imaginar que poderão ocorrer mais ou menos concomitantemente.

Entretanto, se a crise não se desencadear por nenhum desses motivos, haverá um terceiro limite: o pleno emprego. No momento em que a economia começa a entrar na faixa de pleno emprego, na fase final de expansão, esgota-se o exército industrial de reserva e os salários começam a crescer acima do aumento da produtividade, provocando o estrangulamento dos lucros e a redução dos investimentos. Se imaginarmos o fato perfeitamente provável que esse fenômeno tenda a ocorrer mais ou menos ao mesmo tempo que a crise de subconsumo, a reversão cíclica desencadear-se-á ainda mais fortemente. E se o mecanismo do subconsumo não lograr provocar a reversão cíclica, o esgotamento do exército industrial de reserva e o conseqüente estrangulamento dos lucros encarregar-se-ão de produzir esse resultado.

Em relação a este último caso podemos inclusive supor uma pequena variação: se já teve início um processo de superprodução de bens de capital e/ou de bens de consumo, a taxa

³⁸ É simplifcativo observar que nos Estados Unidos, onde já vem sendo feito regularmente a contabilidade do patrimônio líquido das famílias, esse orçamento totalizava, no último trimestre de 1982, 10.241 bilhões de dólares. As variações nesse valor afetam diretamente o consumo (cf. "The significance of rising consumer net worth", em *The Morgan Guaranty Survey*, 1983, pp. 1-4).

de salários poderá crescer ainda por algum tempo por uma espécie de efeito de inércia, enquanto a taxa de lucro já está caindo. Isto poderá ocorrer porque certos bens de capital já foram encomendados anteriormente, não se podendo reduzir o emprego de uma hora para outra. Neste caso haverá a perfeita sincronia entre os dois primeiros limites da expansão, relacionados com a teoria do subconsumo; e o terceiro limite provocado pelo esgotamento do exército industrial de reserva.

Esta elevação dos salários um momento antes do ciclo atingir o seu pico foi comprovada empiricamente. Nos movimentos cíclicos ocorridos no pós-guerra nos Estados Unidos verificou-se, consistentemente, que a taxa de salários crescia e os lucros caíam no estágio imediatamente anterior ao auge do ciclo econômico. Para que isso aconteça, entretanto, não é necessário que se atinja o pleno emprego. Inclusive porque o conceito de pleno emprego é necessariamente impreciso. O que temos é uma faixa de pleno emprego, na qual há ainda trabalhadores desempregados mas estes já estão se tornando escassos. Nesta faixa, entretanto, o poder de barganha dos trabalhadores aumenta, sua capacidade não só de organizar greves e reivindicar melhores salários, mas também de reduzir o ritmo de trabalho aumenta muito. Em outras palavras, a luta de classes se acirra, provocando o aumento da taxa de salários, a redução da taxa de lucros e, um momento após, o início da crise. A luta de classes torna-se assim um fator explicativo fundamental na análise do ciclo econômico.³⁹

Antes de encerrar esta análise do ciclo, uma palavra sobre a taxa de juros. Ela tende a crescer na fase de prosperidade e a cair na de depressão, sinalizando a rentabilidade do capital durante o ciclo econômico. Em conseqüência, se ela

³⁹ Afirmando Robert Boddy e James Crotty, baseados em dados conclusivos levantados por eles e outros autores citados em seu artigo: "Através de todo o período do pós-Segunda Guerra Mundial, o período pós-keynesiano, a participação dos lucros na renda e mesmo o volume absoluto de lucros caíram na última parte de cada expansão. Correspondentemente, os salários e a participação dos salários cresceram. Nós vemos a erosão dos lucros como resultado bem sucedido da luta de classes desenvolvida pelos trabalhadores contra o capital — luta que é limitada e afinal contornada pelo afrouxamento da demanda agregada e pelo aumento do desemprego provocados pelos capitalistas com o acordo e o apoio do Estado" (*op. cit.*).

tivesse uma relação inversa com os investimentos, ela tenderia a ter um efeito estabilizador sobre o ciclo. Entretanto sabemos que os investimentos são pouco sensíveis à taxa de juros. Na prosperidade sobem os juros mas também subiram os lucros, de forma que permanece para as empresas uma confortável distância entre a taxa de lucro e taxa de juros garantindo a continuidade de seus investimentos. Na recessão caem lucros e juros, mas aceitando-se a clássica análise de Keynes, a armadilha da liquidez impede que os juros continuem a cair, de forma que também neste caso a taxa de juros tem pouco efeito amortecedor sobre a crise.⁴⁰

Quem terá um papel amortecedor decisivo sobre a crise, embora sem conseguir debelá-la completamente, será o Estado, depois que Keynes propôs as medidas de política econômica anticíclica. O Estado não consegue, todavia, estabilizar a economia, eliminando suas flutuações. E no processo de estabilização acaba sendo ele próprio um fator desencadeador das crises. Conforme Kalecki⁴¹ demonstrou claramente, no momento em que a prosperidade ameaça os capitalistas com uma elevação descontrolada dos salários e do aumento da taxa de inflação, o Estado é chamado a intervir. Sua intervenção é realizada em nome do combate à inflação. Em parte esta motivação é real. Mas a causa fundamental da intervenção do Estado está na sua preocupação, enquanto este representa principalmente a classe dominante capitalista, em não deixar que os salários cresçam excessivamente. Nestas ocasiões os capitalistas dos países industrializados preferem uma redução temporária de seus lucros devido à recessão provocada por redução no dispêndio público e por uma política de contenção, do que uma redução — que poderá ser mais a longo prazo — de seus lucros provocada pela elevação da taxa de salários.⁴²

⁴⁰ A baixa sensibilidade dos investimentos à taxa de juros tem sido verificada em inúmeros estudos empíricos. Para uma ampla bibliografia sobre o assunto consultar Dale Jorgenson, "Econometric studies of investment behavior: a survey", em *Journal of Economic Literature*, vol. 9, n.º 4, dezembro 1971.

⁴¹ Michal Kalecki, "Political aspects of full employment", (1942), em *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971. Cabe observar que o trabalho anteriormente citado de Boddy e Crotty está explicitamente baseado nesta contribuição fundamental de Kalecki.

⁴² É interessante observar que nos países subdesenvolvidos, que não estão em discussão na presente análise, a capacidade do Estado levar adiante uma política

5

A análise até aqui realizada sobre o ciclo econômico em nenhum momento deu ênfase ao aumento da quantidade de moeda e de crédito ou, então, à inflação como causa da reversão cíclica. Como também não confundimos a crise econômica que se desencadeia após a reversão cíclica, com a crise financeira, ou seja, com a sucessão de falências bancárias, que eram muito comuns antes da criação dos bancos centrais.

A tentativa de relacionar a reversão cíclica com a expansão da moeda-crédito é encontrada na literatura neoclássica. O aumento do crédito bancário e da quantidade de moeda são vistos como elementos exógenos ao sistema econômico, fruto do desejo de lucro dos bancos ou da incapacidade de o Estado controlar suas despesas. Em consequência, sobrevém a inflação de demanda, que se acentua quando a economia se aproxima do auge cíclico. Por outro lado, a taxa de juros aumenta, estrangulando os lucros. Neste momento intervém o Estado para restabelecer o equilíbrio da economia, reduzindo suas despesas, controlando o crédito e a oferta de moeda. Processa-se, então, a reversão cíclica agravada pela elevação da taxa de juros.

Não examinamos esse tipo de análise, que se encontra, como dissemos, nas obras de Hayeck,⁴³ Schumpeter⁴⁴ ou Von Mises⁴⁵ e Lucas,⁴⁶ porque neste trabalho não estamos interessados na crítica ao pensamento neoclássico. Nossa análise situa-se na confluência do marxismo com o keynesianismo e procura limitar-se a esse campo de análise. Não obstante, parece importante uma referência a essas teorias monetárias do ciclo, porque elas gozam de uma aparência de realidade

monetária e fiscal antiinflacionária é muito mais reduzida porque, dada a existência de excedentes de mão-de-obra na forma de desemprego disfarçado, os salários não tendem a crescer fortemente no período de prosperidade. Não havendo esta ameaça sobre seus lucros os capitalistas não aceitam também a política recessiva e imediatamente começam a pressionar o Governo no sentido de que este abandone a política recessiva. Esta só não é abandonada se houver pressão muito forte dos credores internacionais, em caso de uma situação de desequilíbrio externo.

⁴³ *op. cit.*, p. 360.

⁴⁴ "La explicacion de los ciclos economicos", *op. cit.*, p. 39-41.

⁴⁵ Ludwig von Mises, *op. cit.*

⁴⁶ Robert Lucas, *op. cit.*

que, conforme Marx muitas vezes acentuou, é o campo predileto dos economistas conservadores.

Relacionar a reversão cíclica com o aumento do linheiro-crédito não faz sentido porque a própria expansão monetária ou a inflação que deverá acompanhá-la não podem ser causa de reversão cíclica, na medida em que não pressionam a taxa de lucro. Só a elevação da taxa de juros poderia ter esse efeito, mas, na verdade, na expansão, embora a taxa de juros cresça, não há nenhuma razão para que cresça mais do que a taxa de lucro. Portanto não poderá ser a causa do estrangulamento dos lucros na fase final da expansão.

Por outro lado a intervenção do Estado para restringir suas despesas e a quantidade de moeda só ocorre quando, na fase final da expansão a elevação dos salários já está estrangulando os lucros. Para evitar não apenas a desorganização do mercado provocada pela inflação mas também a redução dos lucros mais prolongada e mais perigosa — porque decorrente da luta de classes — é que o Estado intervém com política econômica recessionista.

Antes disso, porém, o aumento das despesas do Estado e o afrouxamento dos controles da oferta monetária, ocorridos principalmente na fase final da expansão, haviam sido uma forma através da qual o Estado havia procurado dar uma sobrevida à expansão cíclica, evitando o subconsumo e a sobreacumulação. As políticas macroeconômicas keynesianas, quando utilizadas com muito vigor, são inflacionárias exatamente na medida em que buscam essa sobrevida à expansão cíclica. No Brasil, por exemplo, quando a dinâmica cíclica tornou-se endógena, na medida em que o país havia montado um amplo complexo industrial, esse fenômeno foi muito claro. Tanto na reversão cíclica de 1962 quanto na de 1974 houve um processo de intervenção do Estado que, inflacionariamente, postergou o momento de chegar ao fundo da recessão. Mas em seguida o Estado é obrigado a inverter o sinal de sua política econômica, passa para uma política recessiva de estabilização, e ficamos com a aparência de que foi o Estado que provocou a reversão cíclica.

Quando se desencadeia a crise no plano real da economia, ela pode ter como consequência uma crise financeira, ou seja, uma sucessão de falência bancárias. Esse tipo de crise tornou-se menos freqüente e menos grave depois da criação

dos bancos centrais, que são capazes de controlar parcialmente a liquidez do sistema econômico. Agora, no plano mundial, há novamente essa ameaça devido ao processo de endividamento em escala internacional, que escapou ao controle dos bancos centrais. O importante a assinalar, entretanto, é que a crise financeira não deve ser confundida com a crise real, muito menos ser considerada sua causa. A crise financeira é uma consequência da crise econômica. Depois que as empresas produtivas começam a ir à falência, devido à paralisação dos investimentos e à retração do consumo, depois que o processo de queima de capital ocorre no plano real, é que, no plano financeiro, pode desencadear-se a crise e o pânico.

Os economistas marxistas têm em geral uma noção razoavelmente clara desse fato. Degladiam-se entre as teorias do subconsumo, da tendência declinante da taxa de lucro e do esgotamento do exército industrial de reserva, mas não confundem crise real com crise financeira. Desse perigo, entretanto, não escapa inteiramente Michel Aglietta, que desenvolveu recentemente uma teoria original sobre o novo caráter histórico da moeda bancária nacional como uma das instituições reguladoras do sistema econômico. No capitalismo deste século o trabalho assalariado tornou-se absolutamente generalizado, e a moeda bancária nacional, com curso forçado garantido pelo Estado, assume o papel fundamental de permitir o pagamento dos salários e, dessa forma, assegurar a reprodução da mão-de-obra. Resulta daí, dessa ligação da moeda com o trabalho assalariado e a produção de mercadorias em que está consubstanciado trabalho abstrato, o poder de compra de moeda bancária nacional.

Talvez, entretanto, impressionado com sua própria teoria sobre a moeda, Aglietta em seguida dá uma ênfase excessiva às crises financeiras. E, embora em alguns momentos tente distinguir as crises financeiras das crises reais, acaba muitas vezes confundindo-as.⁴⁷ Ora, é essencial não fazer essa confusão. Na medida em que, de fato, a moeda é uma instituição reguladora da economia capitalista da mais alta importância, os desequilíbrios monetários, de fato, não são neutros

⁴⁷ Michel Aglietta, *Regulation et Crises du Capitalisme*, Paris, Calman-Levy, 1982 (1ª ed., 1976), pp. 286, 301, 321.

em relação ao desequilíbrio real. A tentativa dos economistas neoclássicos de separar artificialmente a plano real e o plano monetário foi uma das bases da crítica de Keynes. Não há dúvida, portanto, que a inflação e as crises financeiras podem, através de um processo interativo, agravar as crises de realização e sobreacumulação. É preciso, entretanto, nessa relação dialética, ter claro qual é o vetor, ou seja, quais as causas básicas da crise. E estas, certamente, não se encontram no plano monetário. O entesouramento que acompanha as crises de realização, por exemplo, é um fenômeno monetário, mas, da mesma forma que as subseqüentes crises financeiras, é um resultado da crise ocorrida no plano da produção de mercadorias. A existência de uma economia monetária e a possibilidade de entesouramento de moeda são uma condição para que ocorra a reversão cíclica, mas não são a causa da crise.

6

Vimos, assim, o mecanismo do ciclo econômico, que é um fenômeno basicamente de curto prazo, enquanto que os ciclos longos de Kondratieff são flutuações de médio prazo e as etapas de desenvolvimento são processos de longo prazo. O ciclo econômico depende fundamentalmente do equilíbrio entre a oferta e a procura agregadas e da luta de classes na fase final da expansão, enquanto que os ciclos longos são explicados basicamente pelas ondas schumpeterianas de inovação, e as etapas de desenvolvimento pela tendência declinante da taxa de lucro e pela natureza das relações de produção. Estes processos, entretanto, não são estanques. Pelo contrário, cruzam-se dialeticamente. Um ciclo longo geralmente abarca cinco ou seis ciclos, e uma etapa de desenvolvimento em princípio pode ser definida abrangendo mais de um ciclo longo, embora aqui seja necessário fazer uma ressalva. Enquanto os ciclos normais longos são dois tipos de flutuação industrial, as etapas de desenvolvimento não correspondem necessariamente a flutuações, ainda que possam coincidir com as mesmas. Uma etapa de desenvolvimento ou uma tendência secular é definida pelas tendências a longo prazo da taxa de lucro, da composição orgânica do capital, da taxa de mais-valia, do tipo de progresso técnico ou desenvolvimento

das forças produtivas e pelas modificações sociais e políticas que acompanham as transformações econômicas. As etapas seculares, portanto, inserem-se e se confundem com o processo histórico global de maneira mais completa do que os ciclos longos. O fim de um ciclo de Kondratieff é necessariamente marcado por uma crise cíclica. Já o fim de uma etapa de desenvolvimento, embora também possa ser marcado pelo esgotamento de uma onda de inovações e, conseqüentemente, por uma crise cíclica, será definido por mudanças nas tendências econômicas seculares e por transformações na base social, que repercutem em modificações políticas significativas.

Neste capítulo procuramos apresentar uma análise múltipla do ciclo econômico, na qual as diversas teorias aparentemente alternativas que encontramos em Marx sobre o processo de reversão cíclica foram integradas. Sem dúvida, uma ênfase maior foi dada à teoria do subconsumo ou, mais amplamente, de insuficiência de demanda. A teoria da desproporção não foi vista como uma alternativa mas como um caso particular de subconsumo. E a teoria do esgotamento de exército industrial de reserva foi utilizada para explicar a reversão em termos de um último limite para a expansão, caso o subconsumo deixe de desencadear a reversão cíclica. A teoria da tendência declinante da taxa de lucro foi entendida como um fenômeno de longo prazo, como um permanente estímulo ao funcionamento das contratendências. No curto prazo, ou seja, durante um ciclo, sem dúvida, tende a ocorrer uma elevação da composição orgânica do capital, na medida em que, na expansão, o Departamento I tende a crescer mais rapidamente que o Departamento II. Este fato, entretanto, é compensado pela elevação do comitente dos lucros a uma taxa maior que a dos salários, e forma que ocorre um aumento da taxa de mais-valia. Nesses termos, a elevação da composição orgânica do capital na fase de expansão não implica em redução da taxa de lucro. Esta irá declinar, em termos de expectativas, principalmente porque os salários crescem sempre mais lentamente do que os lucros na primeira fase da expansão.

Em conclusão, a crise é sempre um fenômeno de superprodução de mercadorias, desencadeada quando as empresas percebem que a demanda efetiva é ou será insuficiente para dar vazão à sua produção. Esse processo pode ser postergado

por algum tempo, através da produção de bens de capital que produzem bens de capital, mas afinal a produção de bens de consumo acaba por ser excessiva, as expectativas de lucro caem, reduzem os investimentos e ocorre a reversão cíclica. Conforme observa Mandel, a venda insuficiente pode começar no setor de bens de produção ou no de bens de consumo, mas “empiricamente se pode comprovar que começa mais freqüentemente no segundo (bens de consumo)”.⁴⁸

É essencial, entretanto, compreender que com isto não estamos pretendendo afirmar que a crise ocorra apenas na esfera da realização. Ela está, em primeiro lugar, situada na esfera da produção, na medida em que, de um lado, o processo de reprodução ampliada do capital é intrinsecamente instável já que o mercado é incapaz de controlá-lo automaticamente e, de outro, na medida em que a tendência à elevação da composição orgânica do capital, ainda que não se efetive, coloca o sistema de produção capitalista sob constante ameaça. É preciso entender que o processo de reprodução do capital não se esgota, em absoluto, na esfera da produção e dos processos tecnológicos e sociais a ela inerentes. A esfera da realização ou da utilização de bens, ou seja, a esfera da demanda agregada é parte integrante desse processo, e está na estrita dependência do sistema de distribuição de renda. Tentar compreender, portanto, a reprodução ampliada do capital, o processo de acumulação capitalista e seus movimentos cíclicos sem levar em conta salários e lucros (distribuição) e consumo e investimento (realização) é perder a visão do processo econômico total.

⁴⁸ Ernest Mandel, *La Crisis 1974-1980*, México, Ediciones Era, 1980, p. 232.

Acumulação e ciclo no capitalismo tecnoburocrático

Na primeira e na segunda parte deste livro examinamos o problema da acumulação capitalista e da distribuição entre lucros e salários a partir de uma perspectiva de longo prazo. No capítulo anterior descemos o grau de abstração para o nível do ciclo econômico e dos ciclos longos, mas ainda permanecemos em um nível técnico ou de abstração relativamente elevado. Em toda a análise, entretanto, a preocupação fundamental foi de não perder a perspectiva histórica, foi a de não desligarmos a teoria da prática de acumulação capitalista, já que o quadro de referência era sempre o modo de produção capitalista.

Neste capítulo final o objetivo é descer ainda um pouco mais o grau de abstração, e tentar compreender o que mudou na dinâmica de longo prazo e na dinâmica cíclica do capitalismo na segunda metade do século XX.

As variáveis que continuam a nos interessar são os parâmetros fundamentais da acumulação e da distribuição capitalista: a taxa de aumento da produtividade e de crescimento do produto, a taxa de lucro e de salários, a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital, e a taxa de acumulação. Mas, nos quadros do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático — denominação que damos à formação social mista, ainda basicamente capitalista mas crescentemente oligopolista e estatal, que se tornou dominante nesta segunda metade

do século XX — é preciso considerar algumas outras variáveis. De um lado, ainda entre as variáveis estruturais, será preciso agora considerar, além da taxa de salários, a taxa de ordenados da classe média tecnoburocrática.

Por outro lado, dado o enorme aumento da intervenção do Estado na produção e na regulação micro e macroeconômica, torna-se necessário examinar os problemas keynesianos relativos ao desequilíbrio entre a oferta e a procura agregadas, e, em consequência, os problemas de desemprego, da inflação e do desequilíbrio externo. Na primeira e segunda parte deste livro pressupúnhamos uma economia de pleno emprego controlada pelo mercado. Este pressuposto foi explicitamente abandonado quando examinamos os ciclos. Agora é necessário tentar compreender a dinâmica capitalista dos nossos dias em que além do mercado, o Estado, através da política econômica, torna-se agente ao mesmo tempo equilibrador e desequilibrador do sistema.

Dividiremos este capítulo em seis seções. Na primeira examinaremos sumariamente os fatos históricos novos que vieram definir, na segunda metade do século XX, o Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático ou de Estado. Na segunda seção estudaremos as alterações ocorridas nos ciclos em função desses fatos novos. Na terceira e na quarta seção discutiremos a influência das mudanças tecnológicas e institucionais que marcaram a emergência do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático sobre os ciclos longos e sobre os ciclos econômicos normais. Na quinta seção analisaremos o fenômeno do enfraquecimento e da inversão de sinais ocorridos nos mecanismos automáticos de mercado com vistas à regulação da economia. Na sexta seção examinaremos sumariamente a crise financeira profunda em que foram entrando as economias capitalistas em função da inversão dos sinais de alguns dos mecanismos automáticos de mercado mais importante. Terminaremos esse capítulo e o livro com uma breve menção ao debate entre economistas conservadores e economistas progressistas sobre as causas da crise e, sobre o papel da intervenção do Estado, fazendo uma referência aos limites impostos às políticas pela lei do valor e pelas leis da dinâmica cíclica e de longo prazo de acumulação capitalista, as quais, conjuntamente com as leis da distribuição capitalista entre lucros e salários, foram o objeto principal deste livro.

1

Em termos de acumulação capitalista de longo prazo, as modificações estruturais básicas estão relacionadas com os fatos históricos novos que surgiram na segunda metade do século XX, e deram origem a uma formação social mista, que podemos chamar de Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, na qual o modo capitalista de produção é ainda dominante mas existem fortes traços do modo tecnoburocrático ou estatal de produção.

Podemos destacar seis fatos históricos novos:

1) um forte crescimento da intervenção do Estado no plano econômico;

2) um crescimento das grandes empresas privadas nacionais e multinacionais e a conseqüente oligopolização e cartelização de diversos mercados;

3) o crescimento do poder dos sindicatos não apenas de operários mas também de funcionários pertencentes à baixa tecnoburocracia;

4) o surgimento de uma nova classe, ao lado da classe capitalista, ou burguesia, e da classe trabalhadora, ou proletariado, que propomos chamar de tecnoburocracia ou classe média tecnoburocrática;

5) a aceleração vertiginosa do progresso técnico, agora com ênfase muito menor em mecanização, ou seja, em mera substituição de mão-de-obra por máquinas e muito mais na substituição de máquinas mais caras ou menos eficiente por máquinas mais baratas ou mais produtivas; e

6) enorme crescimento da produção de bens de consumo duráveis.

As conseqüências desses fatos históricos novos sobre o processo de acumulação de longo prazo do sistema capitalista são contraditórias, embora se possa imaginar que, em média, e apesar das crises, tenderam a acelerar o processo de acumulação, não obstante um certo prejuízo para a taxa de lucro.

O aumento da intervenção do Estado serviu, de um modo geral, para acelerar o processo de acumulação, seja porque o Estado assume as atividades menos rentáveis e dessa forma subsidia o setor privado, seja porque realiza despesas

sociais que barateiam o custo da mão-de-obra para o setor privado, seja, finalmente, porque a atividade reguladora do Estado, ao corrigir certas distorções do mercado, permitiram uma utilização macroeconômica e alocação de recursos mais eficientes.

Em relação a este último problema, entretanto, a discussão entre economistas conservadores e progressistas será eterna. Os conservadores afirmarão sempre que a intervenção reguladora do Estado é ineficiente, provocando mais distorções do que compoem as existentes. E afirmarão ainda que as empresas estatais são intrinsecamente menos eficientes do que as privadas. Nesse caso, a intervenção do Estado só se justificaria do ponto de vista de distribuição de renda, já que na esfera de produção traria mais prejuízos do que benefícios. E mesmo na esfera da distribuição, para os conservadores mais extremados, os efeitos distributivos de ação estatal seriam ainda discutíveis.

Contra esse tipo de discussão profundamente marcada por fatores de ordens ideológica, o único argumento de caráter científico talvez seja a própria tendência em direção à estatização das economias. Essa tendência ocorre não apenas sob governos progressistas ou social-democratas, mas também sob governos conservadores. Esta é uma indicação segura, portanto, que a crescente intervenção do Estado na economia, apesar das distorções que pode provocar, é funcional para a acumulação capitalista. A existência de empresas estatais ineficientes e de políticas econômicas equivocadas, que levam à distorção no processo de regulação do estatal, não impede que, na média, o efeito da crescente intervenção do estado seja o de manter a taxa de lucro e acelerar o processo de acumulação de capital das economias capitalistas tecnoburocráticas.

O crescente domínio das grandes empresas e a oligopolização dos mercados têm novamente efeitos contraditórios sobre o processo de acumulação, e é também objeto de discórdia ideológica. Neste caso, entretanto, a divergência não é entre conservadores e progressistas, mas entre, de um lado, conservadores livremercadistas e progressistas românticos, defensores das pequenas empresas, e, de outro lado, conservadores e progressistas desenvolvimentistas. A divergência entre estes últimos está apenas na menor ou maior regula-

mentação que defendem sobre as empresas oligopolistas. Ambos, entretanto, reconhecem o fato óbvio de que o crescimento das empresas não é uma mera distorção do mercado, mas responde a efetivas economias de escala na produção, ou a vantagens na comercialização em grande escala, ou, enfim, à maior eficiência na alocação de recursos resultantes da centralização financeira.

O fato concreto é que as grandes empresas, não obstante os efeitos perversos que certamente têm sobre a distribuição de renda e sobre a inflação, apresentam, em determinados setores, um conjunto de vantagens sobre as pequenas empresas que têm permitido a manutenção da taxa de lucro e da taxa de acumulação. As infinitas pesquisas dos especialistas em organização industrial sobre o assunto provavelmente jamais chegarão a um resultado conclusivo. É difícil, entretanto, não reconhecer que o desenvolvimento das técnicas administrativas e de controle, principalmente depois do advento dos computadores e do modelo de organização funcional descentralizada, permitiram uma eficiência muito maior para as grandes empresas.

O terceiro fato histórico novo da segunda metade do século XX — o grande crescimento dos sindicatos — tem novamente conseqüências contraditórias sobre a taxa de lucro e a taxa de acumulação. O efeito imediato é negativo na medida em que, principalmente a partir de meados dos anos sessenta, os trabalhadores começam a conseguir aumento de salários claramente superiores à taxa de aumento da produtividade.¹ Por outro lado, entretanto, as reivindicações trabalhistas funcionaram sempre como uma forma de sustentação da demanda agregada, na medida em que, impedindo uma excessiva concentração da renda, estimulavam a procura por bens de consumo duráveis. Provavelmente, entretanto, os fatores negativos sobre a taxa de acumulação e sobre a taxa de lucro superaram os positivos. Houve aqui o clássico conflito entre crescimento e distribuição de renda.

¹ Antônio Barros de Castro assinala a “fase crítica em que o capitalismo ingressa por volta de 1966. Torna-se, portanto, no período em questão, um relaxamento da disciplina social do capitalismo. Os trabalhadores negociam, item por item, as condições de sua subordinação ao capital” (em *O Capitalismo Não é Mais Aquele*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979, p. 184.).

O quarto fato histórico novo — o surgimento da tecnoburocracia enquanto nova classe social — tem mais uma vez efeito contraditório sobre a taxa de acumulação, embora, em última análise, deve ter tido efeitos positivos. A emergência da tecnoburocracia está intimamente correlacionada com o crescimento do grande Estado produtor e regulador e com o desenvolvimento das grandes empresas oligopolistas. Para administrar e coordenar essas grandes empresas e esse grande Estado de forma razoavelmente eficiente não havia outra alternativa senão o surgimento de uma nova classe média de funcionários e administradores, que, ao invés de realizarem trabalho-produtivo, como os trabalhadores, realizam trabalho coordenativo ou trabalho administrativo.

Entre os tecnoburocratas existem certamente os incompetentes. E mesmo quando capazes, os erros administrativos são inevitáveis. Por outro lado uma tendência ao autoritarismo é inquestionável. É inútil, entretanto, concentrar sobre eles as culpas pelos males do mundo. Esta pode ser uma tese democrática, mas certamente é também uma posição conservadora daqueles que querem irrealisticamente voltar aos *velhos bons tempos* do capitalismo competitivo.

Vale assinalar, entretanto, que a tecnoburocracia, embora tenha um efeito positivo sobre a taxa de acumulação, na medida em que administra o Estado produtor e regulador e as grandes empresas, tende também a reduzir os lucros das empresas. Isto ocorre na medida que uma parcela desses lucros é antecipadamente apropriada por essa própria tecnoburocracia ao mesmo tempo que ela vai assumindo o controle das grandes empresas e transformando seus acionistas em meros rentistas. Esta contradição entre redução da taxa de lucro e a manutenção da taxa de acumulação é possível na medida em que deixam de ser os capitalistas que tomam as decisões de investir. Esse poder vai aos poucos sendo transferido para os tecnoburocratas que estão dispostos a conviver com lucros depois de pagarem seus ordenados relativamente menores.

O quinto fato histórico novo da segunda metade do século XX — a aceleração do progresso técnico, especialmente do progresso técnico poupador de capital — tem um efeito claramente favorável na taxa de lucro e no processo de acumulação. Conforme vimos extensamente na primeira parte

deste livro, o progresso técnico poupador de capital, em que o aumento da produtividade do trabalho é acompanhado do aumento da relação produto-capital, foi o fato decisivo a impedir que a tendência declinante da taxa de lucro se concretizasse. Além disso, foi a grande válvula que permitiu que o Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático compatibilizasse aumentos dos salários e dos ordenados superiores ao aumento da produtividade com a relativa manutenção da taxa de lucro.

O sexto e último fato novo — o crescimento extraordinário da produção de bens de consumo duráveis — foi, de um lado, uma maneira de expansão das relações especificamente capitalistas de produção, através do lançamento de uma série infindável de novos bens de consumo. A noção de consumismo está diretamente relacionada com esse fato econômico. Até o início do século XX os bens de consumo durável pertenciam quase exclusivamente à esfera da produção artesanal. Limitavam-se aos móveis e aos vários tipos de veículos puxados por animais. Esta situação muda radicalmente com a indústria automobilística, depois com a indústria de eletrodomésticos e, finalmente, com a indústria eletrônica. Os bens de consumo durável passam a ser uma parte importante da produção especificamente capitalista, geradora de mais-valia relativa e incorporadora de permanente progresso técnico.

De outro lado, a grande e nova importância da indústria de bens de consumo durável, principalmente da indústria automobilística, torna a demanda agregada dependente não apenas da decisão dos investidores, como afirma a teoria econômica inclusive keynesiana, mas também dos consumidores. Enquanto os consumidores tomavam apenas decisões sobre a compra de bens de consumo imediato, essas decisões eram pouco significativas, já que os consumidores tinham pouca liberdade para escolher. No momento, entretanto, em que se tornavam proprietários de bens duráveis de consumo, e passavam a ter a alternativa de adiar ou de apressar sua compra e reposição, a decisão dos consumidores tornou-se muito mais estratégica na determinação das flutuações da demanda efetiva.

Em consequência desses fatos novos, uma nova dualidade se estabeleceu nas economias capitalistas avançadas. Em vez da dualidade entre economia feudal e camponesa de um

lado e economia capitalista de outro, temos o confronto entre o sistema de mercado ou do Capitalismo Competitivo e o sistema de planejamento ou do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático. Essa nova dualidade foi estudada de forma pioneira por John Kenneth Galbraith e conduz a uma revisão sistemática da teoria econômica, na medida em que esta é obrigada a lidar com novas realidades.

É preciso, entretanto, assinalar que os fatos novos que acabamos de examinar, embora tenham efeitos contraditórios, não levam à conclusão de que a taxa de lucro e a taxa de acumulação capitalista tendam necessariamente a entrar em crise. O processo de acumulação sofreu e vai continuar sofrendo modificações profundas, mas nada justifica uma teoria da estagnação nos quadros do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático.

2

Se não há razão para prever a estagnação do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, isto não implica que ele não esteja sujeito a crises. Os ciclos longos de Kondratieff e os ciclos econômicos normais de Juglar continuam a operar, ainda que possam ter sido parcialmente amenizados e ainda que essa dinâmica tenha sofrido alterações.

Há algumas idéias bastante difundidas a respeito das alterações ocorridas na dinâmica do ciclo depois que as políticas econômicas keynesianas passaram a ser postas em prática.

A primeira idéia é a de que as políticas econômicas keynesianas, ou seja, as políticas econômicas de administração da demanda agregada, teriam como resultado uma redução do grau de flutuação dos ciclos econômicos, de forma que os auges de prosperidade e as depressões seriam menos acentuadas. Houve mesmo autores que acreditaram que os ciclos econômicos não mais existiriam, depois que o Estado passou a controlar a demanda agregada através de políticas fiscais e monetárias. Embora esta última posição seja claramente fruto de uma ilusão tecnoburocrática, ao pretender negar a própria dinâmica cíclica desequilibrada da acumulação capitalista, não há dúvida de que foi possível amenizar as flutuações cíclicas através da intervenção do Estado.

Esta intervenção ocorre quando a economia se aproxima do auge e quando a reversão cíclica ocorre e se desencadeia a recessão. No primeiro caso, conforme observou Kalecki, o ciclo assume um caráter político.² Na fase final de expansão, quando a economia aproxima-se do pleno emprego, o esgotamento do exército industrial de reserva leva a um aumento de salários maior do que o da produtividade. As previsões sobre os lucros somadas às previsões inflacionárias levam o Estado a adotar políticas de estabilização, cuja principal justificativa é a necessidade de combater a inflação. A necessidade da classe capitalista em conter o crescimento dos salários e em reduzir a capacidade de organização dos trabalhadores, entretanto, é provavelmente o fator decisivo na adoção de políticas fiscais e monetárias de estabilização, que provocam antecipadamente a reversão cíclica.

Em contrapartida, depois de ocorrida a reversão cíclica e iniciada a recessão, a política econômica de sustentação da demanda impede que a crise se aprofunde. O Estado keynesiano assume, então plenamente, seu papel de proteger o sistema econômico capitalista, através de políticas fiscais e monetárias expansivas. Conforme observa um dos mais competentes economistas marxistas norte-americanos, Thomas Weisskopf, “as políticas keynesianas ajudaram a manter níveis relativamente altos de emprego e utilização de capacidade, e a evitar os desperdícios decorrentes de fortes crises que nos estágios iniciais do capitalismo reduziriam sua taxa de crescimento de longo prazo”.³

Impedir, portanto, a elevação da taxa de salários e as pressões inflacionárias desacelerando a economia quando esta se aproxima do auge, e, inversamente, estimulando a demanda quando o ciclo aproxima-se do fundo do poço, são as duas formas óbvias através das quais o Estado promoveu no pós-guerra a relativa estabilização do ciclo. Resulta daí uma política de *stop and go*, ou seja, de sucessivas desacelerações e acelerações da economia, que têm como consequência uma certa redução da duração média dos ciclos econômicos. Foi o que ocorreu nos Estados Unidos nos anos cinquenta, quando

² Michal Kalecki, “Political aspects of full employment”, *op. cit.*

³ Thomas Weisskopf, “The current economic crisis in historical perspective”, em *Socialist Review*, 1981, p. 18.

tivemos recessões sucessivas em 1949-50, 1953-54, 1957-58 e 1960-61.⁴ As recessões, entretanto, eram suaves, extremamente suaves, e logo a economia voltava a crescer. Foi também o que ocorreu na Inglaterra em todo o pós-guerra. As políticas de aceleração e desaceleração se sucediam, reduzindo a duração do ciclo e a gravidade de suas flutuações.

Entretanto há uma outra forma ou um outro momento de intervenção keynesiana que é menos óbvia, mas talvez mais importante. Ao invés de pensarmos nessa intervenção como um processo de cortar prematuramente a expansão e reduzir a duração do ciclo, podemos ver as políticas keynesianas como uma forma de evitar a reversão cíclica e prolongar artificialmente, ainda que controladamente, o período de expansão. Procura-se sempre evitar o paroxismo do auge mas, ao mesmo tempo, pretende-se estender no tempo a expansão controlada, evitando-se a reversão cíclica. Foi o que ocorreu tipicamente nos Estados Unidos nos anos sessenta e início dos setenta, e, de um modo geral, é o que ocorre nos países subdesenvolvidos. Na América Latina e em particular no Brasil nos anos setenta houve claramente um processo de prolongamento da expansão a partir de 1974, quando o movimento do ciclo apontava claramente em direção à recessão.

Ao prolongar artificialmente a fase de expansão, o Estado alonga ao invés de encurtar a duração do ciclo, na sua fase expansiva. Em compensação, a experiência do final dos anos setenta e início dos anos oitenta parece demonstrar que, em seguida, o Estado é obrigado a realizar uma política recessiva muito mais severa, acentuando ao invés de atenuar a crise.

De fato, as distorções que se produzem na economia, enquanto esta é mantida artificialmente em expansão, são profundas. De um lado temos um generalizado processo de endividamento das empresas e principalmente do Estado, que acumula déficits públicos. De outro, na medida em que as empresas e os trabalhadores se sentem protegidos pelo Estado, não tratam de acelerar o aumento da produtividade nem

⁴ Paul Singer observou corretamente estes fatos em seu artigo pioneiro no Brasil, "Ciclos de conjuntura em economias subdesenvolvidas", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 2, maio 1965, republicada em *Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, DIFEL, 1968, p. 142.

realizar as reformas institucionais necessárias para corrigir as distorções existentes.

Estas distorções acabam tendo como conseqüência ou se resolvendo através da elevação da taxa de inflação, como resultado de aumentos de salários reais acima de produtividade nos setores trabalhistas organizados e de aumento de margens de lucro nos setores monopolistas ou oligopolistas da economia. Os aumentos de margens por parte das empresas oligopolistas nessa fase de prolongamento artificial de expansão visam fundamentalmente manter sua taxa de lucro, ameaçada por um lado pela elevação dos salários reais acima da produtividade e, de outro, por uma demanda precariamente sustentada. A taxa média de lucro do sistema capitalista, entretanto, tende a cair, já que o setor competitivo de economia não consegue sequer manter, muito menos elevar, suas margens de lucro. Verifica-se, então, um processo de estrangulamento dos lucros não apenas no curto período da segunda fase da expansão de um ciclo normal (cerca de dois anos), mas um estrangulamento dos lucros de longa duração, que só pode ser compreendido à luz de um prolongamento artificial da expansão cíclica.

De fato, entre 1965 e 1973, enquanto a taxa de salários reais, depois dos impostos nos Estados, cresceu 3,4% ao ano, a taxa de lucro líquido decresceu à taxa anual de 0,6%.⁵ Tivemos assim um estrangulamento dos lucros de longa duração, ao mesmo tempo em que políticas econômicas keynesianas procuravam sustentar a demanda agregada. Em 1974-75 temos afinal uma nova recessão nos Estados Unidos mas a economia volta em seguida a crescer graças a uma política fiscal expansionista. As distorções da economia, entretanto, continuam a aprofundar-se, capitaneadas pelo aumento da taxa de inflação. A insatisfação da classe capitalista com as políticas keynesianas cresce, as técnicas econômicas conservadoras de caráter monetarista ou de *economia de oferta* ganham força e, afinal, o Estado é levado a políticas econômicas severamente recessivas e de longa duração, como ocorreu nos Estados Unidos entre 1979 e 1982, ou na Inglaterra um pouco antes. Ao invés das suaves desacelerações e acelerações

⁵ Cf. James T. Campen e Arthur MacEwan, *op. cit.*, p. 5.

(*stop and go*), temos o prolongamento artificial da expansão e depois a forte e longa contenção da economia.

Em resumo depois da intervenção sistemática do Estado sobre os agregados econômicos, que passa a ocorrer no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático do pós-guerra, temos duas mudanças alternativas no comportamento do ciclo econômico: ou o ciclo encurta e suas flutuações reduzem-se em função de uma política de aceleração e desaceleração, ou o ciclo se alonga devido ao prolongamento da expansão, mas em compensação se acentua a flutuação devido à severidade da contenção subsequente. Em qualquer das hipóteses, um fator exógeno — a política monetária e fiscal do Estado — passa a interferir no ciclo. Mas apesar desta interferência, o ciclo econômico, enquanto elemento essencial da dinâmica de acumulação capitalista, continua a ter suas leis próprias. E a idéia de sua superação continua uma ilusão tecnoburocrática, compartilhada não apenas por economistas keynesianos mas também por monetaristas, ilusão que a classe capitalista carinhosamente alimenta.

3

Além das mudanças no ciclo causadas pela interferência do Estado, é preciso também considerar as alterações internas à própria dinâmica cíclica que ocorreram em função das transformações tecnológicas e institucionais que marcaram a emergência do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático.

No plano do ciclo longo, ou de Kondratieff, temos fundamentalmente duas explicações alternativas ou complementares para a reversão cíclica: o esgotamento de uma onda de inovações e/ou a elevação da composição orgânica do capital.

Dado o extraordinário desenvolvimento tecnológico de caráter crescentemente poupador de capital, tudo indica que a primeira explicação, relacionada com a teoria de Schumpeter do esgotamento das ondas de inovação, ganhou mais força. Na medida em que ocorre a substituição de máquinas e processos menos eficientes por máquinas e processos mais eficientes, ao invés da substituição da força de trabalho por máquinas, o progresso técnico passa a poupar capital e a com-

posição orgânica do capital não cresce. Em contrapartida, a aceleração do progresso técnico torna as ondas de inovação um fator cada vez mais estratégico.

A teoria dos ciclos longos de Kondratieff e Schumpeter, elaborada nos anos vinte, teve uma clara confirmação nos anos setenta, quando a fase de desaceleração de um ciclo longo (o quarto Kondratieff) teve início. Encerrava-se então todo o período de extraordinário desenvolvimento iniciado durante a Segunda Guerra Mundial, que teve como motores fundamentais:

- 1) a segunda revolução da indústria automobilística e das vias expressas;
- 2) a indústria aeronáutica;
- 3) a indústria eletrônica de computadores de um lado e de televisores e aparelhos de som de outro; e, finalmente,
- 4) a indústria petroquímica.

O petróleo foi a energia barata que serviu de base para toda essa revolução. Por isso, quando em 1973 os preços do petróleo quadruplicaram, a fase de expansão do terceiro ciclo longo estava definitivamente terminada. Tudo indica, entretanto, que desde o final dos anos sessenta a onda longa de expansão esgotara suas virtualidades, mantendo-se entretanto artificialmente através das políticas keynesianas de sustentação da demanda.

Ignácio Rangel, que em 1972 já previa a crise da economia mundial a partir da teoria dos ciclos de Kondratieff, entende que a fase expansiva de um ciclo longo esgota-se quando a massa de capital acumulado referente a determinadas tecnologias que viabilizam aquele ciclo tornam-se obsoletas. É necessário então sucateá-las. O custo desse sucateamento, entretanto, é imenso e o capital acumulado e cristalizado transforma-se em um empecilho à introdução de novas técnicas, ao mesmo tempo em que o mercado não mais se expande à taxa necessária para absorver a produção corrente. Nesses termos, segundo Rangel:

“as fases “b” dos ciclos longos encontram, assim, sua expressão final na acumulação de capitais (inclusive humanos) *não depreciados*... A certa altura, em seguida a um período de intensa renovação de capital fixo, passam a ponderar as forças propendentes para a pre-

vervação dos capitais recém-criados e a capacidade instalada encontra os limites do mercado. A *técnica* novíssima tende a ficar sem aplicação e a economia mergulha num cone de sombra”.⁶

Em resumo, nos primeiros ciclos longos a lei da tendência declinante da taxa de lucro em função da elevação da composição orgânica do capital podia ser um fator relativamente relevante para o esgotamento do ciclo, quando o progresso técnico não era principalmente poupador de capital. O esgotamento das ondas de inovação, entretanto, torna-se claramente mais importante quando à aceleração do progresso tecnológico ocorrida nesta segunda metade do século XX transforma definitivamente o progresso técnico no fator estratégico do processo de acumulação capitalista. Nesse momento a contínua introdução de novos produtos e de novas técnicas torna-se essencial para ampliar os mercados e aumentar a produtividade, garantindo a taxa de lucro do sistema. Por outro lado, o capital acumulado e já obsoleto transforma-se em um obstáculo à introdução de novos produtos e novas técnicas, que só serão adotados de forma generalizada depois de desencadear-se a crise.

4

No plano dos ciclos econômicos normais vimos no capítulo anterior que as três teorias que podiam ser utilizadas de forma alternativa ou complementar para explicar a reversão cíclica eram:

1) a teoria da elevação da composição orgânica do capital;

2) a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva; e

3) a teoria do subconsumo ou da crise de realização que tem como uma de suas vertentes a teoria da desproporção.

Vimos então que a primeira teoria tem pouca utilidade para explicar os ciclos de 10 anos, já que o breve período de expansão não permite uma efetiva elevação da composição

⁶ Ignácio Rangel, *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*, op. cit., p. 21.

orgânica do capital. O crescimento mais rápido da indústria de bens de capital em relação à indústria de bens de consumo, que caracteriza a fase de expansão do ciclo econômico, embora possa implicar uma certa elevação da composição orgânica do capital, não se ajusta a essa teoria, devendo, antes, ser discutido no âmbito da teoria do subconsumo e da desproporção e, mais especificamente, no quadro da teoria keynesiana da dinâmica multiplicador-acelerador.

Em contrapartida, a teoria do subconsumo e a teoria do estrangulamento dos lucros devido ao esgotamento do exército industrial de reserva ganharam claramente força após a Segunda Guerra Mundial. Não cabe aqui realizarmos uma avaliação das recessões ocorridas no pós-guerra, seja nos países centrais seja no Brasil.⁷

A teoria do subconsumo ganhou mais força explicativa para a reversão cíclica na medida em que os consumidores passaram a ter um maior poder de decisão sobre consumir ou deixar de consumir. E este fenômeno ocorreu devido à crescente importância dos bens de consumo duráveis na produção capitalista.

No século passado, a indústria de bens de consumo durável era, em grande parte, uma indústria artesanal ou semiartesanal, que não pertencia à esfera especificamente capitalista de produção. Residências, móveis, objetos de uso doméstico como porcelanas e cristais, carros puxados a cavalo dos mais variados tipos, eram os bens de consumo durável mais típicos. A partir deste século, entretanto, com a indústria automobilística e com a indústria de eletrodoméstico, a produção de bens de consumo durável torna-se predominantemente capitalista. Por outro lado, a indústria de móveis e de construção de residências assume também caráter cada vez mais capitalista. Em consequência, o processo de acumulação capitalista passa também a depender dessas indústrias.

No século passado a reversão cíclica podia ocorrer em função de os salários, na expansão, crescerem mais devagar

⁷ Sobre os Estados Unidos ver principalmente os trabalhos teóricos e empíricos de Howard Sherman, Robin Hahnel e Thomas Weisskopf já citados. Sobre o Brasil extensa bibliografia é encontrada em meu trabalho "Auge e declínio nos anos setenta", em *Revista de Economia Política*, vol. 3, nº 2, 1983.

do que os salários, resultando daí o subconsumo. Mas, na medida em que se tratavam de bens de consumo imediato, o poder de decisão ou a liberdade dos consumidores era limitada. Se os consumidores reduziam relativamente seu consumo na fase de expansão do ciclo, isto se devia fundamentalmente à defasagem entre o crescimento dos salários e dos lucros. Agora, com a indústria de bens de consumo durável, essa defasagem continua fundamental, mas a ela é necessário somar as perspectivas sobre o futuro que fazem os consumidores, já que eles têm a possibilidade de adiar seu consumo sem maiores dificuldades. Antes só interessavam as expectativas dos empresários quanto às suas oportunidades de lucro, porque são em função dessas expectativas que decidem os investimentos. Agora interessa também as expectativas dos consumidores quanto a seus salários e mais precisamente quanto a seus rendimentos futuros, porque suas decisões em relação ao consumo de bens duráveis somam-se, em termos de criação de demanda, às decisões de investimentos das empresas.

Mas se a teoria do subconsumo ganhou força explicativa, a teoria do esgotamento do exército industrial de reserva ganhou mais força ainda, principalmente nos anos sessenta e início dos anos setenta, quando a força dos sindicatos operários não parava de crescer em função da onda longa de expansão cíclica e das políticas econômicas keynesianas de sustentação de demanda. Nesse quadro, o artigo de Boddy e Crotty⁸ tornou-se nos anos setenta um marco da literatura econômica sobre os ciclos.

É provável, entretanto, que, a partir do momento, em 1973, que a economia mundial entrou na fase de desaceleração do quarto ciclo longo, tenha diminuído a força explicativa da teoria do estrangulamento dos lucros devido ao esgotamento do exército industrial de reserva. As taxas de desemprego nos países centrais que, até 1973, haviam se reduzido a níveis baixíssimos, exigindo inclusive a importação de mão-de-obra, voltariam a crescer desde então para níveis em geral em torno de 10% da força de trabalho. Em consequência o poder dos sindicatos diminuiu e reduziu-se a capacidade de os trabalhadores organizados aumentarem seus salários acima

⁸ Robert Boddy e James Crotty, *op. cit.*

da taxa de crescimento da produtividade quando a economia se aproxima do auge cíclico.

É preciso, entretanto, observar que durante a grande onda longa expansiva do pós-guerra os sindicatos não apenas de operários mas também de empregados no setor serviços deram um salto qualitativo. Nesses termos, ainda que tenham perdido força devido ao aumento das taxas de desemprego na fase de desaceleração do quarto ciclo longo, os sindicatos continuam a ser poderosos e a ter capacidade de pressionar os salários para cima na última fase das expansões dos ciclos econômicos normais que compõem o ciclo longo.

5

A grande mudança no processo cíclico e, portanto, na própria dinâmica de acumulação capitalista nesta segunda metade do século XX, entretanto, foi a perda de poder dos mecanismos automáticos de mercado. Esses mecanismos jamais controlaram a economia capitalista com a eficiência e a precisão que os economistas neoclássicos pressupõem em seus modelos de competição perfeita. É preciso admitir, porém, que esses mecanismos eram decisivos enquanto prevaleceu o capitalismo competitivo. Não garantiam o pleno emprego e certamente não levavam a uma distribuição mais justa de renda, mas, pelo menos, funcionavam como regulador imperfeito da economia.

Keynes, com sua teoria da insuficiência crônica de demanda e, mais especificamente, com sua teoria sobre a baixa elasticidade da taxa de juros devido à tendência a se definirem as taxas de juros por convenção, demonstrou que o capitalismo não tem mecanismos automáticos que assegurem o pleno emprego. Por outro lado, Oscar Lange observou que o capitalismo é capitalismo é intrinsecamente incapaz de distribuir a renda de forma a alcançar o máximo bem-estar social, já que “a distribuição de renda é determinada pela distribuição da propriedade dos fatores básicos de produção. Esta distribuição é um dado histórico independente das expectativas de bem-estar social”.⁹ Nenhum dos dois, entretanto,

⁹ Oscar Lange, *Sobre la Teoria Económica del Socialismo*, Barcelona, Ariel, 1970,

embora fossem críticos da teoria econômica neoclássica, jamais poderiam ter imaginado que alguns dos mecanismos automáticos do mercado mais importante, no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático da segunda metade do século XX, tenderiam não apenas a ser mais fracos mas na verdade a terem seus sinais invertidos.

Destacaremos apenas dois desses sinais e seu comportamento na recessão cíclica: os preços e a taxa de juros.

De acordo com todas as teorias econômicas, desde os clássicos até Marx e Keynes, o pressuposto era de que os preços, na desaceleração cíclica, tenderiam a cair, ocorrendo, portanto, a deflação. Ora, o que vem ocorrendo, pelo menos depois dos anos sessenta, no capitalismo contemporâneo é o inverso. Deflação é uma palavra sem aplicação prática. Na recessão os preços já não caem. Se a recessão for muito severa e prolongada, como ocorreu nos Estados Unidos e na Inglaterra entre 1979 e 1982, a taxa de inflação pode cair, mas continua positiva. Entretanto, se a recessão for menos prolongada ou menos severa o patamar da inflação permanecerá inalterado ou chegará mesmo a crescer, ocorrendo o fenômeno já amplamente estudado da estagflação.

Muito sumariamente a estagflação tem duas causas. Em primeiro lugar, dado um determinado patamar de inflação e a capacidade dos agentes econômicos (empresários e trabalhadores) de conservarem sua participação na renda, os preços tendem a se manter naquele patamar. Cada agente econômico, no processo de luta distributiva, logra precisamente repassar seus aumentos de custos para os preços, impedindo que o nível geral de preços caia. Este é o componente inercial da inflação.

Em segundo lugar, o poder monopolista dos sindicatos e das empresas oligopolistas organizadas em cartel permite que, mesmo na recessão, os salários possam ser aumentados mais do que a produtividade e, principalmente, que as empresas oligopolistas aumentem mais suas margens de lucro para compensar suas perdas de vendas. Aumentos das margens de lucro sobre vendas e aumento dos salários acima da produtividade são fatores aceleradores da inflação que só ocorriam na fase expansiva do ciclo, quando a demanda superava a

oferta. Agora principalmente as margens das empresas oligopolistas têm esse comportamento exatamente no momento inverso, quando a economia entra em recessão.¹⁰

O comportamento da taxa de juros também apresenta os sinais invertidos na recessão: ao invés de reduzir-se, aumenta. Foi o que ocorreu nas economias capitalistas centrais entre 1979 e 1982, quando as taxas reais de juros mais que dobraram em meio a uma profunda recessão. Foi também o que ocorreu no Brasil entre 1981 e 1983, em meio à estagnação da economia brasileira.

A causa desse comportamento inverso e perverso da taxa de juros na desaceleração cíclica não se deve ao comportamento das empresas e sindicatos monopolistas, como acontece no caso da estagflação, mas à política econômica do governo. Estas recessões são provocadas pela política econômica do governo, que pretende promover o ajustamento da economia, ou seja, a redução da taxa de inflação e o equilíbrio externo. Para alcançar esses objetivos a estratégia econômica e politicamente mais fácil e mais simples é promover a redução da quantidade real de moeda, promover a elevação da taxa de juros e, assim, desestimular os investimentos. Em consequência, altas taxas de juros e recessão passam a conviver, tornando inviável a recuperação automática de economia após a necessária queima de capitais que as crises provocam. Como a recessão foi provocada artificialmente pelas medidas de política econômica, a recuperação da economia também passa a depender de novas medidas de política econômica, que podem ser tomadas tardia ou prematuramente em relação à necessidade de sucateamento do capital tecnologicamente obsoleto.

6

Na verdade, nesse, como em uma série de outros processos, o que existe é a substituição parcial do mercado pelo Estado na função de coordenar a economia. O Estado Regulador passa a interferir de forma crescente na economia, não apenas controlando os agregados macroeconômicos básicos

¹⁰ Cf. Luiz Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, *Inflação e Recessão*, S. Paulo, Brasiliense, 1984.

— investimento, consumo, importações, exportações, quantidade de moeda — mas também interferindo diretamente nos preços de um número crescente de mercadorias, na taxa de câmbio, na taxa de salários e na taxa de juros.

Essa intervenção visa suprir as falhas de regulação do mercado. E realiza-se através de um sistema de aproximações sucessivas, de tentativa e erro. Nesse processo de intervenção, o Estado visa corrigir as distorções provocadas pelo mal funcionamento do mercado, mas, ao intervir, cria novas distorções, que por sua vez têm que ser corrigidas.

No caso da combinação de altas taxas de juros com recessão, uma conseqüência muito grave é o aumento dos níveis de endividamento, os quais acabam por ameaçar toda a estrutura do sistema econômico. De fato, a existência de devedores e credores em uma economia capitalista é um fenômeno perfeitamente normal desde que a taxa de juros, que estruturalmente é a parte da mais-valia que os capitalistas ativos cedem aos rentistas em troca de empréstimo do seu capital, seja menor do que a taxa de lucro. Em uma economia capitalista não regulada pelo Estado essa relação é geralmente mantida. Quando, na desaceleração cíclica, a taxa de lucros cai, a taxa de juros também cai, pelo menos até o nível da armadilha da liquidez. Nesses termos a taxa de crescimento dos níveis de endividamento diminui, ao mesmo tempo em que vão se estabelecendo as condições para a recuperação da economia.

Em contrapartida, se a taxa de juros se eleva na recessão ao mesmo tempo que a taxa de lucro cai, não apenas as condições para a recuperação desaparecem, mas o endividamento das empresas passa a crescer em termos reais de forma explosiva, abrindo um fosso cada vez maior entre credores e devedores.

Por outro lado, em relação ao endividamento público, este, ao atingir níveis elevadíssimos e ao ser onerado por taxas de juros reais muito mais altas, passa a se tornar cada vez mais causa do que conseqüência do déficit público, já que os juros pagos passam a ser um componente fundamental desse déficit. O aumento do déficit público deixa, assim, de ser sinal de aumento de demanda agregada corrente, e passa a ser mera conseqüência dos juros provocados pelas dívidas passadas.

Delinea-se, assim, uma crise financeira estrutural, baseada em altos índices de endividamento público e privado, altas taxas de juros, baixas taxas de lucro e déficits público crescentes. Os beneficiários desse processo são os rentistas e os intermediários financeiros, os prejudicados, o capital produtivo e os trabalhadores.

Se ampliarmos essa análise para o âmbito internacional, temos a divisão do mundo em países credores e devedores. Estes pagam juros elevados, ao mesmo tempo em que são obrigados, pelos credores, a realizar políticas econômicas internas recessivas, que baixam o retorno sobre o investimento das empresas locais, agravando cada vez mais sua situação. Os países credores, por sua vez, mantêm-se em recessão ou apresentam taxas de recuperação econômica muito débeis. Em consequência os países devedores não conseguem aumentar adequadamente suas exportações para os países credores. E assim, da mesma forma que no plano interno, o fosso entre credores e devedores no plano internacional só tende a aprofundar-se.

Nessa conjuntura o capitalismo existente nos países centrais vai se transformando em um capitalismo rentista. Dado o enorme volume da dívida assumida pelo Terceiro Mundo, não resta outra alternativa para os países credores, se desejarem meramente estabilizar essa dívida, senão apresentarem déficits de grande vulto em suas balanças comerciais com os países devedores, compensados por superávits em suas balanças de juros e dividendos. Em consequência, para estabilizar a dívida terão que limitar sua produção interna e importar bens dos países devedores, transformando-se em países rentistas, para os quais altas taxas de juros são afinal funcionais.

Estas altas taxas de juros, entretanto somadas ao alto nível de endividamento dos países do Terceiro Mundo, substanciam uma crise financeira estrutural, que nos anos oitenta coloca em risco total o processo de acumulação ampliada do capital. Essa crise tem naturalmente uma face real: o esgotamento da onda de inovações do pós-guerra e o início da fase de desacelerações do quarto ciclo longo.

7

O diagnóstico dos economistas conservadores a respeito dessa crise consiste em atribuí-la ao excesso de intervenção do Estado na economia. Embora tenha alguma base na realidade, dadas as distorções que a intervenção necessariamente provoca, esse diagnóstico é basicamente falso porque ignora as insuficiências estruturais da regulação via mercado nos quadros do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, porque pretende voltar a uma economia competitiva de pequenas e médias empresas que já não é mais viável tecnologicamente, porque não leva em consideração as bases reais da crise, que têm caráter tecnológico e distributivo, e finalmente porque suas próprias propostas de política econômica, embora aparentemente livre-mercadistas, são de fato também fortemente intervencionistas. Os monetaristas, por exemplo, para lograrem o firme controle da quantidade de moeda que pretendem, são obrigados a um grau de intervenção sobre a economia que, pelo menos nos países subdesenvolvidos, só é compatível com um alto grau de autoritarismo político.

Por outro lado, o diagnóstico dos economistas progressistas, keynesianos ou neomarxistas, pretende resolver a crise através de maior e mais correta intervenção do Estado. Através de um processo contínuo de tentativa e erro, o Estado iria corrigindo não apenas as distorções do mercado, mas também as distorções causadas por sua própria intervenção.

Essa posição é mais compatível com a realidade do Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático. É preciso, entretanto, assinalar que a intervenção do Estado Regulador, embora imprecindível e inevitável, é, por outro lado, claramente limitada. Ao intervir sobre um processo de acumulação em que as variáveis fundamentais — a taxa de mais-valia, a taxa de lucro, a taxa de juros, a taxa de salários, a taxa de câmbio, o nível dos preços, a composição técnica e a composição orgânica do capital, a relação produto-capital e a produtividade do trabalho, a taxa de acumulação e a taxa de crescimento da economia — estão todas embutidas e submetidas à lei do valor, é fácil compreender que os limites ou o raio de manobra da política econômica governamental são muito estreitos. A lei do valor, ao exigir que as mercadorias sejam trocadas de acordo com seus preços de produção,

impõe limites muito definidos ao sistema de estímulos e subsídios de um lado, e de impostos ou sobretaxas de outro, que constituem o cerne de qualquer política econômica. Se a intervenção tende a levar a um afastamento ao invés de a uma aproximação entre os preços de mercado e os preços de produção (que, por sua vez, são rigorosamente dependentes do valor das mercadorias), essa intervenção tenderá a provocar mais distorções do que corrigi-las.

Política econômica — e, portanto, intervenção do Estado na economia — é assim a questão central ou pelo menos a questão de fronteira da teoria econômica contemporânea. O debate entre neomarxistas, keynesianos clássicos, monetaristas e economistas de oferta é fundamentalmente um debate sobre política econômica. Mas é também um debate sobre a teoria do valor e sobre a dinâmica da acumulação e da distribuição da renda entre os salários e lucros, já que é impossível falar em política econômica sem ter como pressuposto uma visão sobre a teoria do valor, e principalmente sobre as leis que regem a produção e a distribuição de bens, ou seja, sobre a dinâmica de longo prazo e cíclica da acumulação capitalista e sobre a distribuição da renda entre lucros, salários e ordenados. Foram sobre estes últimos temas que versou este livro.

Resumo e conclusão

Examinei neste livro o processo de acumulação capitalista e a sua natureza cíclica a partir da teoria da tendência declinante da taxa de lucro de Marx. Desenvolvimento econômico é o processo histórico de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico através do qual os capitalistas se apropriam da mais-valia relativa realizando lucros. O desenvolvimento é assim um processo econômico historicamente situado no modo capitalista de produção. Por isso só me preocupei em examinar o funcionamento da tendência declinante da taxa de lucro e as etapas seculares do processo de acumulação capitalista a partir da Revolução Industrial, quando o modo especificamente capitalista de produção, baseado na incorporação sistemática de progresso técnico visando o aumento da produtividade, torna-se dominante na Inglaterra.

A teoria da tendência declinante da taxa de lucro serviu de fio condutor para a análise do processo pelas seguintes razões:

- 1) porque a taxa de lucro é o móvel fundamental da acumulação capitalista;
- 2) porque o desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista pode ser, portanto, melhor estudado a partir da análise das tendências da taxa de lucro;

3) porque as crises cíclicas que marcam o processo de acumulação dependem das flutuações na taxa de lucro prevista; e

4) porque as principais variáveis teóricas utilizadas por Marx para estudar a tendência declinante da taxa de lucro — a composição orgânica e a composição técnica do capital, a taxa de mais-valia, a taxa de salários, a taxa de aumento da produtividade, e os tipos de progresso técnico que acompanham o aumento da produtividade — são as variáveis fundamentais para a análise do desenvolvimento capitalista.

Ninguém estudou mais profunda e originalmente o processo de acumulação capitalista do que Marx. Por isso é compreensível que as variáveis por ele utilizadas, particularmente a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia, sejam essenciais para a compreensão desse processo. Economistas neoclássicos e keynesianos, quando estudam o processo de desenvolvimento capitalista são obrigados a usar as mesmas variáveis com nomes diferentes. A composição técnica do capital torna-se relação capital-trabalho, e a taxa de mais-valia, o índice de distribuição de renda.

Na primeira parte deste livro procurei fazer uma análise teórica ao mesmo tempo a mais rigorosa e a mais simples possível da teoria ou da lei da tendência declinante da taxa de lucro.

A taxa de lucro seria efetivamente declinante se a composição orgânica do capital tendesse a crescer mais do que a taxa de mais-valia. Essa é a hipótese básica de Marx para prever o declínio a longo prazo da taxa de lucro. Ora, essa hipótese não é necessariamente válida, não é intrínseca ao processo de desenvolvimento capitalista.

A taxa de mais-valia é de fato aproximadamente constante, como previa Marx. Isto significa que a taxa de salários aumenta na mesma proporção que a produtividade, desde que o progresso técnico seja neutro, ou seja, desde que a relação produto-capital seja constante. Esta verificação nos permitiu, inclusive, sugerir a inversão da teoria clássica dos salários, segundo a qual a taxa de salários seria institucionalmente constante e a taxa de lucro seria a variável residual — em princípio declinante. Para os clássicos o declínio era, em última análise, explicado pela redução, a longo prazo, da produtividade, que para Ricardo se traduzia na lei dos rendimentos

decrecentes da terra, e para Marx em um progresso técnico cada vez mais dispendioso de capital. Ao invés dessa teoria propusemos que a taxa de lucro seja considerada institucionalmente estável a longo prazo — flutuando no curto prazo em função do ciclo econômico — passando a taxa de salários a ser a variável residual. Em conseqüência, e dada uma produtividade crescente, a taxa de salários deverá crescer à mesma taxa de aumento da produtividade, mantendo-se a taxa de mais-valia constante. A situação prevista pelos clássicos de uma taxa de salários aproximadamente constante implicaria uma taxa de lucro crescente, dado o aumento secular da produtividade. Ora tal resultado é não apenas empiricamente falso mas também teoricamente inviável. A concentração de renda daí decorrente seria incompatível, de um lado, com a luta de classes, e de outro, com a sustentação da demanda efetiva.

A taxa de mais-valia tende, portanto, a ser aproximadamente constante, como previa Marx. Ao contrário da previsão de Marx, entretanto, não existe a necessidade do crescimento da composição orgânica. Há no máximo uma tendência nesse sentido, na medida em que tende a aumentar a composição técnica do capital através da substituição de mão-de-obra por capital. Essa tendência para o aumento da composição orgânica do capital, entretanto, não se realiza na prática devido ao progresso técnico não ser dispendioso de capital, como pressupunha Marx, mas neutro e tendendo a ser poupador de capital. O progresso técnico poupador de capital, em que a relação produto-capital é crescente devido ao barateamento do capital constante, permite que a composição orgânica do capital e até mesmo a composição técnica do capital sejam decrescentes.

A essa contratendência de ordem econômico-tecnológica à tendência declinante da taxa de lucro — a adoção crescente de progresso técnico poupador de capital — cujo efeito é dificultar a elevação da composição orgânica do capital, soma-se uma outra contratendência de caráter puramente econômico. A composição orgânica do capital é a relação entre o capital constante e o variável, ou seja, a massa de salários. O capital contante tende, sem dúvida, a crescer na medida em que a acumulação de capital implica substituição de mão-de-obra por capital, apesar do barateamento do capi-

tal proporcionado pelo progresso técnico. A massa de salários, entretanto, tende a crescer, neutralizando total ou parcialmente o aumento do capital constante, apesar da redução relativa do número de trabalhadores, devido ao aumento da taxa de salários reais proporcional ao aumento da produtividade.

No final da primeira parte, discuto o teorema de Okishio, que foi adotado especialmente pelos economistas neo-ricardianos de Cambridge, segundo o qual não poderia haver uma tendência declinante da taxa de lucro porque os empresários jamais escolheriam uma técnica que lhes proporcionaria um lucro menor. Embora essa tese seja basicamente correta, podendo inclusive ser demonstrada através de um complexo sistema de gráficos desenvolvidos por Joan Robinson, há uma situação particular em que, sendo o progresso dispendioso de capital, é possível ocorrer a escolha de uma técnica que afinal apresente maiores custos e menores lucros. Esta situação particular já vinha sendo por nós elaborada neste trabalho quando entramos em contato com a crítica de Shaikh ao teorema de Okishio. Em certos casos pode ser desenvolvida uma técnica mais capital-intensiva, efetivamente dispendiosa de capital, mas que reduz custos porque poupa mão-de-obra. Em consequência, essa técnica é adotada pelo empresário schumpeteriano, que realiza a inovação e assim alcança lucros monopolistas. Em seguida, entretanto, essa técnica é imitada, desaparecem os lucros extraordinários e, dado o caráter dispendioso de capital da nova técnica, a taxa de lucro cai.

Na segunda parte deste livro reduzo o nível de abstração para examinar as contratendências de caráter institucional à tendência declinante da taxa de lucro. Analiso, então, sumariamente, o imperialismo e as tendências à oligopolização e à estatização das economias capitalistas como formas de defesa da taxa de lucro privada.

Na terceira parte estudo o processo histórico da acumulação capitalista, com base no instrumental teórico desenvolvido na primeira parte. Depois de desenvolver a teoria alternativa à teoria clássica dos salários, formulo em termos gerais um modelo de desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista, em que todas as principais variáveis — tipo de progresso técnico, relação produto-capital, produtividade do

trabalho, composição técnica do capital ou relação capital-trabalho, composição orgânica do capital, taxa de salários, taxa de lucro por trabalhador, taxa de mais-valia, taxa de lucro e taxa de acumulação — são sistematicamente relacionadas.

Em seguida sugiro uma periodização da evolução do sistema capitalista, em função das tendências seculares da taxa de lucro, dividindo-a em quatro etapas. Na etapa da Revolução Industrial a taxa de lucro seria constante (em nível elevado) porque, embora a taxa de mais-valia fosse crescente, a composição orgânica do capital seria também crescente. A etapa do Capitalismo Competitivo, entre 1815 e 1870 aproximadamente, é o período estudado por Marx. Nessa etapa a taxa de lucro torna-se decrescente porque a composição orgânica do capital passa a crescer mais rapidamente do que a taxa de mais-valia, devido à quase estabilização desta última. Na etapa do Capitalismo Oligopolista, aproximadamente entre 1870 e 1945, a taxa de lucro se estabiliza na média em que a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital também tendem a ser constantes. Finalmente, na etapa do Capitalismo Oligopolista de Estado haveria uma pequena baixa da taxa de lucro para em seguida se tornar constante. Essa redução se deve à necessidade de remunerar com ordenados elevados os trabalhadores improdutivos, especialmente a alta tecnoburocracia. Excluindo-se da mais-valia esses ordenados, a taxa de mais-valia sofre uma redução que se reflete sobre a taxa de lucro.

No final da terceira parte examinamos a tendência atual do capitalismo nos países centrais de se transformar em um capitalismo rentista, na medida em que os investimentos das empresas multinacionais e os empréstimos do sistema financeiro internacional aos países do Terceiro Mundo levam os países centrais a cada vez mais verem sua renda se constituir de dividendos e juros recebidos do exterior.

Na última parte do livro examino os ciclos econômicos: os ciclos longos ou ondas longas de Kondratieff e os ciclos econômicos estrito senso. Os ciclos de Kondratieff são basicamente explicados pelas ondas schumpeterianas de inovação e seu esgotamento. Os ciclos econômicos, por sua vez, são explicados pela *teoria dos três limites*. A reversão cíclica ocorre em função de três limites ao processo de acumulação,

que ocorrem sucessiva ou concomitantemente. Em cada um desses limites é a queda da taxa de lucro prevista que determina a redução dos investimentos. Na expansão temos um processo da sobreacumulação que resulta:

1) em subconsumo ou em superprodução, e quase ao mesmo tempo;

2) em desproporção entre a produção de bens de capital e bens de consumo. Na fase final da expansão, quando a economia alcança a faixa do pleno emprego, esgotando-se o exército industrial de reserva, define-se um terceiro limite;

3) ocorre a elevação dos salários reais acima da produtividade e o estrangulamento dos lucros.

Ainda que se admita que na fase de expansão a composição orgânica do capital tenda a aumentar devido ao processo de sobreacumulação, e que na fase de declínio a composição orgânica do capital tenda a diminuir devido à queima de capitais que ocorre nas crises, a teoria da tendência declinante da taxa de lucro é considerada apenas subsidiária para a explicação das ondas longas e principalmente para a dinâmica dos ciclos econômicos.

No último capítulo analiso a acumulação e o ciclo no Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático. A principal preocupação é a de analisar a interferência do Estado, através da política econômica, na dinâmica dos ciclos. Procuro então demonstrar que a intervenção do Estado, embora provavelmente aumente a eficiência do sistema, não reduz necessariamente as suas flutuações. Pelo contrário, ao postergar artificialmente um declínio cíclico através de medidas de política econômica, o Estado pode, depois, quando o ajustamento torna-se inevitável, ser obrigado a adotar medidas muito mais drásticas. Em qualquer hipótese os ciclos perdem a sua regularidade, tornam-se mais breves, em função das constantes manipulações da oferta de moeda, da taxa de juros, das despesas públicas e da receita tributária. Este último capítulo seria uma introdução à análise macro-econômica moderna, que não foi deliberadamente abordada neste livro, já que nos preocupamos apenas com o desenvolvimento a longo prazo do sistema capitalista e com suas flutuações cíclicas independentes de política econômica.

1

Este livro estava em vias de ser enviado para o editor quando, através de uma resenha de Riel Miller¹ tomei conhecimento da tese de doutoramento de Joseph W. Chung, *La Theorie de la Baisse Tendencielle du Taux de Profit*.² Obtive a publicação na Universidade Católica de Louvain e, dada a importância do trabalho de Chung, decidi fazer uma rápida resenha do mesmo na conclusão deste livro.

O trabalho de Chung está dividido em dois capítulos. No primeiro ele faz uma análise teórica da teoria da tendência declinante da taxa de lucro. No segundo, examina o desenvolvimento do capitalismo norte-americano entre 1929 e 1978 à luz da teoria.

Sua análise teórica é formalmente rigorosa.

Sua conclusão mais geral é a mesma deste livro: a baixa da taxa de lucro não é uma necessidade inerente do desenvolvimento capitalista, na medida em que a composição orgânica do capital não é necessariamente crescente. A elevação da composição técnica do capital pode ser contrabalançada pela redução dos preços relativos dos bens de capital em função de um progresso técnico poupador de capital.

Sua análise empírica, que tem a peculiaridade de incluir no cálculo da mais-valia os rendimentos dos trabalhadores improdutivos, leva à conclusão que entre 1933 e 1944 houve uma elevação regular da taxa de lucro, e entre 1944 e 1978 uma baixa irregular da taxa de lucro. Essa conclusão coincide com os trabalhos de Joseph Gillman, que verificou uma baixa irregular da taxa de lucro entre 1913 e 1932, e uma alta irregular entre 1932 e 1939³ e os de Shane Mage, que observou uma baixa irregular da taxa de lucro entre 1900 e 1933, uma elevação regular entre 1933 e 1944 e uma baixa irregular entre 1944 e 1960.⁴

¹ Riel Miller, "Joseph Chung: 'La theorie de la baisse tendencielle du taux de profit'" em *Review of Radical Political Economics*, vol. 16, n^{os} 2 e 3, 1984.

² Joseph W. Chung, *La Theorie de la Baisse Tendencielle du Taux de Profit: Analyse Théorique et Application Empirique du Developpement du Capitalisme Americain 1929-78*, Louvain-la-Neuve, Université Catholique de Louvain, 1981.

³ Joseph Gillman, *op. cit.*

⁴ Shane Mage, *The Law of the Falling Rate of Profit: Its Place in the Marxian*

Vale a pena observar que o declínio da taxa de lucro entre 1913 e 1932, e entre 1944 e 1978 e o seu aumento entre 1933 e 1944 corresponde, aproximadamente, a duas fases de expansão e a uma fase de declínio nos ciclos longos de Kondratieff. Ora, nos ciclos longos é razoável esperar que a taxa de lucro seja ligeiramente declinante na fase de expansão, devido à sobreacumulação de capital que provoca a elevação da composição técnica e da composição orgânica do capital, e que seja ligeiramente declinante nas fases de desaceleração cíclica, quando a queima de capitais provoca a redução da composição técnica e da composição orgânica do capital.

Na análise das etapas seculares essas variações cíclicas determinadas pelas ondas longas não foram tomadas em conta. Levamos em consideração apenas as tendências seculares da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital no processo de desenvolvimento do capitalismo. Verificamos então que na etapa do Capitalismo Competitivo, quando ocorreu a consolidação do capitalismo, Marx detectou um efetivo declínio da taxa de lucro. A partir de meados do século XIX, entretanto, teremos a relativa estabilização secular da taxa de lucro. É claro, entretanto, que se, a partir de então, levarmos em consideração as fases de expansão e de declínio dos ciclos de Kondratieff, deveremos encontrar variações correspondentes — e inversas ao movimento cíclico — da taxa de lucro.

Chung, em sua análise teórica e depois em sua pesquisa empírica, distinguiu três fatores que influenciam a taxa de mais-valia:

- 1) a taxa de salário real;
- 2) o valor médio dos bens de consumo (produtividade); e
- 3) a duração da jornada de trabalho.

No período entre 1929 e 1978, enquanto que a taxa de mais-valia declinava muito levemente e a duração da jornada de trabalho diminuía um pouco mais, o valor médio dos bens de consumo declinava firmemente, a um ritmo médio anual de 3,10%, enquanto o salário médio real crescia simetrica-

mente ao ritmo anual de 2,49%. O aumento da produtividade um pouco maior do que o aumento dos salários deveu-se principalmente à diminuição da jornada de trabalho.

Em sua conclusão Chung declara que “a baixa da taxa média de lucro não é nem necessária (teoricamente) nem efetiva (empiricamente)”. E afirma que suas conclusões são compatíveis com as posições teóricas *neomarxistas* e *neoricardianas*, que “insistem no caráter indeterminado das três relações fundamentais (taxa de lucro, taxa de mais-valia e composição orgânica do capital)”. Portanto, conclui ele, “nossa análise nos conduz a rejeitar a idéia de uma *lei* da baixa da taxa de lucro”.⁵

Essa posição de Chung decorre de um raciocínio excessivamente formal e linear. O fato de não haver, ao contrário do que afirmam os marxistas fundamentalistas, uma necessidade intrínseca ao capitalismo de aumento da composição orgânica do capital e de baixa da taxa de lucro não significa que não se possa falar em uma *lei* da tendência declinante da taxa de lucro. No sistema capitalista existe a permanente ameaça de queda da taxa de lucro em função da sobreacumulação do capital que, além de provocar crises de demanda efetiva no curto prazo, poderia provocar o aumento da composição orgânica do capital. Desde meados do século passado, entretanto, essa tendência não se efetiva a não ser ciclicamente, na medida em que uma série de contratendências de ordem econômica, tecnológica e institucional atua em sentido contrário à tendência básica.

O essencial é colocar a lei ou a teoria da tendência declinante da taxa de lucro em uma perspectiva histórica e dialética, como Marx o fez. A análise de Chung é, ao contrário, semelhante à realizada por Philippe Van Parijs, que, aliás, provém da mesma Universidade Católica de Louvain.

Parijs em seu *Obituário* afirmava:

1) que não há necessidade de a composição orgânica do capital crescer;

2) que não é possível ou necessário que a taxa de lucro caia como resultado do crescimento da composição orgânica do capital; e

⁵ Joseph Chung, *op. cit.*, p. 97.

3) que não é possível ou necessário que tal queda (se fosse possível) provoque crises econômicas.⁶

Diante de tal posição Patrick Clamson classificou a análise de Van Parijs de “marxismo neoclássico”,⁷ o que o levou a responder argumentando sobre a necessidade de um “embasamento microeconômico racionalista” para a teoria marxista do capitalismo.⁸

Não é este o momento de discutir metodologia do conhecimento, muito menos de entrar nesse debate sobre a possibilidade de um *marxismo neoclássico*. Mas não há dúvida de que não faz sentido analisar o pensamento de Marx e utilizar seu instrumental teórico de uma maneira formal e linear ao invés de histórica e dialética. A teoria da tendência declinante da taxa de lucro, embora possa e deva ser analisada de acordo com uma metodologia rigorosa, como Van Parijs e Chung o fizeram, não deve ficar limitada a essa metodologia formal sob pena de perder seu caráter essencialmente histórico e dialético.

⁶ Philippe Van Parijs, *op. cit.*

⁷ Patrick Clamson, “A comment on Van Parijs obituary”, em *Review of Radical Political Economics*, vol. 15, nº 2, 1983.

⁸ Philippe Van Parijs, “Why marxist economics needs micro-foundations: postscript to an obituary” em *Review of Radical Political Economics*, vol. 15, nº 2, 1983.

Apêndice

Este apêndice é constituído por um conjunto de dados, agrupados em vários quadros, que procuram demonstrar o comportamento das diversas variáveis inter-relacionadas que são mencionadas no texto. Todavia, devido à evidente dificuldade nas obtenções das fontes de dados, algumas vezes esses quadros tornam-se incompletos, e até contraditórios entre si. Isto se deve não só à escassez das referências, mas também à falta de continuidade das informações, e, ainda, aos diferentes critérios metodológicos utilizados na obtenção de um mesmo dado.

Assim, na elaboração do Quadro I, que agrupa os dados referentes à evolução da renda *per capita*, Y/N , foram utilizadas duas fontes diferentes. Para os períodos iniciais reproduzimos os dados levantados por Simon Kunitz em *Economic Growth of Nations*, ou seja, taxas de crescimento da renda por habitante relativa a longos períodos (mais ou menos 30 anos) que transformamos em taxas médias anuais. Dos anos 1940 em diante, utilizamos o *Statistical Yearbook*, da ONU, que levanta as taxas de crescimento *per capita* para todos os anos, que agrupamos em valores médios para os períodos considerados.

O Quadro II indica o crescimento da renda (ou produto) por trabalhador, Y/L , e os dados obtidos referem-se especialmente à indústria, desconsiderados os demais setores da economia. Tal como o Quadro I, estes dados são indicadores de produtividade, mas como se referem apenas ao setor industrial, diferem, acentuadamente do primeiro. O persistente crescimento da produtividade que aparece nos Quadros I e II é naturalmente compatível com toda a análise do desenvolvimento capitalista que realizamos. É o resultado da acumulação de capital e da sistemática incorporação de progresso técnico que ocorre durante todo o período estudado.

O Quadro III é limitado em função do período que compreende (1870-1940), mas mesmo nele é perceptível a tendência de crescimento da relação capital-trabalho, K/L , com exceção da década de 1930, quando

tanto nos EUA, como na Grã-Bretanha, essa relação diminui, indicando os efeitos da Grande Depressão. O crescimento da relação capital-trabalho, que neste livro identificamos com o aumento da composição técnica do capital, não é tão extraordinário como às vezes somos levados a imaginar, na medida em que definimos o desenvolvimento capitalista como um processo de acumulação de capital e de substituição de mão-de-obra por capital à medida em que ocorre o progresso técnico. Este crescimento modesto pode ser explicado de um lado por um progresso técnico cada vez mais poupador de capital, e de outro lado pelo fato de que a depreciação está permanentemente destruindo o capital acumulado.

O Quadro IV apresenta a evolução dos salários reais a partir de 1860 nos Estados Unidos e Inglaterra, encerrando-se a série em 1960. A fonte exclusiva dos dados deste quadro é *A Century of Pay*. Percebemos nos dois países um firme crescimento da taxa de salários. Por outro lado, se compararmos os dados deste quadro com os do Quadro I, vemos como a taxa de salários de fato cresceu aproximadamente à mesma taxa de produtividade. Nos Estados Unidos, no período coberto pelo Quadro I, a produtividade industrial cresceu de um índice 100 em 1900 para 349,2 em 1950-60, enquanto que a taxa de salários cresce para 283,5. O crescimento menor da taxa de salários deve-se ao fato de que o índice de produtividade refere-se apenas à indústria, cujo crescimento é certamente de toda a economia. Para a Inglaterra o crescimento da produtividade industrial no mesmo período foi para 229,4, enquanto que a taxa de salários cresce para 199,4.

Os Quadros V e VI contêm dados referentes à composição orgânica do capital. No Quadro V, estes dados são resultado de uma relação estabelecida a partir de duas outras séries de dados, que foram coletados por Brown e Browne em *A Century of Pay*, qual seja, “capital por pessoa ocupada” e “média dos salários anuais”.¹ Este Quadro mostra uma tendência crescente da composição orgânica do capital, tanto para os Estados Unidos como para a Grã-Bretanha, até a década de 1930, quando ela decai acentuadamente até o fim do período abrangido (1938).

O Quadro VI apresenta uma série mais longa (1880-1952), diretamente transcrita de *The Falling Rate of Profit* de Joseph M. Guillman, cujos dados se referem basicamente aos Estados Unidos. Estes dados resultam da relação entre capital constante e total (incluindo salários), e são crescentes, numa proporção inicialmente maior, quando comparados ao Quadro V, para permanecerem, depois, praticamente estáveis durante as décadas de 1920 e 1930 (só registrando crescimento entre 1930 e 1933), decrescendo, em termos médios, após os anos quarenta. Os motivos porque a composição orgânica do capital apresenta uma tendência estável ou mesmo decrescente nas últimas décadas foram amplamente discutidos durante este trabalho. Estão relacionados de um lado com o progresso técnico cada vez mais poupador de capital que impede que a composição técnica do capital cresça tanto quanto se imaginava, e de outro ao aumento da taxa de salários a partir da segunda metade do século passado, acelerando-se mais recentemente.

¹ Sendo que para os Estados Unidos, estes salários, entre 1889 e 1914, referem-se somente à indústria.

O Quadro VI fornece também índices relativos à taxa de mais-valia e à taxa de lucro. Essa última apresenta, ano a ano, tendência à queda, até os anos trinta, verificando-se depois uma certa recuperação. Mais recentemente nos anos cinquenta e sessenta, há indicações de que esta recuperação acentuou-se.

No Quadro VII temos alguns dados sobre a taxa de mais-valia, R/W , que demonstram a queda acentuada do total de lucros com relação à massa de salários pagos nos Estados Unidos e Inglaterra. Faltam, porém, esclarecimentos sobre o montante desses lucros, se eles são gerados internamente nesses países e se são referentes a todos os setores da economia. Em nosso trabalho admitimos em geral a estabilidade da taxa de mais-valia, com uma tendência nas últimas décadas à queda dessa taxa, a qual é compensada pela queda da composição orgânica de capital, permitindo que a taxa de lucro se mantenha relativamente estável ou mesmo cresça.

O Quadro VIII, que fornece o comportamento da relação produto-capital, Y/K , é importante por sua relação com o tipo de progresso técnico empregado. Valores crescentes tanto para os Estados Unidos como para a Inglaterra indicam uma tendência à utilização de progresso técnico poupador de capital; essa tendência é bastante perceptível a partir da década de trinta, tanto para os Estados Unidos como para a Inglaterra. A partir dessa época, o progresso técnico deixa de ser neutro e tende a ser cada vez mais poupador de capital.

O Quadro IX salienta a participação dos ordenados, entendidos como remuneração dos tecnoburocratas, em relação à renda na Grã-Bretanha. Observa-se uma forte tendência crescente desta participação. Este quadro é compatível com a hipótese de que poderá haver uma tendência declinante da taxa de lucro devido à elevação da taxa de ordenados e ao aumento do número de tecnoburocratas em relação à população. À medida em que a própria produção se burocratiza, os tecnoburocratas vão transformando os capitalistas em meros rentistas e se apropriando de uma parte crescente do excedente nacional em prejuízo dos lucros capitalistas.

O Quadro X, calculado a partir de dados oficiais do Office du Travail do Governo francês, apresenta a evolução dos salários reais e do custo de vida na França, entre 1806 e 1910. O interessante deste quadro está em demonstrar como os salários apresentam-se relativamente estáveis, apenas como uma tendência crescente, na primeira metade do século IX, passando em seguida a crescer até o início deste século, quando a série termina. O aumento dos salários na França, como na Inglaterra (Quadro IV), coincide com a crescente organização da classe operária.

O Quadro XI mostra como os salários na Inglaterra permaneceram estagnados desde o século XIII até meados do século XIX, salvo durante o século XV, quando a taxa de salários dobra, para em seguida voltar aos níveis históricos de subsistência.

O Quadro XII, finalmente, mostra como evoluiu a distribuição da renda na Inglaterra entre 1870 e 1950. São notáveis a estabilidade da participação de lucros e salários, a queda dos alugueis e o firme crescimento dos ordenados. Este crescimento é naturalmente mais uma confirmação do número e poder crescente da classe média tecnoburocrática que recebe ordenados nas grandes organizações burocráticas públicas e privadas.

**QUADRO I — EVOLUÇÃO DA RENDA POR HABITANTE
NOS ESTADOS UNIDOS E GRÃ-BRETANHA
(Taxas médias anuais)**

<i>Estados Unidos</i>		<i>Grã-Bretanha</i>	
<i>Período</i>	<i>%</i>	<i>Período</i>	<i>%</i>
1800-1840	1,30	1801-1841	1,31
1840-1859	1,33	1851-1871	1,29
1859-1869	1,32	1855-1864	1,27
1869-1889	1,35	1885-1894	1,28
1889-1914	1,31	1905-1914	1,28
1909-1929	1,32	—	—
1910-1,34	1,34	1920-1924	1,33
1925-1929	1,35	1925-1929	1,27
1929-1939	(1,24) ¹	1929-1939	1,21
1940-1949	2,51	1946-1949	3,08
1950-1959	1,64	1950-1959	2,34
1960-1972	2,82	1960-1972	2,15

¹ Variação negativa

Fonte: Simon Kuznets, *Statistical Yearbook*, 1949, 1951, 1960, 1973, ONU, *Economic Growth of Nations*, Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press, pp. 38 a 40.

**QUADRO II — EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA
NOS ESTADOS UNIDOS E GRÃ-BRETANHA**

<i>Estados Unidos</i>		<i>Grã-Bretanha</i>	
<i>Período</i>	<i>índice</i>	<i>Período</i>	<i>índice</i>
—	—	1880-1889	79,8
1889-1899	99,7	1890-1899	100,0
1900-1909	113,9	1900-1909	105,6
1910-1913	123,5	1910-1913	106,5
1920-1929	167,8	1924-1929	195,3
1930-1939	168,8	1930-1938	224,8
1946-1949	255,7	1946-1949	192,1
1950-1960	349,2	1950-1960	229,4

¹ Base 1890-1899 = 100

Fonte: E. M. Phelps Brown e Margaret H. Browne, *A Century of Pay*, Londres, 1968, Macmillan, Apêndice 3.

**QUADRO III — EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO¹
NOS ESTADOS UNIDOS E GRÃ-BRETANHA**

<i>Estados Unidos</i>		<i>Grã-Bretanha</i>	
<i>Período</i>	<i>índice²</i>	<i>Período</i>	<i>índice²</i>
—		1870-1879	105,1
—		1880-1889	104,8
1889-1899	119,0	1890-1899	97,4
1900-1909	137,8	1900-1909	108,0
1910-1913	140,9	1910-1913	108,4
1920-1929	163,1	1924-1929	140,4
1930-1938	148,4	1930-1938	138,8

¹ Capital por pessoa ocupada, excluindo residências, na empresa privada não agrícola.

² Base: 1899 = 100

Fonte: Brown e Browne, *op. cit.*, Apêndice 3.

**QUADRO IV — EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS REAIS¹
NOS ESTADOS UNIDOS E GRÃ-BRETANHA**

<i>Estados Unidos</i>		<i>Grã-Bretanha</i>	
<i>Período</i>	<i>índice</i>	<i>Período</i>	<i>índice</i>
1860-1864	100,0	1860-1864	100,0
1865-1869	92,1	1865-1869	112,5
1870-1874	112,7	1870-1874	122,1
1875-1879	119,2	1875-1879	136,2
1880-1884	132,5	1880-1884	140,6
1885-1889	151,4	1885-1889	164,9
1890-1894	168,1	1890-1894	178,6
1895-1899	174,6	1895-1899	190,4
1900-1904	194,5	1900-1904	190,0
1905-1909	204,4	1905-1909	191,1
1910-1914	210,6	1910-1913	188,6
1920-1924	367,5	1920-1924	210,8
1925-1929	360,3	1925-1929	214,6
1930-1934	298,6	1930-1934	241,1
1935-1941	292,3	1935-1938	241,5
1945-1949	418,1	1947-1949	317,6
1950-1954	465,7	1950-1954	336,7
1955-1960	550,0	1955-1960	379,3

¹ Salários anuais médios, nominais deflacionados pelo índice de custo de vida.

Fonte: Brown e Browne, *op. cit.*, Apêndice 3.

**QUADRO V — EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL
NOS ESTADOS UNIDOS E GRÃ-BRETANHA¹**

<i>Estados Unidos</i>		<i>Grã-Bretanha</i>	
<i>Período</i>	<i>Índice²</i>	<i>Período</i>	<i>Índice³</i>
—	—	1870-1874	105,9
—	—	1875-1879	108,3
—	—	1880-1884	109,1
—	—	1884-1889	104,3
1889-1894	100,0	1890-1894	100,0
1895-1899	114,1	1895-1899	99,5
1900-1904	121,5	1900-1904	106,9
1905-1909	125,4	1905-1909	112,8
1910-1914	126,2	1910-1913	110,4
1920-1924	141,8	1910-1913	110,4
1925-1929	150,0	1925-1929	88,2
1930-1934	141,0	1930-1934	89,3
1935-1938	122,3	1935-1938	85,1

¹ Capital por pessoa ocupada dividida pela média dos salários anuais, sendo que, para os Estados Unidos entre 1889 e 1914, os salários são referentes somente à indústria.

² Base: 1889-1894 = 100

³ Base: 1890-1894 = 100

Fonte: Brown e Browne, *op. cit.*, Apêndice 3.

**QUADRO VII — EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO LUCROS SOBRE SALÁRIOS
NOS ESTADOS UNIDOS E GRÃ-BRETANHA**

<i>Estados Unidos</i>		<i>Grã-Bretanha</i>	
<i>Período</i>	<i>Índice¹</i>	<i>Período</i>	<i>Índice²</i>
1899-1908	97,7	1860-1869	171,9
—	—	1905-1914	171,9
1919-1928	100,0	1920-1929	100,0
1929	102,2	—	—
1954-1960	55,5	1954-1960	63,1

¹ Base 1919-1928 = 100

² Base 1920-1929 = 100

Fonte: Simon Kuznets, *Modern Economic Growth*, New Haven, Yale University Press, p. 169.

**QUADRO VI — EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL¹,
DA TAXA DE MAIS-VALIA² E DA TAXA DE LUCROS³
NOS ESTADOS UNIDOS**

<i>Ano</i>	<i>Composição orgânica do capital</i>	<i>Taxa de mais-valia</i>	<i>Taxa de lucro</i>
1880	1,5	102	69
1890	1,9	114	60
1900	2,6	132	50
1912	3,2	137	42
1919	4,3	125	29
1920	4,5	—	—
1921	5,6	103	18
1922	4,7	—	—
1923	4,2	121	29
1924	4,4	—	—
1925	4,3	136	32
1926	4,4	—	—
1927	4,4	139	32
1928	4,5	—	—
1929	4,4	159	36
1930	5,1	—	—
1931	5,9	147	25
1932	7,3	—	—
1933	6,7	150	22
1934	5,4	—	—
1935	4,7	130	28
1936	4,3	—	—
1937	4,0	130	33
1938	4,9	—	—
1939	4,3	151	35
1940	4,0	—	—
1941	3,4	—	—
1942	2,7	—	—
1943	2,2	—	—
1944	2,1	—	—
1945	2,5	—	—
1946	3,3	—	—
1947	3,3	129	39
1948	3,3	—	—
1949	3,8	129	34
1950	3,6	141	40
1951	3,5	133	38
1952	3,6	132	37

¹ Capital Constante Total dividido pelo Capital Variável Total.

² Valor adicionado na produção, menos Capital Variável (salários), menos depreciação, dividido pelo Capital Variável, multiplicado por 100.

³ Valor adicionado na Produção, menos Capital Variável (salários), menos depreciação, dividido pelo Capital Constante Total, multiplicado por 100.

Fonte: Joseph M. Gillman, *The Falling Rate of Profit, op. cit.*, Apêndices 3 e 4.

**QUADRO VIII — EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO PRODUTO-CAPITAL¹
NOS ESTADOS UNIDOS E GRÃ-BRETANHA**

<i>Estados Unidos</i>		<i>Grã-Bretanha</i>	
<i>Período</i>	<i>índice²</i>	<i>Período</i>	<i>índice²</i>
—	—	1870-1874	74,4
—	—	1875-1879	74,4
—	—	1880-1884	76,7
—	—	1885-1889	90,7
1890-1894	100,0	1890-1894	100,0
1895-1899	89,7	1895-1899	109,3
1900-1904	97,4	1900-1904	97,7
1905-1909	100,0	1905-1909	97,7
1910-1913	100,0	1910-1913	100,0
1921-1924	102,6	—	—
1925-1929	110,2	1924-1929	100,0
1920-1934	82,1	1930-1934	107,0

¹ Calculada com base na relação Capital-Produto.

² Base: 1890-1894 = 100

Fonte: Brown e Browne, *op. cit.*, Apêndice 3.

**QUADRO IX — PROPORÇÃO DOS ORDENADOS EM RELAÇÃO
À RENDA INTERNA LÍQUIDA NA
GRÃ-BRETANHA (%)**

<i>Tipo de remuneração</i>	<i>1911</i>	<i>1924</i>	<i>1965</i>
1. Ordenados	11	20	30
2. Salários	43	45	45
3. Rendimentos de autônomos	21	14	9
4. Lucros	15	15	10
5. Aluguéis	10	6	6
6. Renda Total	100	100	100

Fonte: E. H. Phelps Brown, *Pay and Profits, Nova Iorque, Augustus M. Lelley, p. 3.*

QUADRO X — SALÁRIOS E CUSTO DE VIDA NA FRANÇA

<i>Ano</i>	<i>Salário nominal</i>	<i>Custo de vida</i>	<i>Salário real</i>
1806	40	74	54,0
1830	45	83	54,2
1850	51	85	60,0
1870	71	104	68,3
1880	82	110	74,5
1890	92	103	89,3
1900	106	100	106,6
1910	110	104	105,8

Base: 1900 = 100

Fonte: Office du Travail, *Salaries et Côté d'Existence au Divers Époques Jusqu'en 1910*, Paris, 1911, Transcrito em Charles Gide, *Cours d'Économie Politique*, Recueil Sirey, 1913 (3ª ed.), Paris, p. 704.

QUADRO XI — SALÁRIOS* NA INGLATERRA DESDE 1275
(1451-75 = 100)

1275	50	1650	—
1300	44	1655	56
1325	53	1675	43
1350	49	1700	—
1375	66	1701	57
1400	80	1725	60
1425	92	1750	68
1450	98	1775	—
1475	111	1776	61
1500	106	1800	38
1525	78	1825	57
1550	—	1850	84
1552	48	1875	72
1575	—	1900	134
1580	58	1925	176
1600	44	1950	180
1625	37	1954	194

* Salários reais de pedreiros

Fonte: Henry Phelps Brown e Sheila V. Hopkins, *A Perspective of Wages and Prices*, Londres, Methuen, 1981, pp. 28-31

**QUADRO XII — DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA
INGLATERRA DESDE 1870**

(%)

	<i>Aluguéis</i>	<i>Ordenados</i>	<i>Salários</i>	<i>Lucros</i>
1870	14,2	16,1	38,6	31,1
1880	15,3	14,8	39,8	30,1
1890	12,8	17,3	41,5	28,4
1900	11,6	17,9	40,7	29,8
1910	12,1	19,2	37,8	30,9
1930	9,3	25,6	41,0	24,1
1940	7,8	22,1	38,2	31,9
1950	4,6	23,4	41,9	30,1

Fonte: Porcentagens calculadas com base em Henry Phelps Brown e P. E. Hart, "The share of wages in national income", em Henry Phelps Brown e Sheila V. Hopkins, *op. cit.*, pp. 129-30.

Obras citadas

- Aglietta, Michel
1982 — *Regulation et Crises du Capitalisme*, Paris, Calman-Levy (1ª ed., 1976).
- Alcaly, Roger E.
1978 — “An introduction to marxian crisis theory”, em Bruce Steinberg *et alii*, *U.S. Capitalism in Crisis*, Nova Iorque, The Union for Radical Political Economics.
- Altvater, Elmar, Jurgen Hoffmann, Willi Semmler e Wolfgang Scholler
1978 — “Stato, accumulazione capitalistica e movimento sociale”, em Alberto Martinelli (org.), *Stato e Accumulazione del Capital*, Milão, Gabrielle Mazzotta.
- Arghiri, Emmanuel
1969 — *L'Echange Inegal*, Paris, Maspero.
- Bairoch, Paul
1967 — *Revolucion Industrial y Subdesarrollo*, México, Siglo XXI.
- Baumol, William
1967 — *Business Behavior, Value and Growth*, Nova Iorque, Harcourt, Brace & World, (1ª ed., 1959).
- Boccaro, Paul e outros
1971 — *Le Capitalisme Monopoliste! d'État*, Paris, Éditions Sociales, vol. 1.
- Boddy, Robert e James Crotty
1975 — “Class conflict and macropolicy: the political business cycle”, em *Review of Radical Political Economics*, vol. 7, nº 1.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos
1972 — “A emergência da tecnoburocracia”, em *Tecnoburocracia e Contestação*, Petrópolis, Vozes.
1977a — “A partir da crítica”, em *Estudos CEBRAP*, nº 21.
1977b — “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático de produção”, em *Estudos CEBRAP*, nº 20.

- 1977c — *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Brasiliense.
- 1981 — “Lições do aprendiz de feiteiro ou tecnoburocracia e empresa monopolista”, cap. XVIII de *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, São Paulo, Brasiliense.
- 1983 — “Auge e declínio nos anos setenta”, em *Revista de Economia Política*, vol. 3, n.º 2.
- 1984 — “Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação”, em *Revista de Economia Política*, vol. 4, n.º 1, jan-março, com Yoshiaki Nakano. Republicado em *Inflação e Recessão*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano
- 1984 — *Inflação e Recessão*, São Paulo, Brasiliense.
- Brown, E. H. Phelps
- 1968 — *Pay and Profits*, Nova Iorque, Augustus M. Kelley Publishers.
- Brown, E. H. Phelps e Margaret H. Browne
- 1968 — *A Century of Pay*, Londres, MacMillan.
- Brown, E. H. Phelps e Sheila V. Hopkins
- 1981 — *A Perspective of Wages and Price*, Londres, Methuen.
- Campan, James T. e Arthur Mac Ewan
- 1982 — “Crises, contradiction and conservative controversies in contemporary U.S. capitalism”, em *The Review of Radical Political Economics*, vol. 14, n.º 3.
- Castro, Antônio Barros de
- 1979 — *O Capitalismo Não é Mais Aquele*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- CEPAL
- 1971 — *Estudo Econômico para América Latina*, vol. I.
- Chung, Joseph W.
- 1981 — “La theorie de la baisse tendencielle du taux de profit: Analyse théorique et application empirique du developpement du capitalisme américain 1929-78”, Louvain-la-Neuve, Université Catholique de Louvain.
- Clamson, Patrick
- 1983 — “A comment on Van Parijs Obituary”, em *Review of Radical Political Economics*, vol. 15, n.º 2.
- Cogoy, Mário
- 1977 — “As teorias neomarxistas, Marx e a acumulação de capital”, em Mário Cogoy e Paul M. Sweezy, *Teoria da Acumulação Capitalista*.
- 1974 — “Baisse du taux de profit et theorie de l’accumulation — response à Paul Sweezy” em *Les Temps Modernes* (também em português, em Mário Cogoy e Paul M. Sweezy, 1977).
- 1977 — *Crisis y Teoria de Las Crisis*, Barcelona, Ediciones Peninsula, traduzido da ed. alemã.
- Cogoy, Mário e Paul M. Sweezy
- 1977 — “Queda da taxa de lucro e teoria da acumulação em Cogoy e Sweezy, *Teoria da Acumulação Capitalista*, Porto, Publicações Escorpião.
- Colletti, Lúcio (org.)
- 1978 — *El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo*, México, Siglo XXI.

Dobb, Maurice

1940 — *Political Economy and Capitalism*, Londres, Routledge & Kegan (1ª ed., 1937).

1965 — *Salarios*, México, Fondo de Cultura Económica (traduzido da ed. inglesa de 1946).

Douglas, Paul H.

1964 — *The Theory of Wages*, Nova Iorque, Reprints of Economic Classics.

Eklund, Klas

1980 — “Phases of capitalist development” em *Kyklos*, vol. 33, fasc. 3.

Esping-Andersen, Gosta, Roger Friedlan e Erick Olin Wright

1976 — “Modes of class struggle and capitalist state” em *Kapitalistate*, nºs 4-5.

Galbraith, John K.

1967 — *The New Industrial State*, Boston, Houghton Mifflin.

1973 — *Economics and the Public Purpose*, Boston, Houghton Mifflin.

Gerschenkron, A.

1965 — *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*, Nova Iorque, Praeger.

Gillman, Joseph M.

1957 — *The Falling Rate of Profit: Marx's Law and Its Significance to Twentieth Century Capitalism*, Londres, Dennis Dobson.

Gordon, David

1978 — “Up and down the long roller coaster” em Bruce Steinberg *et alii*, *U.S. Capitalism in Crisis*, Nova Iorque, The Union for Radical Political Economics.

Hahn, F. H. e Mattheus, R. C. O.

1970 — “Growth and technical progress: a survey”, em K. Sen, *Growth Theory*, Penguin Press.

Hahnel, Robin e Howard Sherman

1982 — “The rate profit over the business cycle” em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 6, nº 2.

Harrod, Roy F.

1939 — “An essay in dynamic theory” em *The Economic Journal*, nº XLX.

1961 — *The Trade Cycle*, Reprints of Economic Classics, Nova Iorque, Augustus M. Kelley (1ª ed., 1936).

1966 — *Toward a Dynamic Economics*, Londres, MacMillan.

Hayeck, Frederick

1951 — “Price expectations, monetary disturbances and maladjustments” em *Readings in Business Cycle Theory*, Filadélfia, The Blackston Company.

Hodgson, Geoff

1974 — “The theory of the falling rate of profit” em *New Left Review*, março.

Jorgenson, Dale

1971 — “Econometric studies of investment behavior: a survey” em *Journal of Economic Literature*, vol. 9, nº 4.

Kalecki, Michal

1971 — “Political aspects of full employment” em *Selected Essays on Dynamic of the Capitalist Economy 1933-1970*, Cambridge, Cambridge University Press (artigo publicado em 1942).

- Keynes, John Maynard
 1964 — *The General Theory of Employment Interest and Money*, Nova Iorque, Harbinger Book.
- Kondratieff, Nicolai
 1951 — “The long waves in economic life” em American Economic Association (comitê organizador), *Readings in Business Cycle Theory*, Filadélfia, The Blackston Company.
- Kusnetz, Simon
 1970 — *Economic Growth of Nations*, Cambridge, The Belknap of Harvard University Press.
 1966 — *Modern Economic Growth*, New Haven, Yale University Press.
- Lange, Oskar
 1970 — *Sobre la Teoría Económica del Socialismo*, Barcelona, Ediciones Ariel (1ª ed. inglesa, 1938).
- Lebowitz, Michael A.
 1977 — “Marx’s falling rate of profit: a dialectical view” em *Canadian Journal of Economics*, vol. IX, nº 2.
- Lewis, Arthur
 1958 — “Economic development with unlimited supplies of labour” em Argawela e Singh (orgs.), *The Economics of Underdevelopment*, Oxford, Oxford University Press.
- Luxemburgo, Rosa de
 1970 — *A Acumulação do Capital*, Rio de Janeiro, Zahar, Apêndice “Crítica dos críticos”.
- Maddison, Angus
 1977 — “Phases of capitalist development”, em *Banca Nazionale del Lavoro: Quarterly Review*.
- Mage, S. H.
 1974 — “The law of the falling tendency of the rate of profit”, Columbia University, Ph. D. thesis, citado em Geoff Hodgson (1974).
- Mandel, Ernest
 1975 — *Late Capitalism*, Londres, New Left Books.
 1980a — *La Crisis 1974-1980*, México, Ediciones Era.
 1980b — *Long Waves of Capitalist Development*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mantega, Guido
 1976 — “A lei da taxa de lucro: a tendência da queda ou a queda da tendência?” em *Estudos CEBRAP*, nº 16.
- Marx, Karl
 1867 — *O Capital*, Livro I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (tradução da 4ª ed. alemã), 1ª ed.
 1963 — *Theories of Surplus-Value*, Parte I, Moscou, Progress Publishers.
 1974 — *O Capital*, Livro III, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
 1975 — *Salário, Preço e Lucro*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Mattick, Paul
 1977a — “Teoria do valor e acumulação de capital” em Mário Cogoy e Paul Sweezy.
 1977b — *Crisis y Teoría de Las Crisis*, Barcelona, Ediciones Peninsula (traduzido da ed. alemã de 1974).

- Messailloux, Claude
1975 — *Femmes et Greniers*, Paris, Maspero.
- Miller, Riel
1984 — “Joseph Chung: ‘La theorie de la baisse tendencielle du taux de profit’” em *Review of Radical Political Economics*, vol. 16, nºs 2e 3.
- Mises, Ludwig von
1966 — *Human Action*, Chicago, Contemporary Books (1ª ed., 1949).
- Mitchell, Wesley
1951 — “Business cycles”, em *Readings in Business Cycles Theory*, Filadélfia, The Blackston Company.
- Mc Earchern
1977 — “State capital and liberal democracy”, citado por Colin Crouch, em Colin Crouch (org.), *State and Economy in Contemporary Capitalism*, Nova Iorque, St. Martin’s Press.
- Mosley, Fred
1985 — “The rate of surplus value in postwar U.S. economy: a critique of weisskopf’s estimates” em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 9, nº 1, março.
- Nakatani, Takeshi
1980 — “The law of falling rate of profit and the competitive battle: a comment on Shaikh”, em *Cambridge Journal Economics*, vol. 4, nº 1.
- Nordhaus, W. M.
1974 — “The falling rate of profits”, em *Brookings Papers on Economic Activity*, nº 1.
- O’Connor, James
1977 — *U.S.A.: A Crise do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra (original em inglês: *The fiscal crisis of the state*, 1973).
- Offe, Claus
1973 — “The abolition of market control and the problem of legitimacy” em *Kapitalistate*, nºs 1 e 2.
1975 — “The theory of capitalist state and the problem of policy formation” em *Stress and Contradiction in Modern Capitalism*, organizado por Linderger, Alford, Gronchi e Offe, Massachusetts, D. C. Meath.
- Office du Travail
1911 — “Salaires et coût d’existence au divers époques jusqu’en 1910”, Paris. Transcrito em Charles Gide, *Cours d’Economie Politique*, Paris, Recueil Sirey, 1912 (3ª ed.).
- Okishio, Nobuo
1961 — “Technical changes and the rate of profit” em *Kobe University Economic Review*, nº 7.
1977 — “Notes on technical progress and capitalist society”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 1, nº 1.
- Parijs, Philippe Van
1980 — “The falling rate of profit theory of crisis: a rational reconstruction by way of obituary”, em *Review of Radical Political Economics*, vol. 12, nº 1.
1983 — “Why Marxist economics needs microfoundations: Postscript to an obituary”, em *Review of Radical Political Economics*, vol. 15, nº 2.

Perlo, Victor

- 1976 — “The propaganda of declining profit shares and inadequate investment”, em *The Review of Radical Political Economics*, vol. 8, n° 3.

Poulantzas, Nicos

- 1968 — *Pouvoir Politique et Classes Sociales de l'État Capitaliste*, Paris, Maspero.
- 1977 — “As transformações atuais do estado, a crise política e a crise de estado”, em *O Estado em Crise*, organizado por Nicos Poulantzas, Rio de Janeiro, Graal.
- 1978 — *L'État, le Pouvoir, la Société*, PUF, Paris.

Prebisch, Raúl

- 1949 — “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, em *Revista Brasileira de Economia*.

Rangel, Ignácio

- 1972 — “Perspectivas econômicas brasileiras para a próxima década” em 24.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, publicado em *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

Ricardo, David

- 1975 — *On the Principles of Political Economy and Taxation*, Londres, Cambridge University Press.

Robinson, Joan

- 1975 — “Notes on Marx and Marshall” em Joan Robinson, *Collected Papers*, vol. II, Oxford, Basil Blackwell (publicado originalmente em *The Rate of Interest and the Other Essays*, 1952).
- 1978a — “The organic composition of capital” em *Kyklos*, vol. 31, fasc. 1.
- 1978b — “La teoria del valore lavoro” em *Monthly Review*, ed. italiana, ano 11, n° 1.

Robinson, Joan e John Eatwell

- 1973 — *An Introduction to Modern Economics*, Londres, McGraw Hill.

Roemer, John E.

- 1979 — “Continuing controversy on the falling rate of profit: fixed capital and other issues”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 3, n° 4.

Schumpeter, J. A.

- 1911 — *The Theory of Economic Development*, Oxford, Oxford University Press, 1961 (1.ª ed. alemã, 1911).
- 1939 — *Business Cycle*, Nova Iorque, MacGraw Hill.
- 1942 — *Capitalism, Socialism and Democracy*, Nova Iorque, Harper & Brother.
- 1968 — “La explicación de los ciclos económicos” em J. A. Schumpeter, *Ensayos*, Barcelona, Oikos-Tan (traduzido de *Economica*, 1927).

Shaikh, Anwar

- 1978a — “A introduction to the history of crisis theory”, em Bruce Steimberg et alii, *U.S. Capitalism in Crisis*, The Union for Radical Political Economics.
- 1978b — “Political economy and capitalism: notes on Dobb's theory of crisis”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 2, n° 2.

Shane, Mage

- 1963 — “The law of the falling rate of profit: its place in the marxian theoreti-

cal system and relevance to the U.S. economy”, tese de doutoramento perante a Columbia University.

Shermann, Howard

1979 — “A marxist theory of the business cycle”, em *The Review for Radical Political Economics*, vol. 11.

Simon, A. Herber

1959 — “Theories of decision-making in economics”, em *American Economic Review*, vol. 49, nº 3.

Singer, Paul

1965 — “Ciclos de conjuntura em economias subdesenvolvidas”, em *Revista Civilização Brasileira* nº 2, republicada em *Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, DIFEL, 1968.

Smith, Adam

1960 — *The Wealth of Nation*, Londres, Everyman’s Library

Sraffa, Piero

1960 — *Production of Commodities by Means of Commodities*, Cambridge, University Press.

Steedman, Ian

1980 — “A note on the ‘choice of technique’ under capitalism”, em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 4, nº 1.

Steindl, Joseph

1962 — *Maturity and Stagnation in American Capitalism*, Oxford, Oxford University Press.

Sweezy, Paul M.

1962 — *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, Rio de Janeiro, Zahar, (1ª ed. em inglês, 1942).

1977 — “Alguns problemas da teoria da acumulação de capital, em Mário Cogoy e Paul M. Sweezy, *Teoria da Acumulação Capitalista*, Porto, Publicações Escorpião.

The Morgan Guaranty Survey

1983 — “The significance of rising consumer net worth”, em The Morgan Guaranty Survey.

Tugan-Baranovski, Mijailil

1978a — “Fundamentos teóricos del marxismo”, em Lúcio Colletti, *El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo*, México, Siglo XXI.

1978b — “Estudios sobre la teoría de las crisis comerciales en Inglaterra”, em Lucio Colletti, *El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo*, México, Siglo XXI.

Weisskopf, Thomas

1978 — “Marxist perspectives in cyclical crisis”, em Bruce Steinberg *et alii*, *U.S. Capitalism in Crisis*, Nova Iorque, the Union for Radical Political Economics.

1979 — “Marxian crisis theory and the rate of profit in postwar U.S. economy” em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 3, nº 4, dezembro.

1981 — “The current economic crisis in historical perspective”, em *Socialist Review*.

1985 — “The rate of surplus value in postwar U.S. economy: an answer to Mosley’s critique” em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 9, nº 1, março.

Índice onomástico e remissivo

- Acumulação de capital 11, 12, 13, 15, 16, 25, 26, 27, 28, 34, 43, 53, 54, 56, 87, 88, 103, 106, 110, 116, 117, 135, 137, 139
taxa de 119, 122, 143 (gráfico), 144, 148, 172, 173
- Aglietta, Michel 218
- Alcaly, Roger E. 192
- Alemanha 15, 45, 45n, 98, 130, 153, 192
industrialização tardia 15, 98
taxas médias de crescimento 13
- Altwater, Elmar 103
- América Latina 231
- Arghiri, Emmanuel 86
- Arida, Pésio 9
- Áustria 130
- Bairoch, Paul 26n, 140n
- Balança Comercial 177, 242
- Baran, Paul 200
- Barreiras à entrada 92, 93
- Baumol, William 125n
- Bélgica 26n
- Bens de Capital 33, 46, 48, 209, 213
- Bens de Consumo 9, 56, 85, 157, 209, 213, 228, 236
- Berle, Adolphe 153
- Boccaro, Paul 100n
- Boddy, Robert 193, 214n, 237
- Brasil 217, 231, 240
- Bresser Pereira, L. C. 109, 120n, 159n, 175n
- Brown E. Henry Phelps 37n, 47n, 162n, 256
- Browne Margareth H. 37n, 47n, 162n, 256
- Burguesia 90, 99, 102, 107, 110, 147, 176
- Capital 15, 27, 28, 39, 46, 53, 58, 87, 93, 94, 95, 102, 159
bancário 178
centralização do 91
concentração do 13, 91
financeiro 13, 173
- Capitalismo 12, 13, 51, 54, 104, 120, 124, 161
característica do 13
competitivo 12, 89, 106, 109, 126, 141, 142, 144, 149, 151
monopolista de Estado 89, 99, 100, 111
oligopolista de Estado (ou tecnoburocrático) 12, 89, 91, 108, 142, 144, 153, 176, 224, 229, 243
oligopolista ou monopolista 12, 108, 142, 143, 144, 151, 152, 155
rentista 178, 242
- Cambridge 42
escola de Cambridge 42, 75, 122, 123
- Castro, Antônio Barros de 226n
- Chung, Joseph W. 251, 254
- Ciclos econômicos 16, 17, 26, 33, 34, 92, 115, 124, 125, 207

- de Juglar 183, 186, 187, 189
 de Kondratieff 106, 182, 189, 219, 220, 233, 234
 Clamson, Patick 254
 Cogoy, Mário 25n, 32, 33, 34, 39, 41, 42, 46, 73, 196, 201, 202, 204
 Composição orgânica de capital 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 64, 69, 71, 73, 74, 86, 89, 115, 116
 Composição técnica do capital 16, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 51, 52, 53, 54, 58, 69, 70, 71, 85
 Concorrência 92, 94, 150
 Crise 13, 15, 26, 28, 33, 34n, 199, 212, 213, 220
 Crise financeira 217, 218
 Crotty, James 193, 214n, 237
 Crouch, Collin 108, 108n
 Dall'Acqua, Fernando M. 10
 Déficit público 241, 242
 Desenvolvimento capitalista 13, 15, 16, 17, 27, 29, 33, 34, 50, 54, 55, 83, 84, 111, 115, 126, 139, 141
 Dívida dos países do 3º mundo 177
 Divisão internacional do trabalho 154
 Dobb, Murice 73, 122, 122n, 195
 Douglas, Paul H. 37n
 Drucker, Peter 153n
 Eatwell, John 122
 Economia de escala 152n
 Eckerman, Raul 9
 Empresas 87, 88, 90, 92, 95, 110
 burocráticas 152, 158
 estatais 14, 98, 154n
 oligopolizadas 13, 90, 91, 92, 94, 99, 110, 137, 152n, 225, 226, 239
 Endividamento 241, 242
 Estado 13, 14, 15, 16, 45, 95, 96n, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 120, 140, 153, 158, 174, 215, 216, 217, 224, 225, 229, 230, 231, 243
 do bem estar 103
 liberal 12, 150, 153
 burocrático 158
 papel do 98
 produtor 97
 regulador 12, 97, 125, 153, 241, 243
 Estados Unidos 15, 26n, 37n, 45n, 47n, 129, 130, 153, 162n, 176, 202, 214, 230, 231, 232, 236n, 239, 256, 257, 258, 261
 Estagnação 176, 239
 Estagnação 28, 174
 Estatismo 83, 124, 159
 Etapas seculares de desenvolvimento 145, 182, 183, 219
 Exército industrial de reserva 119, 150, 213, 237
 Expansão da moeda-crédito 216
 Exploração 27
 França 15, 26n, 130, 153
 Friedman, Milton 175
 Galbraith, John K. 229
 Caregnani, Pieroângelo 66n
 Gerschenkron, Alexander 15, 98, 153n
 Giannotti, José Arthur 9
 Gillman, Joseph M. 26n, 156n, 202, 251, 256
 Hahn, Frank H. 49n
 Hahnel, Robin 124n, 193
 Harrod, Roy 44n, 49, 209
 Hayeck, Frederich 206, 207n, 216
 Hodgson, Geoff, 25n
 Ideologia 99, 109
 Inflação 174, 216, 217, 232
 Imperialismo 14, 16, 85, 86, 115, 154, 155n, 177
 Inglaterra 15, 26n, 37n, 50, 91, 126, 129, 129n, 130, 141, 145, 153, 176, 239, 258, 264
 Japão 98, 130
 Kalecki, Michal 175, 200, 205, 215, 230
 Keynes, John M. 97, 153n, 175, 204, 206, 208, 209, 215, 219, 238, 239
 Kondratieff, Nicolai 125, 146, 184, 185
 Kuznetz, Simon 162n, 255
 Lange, Oscar 242
 Lewis, Arthur 120n
 Lebowitz, Michael 26, 27n
 Lindblon, Carl 108
 Lopez, Juarez Brandão 10
 Lucro 12, 13, 25, 26, 28, 39, 45, 46, 50, 59, 69, 77, 88, 89, 116, 125, 127, 130
 taxa de 11, 14, 16, 26, 26n, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 44, 49, 50, 51, 52,

- 53, 54, 55, 56, 58, 59, 64, 65, 66,
69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78,
85, 86, 87, 88, 92, 93, 95, 96, 100,
102, 103, 110, 111, 115, 117, 123,
124, 125, 126, 127, 128, 129, 143,
146, 149, 152
- tendência declinante da 11, 15, 16,
17, 19, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34,
40, 42, 53, 58, 63, 71, 72, 73n,
74, 77, 78, 79, 83, 89, 95, 98, 99,
100, 102, 115, 143, 145, 152, 153
- estabilização da 26n, 153
- Luta de classes 25, 55, 72, 73, 99, 104,
107, 110, 111
- Luxemburgo, Rosa de 195, 199
- Mais-valia 11, 12, 16, 27, 28, 29, 30,
31, 32, 33, 34, 37, 38, 44, 45, 46, 50,
51, 52, 53, 55, 56, 57, 66, 69, 71, 72,
73n, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 100,
107, 115, 116, 117, 127, 141, 143,
149, 150, 246, 252
- Mandel, Ernest 146, 184, 220
- Mantega, Guido 9, 25n
- Marshall, Alfred 121
- McEarchern 102
- Mage, Shane H. 156n, 251
- Martins, Carlos Estevão 10
- Marx, Karl 11, 12, 15, 16, 18, 20, 25,
26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37,
38, 39, 40, 41, 46, 47, 62, 64, 65, 66,
69, 70, 71, 72, 83, 84, 85, 86, 87, 89,
90, 94, 99, 115, 116, 118, 119, 120,
122, 140, 141, 148, 149, 150, 151,
160, 182, 189, 190, 192, 195, 196,
197, 198, 200, 201, 203, 204, 206,
216, 220, 239, 246, 247, 249, 254
- Matthews, R. C. O. 49n
- Mattick, Paul 25n, 32, 73, 196, 200,
202, 203, 204
- Mill, John Stuart 121
- Miller, Kiel 251
- Mises, Ludwig von 206, 216
- Miglioli, Jorge 10
- Mitchell, Wesley 207n
- Modo de produção 12
capitalista 12, 15, 18, 21, 27, 54, 91
feudal 149
- Monetarismo 175
- Monopólio 25, 86
- Nakano, Yoshiaki 9
- Nakatani, Takeshi 74, 75, 77, 78
- Neo-ricardianos 75
- Nicol, Robert N. V. Cajado 9
- Nordhaus, William M. 162n, 163n
- O'Connor, James 90n, 103
- Offe, Claus 104
- Okishio, Nobuo 25n, 30n, 58, 64, 65,
66, 69n, 70, 79, 248
- Oligopólio 16, 83, 93, 95, 115, 124, 125,
152
- Ordenados 88, 159, 161, 162, 162n, 163,
166, 167
- Parijs, Philippe Van 40, 77, 78, 253,
254
- Perlo, Victor 162n, 163n
- Políticas econômicas keynesianas 229,
231
- População 167, 168, 169
- Prebisch, Raúl 86
- Preços 17, 18, 19, 21, 27, 40, 43, 46, 58,
69, 72, 74, 75, 77, 86, 90, 93, 94, 97,
118, 239
- transformação dos valores em 17n,
18
- na teoria neoclássica 21
- Produtividade 11, 12, 13, 17, 19, 20, 38,
50, 51, 53, 54, 64, 66, 68, 69, 70, 72,
77, 84, 86, 94, 116, 117, 118, 121,
122, 123, 126, 127, 128, 129, 144,
157, 256
- do trabalho 11, 17, 19, 29, 38, 40,
41, 42, 44, 47, 48, 78, 51, 52, 53,
60, 61, 62, 66, 70, 71, 73, 79,
118, 124, 129
- do capital 11, 31, 44, 46, 47, 48, 51,
52, 53, 56, 57, 58, 60, 61, 117, 124
- marginal do trabalho 121, 122
- Progresso técnico 11, 14, 16, 17, 20, 29,
30, 32, 33, 36, 38, 42, 43, 44, 47, 49,
51, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 69, 71, 72,
73, 77, 119, 129
- conceito de 79, 94
- poupador de capital 16, 27, 30, 32,
36, 44, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 60,
62, 68, 79, 83, 84, 85, 115, 126
- dispendioso de capital 32, 33, 35,
44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53,

- 57, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 73, 84, 128
 neutro 36, 44, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 62, 68, 73, 79, 126, 128, 129
 incorporação de 27, 38
 Poulantzas, Nicos 104, 107
 Rangel, Ignácio 184, 234, 235
 Rattner, Heinrich 10
 Relação lucro-capital 143
 Relação produto-capital 30, 31, 32, 33, 34, 36, 44, 45, 47, 48, 50, 58, 60, 62, 65, 72, 127, 144, 257
 Relação capital-trabalho 37, 39, 40, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 61, 71, 140, 144, 150
 Reversão cíclica 216, 233, 237
 Recessão 241, 242
 Renda 19, 20, 27, 28, 31, 45, 50, 51, 58, 86, 87, 101, 102, 116, 129, 130, 148, 164
 Revolução Capitalista 12, 141, 142, 147, 149
 Revolução Comercial 12, 141, 147
 Revolução Industrial 12; 13, 15, 26n, 91, 141, 147, 249
 Revolução Tecnoburocrática 13
 Rendimentos decrescentes 19, 20
 Ricardo, David 11, 20, 94, 117, 118, 118n, 121, 122, 124
 Robinson, Joan 25n, 39, 58, 65, 69, 70, 71, 123, 124n, 200
 Salários 17, 19, 20, 27, 28, 30, 31, 37, 38, 41, 44, 45, 46, 50, 57, 72, 83, 84, 85, 86, 93, 94, 119, 121, 122, 123, 124, 127, 153, 154, 162n, 208, 214, 215, 237, 239
 taxa de 11, 16, 19, 20, 27, 34, 36, 37, 38, 41, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 84, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 141, 147, 150, 155, 156, 157, 214, 215
 Samuelson, Paul 66n
 Segunda Guerra Mundial 13
 Schumpeter, Joseph A. 69, 75, 77, 94, 146, 185, 186, 187, 188, 206, 216
 Shaikh, Anwar 25n, 69n, 73, 74, 75, 76, 77, 205, 248
 Shermann, Howard 124n, 192, 193, 194
 Simon, Herbert 125n
 Sindicatos 79, 84, 93, 94, 107, 226, 238, 239
 Singer, Paul 9, 10, 231n
 Sistema financeiro 173, 174
 internacional 155
 Sociedades pré-capitalistas 148
 Smith, Adam 11, 117, 160
 Sraffa, Piero 58
 Steendman, Ian 76
 Steindl, Josef 25n, 32, 200
 Sweezy, Paul 25n, 32, 33, 34, 192, 200, 201, 202
 Superprodução de capital 198
 Tecnoburocratas 91, 95, 110, 159, 160, 161, 162n
 Tecnoburocracia 88, 91n, 99, 109, 110, 158, 159n, 161, 226, 227
 Teoria do Subconsumo 190, 192, 197, 198, 202, 203, 205, 236, 237
 Tugan-Baranovsky, Mijailil 191, 199
 União Soviética 98, 109
 Teoria do Valor 18, 20, 94, 243, 244
 Teoria do Valor Trabalho 17, 21, 43, 90
 Weisskopf, Thomas E. 165, 166, 192, 194, 230
 Yaffe, David 25n, 32

Sobre o Autor



Luiz Bresser Pereira é paulista, nascido em 1934. Formou-se em Direito pela USP em 1957. Obteve seu Master of Business Administration na Michigan State University, em 1961. Fez cursos especiais na Harvard University. Em 1972 doutorou-se em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP. Em 1984 obteve o título de Livre Docente em Economia pela USP.

Na Fundação Getúlio Vargas foi admitido por concurso em 1959 como professor de Administração. Transferiu-se em 1966 para o Departamento de Economia. Em 1973 foi promovido a professor titular. Em 1977 foi professor visitante da Universidade de Paris I, Sorbonne. É membro do Conselho do CEBRAP desde sua fundação em 1970. Em 1981 fundou e tornou-se editor da Revista de Economia Política.

Publicou inúmeros artigos em revistas acadêmicas sobre Economia e Ciência Política. É autor de 11 livros, três dos quais foram traduzidos para o inglês, o japonês e o espanhol.

Iniciou sua atividade profissional como jornalista, em 1950, no jornal O Tempo. Foi repórter, crítico de cinema, e secretário da primeira edição da Última Hora aos 22 anos. Desde 1976 escreve regularmente na Folha de S. Paulo e na Gazeta Mercantil.

Como empresário, foi Diretor Administrativo das empresas do Grupo Pão de Açúcar entre 1963 — quando a empresa inaugurava sua segunda loja — e 1983. Em março desse ano foi convidado pelo governador André Franco Montoro para ser presidente do Banco do Estado de São Paulo, onde permaneceu até março de 1985.

No plano político, depois de participar do PDC e da Ação Católica nos anos cinquenta, militou sempre no MDB e depois no PMDB. Em março de 1985 tornou-se secretário de Estado, como titular da Secretaria do Governo do Estado de São Paulo.